

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
*STRICTO SENSU***

MIRIAN MARIA KUNRATH

**CORPOREIDADE, AGROECOLOGIA E MULHERES: UM PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DA ESCOLA REGIONAL DE
MULHERES DO MST**

**LARANJEIRAS DO SUL/PR
2023**

MIRIAN MARIA KUNRATH

**CORPOREIDADE, AGROECOLOGIA E MULHERES: UM PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DA ESCOLA REGIONAL DE
MULHERES DO MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liria Ângela Andrioli

LARANJEIRAS DO SUL/PR

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kunrath, Mirian Maria

CORPOREIDADE, AGROECOLOGIA E MULHERES: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST / Mirian Maria Kunrath. -- 2023.

234 f.:il.

Orientadora: DOUTORA Liria Ângela Andrioli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Agroecologia. Corporeidade. Diálogo de saberes. Escola Regional de Mulheres. MST.. I. Andrioli, Liria Ângela, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MIRIAN MARIA KUNRATH

**CORPOREIDADE, AGROECOLOGIA E MULHERES: UM PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DA ESCOLA REGIONAL DE
MULHERES DO MST**

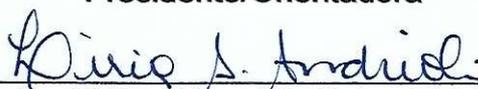
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/08/2023.

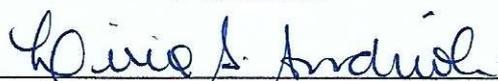
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Lígia Ângela Andrioli
Presidente/Orientadora



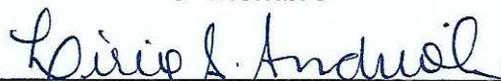
Prof.^a Dra. Claudete Beise Ulrich
1º Membro



Prof.^a Dra. Cristiane Sander
2º Membro



Prof.^a Dra. Josimeire Aparecida Leandrini
3º Membro



Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti
4º Membro

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSIMEIRE APARECIDA LEANDRINI

Data: 13/10/2023 19:36:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

“Em virtude da realização de banca online, este documento foi assinado pela Presidente e pela Coordenadora do PPGADR, como representantes dos demais membros, mediante suas autorizações”.

Dedico este trabalho às mulheres sem-terra que, desde a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vêm rompendo as cercas do machismo e do patriarcado, construindo resistências e ressignificando suas corporeidades. Às lutadoras e aos lutadores do MST que seguem na luta pela Reforma Agrária Popular e pela construção da agroecologia.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer simboliza a compreensão de que os caminhos percorridos são mais completos quando construímos uma teia de relações que nos inspiram, nos motivam e nos fortalecem. Assim, ao agradecer, reconheço que esta pesquisa foi uma construção coletiva, marcada por pessoas fundamentais na edificação da minha teia de relações e na minha corporeidade.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul/PR, e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável por possibilitarem o ingresso a esse processo formativo tão valioso para a classe trabalhadora. Sou grata a todas as professoras e professores, assim como aos colegas, pelas trocas de saberes e conhecimentos.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Liria Ângela Andrioli pelas imensas contribuições na orientação, no aprofundamento teórico da pesquisa, nos conselhos, no esclarecimento de dúvidas, na sensibilidade com que tratou momentos de crise, me amparando e fortalecendo. Agradeço e registro minha admiração pelo profissionalismo e pelo ser humano que és.

Às professoras Dr.^a Josimeire Aparecida Leandrini, da UFFS, Prof.^a Dr.^a Claudete Beise Ulrich, da Faculdade Unidade de Vitória (FUV), Prof.^a Dr.^a Cristiane Sander, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e ao professor Dr. Fábio Luiz Zeneratti, da UFFS, por aceitarem participar da minha banca e pelas contribuições valiosas ao meu aprendizado e à minha pesquisa.

À Jaine Amorin, pelos aportes com trabalhos de arte e pela disponibilidade dos registros fotográficos realizados em seu trabalho junto ao MST e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro).

Às mulheres sem-terra, que lutam diariamente para a construção de uma sociedade mais justa e pela emancipação feminina, mulheres estas com as quais tenho aprendido cotidianamente sobre o valor e a importância de estarmos juntas, fortalecendo a nossa coletividade. Ao Coletivo Regional de Mulheres (CRM), que

ousou construir uma Escola de Formação Regional de Mulheres do MST, rompendo as cercas do conhecimento, possibilitando o protagonismo feminino nessa luta.

Às mulheres inspiradoras que me permitiram registrar partes de suas histórias: Ângela, Juliana e Thaile, pelos exemplos de luta e de rebeldia diante das formas de opressão feminina e em defesa das mulheres sem-terra.

Aos meus filhos, Iago e Iasmin, que são motivadores para que eu siga construindo caminhos emancipadores. Agradeço pela paciência nos momentos de ausência, pelo carinho, pela compreensão e por todo amor que nos move e nos constrói.

Ao meu pai, Herméto, exemplo de ser humano, de generosidade e de dedicação à família, pelo apoio incondicional em criar as condições necessárias para meu empenho no estudo e na pesquisa. Certamente, sem seu apoio eu não teria concluído este estudo.

À minha mãe, Anastácia (*in memoriam*), que será eternamente minha inspiração de mulher, de luta, de dedicação e de valorização do conhecimento e da educação. Seja de onde estiver, ela segue me iluminando.

Às minhas amigas e companheiras Ana Cristina, Eliane, Jaqueline Boeno, Jaqueline Baim, Rita, Thaile (e as nossas famílias) nas quais me inspiro, me recarrego, me energizo, agradeço por serem presentes em minha vida constituindo a colcha de retalhos que é a nossa amizade.

Às camaradas Adriana e Jaqueline pela força, pelos aprendizados, pelas trocas, pelo apoio, pelas reflexões e por nunca duvidarem da minha capacidade e sempre me apoiarem. Pelos laços que nos unem a essa teia da vida que transcende a amizade e nos liga a sentimentos de irmandade.

À Marcelo companheiro que me amparou e me fortaleceu especialmente nos últimos meses da pesquisa, me incentivando e amparando diante de momentos de fragilidade.

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender a influência do processo formativo da Escola Regional de Mulheres (ERM) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade feminina. Buscou tecer reflexões acerca de uma experiência peculiar de movimento social, que apresenta o conhecimento agroecológico estabelecido em diálogo entre o conhecimento popular e o científico e tem a corporeidade como expressão concreta da existência humana, permeada pelas vivências e processos de relações sociais e culturais. A pesquisa foi desenvolvida na Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná e a metodologia amparou-se na qualitativa, com viés etnográfico. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o estudo se apoiou nas narrativas de histórias de vida de três mulheres camponesas. Ainda, foram feitos registros utilizando-se do instrumento do diário de campo. Sendo assim, de forma inicial, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa e, na sequência, são contextualizados o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e o MST no Brasil, no Estado do Paraná e na Mesorregião Centro-Sul, em que a participação e a organicidade das mulheres sem-terra é enfatizada. São abordados os aportes teóricos da agroecologia, da corporeidade, dos processos formativos no MST e o registro da experiência da ERM do MST. Por fim, são tecidas análises quanto à práxis realizada pelas mulheres no processo formativo do MST e na ERM na construção dos saberes agroecológicos e na corporeidade. A pesquisa aponta para a relevância do processo formativo da ERM do MST na ressignificação da corporeidade feminina e nos saberes agroecológicos e contribui para a autonomia das mulheres diante de processos organizativos do MST. Ademais, pode-se afirmar que agroecologia é concebida a partir de uma perspectiva de diálogo de saberes entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico científico e é pelo diálogo que a realidade é construída e transformada. Por meio da práxis formativa, consolidam-se processos agroecológicos pautados na produção de alimentos, na cooperação, na constituição da identidade camponesa, em uma perspectiva de incorporar a agroecologia como modo de vida, que só se efetiva na materialidade em territórios livres que valorizem a natureza e a

biodiversidade, a liberdade dos corpos e a construção de relações de gênero igualitárias, sem violência.

Palavras-chave: Agroecologia. Corporeidade. Diálogo de saberes. Escola Regional de Mulheres. MST.

ABSTRACT

This research sought to understand the influence of the training process of the Regional Women's School (ERM) of the Landless Rural Workers' Movement (MST) on the construction of agroecological knowledge and on women's corporeality. It sought to reflect on a particular experience of a social movement, which presents agroecological knowledge established in a dialog between popular and scientific knowledge and has corporeality as a concrete expression of human existence, permeated by the experiences and processes of social and cultural relations. The research was carried out in the Central-Southern Mesoregion of the state of Paraná and the methodology was based on qualitative research with an ethnographic bias. Semi-structured interviews were carried out and the study was based on the life story narratives of three peasant women. Records were also kept using a field diary. The methodological path of the research is presented first, followed by a contextualization of the Cantuquiriguaçu Citizenship Territory and the MST in Brazil, in the state of Paraná and in the Central-Southern Mesoregion, in which the participation and organic nature of landless women is emphasized. The theoretical contributions of agroecology, corporeality, training processes in the MST and the record of the MST's ERM experience are discussed. Finally, we analyze the praxis carried out by women in the training process of the MST and the ERM in the construction of agroecological knowledge and corporeality. The research points to the relevance of the MST's ERM training process in the re-signification of women's corporeality and agroecological knowledge, and contributes to women's autonomy in the face of the MST's organizational processes. Furthermore, it can be said that agroecology is conceived from the perspective of a dialog of knowledge between popular knowledge and scientific technical knowledge, and it is through dialog that reality is constructed and transformed. Through formative praxis, agroecological processes are consolidated, based on food production, cooperation and the constitution of peasant identity, with a view to incorporating agroecology as a way of life, which can only be realized in the materiality of free territories that value nature and biodiversity, the freedom of bodies and the construction of egalitarian gender relations, without violence.

Keywords: Agroecology. Corporeality. Dialogue of knowledge. Regional Women's School. MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Localização da Mesorregião Centro-Sul do Paraná.....	18
Figura 2 — Municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná.....	36
Figura 3 — Ilustração das áreas de Reforma Agrária que correspondem a assentamentos e acampamentos.....	38
Figura 4 — Mística da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015).....	120
Figura 5 — Mística da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015).....	120
Figura 6 — Apresentação das crianças da Ciranda Infantil e suas educadoras em um espaço de plenária da turma da Escola Regional de Mulheres.....	123
Figura 7 — Apresentação das crianças da Ciranda Infantil e suas educadoras em um espaço de plenária da turma da Escola Regional de Mulheres.....	124
Figura 8 — 1ª Turma da Escola Regional de Mulheres: construção da linha do tempo das participantes (2012).....	127
Figura 9 — 2ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013).....	127
Figura 10 — 2ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013): momento de animação durante a plenária.....	128
Figura 11 — 3ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2014).....	129
Figura 12 — 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015): 1ª etapa.....	130
Figura 13 — 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015): 3ª etapa.....	130
Figura 14 — 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016).....	131
Figura 15 — 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016): plenária.....	131
Figura 16 — 6ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2017).....	132
Figura 17 — 8ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022): 1ª etapa.....	133
Figura 18 — 8ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022): 3ª etapa.....	134
Figura 19 — Juliana Cristina de Mello.....	140
Figura 20 — Fachada do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak.....	144
Figura 21 — Imagem de Iraci Salete Strozak reproduzida no <i>hall</i> de entrada do Colégio Estadual que leva seu nome (2023).....	144
Figura 22 — Ângela Líbio da Paixão e sua filha Érica.....	151
Figura 23 — Thaile Cristina Lopes Vieira.....	164

Figura 24 — Representação da colcha de retalhos (2015).....	183
Figura 25 — Representação da colcha de retalhos (2022).....	183
Figura 26 — Representação de mística realizada com a 3ª Turma.....	185
Figura 27 — Representação de mística realizada com a 4ª Turma.....	186
Figura 28 — Apresentações na Jornada Socialista realizada com a 1ª Turma.....	187
Figura 29 — Apresentações na Jornada Socialista realizada em 2022.....	187
Figura 30 — Mística de formatura da 4ª Turma, realizada em 2015.....	188
Figura 31 — Apresentação de teatro.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da produção de grãos no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	40
Tabela 2 — Quadro-síntese das turmas da Escola Regional de Mulheres de 2012 a 2023.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Alca	Área de Livre-Comércio das Américas
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceagro	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEM	Coletivo Estadual de Mulheres
Cimi	Comissão Indigenista Missionária
Condetec	Conselho Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
CPC	Cooperativa do Movimento dos Pequenos Agricultores
CPP	Coletivo Político-pedagógico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRM	Coletivo Regional de Mulheres
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERM	Escola Regional de Mulheres
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUV	Faculdade Unida de Vitória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itepa	Instituto Técnico de Informação e Pesquisa da Reforma Agrária
Itterra	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
Ledoc	Licenciatura em Educação do Campo
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero
Maripá	Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra

Mastro	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleos de Base
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações não governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPP	Projeto Político-pedagógico
Prouni	Programa Universidade para Todos
PTC	Programa Territórios da Cidadania
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Uitab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unicentro	Universidade Estadual do Centro-Oeste
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PERCURSO METODOLÓGICO	23
2.1 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL COM A TEMÁTICA	23
2.2 METODOLOGIA UTILIZADA	26
2.3 NARRATIVAS E FRAGMENTOS DAS HISTÓRIAS DE VIDA	30
3 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU, O MST E A ORGANICIDADE DAS MULHERES NO PARANÁ	33
3.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU	33
3.2 O MST NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	40
3.3 HISTÓRICOS DO MST NO PARANÁ, LUTAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	58
3.4 AS MULHERES SEM-TERRA NO BRASIL	69
3.5 AS MULHERES SEM-TERRA NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ	79
4 APORTES TEÓRICOS DA AGROECOLOGIA, DA CORPOREIDADE, DOS PROCESSOS FORMATIVOS DO MST E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES NO MST	82
4.1 A AGROECOLOGIA E O DIÁLOGO DE SABERES	82
4.2 A CORPOREIDADE E AS MULHERES	91
4.3. PROCESSOS FORMATIVOS NO MST	103
4.4 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST	112
5 PRÁXIS DAS MULHERES NO PROCESSO FORMATIVO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST E A INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES AGROECOLÓGICOS E NA CORPOREIDADE	138
5.1 PRÁXIS E MODOS DE VIDA DAS JOVENS MULHERES CAMPONESAS	138
5.1.1 JULIANA CRISTINA DE MELLO — DA JOVEM MULHER ESTUDANTE BROTA UMA GRANDE LUTADORA!	140
5.1.1.1 A TRAJETÓRIA DE JULIANA NO MST	145
5.1.2 ÂNGELA LÍBIO DA PAIXÃO — EXEMPLO DE LUTA E DE LIBERTAÇÃO FEMININA	151

5.1.2.1 A TRAJETÓRIA DE ÂNGELA NO MST E A LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA — RESISTÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS	154
5.1.3 THAILE CRISTINA LOPES VIEIRA — UMA MULHER QUE RESPIRA E INSPIRA LUTA	164
5.2 O PROCESSO FORMATIVO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES COMO CAMINHO PARA A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITAS	171
5.3 AS SEM-TERRA E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES	176
5.4 O CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E OS SABERES DAS MULHERES	192
5.5 A CORPOREIDADE DAS MULHERES EM MOVIMENTO	200
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	217
APÊNDICE A — ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS	232

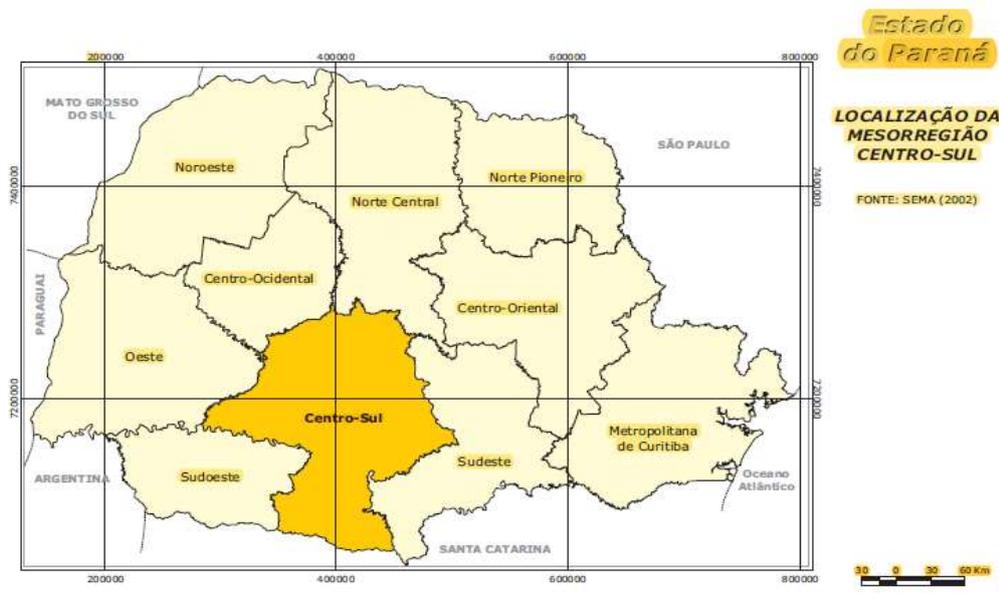
1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres estiveram presentes nos processos de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Com presença atuante na organização de base nos acampamentos e com a efetivação dos assentamentos, elas se dedicam ao trabalho produtivo e ao cuidado com a família. Assim, têm participação expressiva no desenvolvimento territorial da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná.

Entretanto, é possível identificar que a participação feminina se explicita e se evidencia desde o momento da organização do acampamento, na organização familiar e na resistência em permanecer naqueles espaços, fortalecendo a luta e a conquista da terra; porém, as mulheres têm pouca participação nos espaços de tomada de decisão, seja no âmbito familiar, no processo de produção ou na organização do trabalho.

A Mesorregião Centro-Sul é considerada essencialmente agrícola, uma vez que o desenvolvimento econômico regional se baseia de forma prioritária na produção oriunda da agricultura familiar camponesa. A Figura 1, a seguir, apresenta a localização da Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

Figura 1 — Localização da Mesorregião Centro-Sul do Paraná



Fonte: Ipardes (2004, p. 6).

Os processos de luta pela terra estão presentes de forma significativa na configuração desse território, sendo que, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu está localizado um dos grandes complexos da Reforma Agrária, resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com Cezimbra (2021), “Foram sucessivas ocupações de 1996 a 2003, com quatro assentamentos legalizados, incluindo 2,8 mil famílias assentadas. Novas ocupações foram realizadas em 2014 e 2015 e estão em fase de pré-assentamentos, abrangendo ao redor de 2,3 mil famílias.” Esses dados apontam a importância da luta para o repovoamento do território.

Os movimentos sociais do campo, mais especificamente o MST, compreendem que a luta pela terra tem como parte fundamental a organização de processos formativos para as famílias que os integram. Essa formação é pensada de acordo com a necessidade de cada local, e busca desenvolver de forma integral os seres humanos nos âmbitos político, ideológico ou produtivo, entre outros.

Esses processos de formação de educação popular ocorrem em diferentes dimensões e asseguram as especificidades da composição da organicidade local. Eles podem ser pensados, por exemplo, para mulheres, para juventudes, para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIAPN+), para produção, para cooperação e, de forma específica, para mulheres. É com base nessa concepção que o MST vem consolidando diversas experiências de formação, organização, educação, produção, cooperação entre outras.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, mesmo as mulheres tendo participação efetiva nos processos de produção no lote e na produção de alimentos saudáveis, seu trabalho é considerado uma ajuda e, em vista disso, muitas vezes, é invisibilizado. Diante disso é que se intensificam, no MST, os debates acerca da construção de estratégias para a produção de alimentos saudáveis como uma das missões dos sem-terra¹. Assim, a agroecologia passa a ter centralidade na construção da Reforma Agrária Popular e na organização da produção.

¹ O termo “sem-terra” será utilizado em referência às mulheres que fazem parte do MST, aquelas que são intrínsecas à organização.

Para as mulheres sem-terra, pensar a produção de alimentos saudáveis é compreendida como uma estratégia para a libertação e a autonomia, que compreende a agroecologia como um modo de vida. Segundo Caporal (2009), a agroecologia é uma ciência em construção que busca integrar os saberes históricos das camponesas e dos camponeses junto aos conhecimentos de diferentes ciências. Ela propicia a compreensão e a análise crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, bem como a busca de novos métodos estratégicos para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, partindo de uma abordagem transdisciplinar e holística.

Entretanto, as mudanças no cotidiano feminino não se limitam apenas à agroecologia. Vale ressaltar que esta não se propõe como um “remédio” para resolver todos os males gerados pelas ações dos modelos de produção e de consumo, mas, de forma prioritária, busca fortalecer maneiras estratégicas para um desenvolvimento rural sustentável e de transição para um estilo de agricultura mais sustentável (CAPORAL, 2009).

É necessário compreender a complexidade da vida feminina para caminhar na construção da corporeidade das mulheres sem-terra e para analisar quais são esses aspectos subjetivos e como eles impactam nas ações coletivas de participação feminina no MST.

Diante do exposto, a problemática da pesquisa buscou compreender qual é a influência do processo formativo da Escola Regional de Mulheres (ERM) do MST na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade feminina. A delimitação da pesquisa está na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, apresentada na Figura 1 anteriormente. O estudo integra a Linha de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais.

Trabalha-se com a hipótese de que o processo formativo utilizado pela ERM do MST fortalece a construção de saberes agroecológicos que impactam na constituição da corporeidade feminina e contribuem para o empoderamento.

Vale ressaltar que, ao fazer uma busca no Sistema de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é possível observar que existem poucas pesquisas relacionadas a essa temática. A maioria das pesquisas relacionadas às mulheres aborda as questões do corpo, além de priorizar investigações com mulheres urbanas, e algumas relacionadas ao esporte e à

Educação Física². Entretanto, compreende-se que a corporeidade compõe uma ampliação da visão dos corpos como sujeitos sociais que se inter-relacionam com as múltiplas dimensões da vida. Pretende-se, com este estudo, contudo, lançar um olhar diferenciado para a constituição da corporeidade das mulheres do campo e para as interfaces com a agroecologia.³

A escolha do tema para a realização da pesquisa foi motivada pela atuação e vivências da pesquisadora com grupos de mulheres sem-terra de assentamentos e de acampamentos.

A pesquisa foi de natureza teórica, com tratamento qualitativo dos dados. As entrevistas foram realizadas com três mulheres jovens oriundas de acampamentos e de assentamentos organizados pelo MST. O trabalho também foi amparado em narrativas de histórias de vida, a partir de três entrevistas semiestruturadas, e possui viés etnográfico.

Ainda, foram analisados documentos existentes sobre o MST e sobre o Coletivo Regional de Mulheres (CRM) da Via Campesina⁴ no que se refere aos processos de formação e de educação popular e à constituição e aos processos formativos da ERM do MST.

Assim, o primeiro capítulo trará o percurso teórico metodológico dos caminhos percorridos na pesquisa, e refletirá sobre a identificação da autora com o tema e sobre a metodologia utilizada, enfatizando a construção de narrativas e histórias de vida como forma de visibilizar as mulheres na luta pela terra.

O segundo capítulo propõe-se a apresentar um breve histórico da constituição do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e um histórico de lutas do MST nas esferas

² Para fins de ilustração, citam-se as teses de Arruda (2017), Wisniewski (2014) e Bastos (2004).

³ Citam-se as teses de Anete Roesse (2006), Emma Siliprandi (2009) e o livro *Religiosidade e Mística das mulheres agricultoras: um processo de constituição de identidades por meio da educação popular*, de Liria Ângela Andrioli (2022), materiais que contribuíram significativamente com a pesquisa.

⁴ “A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar, como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. Isso inclui: prioridade para uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno. É fundamental, então, manter um sistema de produção camponês diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais).” (TERRA DE DIREITOS, 2008, s./p.).

nacional, estadual e regional, destacando a participação das mulheres nos processos organizativos e na formação da luta pela terra.

O terceiro capítulo discorre sobre os conceitos de agroecologia em perspectiva de diálogo de saberes e reflete acerca das práticas formativas do MST, ressaltando a experiência de constituição da ERM do MST, formação organizada pelas mulheres da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná e as bases teóricas que orientam a pedagogia do movimento. Além disso, também apresenta um aporte teórico sobre a reflexão da construção histórica e social dos corpos e da corporeidade feminina.

O quarto capítulo abordará a práxis das mulheres no processo formativo da ERM do MST na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade feminina.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo busca refletir sobre o caminho percorrido durante a pesquisa, enfatizando que este é um processo em construção, inacabado, mas que orienta os passos dados e aponta para as possibilidades de continuidade. Evidentemente que o processo percorrido foi de grande aprendizado, pois estabeleceu diálogos entre o conhecimento científico/sistematizado, o conhecimento empírico, e as histórias de vidas narradas por mulheres que são inspiração para a organização da luta de classes e para outras mulheres do campo e da cidade.

2.1 IDENTIFICAÇÃO PESSOAL COM A TEMÁTICA

Com vistas a compreender a identificação pessoal da pesquisadora com o problema, faz-se necessário uma breve retomada de fragmentos de sua história de vida, uma vez que a temática encontra-se intrinsecamente ligada à trajetória de construção da formação e das lutas sociais na qual ela está inserida.

A autora identifica-se como uma mulher branca, de classe trabalhadora, filha de pequenos agricultores, mãe, educadora em escolas do campo, e com inserção na militância junto aos movimentos sociais e sindicais do campo desde muito jovem. Ainda com 17 anos, influenciada pela mãe (que considera uma mulher à frente do tempo e que, nos anos 1980, início da década de 1990, esteve inserida em lutas fundamentais pelo direito ao reconhecimento das mulheres do campo como trabalhadoras rurais, pelos direitos previdenciários, entre outras), foi orientada para o caminho da militância em uma inserção no movimento sindical e em movimentos sociais do campo.

Foi nessa trajetória de militância junto aos movimentos sociais que a pesquisadora experienciou vários processos desafiadores em sua formação. Percorreu várias organizações e, assim, iniciou no movimento sindical com a juventude rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), teve uma posterior participação na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na concepção e no início do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Estado do Paraná e, atualmente, junto ao MST.

Vale ressaltar que, até a inserção no MST, sua militância ocorreu em organizações com predominância masculina, ou seja, com pouca participação feminina. Foi este um dos grandes desafios enfrentados, pois a autora, sendo uma mulher jovem, enfrentou preconceitos dentro e fora das organizações. Internamente, foi necessário provar a capacidade de estar nos espaços de decisão simplesmente por ser mulher, além de vivenciar situações de assédio, de violência psicológica e moral, e questionamentos sobre a sua inserção. No ambiente externo das organizações, havia o preconceito da própria comunidade da qual a sua família participava. Seus pais eram indagados sobre os motivos que os levaram a permitir a participação de sua filha em espaços “só de homens”, e eram feitas alegações de que, se ela queria tanto participar, certamente seria motivada por “querer aprontar”, como era dito de forma corriqueira.

O apoio de sua família foi fundamental para que ela seguisse na militância, principalmente o apoio de sua mãe, que sempre foi o apoio, o fortalecimento e a base para que ela não sucumbisse aos processos de questionamentos enfrentados.

Diante do desafio que foi consolidar uma militância feminina em movimentos sociais mistos, os quais, em muitos momentos reproduzem em sua condução relações de gênero desiguais e o patriarcado, é que a pesquisadora direcionou o olhar para a importância da inserção de outras mulheres nesses processos organizativos. Foi este um dos motivadores que a instigaram a desenvolver estudos nas temáticas de gênero, bem como de construir processos de visibilização da importância feminina na sociedade.

Muitas foram as experiências formativas das quais fez parte, proporcionadas pelas organizações sociais em que ingressou no meio acadêmico, ou seja, na universidade. A formação inicial da autora é Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Linguagens, sendo esta uma turma pautada pelos próprios movimentos sociais na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Já nesse período, a área de Linguagens despertou nela a necessidade de buscar compreender a percepção/cultura corporal e o desenvolvimento omnilateral dos seres humanos. Posteriormente, ingressou em um curso de especialização, também em Educação do Campo, com vistas ao aprofundamento dos conhecimentos da graduação. Essa

especialização foi uma construção e uma pauta dos movimentos sociais que buscam na Unicentro um espaço para a formação continuada da classe trabalhadora.

Em 2019, seguindo mais uma vez o caminho universitário, a pesquisadora integrou a turma de Especialização em Realidade Brasileira na UFFS, formação que também somou e contribuiu para que ela iniciasse de forma mais sistematizada os seus estudos na área de gênero, conciliando a militância, a vida profissional e a vida familiar.

Hoje, atua como professora na rede estadual de educação do Paraná em escolas de acampamentos e assentamentos. Em específico, desde 2014, trabalha na Escola Itinerante Herdeiros do Saber, localizada no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, acampamento este que faz parte desta pesquisa

Para além da formação acadêmica, a autora considera que estar vivenciando a militância nos movimentos sociais ocupa papel central e fundamental para o processo de construção e de desenvolvimento de sua formação, de sua corporeidade. O processo de formação não formal é tão significativo para ela quanto o formal dentro do espaço das universidades, pois é nesse cotidiano das organizações sociais que consolida a sua práxis e contribui também com a formação da classe trabalhadora.

No que tange à relação com a pesquisa, o primeiro aspecto é buscar dar continuidade a esses estudos realizados por ela, em especial, na Especialização em Realidade Brasileira na UFFS, os quais estão relacionados à questão de gênero, do patriarcado, de processos organizativos das mulheres, da corporeidade, da produção de alimentos saudáveis. Assim, a pesquisa apresenta-se como a continuidade de outra desenvolvida na referida Especialização.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento desta pesquisa é o fato de a pesquisadora atuar e vivenciar processos formativos e organizativos nos grupos de mulheres sem-terra, uma vez que a tarefa da militância no MST está vinculada ao CRM, à organização da ERM e ao setor de educação. Essa atuação e vivência a instigam a seguir pesquisando, buscando compreender os processos formativos dessas mulheres que estão inseridas na luta, contudo, para além de compreender, busca valorizar a organização feminina e dar visibilidade às mulheres que estão inseridas nessa organização social.

Outro fator que a move para a valorização das mulheres em sua pesquisa está ligado ao início da militância, período em que, nos movimentos sociais, os espaços de coordenação e militância eram predominantemente masculinos e em que as mulheres eram invisibilizadas. As poucas que adentravam a uma participação mais expressiva eram, em muitos momentos, questionadas e reprimidas pela própria organização, que reproduzia a lógica patriarcal⁵ de que o papel das mulheres era o trabalho no campo e os cuidados com a família, enquanto os homens participavam das organizações e lutas.

Dar voz e reconhecimento à luta de jovens mulheres é fundamental para consolidar o fortalecimento e o empoderamento feminino. Isso pode ser feito por meio da apresentação de exemplos de luta e resistência diante dos desafios de ser mulher, militante, mãe e tantos outros adjetivos que são designados às mulheres. Esse percurso metodológico busca refletir sobre a importância feminina nas organizações sociais, na construção da corporeidade e na agroecologia; portanto, segue, além de abordagens teóricas, um processo de entrevistas e relatos de análises das histórias de vida, nos quais as mulheres são protagonistas.

2.2 METODOLOGIA UTILIZADA

Com o objetivo de compreender como os processos de formação das mulheres sem-terra impactam na construção da corporeidade e na efetivação da agroecologia, a pesquisa tem natureza qualitativa com viés etnográfico.

A escolha da pesquisa qualitativa se deu pelo fato de que essa metodologia investiga fenômenos complexos e permite aprofundar o conhecimento em relação a eles. Com isso, é possível captar intenções e motivos dos sujeitos e sujeitas pesquisados, significando as ações e relações (PAULILO, 1999). O estudo contou, ainda, com a contribuição da etnografia, uma abordagem que explora, em especial, aquelas pesquisas que se interessam pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão (MATTOS, 2011).

⁵ Por lógica patriarcal compreende-se “que é uma ordem social genérica de poder, baseada em um modo de dominação cujo paradigma é o homem, Esta ordem assegura a supremacia dos homens e do masculino sobre a inferiorização prévia das mulheres e do feminino.” (LAGARDE, 2001).

No tratamento qualitativo dos dados, “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc..” (GOLDENBERG, 2003, p. 14).

Ainda no que se refere à pesquisa qualitativa com ênfase na etnografia, busca-se observar a realidade em si e a descrição das representações histórico-sociais e culturais essenciais às vivências das sujeitas pesquisadas. “Os objectivos do etnógrafo são os de apreender os significados que os membros da cultura têm como dados adquiridos e, posteriormente, apresentar o novo significado às pessoas exteriores à cultura.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 59).

Nesse viés, o conhecimento empírico encontra relevância, uma vez que serão incorporadas informações oriundas do conhecimento popular e da narrativa a partir da história de vida dessas mulheres. Lakatos e Marconi (2007) afirmam que o conhecimento popular não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do “conhecer”. Assim, compreende-se que os conhecimentos científicos, somados ao conhecimento empírico/popular, resultam em uma análise de fragmentos da realidade em uma perspectiva que considere a voz das sujeitas sociais.

Dessa forma, a compreensão do método a ser seguido permite perceber o percurso com vistas a atingir os objetivos propostos. “Podemos definir método como caminho para chegarmos à determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento.” (PRODANOV, 2013, p. 24). A compreensão quanto ao método possibilita lançar o olhar para o caminho percorrido durante a pesquisa.

O método de pesquisa consiste em um “processo, que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados com as recomendações para minimização ou solução do problema pesquisado.” (OLIVEIRA, 2005, p. 48)

Na análise dos fatos ligados à realidade da organização e da luta das mulheres sem-terra, compreende-se que eles estão em um processo constante de mudanças e repletos de contradições, nos quais as sujeitas se constroem e se reconstroem com

base em suas múltiplas vivências, e que esses processos são influenciados pela totalidade de suas vidas. Identifica-se, assim, a dialética da vida que, de acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 101), “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101). Ainda nessa direção, Gil (2008, p. 14) assevera que:

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.. (GIL, 2008, p. 14).

A pesquisa foi desenvolvida com três mulheres jovens oriundas de acampamentos e de assentamento organizados pelo MST, e teve como marco geográfico a Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná. Elas fazem parte dos setores de educação e de produção do CRM e do Coletivo de Juventude. Segundo Minayo (1993, p. 23), a pesquisa é

uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

A escolha das entrevistadas seguiu critérios de vivências na organização do MST, de idade (são jovens) e de construção no processo de militância, sendo inspiração para outras mulheres. Também foram escolhidas por serem de setores diversos, portanto, com atuação diferente, e por integrarem o grupo que constituiu a organização do CRM da Via Campesina e, posteriormente, a ERM.

Já as narrativas das histórias de vida foram registradas por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo que “[...] não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação’ na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (Minayo, 2004, p. 114).

Por meio das narrativas e com base em suas histórias de vida, cada participante da pesquisa nomeou experiências, ressignificando, muitas vezes, a própria corporeidade feminina.

A presente dissertação também se constitui como uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em materiais já existentes, em especial, em livros e artigos científicos (GIL, 2008) e dados qualitativos com viés etnográfico que, de acordo com Leininger (1985, p. 35), é “um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida ou padrões específicos de uma cultura ou subcultura, para apreender o seu modo de viver no seu ambiente natural.”

Enfatiza-se, ainda, o uso de materiais como: cartilhas, livros, matérias em páginas da internet elaboradas pelo próprio MST tanto no âmbito nacional quanto no estadual, e também produções da região pesquisada, as quais registram as experiências organizativas, formativas e ideológicas do MST.

Foi utilizada também a metodologia de diário de campo, que consistiu em apresentar anotações de cunho descritivo realizadas pela pesquisadora durante o período em que acompanhou as turmas da ERM, que serviu para tecer reflexões sobre a própria pesquisa. De acordo com Weber (2009), o diário de campo é uma ferramenta importante para a autoanálise do(a) pesquisador(a), não sendo um texto completo, mas um material de investigação da pesquisa, podendo haver partes que não serão mencionadas em publicações científicas, mas que devem ser consideradas durante o estudo dos dados. Com essa ferramenta, foi possível construir um diálogo entre as vivências da pesquisadora e as das pesquisadas, por meio dos processos formativos.

Em relação aos princípios éticos do estudo, observando o que prevê a legislação que disciplina pesquisas envolvendo seres humanos, as mulheres deste estudo foram esclarecidas sobre objetivos, justificativa, metas, possibilidade de desistirem de participar ou solicitar que suas informações fossem desconsideradas do estudo a qualquer momento, sem que houvesse constrangimento, ônus ou algum tipo de prejuízo. Todas as entrevistadas têm mais de 18 anos de idade.

A análise dos dados foi realizada a partir da proposta de Minayo (1992) chamada “método hermenêutico dialético”, interpretado por Gomes (1999) como um método de análise qualitativa no qual a fala dos sujeitos deve ser compreendida dentro de seu contexto social. Para isso, é preciso fazer, de início, uma interpretação socioeconômica e política do grupo que será pesquisado para, em seguida, analisar os fatos surgidos na investigação. Logo, a metodologia será constituída de três fases,

sendo elas: exploratória; trabalho de campo; teorização dos dados que ocasionará confronto entre a abordagem teórica e os elementos trazidos da pesquisa a campo.

A pesquisa busca contribuir para a visibilidade e para a divulgação de experiências de formação e de empoderamento feminino, contribuindo para que outras mulheres se inspirem na luta das entrevistadas e contribuam para a transformação social com vistas a desenvolver relações de gênero igualitárias, bem como construir e reconstruir a corporeidade de mulheres e produzir alimentos saudáveis.

2.3 NARRATIVAS E FRAGMENTOS DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Quando o olhar é lançado para as organizações sociais, em especial, a organização social do campo, observa-se a necessidade de estruturar a luta e as conquistas para as famílias que compõem a sua base. Identifica-se, desse modo, que as mulheres ocupam papel central no fortalecimento dessas estruturas, desde a base até os diversos espaços de decisão e de realização das tarefas orgânicas⁶.

Entretanto, em muitos momentos, a figura feminina é invisibilizada ou, até mesmo, considerada uma “ajuda” nos processos, reflexo do patriarcado enraizado na sociedade e que é reproduzido também nas organizações sociais.

Diante dessa reflexão, é primordial registrar a história de vida de mulheres que são referência na luta e na conformação de outras mulheres dentro das organizações sociais.

Deparando-se com a importância da participação das mulheres na vida, nas organizações sociais e na construção de experiências formativas e de empoderamento feminino, observa-se a necessidade de compreender a sua luta a partir de suas narrativas, buscando, por meio do relato, possibilitar que se expressem e apresentem fragmentos de suas histórias de vida, construindo uma teia de experiências que são subjetivas mas que, ao mesmo tempo, se fundem, consolidando uma coletividade.

⁶ Tarefas orgânicas são as ações de organização interna do acampamento ou do assentamento, como participação em setores, em coletivos, em coordenações, etc.

Segundo Ulrich (2006, p. 116), a construção das narrativas e dos fragmentos das histórias de vida é uma metodologia que:

É utilizada para expressar os dados e a experiência ao longo da vida de uma pessoa, podendo ser relatada pela própria pessoa, ou outra pessoa, ou ainda ambas. Estes dados podem ser coletados através de entrevistas e depoimentos orais (história oral).

As histórias de vida, registradas por meio das narrativas, trazem caminhadas distintas com processos de inserção diversos no MST, mas que se fundem e se entrelaçam na organização feminina. São três mulheres fortes que travam batalhas diárias para consolidar sua militância e que se apoiam e se fortalecem de forma mútua. Ângela Líbio da Paixão, Juliana Cristina de Mello e Thaile Cristina Lopes Vieira, que serão referenciadas neste trabalho, respectivamente, como Ângela (2023), Juliana (2023) e Thaile (2023).

Essas histórias se entrelaçam com a da pesquisadora que trilhou com elas o caminho de construção da ERM e a luta das mulheres sem-terra na referida região. Esse trajeto foi sendo percorrido com “camaradagem”, conspiração e afeto, com o desejo de ambas em contribuir com a valorização, com o reconhecimento e com a importância das mulheres como sujeitas nas lutas sociais, sempre por meio de passos firmes e determinados em romper com a lógica patriarcal de inferiorização feminina e ressignificar novas relações de gênero dentro e fora do MST. Assim, essas quatro mulheres tornam-se coautoras desta pesquisa, em uma construção coletiva do conhecimento sistematizado, a partir do diálogo de saberes.

As histórias das entrevistadas serão aprofundadas nas narrativas apresentadas no Capítulo 4. Em comum acordo com essas mulheres, optou-se em nomeá-las com a finalidade de valorizar suas trajetórias e histórias de vida. Elas tiveram sua inserção no MST ainda na infância e na juventude e esse processo foi sendo forjado na luta e na organização, o que as consolidou como referências femininas dentro e fora do movimento. Ao contarem as suas histórias, elas constroem as suas próprias narrativas. Para Gebara (2000, p. 48, grifo da autora):

A experiência do “contar” não só é indispensável, mas revela nossa própria condição humana. Somos seres que nos contamos sempre e, a cada vez, guardamos os traços do passado à luz do presente. O presente muda a compreensão que temos do passado e de nós mesmos. O presente introduz

novas mediações para compreender o passado e parece às vezes ampliar ou às vezes diminuir seu significado.

Entre os aspectos relevantes que serão registrados nos fragmentos de vida estão a inserção na organização do MST, a trajetória de formação, as tarefas desenvolvidas, a organização do CRM e ERM, as práticas formativas das quais fizeram e fazem parte, a relação e as práticas agroecológicas.

Com vistas a compreender os fragmentos da história dessas mulheres, será lançado um olhar para a história da constituição do MST, da organização das mulheres sem-terra e da constituição do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Mesorregião na qual foi desenvolvida a pesquisa.

3 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU, O MST E A ORGANICIDADE DAS MULHERES NO PARANÁ

Neste capítulo, será apresentado um breve histórico da constituição do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, das lutas do MST nas esferas nacional, estadual e regional, e da organicidade das mulheres sem-terra, enfatizando o quesito da sua participação nos processos organizativos da luta pela terra.

3.1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Para aprimorar a compreensão do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu⁷, observa-se como aspecto de relevância o entendimento do conceito de território. Por mais que não seja um conceito aprofundado na presente dissertação, é fundamental trazer alguns elementos para reflexão.

Sendo assim, pode-se dizer que a apreensão do território utiliza-se das fronteiras como forma de delimitação e refere-se à amplitude das questões relacionadas ao espaço⁸ territorial, dentre as quais, são destacadas a terra (posse e uso), os recursos naturais, as relações sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas localmente, bem como as ações do Estado, ou seja, toda a organização da vida, da identidade do povo do local. Santos (2006, p. 13) ressalta que o “Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.”

O território mostra-se como um espaço, seja este material ou (i)material, em disputa, marcado por relações de poder. Nessa perspectiva, Raffestin (1993, p. 60).

⁷ O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi assim denominado pelo fato de os municípios que o compõem estarem, em sua grande maioria, localizados no Vale dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. (BIASEK, 2021, p.16).

⁸ O ponto de partida para uma reflexão sobre o território é o espaço. “[...] Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. [...] Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.” (FERNANDES, 2008, p. 276).

ressalta que trata-se de um trunfo particular, “um recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos.” Essa disputa de poder pode ser observada, por exemplo, no controle jurídico-político da terra, nas relações de trabalho, na cultura, e se refere tanto a questões concretas de poder e dominação quanto à apropriação simbólica.

No que se refere à perspectiva econômica na compreensão de território, Godelier (1989, p.107) considera:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.

Quanto aos aspectos políticos, Milton Santos (2003, p. 19) também enfatiza a dimensão político-administrativa quando marca que o território “é um nome político para o espaço de um país.” A essa ação do Estado aporta-se que, além das questões de jurisdição, ela infere sobre as questões indenitárias. Moraes (2006) pontua que o território é:

[...] uma jurisdição de um Estado, a projeção espacial de sua área de soberania e monopólio da autoridade. Contudo, o território, enquanto construção política, também aparece como uma referência identitária e um nexó de agregação de interesses. (p. 44).

Partindo dessa breve compreensão de território, cabe salientar que o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é uma regionalização, fruto da proposição de uma política pública, com vistas a contribuir na superação das desigualdades socioeconômicas regionais.

No Brasil, de acordo com Krajeski (2018), desde 1945, os governos têm buscado desenvolver políticas públicas que diminuam as desigualdades socioeconômicas regionais. Entre os anos 2003 e 2007, destaca-se a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi reformulada em 2013, momento em que se iniciaram os trabalhos nos denominados Territórios Rurais que, posteriormente, originaram os Territórios da Cidadania. Krajevski (2018, p. 22) assinala:

[...] em 2003 deu-se início a um trabalho, através dos Territórios Rurais, que culminaria com o surgimento do Programa Territórios da Cidadania — PTC, em 2008. O PTC buscava padronizar algumas ações realizadas pelo Governo Federal e constituir elementos que promovessem o desenvolvimento regional. Estas políticas públicas permitiram a criação do Território Cantuquiriguaçu, região paranaense que apresenta baixo grau de desenvolvimento, não acompanhando os indicadores estaduais.

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu está localizado na Mesorregião Centro-Sul e Oeste do Estado do Paraná e foi constituído a partir da Associação de Municípios Cantuquiriguaçu⁹. Passa a ser reconhecido como Território da Cidadania em 2013, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, objetivando o desenvolvimento econômico na região, como observa-se:

Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (JUNIOR, 2021, s/n).

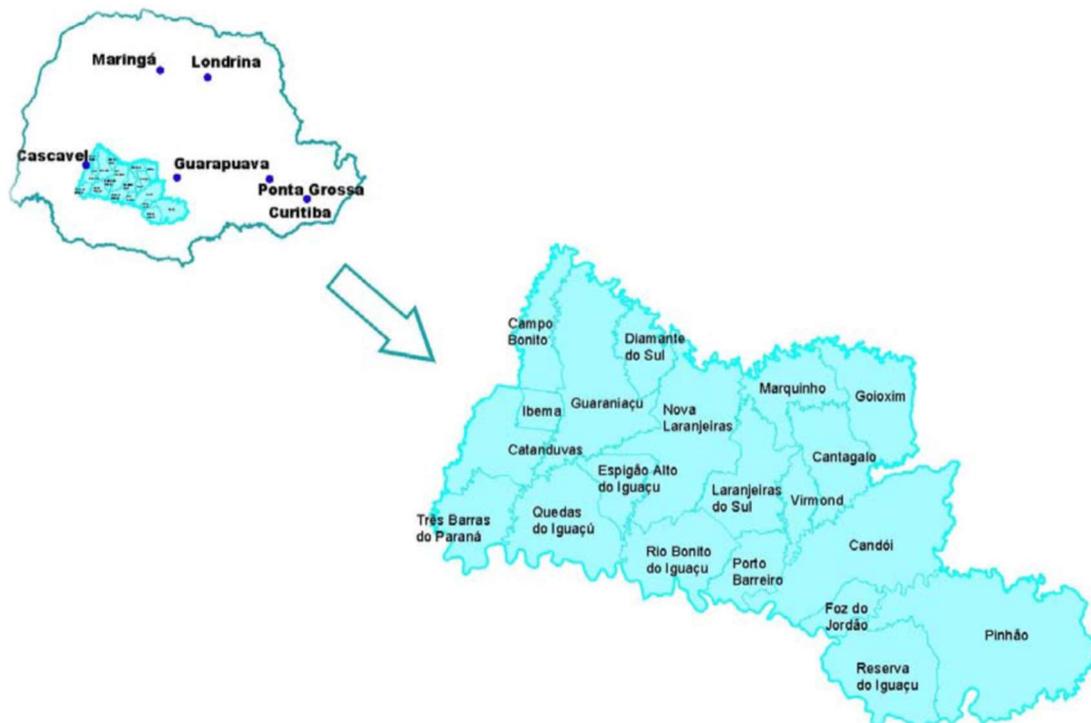
Este território tem área de 13.947,73 km². Faz divisa com as seguintes regiões: ao Norte e ao Noroeste, com o Território Paraná Centro; a Oeste, com o Território de Cascavel; ao Sul, com o Grande Sudoeste; a Sudeste, com o Território União da Vitória; e a Leste, com o Território Centro-Sul (IPARDES, 2007).

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é formado por 20 municípios, sendo eles: “[...] os municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Marquinho,

⁹ “[...] no dia 07 de agosto de 1984, o então prefeito Valmir Gomes da Rocha Loures, de Laranjeiras do Sul, e João Ceccura, de Palmital, (ambos já falecidos) fundaram a associação dos municípios da Cantuquiriguaçu. O nome foi escolhido em virtude dos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. A associação iniciou com sua sede em Curitiba e era formada, além de Laranjeiras do Sul e Palmital, por Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Catanduvas, Ibema, Cantagalo, Turvo, Pinhão, Pitanga, Nova Tebas e Campo Bonito. Com o passar dos anos, os territórios foram se ajustando. Novos municípios surgiram e o grupo mudou sua formação. [...] A Cantu é mantida exclusivamente com recursos das mensalidades repassadas pelos municípios. A Associação tem a missão de liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, buscando o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. No Censo de 2000 foi identificado um esvaziamento demográfico e índices de desenvolvimento, preocupantes. A partir disto, os Prefeitos buscaram apoio junto ao Governo do Estado, e numa parceria com vários órgãos deram início ao Plano Diretor. De forma participativa, levantaram um diagnóstico amplo da região e um prognóstico.” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU, 2022, s./p.).

Goioxim, Cantagalo, Guaraniáçu, Diamante do Sul, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Ibema, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu e Virmond.” (MORAES, 2020, p. 106), conforme visualiza-se na Figura 2.

Figura 2 — Municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná



Fonte: Ipardes (2007, p. 8).

A população estimada em 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 236.440 habitantes (IPARDES, 2022). Segundo Moraes (2020, p. 109), “53,78%, de população urbana e 46,22%, de população rural, sendo que são 4.264 famílias de assentados em 50 assentamentos, em uma área de 96.800 hectares de assentamentos.”

O povoamento da região ocorreu de forma semelhante a do restante do Estado, foi fruto da migração, tanto nacional quanto internacional, e da resistência dos povos originários.

No referido território, está localizada a Terra Indígena Rio das Cobras, composta pelas etnias Kaingang, Guarani e Xeta, conforme aponta Moraes (2020, p.116, grifo do autor):

O território possui a maior terra indígena do Paraná, a “Terra Rio das Cobras”, com a presença das etnias Kaingang, Guarani e Xeta e uma população Indígena acima de 3.000 habitantes, localizadas nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, com área de 18.681,98 ha.

A presença de quilombolas também é registrada no território, a qual é identificada em comunidades de remanescentes nos municípios Reserva do Iguaçu/PR, Cândói/PR e Pinhão/PR, e representam importante valor cultural e produtivo para a região.

Os Quilombolas e Remanescentes de quilombos estão em quatro comunidades, localizadas nos municípios de Cândói, Reserva do Iguaçu e Pinhão. No município de Cândói são três comunidades quilombolas certificadas: a de Despraiado, a Vila Tomé e a do Cavernoso. 406 pessoas distribuídas em 75 famílias. Em Reserva do Iguaçu, na comunidade do Barranco, são aproximadamente 20 famílias acampadas à espera de uma decisão judicial quanto à disputa pela área “Fundão”, da Fazenda Capão Grande, hoje sob a posse de uma grande cooperativa agrícola. Demais sujeitos da comunidade, mais de trezentas famílias, estão espalhadas nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão. (MORAES, 2020, p. 116, grifo do autor).

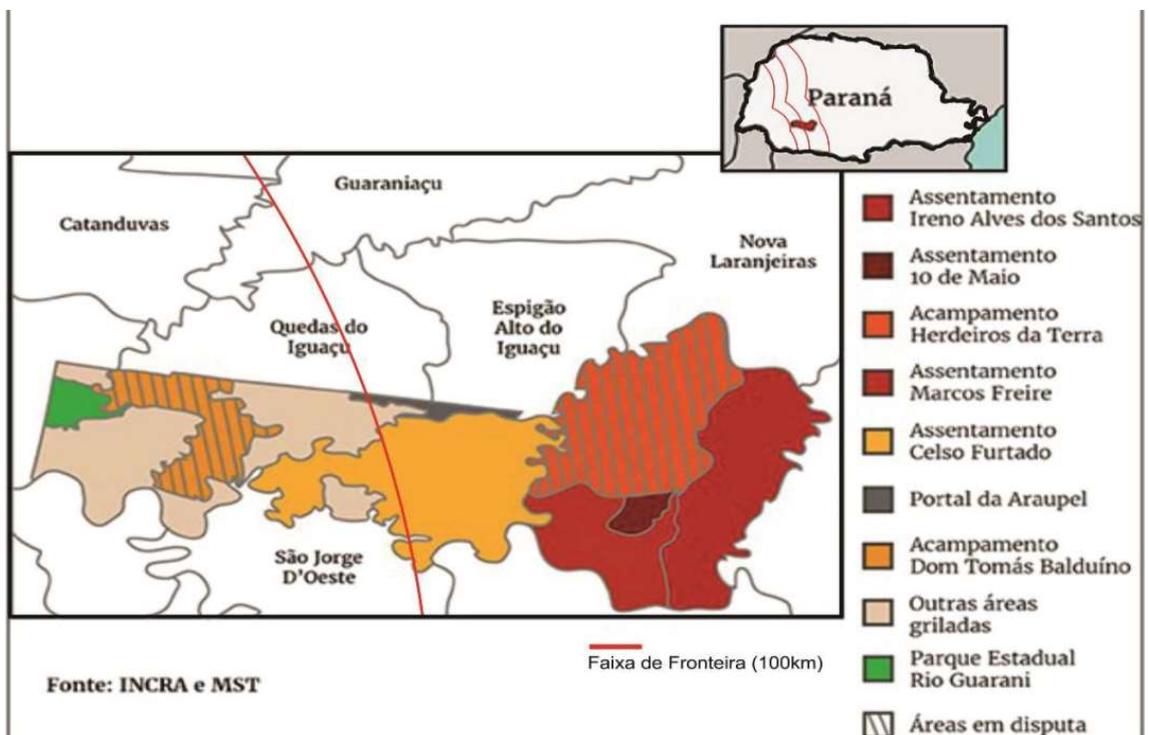
A luta pela terra e a Reforma Agrária destacam-se como significativas no referido território, pois elas contribuem para o aumento da população da região, uma vez que, a partir dos anos 1990, famílias oriundas de outras regiões, em especial, vindas de centros urbanos e que se encontravam marginalizadas sem condições dignas de vida, juntam-se e organizam-se em acampamentos e assentamentos, contribuindo, assim, para um repovoamento expressivo da região. Essa informação se evidencia, pois, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, está localizado um dos grandes complexos de Reforma Agrária, resultado da luta do MST. Quanto aos dados da Reforma Agrária no território, Moraes (2020, p. 115) baliza:

São 4.426 famílias assentadas que representam 21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar. Uma das maiores áreas reformadas da América Latina. Os assentados conquistaram a terra na luta organizada, principalmente pelo MST. No movimento de reterritorialização por meio de assentamentos na luta pela terra. Outro elemento a ser considerado é que o território Cantuquiriguaçu conseguiu manter um alto nível de população rural,

em virtude da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista de 50 assentamentos.

A Figura 3, a seguir, destaca as áreas de Reforma Agrária que correspondem a uma das maiores áreas reformadas da América Latina e um dos locais em que se desenvolve esta pesquisa.

Figura 3 — Ilustração das áreas de Reforma Agrária que correspondem a assentamentos e acampamentos



Outra característica populacional do referido território é a presença de famílias camponesas, ou seja, da agricultura familiar¹⁰, que organizam a produção em pequenas unidades familiares. Moraes (2020, p.115), identifica:

¹⁰ “Termo que foi incorporado às políticas públicas em 2006. LEI Nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. Em média no território de 72 há 4 módulos fiscais” (MORAES, 2020, p. 115).

No território vivem camponeses tradicionais, vivem em pequenas propriedades, são donos ou não de terras, arrendatários, parceiros, meeiros, assalariados permanentes e ou temporários, agregados, chacareiros e posseiros. O território possui 20.528 famílias de agricultores familiares. Salientemos que neste dado, está o conjunto dos camponeses destacados acima.

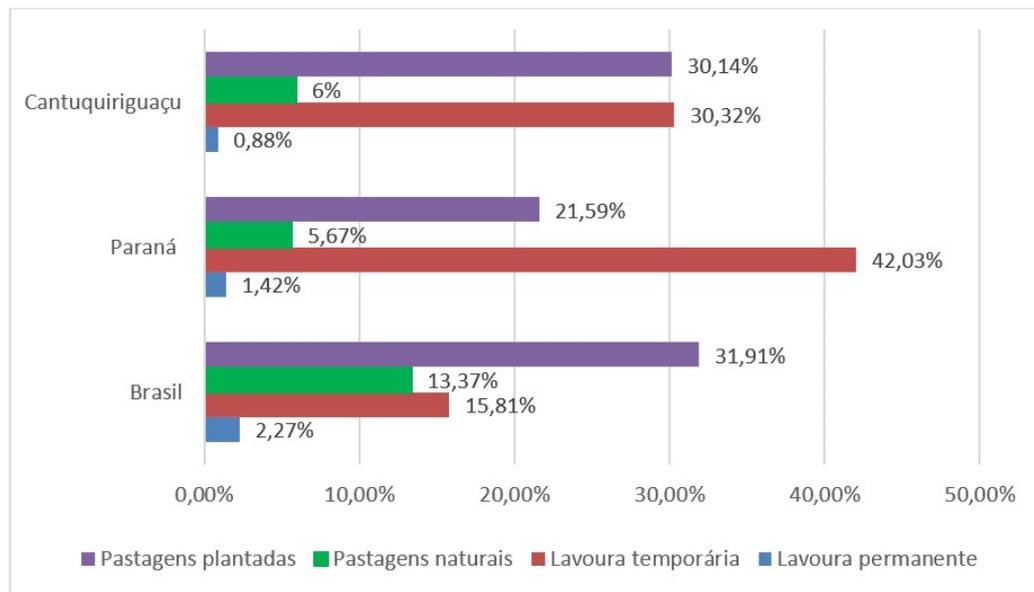
No que se refere aos estabelecimentos rurais, destacam-se os dados a seguir:

[...] os números registram o perfil dos estabelecimentos agropecuários da região quanto à dimensão das propriedades. No total, são 25.463 estabelecimentos, o que corresponde a 6,86% das unidades do Estado. Dois municípios possuem a maioria das propriedades com uma área agrícola entre 20 e 50 hectares: Goioxim e Virmond. Outros quatro detêm a maioria dos estabelecimentos agropecuários na faixa de 10 e 20 hectares: Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras, sendo que o último tem o mesmo número de propriedades na classe de 1 a 10 hectares (444). Os quatorze municípios restantes possuem a maioria das propriedades com tamanho entre 1 a 10 hectares. Entre os três municípios com maior número de propriedades, Pinhão, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, os dois últimos apresentam a maior quantidade de famílias assentadas da região. (KRAJEVSKI, 2018, p. 189).

Nesse viés, identifica-se que a base do desenvolvimento econômico da região e o Produto Interno Bruto (PIB) têm origem predominante na agropecuária, com destaque para a produção em pequenas unidades de produção familiar, ou seja, a agricultura familiar. “Em relação à participação de cada setor no VBP (Valor bruto de produção), em dezesseis municípios da região (80% do total), a agropecuária é o setor que mais contribui.” (KRAJEVSKI, 2018, p. 181).

Segundo Moraes (2020), a agricultura ocupa papel de relevância diante dos índices de produção no Paraná e no Brasil, com predominância na produção de grãos, como milho e soja. Alguns desses dados podem ser verificados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 — Dados da produção de grãos no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: Moraes (2020, p. 119).

O território é marcado por diferentes sujeitos e sujeitas e forja em seu interior a resistência e a luta pela terra explícita na composição dos habitantes da região. O MST, em seus processos de luta pela Reforma Agrária, contribui com o desenvolvimento territorial por meio do repovoamento, da geração de renda e do trabalho para as famílias, na organização e nos processos educativos, na cooperação, entre outros aspectos. Diante da sua importância para o território é que será abordado, a seguir, o histórico e alguns aspectos organizacionais do referido movimento.

3.2 O MST NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Tendo em vista que a pesquisa se propõe analisar os processos de formação e de luta pela terra, e tecendo análises quanto à importância destes no MST, será apresentado um breve histórico da organização fundiária e da referida luta no Brasil, salientando o período histórico da gênese do MST e a construção dos processos que caracterizam este movimento como uma referência dessa disputa no Brasil.

A luta pela terra marca a história brasileira desde a chegada dos portugueses no País, no início, pela resistência dos povos nativos e, depois, pela ocupação das terras pelos imigrantes europeus. A propriedade privada passou a constituir a regra

de domínio e poder sobre as terras, praticada desde as capitânicas hereditárias e a divisão das sesmarias e, mais tarde, é legitimada com a Lei de Terras. Leite (2017, p. 35) argumenta:

A origem da concentração de terra é realidade no campo brasileiro, desde as capitânicas hereditárias, posteriormente com as sesmarias e segue há séculos sem a efetiva realização da reforma agrária com a procrastinação da possibilidade de divisão da terra. Um marco da intensificação do par, 'concentração' e 'propriedade' privada da terra, se deu com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a qual consagrou o regime do mercado de terras e da grande propriedade em detrimento da igualdade do uso e posse da terra.

O período entre os anos 1888 a 1964 (período entre a abolição da escravatura e a Ditadura Militar) será enfatizado, pois marca processos de organização e de luta pela terra no Brasil, os quais se caracterizam em três fases ou etapas. Morissava (2001, p. 86) aponta: “As lutas messiânicas¹¹ que se deram entre 1888 e a década de 1930; As lutas radicais localizadas e espontâneas¹², entre 1930 e 1954; As lutas organizadas¹³, com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964.” Serão vinculadas informações com o objetivo de aprofundar o período denominado de lutas organizadas, o qual se aproxima historicamente, bem como, influencia a gênese do MST.

Os avanços dos processos de industrialização mudaram a realidade econômica no Brasil entre os anos 1930 e 1945, uma vez que a burguesia industrial crescente impôs um novo modelo econômico para o País, sendo denominado por alguns estudiosos como projeto nacional desenvolvimentista e por outros como Era Vargas. Nesse viés, Stédile (2012, p. 30, grifo do autor) enfatiza:

¹¹ “Em todas as lutas havia sempre um líder **messiânico**. Isso significa que a fé era ligada entre ele e seus seguidores. O líder colocava-se como um intermediário entre Deus e o povo. É por isso que alguns autores chamavam as revoltas camponesas do período de **lutas messiânicas**. Os movimentos mais importantes deste período foram o liderado por Antônio Conselheiro, em Canudos, Bahia (1893–1897), e a Guerra do Contestado (1912–1916), na região de litígio entre o Paraná e Santa Catarina, que teve como líder o “monge” José Maria.” (MORISSAWA, 2001, p. 86, grifos do autor).

¹² “Luta dos posseiros da rodovia Rio-Bahia; Trombas e Formoso: território livre; Norte e Sudoeste do Paraná; Sudoeste do Maranhão; Em terras fluminenses; São Paulo: Pontal e Santa Fé do Sul.” (MORISSAWA, 2001, p. 86–92).

¹³ “No período de 1954–1964, surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela Reforma Agrária: **Ultab** (União de lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil), as **Ligas Camponesas**, e o **MASTER** (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).” (MORISSAWA, 2001, p. 94, grifos do autor).

Em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma “revolução” política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes. Alguns estudiosos chamaram esse período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945.

Esse cenário alterou as relações agrárias, uma vez que as oligarquias industriais assumiram o poder político subordinando a burguesia agrária. Stédile (2012, p. 30) salienta ainda que “As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas — a burguesia industrial, agora no poder — fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social.”

Com essa ascensão nos processos de industrialização e o avanço do capitalismo no Brasil, ocorreu uma vinculação da indústria ao campo, ou seja, um processo de industrialização do campo. Leite (2017, p. 38), baseando-se em Stédile (2005), ressalta:

Origina-se um setor industrial vinculado à agricultura, essencialmente as indústrias produtoras de insumos, de ferramentas, de máquinas, de adubos químicos e de venenos (STEDILE, 2005)”. Crescentemente a urbanização do campo foi se fazendo presente com a industrialização da agricultura, neste processo, a cidade torna-se a força motriz de desenvolvimento da sociedade capitalista por meio da expressão da indústria. A subordinação do campo à cidade, subordinando igualmente a agricultura à indústria, uma vez que as necessidades da indústria são emplacadas no campo, forçando o camponês a se integrar às regras do mercado e da indústria.

O capitalismo, nesse sentido, avança no campo e redimensiona os modos de produção. Oliveira (2007, p. 21) destaca que a agricultura se organiza em duas direções:

De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias.

O período entre 1954 e 1964 foi marcado pela organização camponesa na luta pela Reforma Agrária, em que se destacam três organizações: as Ultabs, as Ligas Camponesas e o Master.

O berço das Ligas Camponesas foi o Estado de Pernambuco, em um contexto de resistência dos foreiros¹⁴ pelo uso das terras dos antigos engenhos. Nas Ligas Camponesas, “os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham como lema: Reforma Agrária na lei ou na marra.” (MORISSAWA, 2001, p. 93).

As Ultabs foram criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1954, e “tinham por finalidade coordenar as associações camponesas e criar condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais.” (MORISSAWA, 2001, p. 93).

O Master surgiu no final da década de 1950, no Estado do Rio Grande do Sul, organizando a resistência de 300 famílias posseiras no município de Encruzilhada do Sul. “Para o movimento eram considerados agricultores sem terra, o assalariado rural, o parceiro, o peão, e também os pequenos proprietários e seus filhos.” (MORISSAWA, 2001, p. 94).

A luta do movimento era para entrar nas terras, e contou com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), liderado por Brizola. Mas, com a derrota do partido nas eleições de 1962, ele passou a sofrer ataques do novo governo estadual, de instituições e entidades, o que o enfraqueceu. (MORISSAWA, 2001, p. 94).

A partir de 1964, com a instauração da Ditadura Militar no Brasil, as organizações sociais passaram a ser reprimidas e, como consequência, a luta pela terra também foi oprimida, massacrada e aniquilada, ou seja, houve “a censura aos meios de imprensa oficiais, a tortura legitimada por lei, exílios, prisões e desaparecimentos de perseguidos políticos” (MST, 2016, p. 26), que resultou em um enfraquecimento das lutas sociais, em especial, da luta pela terra.

Esse período foi marcado por grandes conflitos no campo, onde “durante os 21 anos da ditadura militar, foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais.” (LEITE,

¹⁴ “Agricultores que usavam terras abandonadas pelos antigos donos em troca de foro, uma espécie de aluguel.” (MORISSAWA, 2001, p. 92).

2017, p. 42). Entretanto, mesmo com o cenário da Ditadura Militar, os camponeses sem-terra organizaram a luta e, dessa organização, iniciou-se a gestação do MST.

Cabe salientar que os processos históricos de organização camponesa de luta pela terra impulsionaram a origem do MST. Morissawa (2021, p. 120) retoma, registra e sintetiza essas lutas:

Recordamos os quilombos, Canudos, o Contestado, as Ligas camponesas e depois um corte de vinte anos na luta pela terra, em que os militares assumiram a questão agrária daquele modo tão desastroso. O receio da reforma agrária proposta por João Goulart, sob a pressão das massas populares, gerou o golpe de Estado urgido pela classe dominante e assumido pelos militares.

A década de 1970 foi marcada pela denominada modernização da agricultura, que consistiu na intensificação da mecanização agrícola, na produção em grande escala e, como consequência, na expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nesse mesmo período, foram ampliadas as construções de hidrelétricas, responsáveis pela expulsão de outra parcela de camponeses atingidos com o alagamento de suas terras. Morissawa (2021, p. 120) explicita:

As máquinas substituem muitos trabalhadores e permitem o aumento da produção em uma escala com a qual é impossível competir no braço. Rapidamente os assalariados do campo, os assalariados do campo, os arrendatários e parceiros foram sendo expulsos dos latifúndios, principalmente no sul. Ao mesmo tempo, que grandes hidrelétricas foram construídas, como a Itaipu, no Paraná, desapropriando muitos pequenos proprietários, que viviam e produziam em áreas atingidas pela inundação das represas.

Quanto ao processo de modernização conservadora da agricultura, Leite (2017, p. 41) argumenta:

Veementemente, impõe-se à sociedade a adoção da revolução verde, ou seja, a inserção da modernização conservadora na agricultura entrelaçada e voltada à lógica do capital, referenciada no mercado externo, nas grandes extensões de terra, na mecanização agrícola pesada, no uso intensivo de agrotóxicos e na expulsão massiva dos camponeses do campo (MST, 2014). O que resultou na maior migração de camponeses para as cidades e fronteiras agrícolas e na elevada concentração da propriedade da terra (MST, 2014), constituindo-se, então, nas bases para o desenvolvimento do agronegócio.

Os anos 1990 marcaram, assim, avanços da denominada modernização da agricultura, uma vez que indústrias transnacionais agrícolas se inseriram no processo de desenvolvimento da agricultura, incorporando, além de tecnologias produtivas, uma lógica de gestão empresarial. Desse modo, o agronegócio foi se consolidando também no campo brasileiro.

O termo *agronegócio*, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e *marketing* (Davis e Goldberg, 1957). O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. (LEITE, 2012, p. 81, grifos do autor).

Ribeiro (2011, p. 76) atenta para os aspectos da compreensão do agronegócio:

A atuação de corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas nas etapas de produção, processamento, pesquisas e difusão de biotecnologia e no setor alimentício ganhou relevo, num movimento de expansão da agricultura capitalista que delineou, desde então, uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país, designada como agronegócio.

Este modo de produção associa o grande capital industrial à grande propriedade fundiária, assegurando a estratégia de obtenção de lucro e de renda a partir das terras, atendendo as demandas do capital financeiro e efetivando a lógica de uma agricultura de negócio, ou seja, o agronegócio. O Estado, nessa perspectiva, deixa de controlar parte das esferas públicas com vistas a atender as demandas do capital, impactando diretamente na organização da agricultura brasileira.

A abertura de mercado ao capital externo e a queda do controle e da regulação que o Estado exerce nas esferas econômica, financeira, social, assim como na produção, no mundo do trabalho, no plano fiscal/tributário, na política agrícola/industrial e no financiamento de políticas de proteção social, como educação, saúde, assistência social, dentre outros setores. Sob a égide do capitalismo mundializado, as regras vigentes são a do capital financeiro global. Na agricultura, as diferentes etapas dos negócios agrícolas (produção, comercialização, processamento, distribuição, pesquisa e difusão de tecnologia) passaram cada vez mais a ser controladas por corporações transnacionais. (RIBEIRO, 2011, p. 78).

Em contraposição ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo, o MST organiza os trabalhadores e trabalhadoras na luta pela terra e pela Reforma

Agrária. A seguir, serão abordadas a organização e a luta dos sem-terra no Brasil, enfatizando momentos marcantes — dentre os quais estão os encontros e os congressos nacionais — e tecendo elementos a partir da origem em outras lutas de camponeses brasileiros.

O MST é herdeiro e sucessor das Ligas Camponesas na luta pela terra, pois ambos “defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante.” (MORISSAWA, 2021, p. 120). Nessa perspectiva, Fernandes (2012a, p. 498) ressalta como a organização dos trabalhadores resultou na construção do MST:

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST.

Um marco no início do MST no Sul do Brasil foi a organização de um acampamento denominado Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, no Estado do Rio Grande do Sul (25 de julho de 1981). A sociedade, de maneira geral, se organizou para defender as famílias sem-terra no local e essa defesa do acampamento possibilitou que o MST se construísse como um movimento nacional. “O MST, considera-se, assim, resultado não só da vontade do trabalhador rural, mas também de toda sociedade brasileira.” (MORISSAWA, 2001, p. 128).

Ao mesmo tempo, em outras regiões do Brasil, lutas importantes aconteciam nos Estados de Santa Catarina, de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e do Paraná, em razão da construção de grandes hidrelétricas. Essas edificações desalojaram milhares de agricultores, que passaram a se organizar para lutar por terra e por indenização (TORRENS, 1992).

Vale ressaltar, ainda, o apoio de agentes de pastorais ligados à CPT, fundada em 1975, e de outras organizações na defesa e no fortalecimento da luta dos sem-terra em sua gênese, “como os STRs, advogados, alguns intelectuais de universidade que apoiavam as reformas agrárias e agentes do Estado, também comprometidos e

solidários com a situação dramática dos agricultores expulsos das terras de trabalho” (CEZIMBRA, 2013, p. 63).

Durante os seus primeiros anos de organização, os sem-terra tiveram forte influência ideológica e organizativa na CPT e espelhavam-se nas lutas pela terra na América Latina. Foi a pastoral que contribui organizando dois encontros regionais no Sul/Sudeste do Brasil decisivos na constituição do MST, sendo estes:

Um da região Sul, o qual ocorreu “De 9 a 11 de junho de 1982, lideranças de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram — se em Medianeira no Paraná. Estavam presentes também representantes do MASTRO e do MASTER, dois movimentos de agricultores sem terra do Paraná”. Um seminário em Goiânia, o qual contou com a participação de “22 agentes de pastoral e 30 lideranças de ocupações de terra, posseiros, etc... Além dos representantes da regional Sul, estavam presente os de outros 12 estados”. (MORISSAWA, 2001, p. 136, grifos do autor).

Os dois encontros contaram com reflexões sobre formas de organização, bem como avaliação e análise das lutas arranjadas até o momento. Ambos apontaram para a necessidade de consolidação de uma organização nacional e impulsionaram a disposição do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra.

De acordo com Fernandes (2012^a, p.498), o “I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST”, ou seja, foi nesse evento que aconteceu a formalização do MST. Morissawa (2001, p. 137) ainda complementa que “O evento se deu nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, nas dependências do seminário Diocesano.” Estavam presentes trabalhadores de 12 Estados do Brasil:

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Participaram também representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e da Pastoral Operária de São Paulo.

Os debates realizados durante o encontro circundaram em torno de refletir sobre as diversas formas de organização da luta das organizações presentes, bem como de encaminhar novas lutas. “Estava, assim, fundado e organizado um

movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado a luta pela terra e pela Reforma Agrária.” (MORISSAWA, 2001, p. 136).

Sobre as origens do MST, Caldart (2000) ressalta que a gestação do movimento ocorreu em diversos Estados do Brasil e foi fruto de diferentes lutas locais entre as décadas de 1970 e 1980. Ademais, além da sua criação formal, houve também o estabelecimento deste como movimento de luta pela terra e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. (CALDART, 2000, p. 207).

Fernandes (2012a) aponta que, na organização do MST, entre os anos 1979 e 1983, o lema foi “Terra para quem nela trabalha”. “Em 1984, no I Encontro Nacional, o lema do movimento foi “Terra não se ganha, terra se conquista.” (FERNANDES, 2012a, p. 500). Neste encontro, o MST consolidou-se como movimento organizador das massas de trabalhadores do campo e reafirmou os objetivos e os princípios no que se refere à luta. São eles:

1— que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2 — lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; 3 — ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária; 4 — organizar os trabalhadores rurais na base, estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político; 5 — dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 6 — articular-se com os trabalhadores e com os camponeses da América Latina. (FERNANDES, 2012b, p. 23–24).

O 1º Congresso Nacional do MST ocorreu em 1985, sendo que, nesse momento, sua organização já alcançava 23 Estados brasileiros. “Sua palavra de ordem era então “Ocupar é a Única Solução”.” (MORISSAWA, 2001, p. 139). Intensificaram-se, assim, as ocupações de terra pelos diversos Estados do Brasil “11655 famílias estavam acampadas em 11 estados brasileiros.” (MORISSAWA, 2001, p.141).

O 2º Encontro Nacional dos Assentados ocorreu em abril de 1986, em Cascavel, no Paraná. “A conclusão foi a de que os 70 assentamentos existentes então no Brasil haviam sido conquistados através da organização e da luta dos trabalhadores e das ocupações de massa.” (MORISSAWA, 2001, p.143). A luta foi tomando forma nas ocupações, nas marchas e na organização dos trabalhadores. Assim, em julho daquele ano, uma executiva nacional formada por sem-terras representantes dos diversos Estados em que o MST estava organizado, decide priorizar a organicidade do movimento. Destacam-se as tarefas definidas:

Impulsionar a construção de direções políticas nos níveis municipal e estadual; fortalecer a articulação do movimento e das lutas em níveis estaduais e nacional; formação de lideranças; fortalecer a autonomia do movimento nas mãos dos trabalhadores; participar nos sindicatos, nas direções da CUT e na política partidária. (MORISSAWA, 2001, p.143).

Um passo significativo na organização do movimento ocorreu no 3º Encontro Nacional, realizado em janeiro de 1987, em São Paulo/SP. Sobre a decisão, Morissawa (2001, p. 144) destaca que “foi decidido aprofundar a discussão sobre cooperação agrícola e a Comissão Nacional de Assentados, formou uma equipe em âmbito nacional para cumprir essa finalidade.”

O 4º Encontro Nacional foi realizado em Piracicaba/SP, no início do ano de 1988. As discussões e definições apontaram para a preocupação com a produção, com a cooperação, com a geração de renda das famílias e com a educação. A ocupação dos latifúndios, para assegurar acesso à terra aos trabalhadores sem-terra, abalizou-se como ação necessária para avançar na Reforma Agrária. As principais deliberações foram apresentadas por Morissawa (2001, p. 145):

Ocupar latifúndios produtivos e improdutivos acima de 500 hectares; participar efetivamente faz eleições de 15 de novembro para eleger o maior número de trabalhadores; priorizar cursos de formação de militantes; reestruturar e criar as comissões internas nos assentamento; priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos; buscar a auto sustentação dos assentamentos como meta prioritária; rearticular a equipe nacional de cooperação agrícola e intensificar o intercâmbio de cooperação agrícola; intensificar o programa popular de educação primária e implementar a alfabetização de adultos.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária seguiu ampliando o olhar para dimensões fundamentais da vida das famílias, evidenciando e intensificando a preocupação do MST com a educação, a cooperação e a formação de seus militantes. “Em 1989, o MST criou o lema “Ocupar, resistir, produzir”, que se tornou muito conhecido, assim como sua bandeira, criada no III Encontro Nacional, em 1987.” (FERNANDES, 2012a, p. 500). Esses lemas e palavras de ordem demonstram que a luta vai se consolidando por meio do acesso à terra, ao trabalho e à vida digna, configurando a Reforma Agrária como transformação social. Outro marco importante foi a criação do *Hino do MST*, importante símbolo da luta e da organização.

O MST vai se forjando como movimento nacional, massivo e de luta, buscando romper com a lógica da exploração capitalista, construindo a identidade e a autonomia dos sem-terra. “No final da década de 1990, o MST elegeu em seu 2º Congresso Nacional o lema “Reforma Agrária. Por um Brasil sem latifúndio”. No início de um novo milênio, a conjuntura agrária mudou mais uma vez e a luta foi intensificada.” (FERNANDES, 2012a, p. 500).

O 2º Congresso Nacional do MST ocorreu em maio de 1990, em Brasília/DF, e teve como objetivos:

Fortalecer a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora; divulgar a luta pela reforma agrária nacional e internacional; discutir um plano de ação para os próximos anos; reivindicar do novo governo (Collor), a realização da reforma agrária e o fim da violência no campo; mostrar para a sociedade que a reforma agrária é indispensável. (MORISSAWA, 2001, p.143).

Avanços na organização da produção e da cooperação foram registrados nesse mesmo ano, “o MST contabiliza 300 associações nos Assentamentos (de compra de maquinaria, compra e venda de produtos, lavouras coletivas, construção de benfeitorias, criação de pequenas agroindústrias); 10 cooperativas (incluindo todas as atividades produtivas).” (MORISSAWA, 2001, p.146).

O 6º encontro Nacional do MST, realizado entre os dias 13 e 23 de fevereiro de 1991, em São Paulo, apontou novos desafios na luta pela terra. “Antes, os sem-terra enfrentavam fazendeiros, grileiros e seus pistoleiros, mas agora, do outro lado da cerca, estavam o comerciante, o industrial, o banqueiro. [...] terra se concentrava cada vez mais nas mãos do grande capital nacional e estrangeiro.” (MORISSAWA, 2001, p.148). Diante dessa percepção, o movimento decide avançar e buscar estratégias de

ação por meio de quatro grandes frentes: “Massificação das lutas; Qualificação dos dirigentes e militantes; Organização; Sistema cooperativista dos Assentados.” (MORISSAWA, 2001, p. 148). Nos anos seguintes, o MST fortaleceu a organização da base e seguiu construindo a luta.

No ano de 1995, em Brasília/DF, o movimento organizou o seu 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, ocorrido “De 24 a 27 de julho de 1995, 5226 delegados dos 22 estados do Brasil onde o MST estava organizado [.../ Estiveram presentes também 22 delegados de entidades amigas da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa.” (MORISSAWA, 2001, p. 148). O Congresso, que teve como tema: “Reforma agrária uma luta de todos”, foi um momento de estudo, de debates, de socialização com outras organizações sociais do mundo, de luta e de reafirmação da organização sem-terra.

Neste encontro, foram estabelecidos cinco objetivos básicos, os quais nortearam as lutas do MST nos anos seguintes. Morissawa (2001, p. 151) assinala-os: “Levar a reforma agrária a opinião pública; apresentar as reivindicações ao governo federal; definir prioridades de ações; ser um espaço de formação política massiva; ser um espaço de confraternização da militância do MST de todo Brasil.”

Durante o 3º Congresso Nacional, o MST sistematizou sua definição e seus objetivos e pontuou sua proposta de Reforma Agrária. Morissawa (2001, p. 153) apresenta e sistematiza, no documento final do congresso, a definição do MST: “Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutamos por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade.”

Os debates do Congresso dialogaram sobre a perspectiva de construção de uma sociedade mais igualitária, na importância de assegurar a terra como bem comum dos povos e a luta por justiça social. Esses debates formaram os seis objetivos gerais propostos no encontro, os quais seguem:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho suprema sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária das mulheres. (MORISSAWA, 2001, p. 153).

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela intensificação dos conflitos de terra. A defesa da propriedade privada da terra era organizada pelos fazendeiros de maneira violenta. Esse período abalizou um dos piores massacres contra os trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. Como exemplo, cita-se o dia 17 de abril de 1996, data que marca a história de luta do MST, em que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, resultado de uma ação violenta da polícia contra os trabalhadores sem-terra no Pará. “A operação deixou 19 mortos, 69 feridos e pelo menos 7 desaparecidos. Segundo os laudos, 13 foram executados depois de rendidos.” (MORISSAWA, 2001, p. 153). Na sequência, no ano de 2006, ocorreu, no Paraná, o assassinato de Keno:

O massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, e o assassinato de Valmir Motta, o Keno, em 2006, na ocupação, pela Via Campesina, de uma área experimental de produção de sementes transgênicas da empresa suíça Syngenta Seeds, no Paraná, representam essa intensificação da conflitualidade contra o latifúndio e contra o agronegócio. (FABRINI, 2009 *apud* FERNANDES, 2012a, p. 500).

As ações do agronegócio também foram se intensificando e se apropriando, cada vez mais, das terras e dos recursos naturais:

Em todas as regiões do país, o latifúndio, associado ao agronegócio, disponibiliza suas terras para a produção de *commodities*. Uniram-se dois processos de exclusão: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, enquanto o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. (FERNANDES, 2012a, p. 500, grifos do autor).

Diante das ofensivas do agronegócio sobre o campo, o MST seguiu a sua organização e fundou, junto com outros movimentos sociais do campo, a Via Campesina, que emerge com o lema: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança.” (FERNANDES, 2012a). A Via Campesina se consolida como uma importante organização de articulação das lutas conjuntas dos movimentos sociais do campo, uma vez que tem abrangência internacional.

O 4º Congresso Nacional do MST teve como palavra de ordem: “Por um Brasil sem latifúndio” e ocorreu de “7 a 11 de agosto de 2000, em Brasília. Presentes mais de 11 mil militantes do MST, vindos de 23 estados, simpatizantes, 107 estrangeiros

de 25 países, representando 45 organizações e comitês amigos.” (MORISSAWA, 2001, p.165). Durante o Congresso, ocorreram debates, ações de luta e fortalecimento da organicidade e das alianças com organizações sociais presentes.

A partir desse encontro, as decisões políticas tomadas reafirmaram algumas já decididas anteriormente e incorporaram alguns aspectos novos. As decisões políticas tomadas foram:

1. Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária.
2. Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).
3. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro. Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc... Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo. Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.
4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.
5. Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.
6. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra. Organizar calendários para as atividades solidárias. Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo). Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas. Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades. Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades. Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atingem militantes e organizações sociais.
7. Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular. Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas. Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora. Apoiar os movimentos de luta pela moradia. Organizar acampamentos.
8. Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa. Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras. Defender a cultura brasileira frente as agressões culturais imperialistas.
9. Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil.
10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária. Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos. Desenvolver e participar de campanhas nacionais

em torno destas questões. Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos. Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido.11. Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária. 12.Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano. (tendo como referência dia 17 de abril). (MORISSAWA, 2001, p.166).

Deste momento em diante, a questão agrária no Brasil se alterou e assumiu um processo de internacionalização. O agronegócio se fortaleceu em grandes corporações para a produção de *commodities* e intensificou as crises alimentares na América Latina e na África. (FERNANDES, 2012a).

Diante dessa conjuntura, o MST afirmou seu compromisso com a produção de alimentos e a luta contra o agronegócio e a estratégia capitalista de desenvolvimento para o campo. De acordo com Fernandes (2012a, p. 500, grifos do autor):

Em seu V Congresso, o MST elaborou um novo lema: “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular”, que defende a soberania alimentar, de modo a garantir o direito de as pessoas produzirem seus próprios alimentos, não deixando que o agronegócio amplie seu controle sobre a alimentação. A luta pela terra passa a ser também uma luta pela comida. Estes são dois dos principais elementos da questão agrária do mundo globalizado.

A luta pela Reforma Agrária se exasperou, assim, recorre-se a Stédile (2020, p. 17) para compreender esse conceito que aprofunda a Reforma Agrária como um programa: “A reforma agrária pode ser caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.”

A Reforma Agrária se apresenta, desse modo, como uma possibilidade de mudança nas relações sociais, políticas e econômicas no campo; porém, é necessário romper com a perspectiva apenas da garantia de acesso à terra e deve-se compor um programa que assegure acesso aos demais meios de produção agrícola aos camponesas e camponesas que objetivam a produção de alimentos saudáveis e a construção da soberania alimentar. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (2003) aponta para a necessidade de uma nova perspectiva de desenvolvimento para o campo, ou seja:

Um dos elementos centrais de um projeto nacional soberano reside em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura familiar. Onde a ação compartilhada do Estado e da sociedade civil é capaz de desconcentrar a propriedade da terra, alterar a estrutura agrária, criando condições para a eficácia das políticas de fomento à produção, de garantia da sustentabilidade ambiental e de universalização do acesso a direitos. (BRASIL, 2003. p. 11).

Em 2014, o MST realizou o seu 6º Congresso Nacional com o lema “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular”, que contou com a participação de trabalhadores de diversos Estados brasileiros. De acordo com informações publicadas em sua página na internet, o movimento reuniu 15 mil militantes oriundos de 24 Estados brasileiros. (MST, 2014), com isso, energizou os debates e pautas sociais no sentido de que a terra cumpra a sua função social.

Para compreender essa dimensão da luta sem-terra, é necessário recorrer ao Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), que se tornou um instrumento para a desapropriação de terras e teve como um dos principais elementos constitutivos a definição da função social da terra. Essa função torna-se uma dimensão importante ao ponto de ser transcrita integralmente no artigo 186 da Constituição Federal de 1988. Stédile (2012) assevera sobre a definição da função social da terra:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I. aproveitamento racional e adequado; II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (STÉDILE, 2012, p. 274).

Com a definição de função social da terra, é possível identificar que o território brasileiro é formado por uma grande parcela de terras passíveis de terem uma reorganização de sua estrutura fundiária, com possibilidades de efetivação de uma Reforma Agrária massiva.

Os debates realizados no 6º Congresso Nacional do MST foram conduzindo a construção do Programa de Reforma Agrária Popular. Como objetivo central o Programa aponta buscar uma mudança estrutural na relação do acesso à terra, aos bens da natureza, aos modos de produção e na organização comunitária camponesa

(MST, 2021). Está baseado na perspectiva de efetivação em uma construção coletiva, como uma luta de todas as pessoas. Ademais, a Reforma Agrária Popular não se limita apenas à divisão de terras.

Vai muito além das questões produtivas. Perpassa também pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a LGBTfobia, por exemplo. Perpassa por garantir o acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo que tem como propósito construir novas formas autônomas de cooperação entre os trabalhadores que vivem no campo e na relação política com as massas urbanas. (MST, 2021, s./p.).

O PNRA do MST está organizado em 7 pontos, sendo estes: 1) Terra; 2) Natureza; 3) Sementes; 4) Produção; 5) Energia; 6) Educação e Cultura; 7) Direitos sociais. (MST, 2021).

Desde a sua gênese, a luta do MST se direcionou para garantir o acesso dos trabalhadores à terra, sendo este o principal motivador dos sem-terra na organização dos processos luta e de ocupação dos latifúndios. Entretanto, no decorrer dos anos, e a partir do amadurecimento político dos sujeitos da luta, foram apontados caminhos para uma ampliação da visão acerca da importância da terra. Nesse sentido, torna-se crucial:

Democratizar o acesso à terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, para o povo brasileiro, garantindo a função social da terra e direitos de demarcação para os povos originários, comunidades tradicionais e trabalhadores(as) do campo. Impedindo a concentração de propriedades e eliminando o latifúndio. (MST, 2021, s./p.).

O cuidado com a preservação ambiental e com as práticas produtivas agroecológicas demonstram a preocupação dos sem-terra com o meio ambiente. Consta no PNRA a necessidade de cuidado e proteção da natureza e da biodiversidade:

Assegurar e preservar os bens da natureza, as águas, biodiversidade (fauna e flora), minérios e fontes de energia como um bem público, acessível para toda a população, sem que se tornem mercadorias como objetos de apropriação privada. Reflorestar as áreas degradadas com ampla biodiversidade de árvores nativas e frutíferas, assegurando a preservação ambiental. (MST, 2021, s./p.).

A luta pela conservação das sementes como patrimônio da humanidade, bem como a manutenção das diversidades das sementes crioulas vem sendo intensificada nos diferentes territórios do MST. Diante disso, as sementes também são um ponto estratégico que se apresenta no PNRA:

As sementes são patrimônio da natureza e não pode haver sobre elas propriedade privada e controle econômico que se sobreponha a soberania nacional, em favor da produção e usufruto das sementes e mudas, a fim de preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, tradicionais ou melhoradas, que contribuam com o campesinato e o fortalecimento da biodiversidade dos biomas regionais. (MST, 2021, s./p.).

Uma das principais bandeiras de luta do MST está voltada para a produção de alimentos para os trabalhadores brasileiros. Assim, o plano apresenta a perspectiva de produção do MST:

Produzir alimentos com o povo para o povo, cultivando ambientes sustentáveis com produção saudável, preferencialmente, a partir de técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas. Desenvolver a produção e as relações sociais, garantindo a permanência no campo por meio de formas de trabalho e renda a partir das associações, cooperativas e agroindústrias. (MST, 2021, s./p.).

Compreendendo que a Reforma Agrária precisa desenvolver as diferentes esferas da vida humana, a produção de energia em uma perspectiva renovável também está presente no PNRA e se propõe:

Desenvolver de forma cooperada a produção de energia, considerando as especificidades das regiões, municípios e comunidades, com diferentes fontes de recursos renováveis que atendam as necessidades do povo, construindo a soberania energética nacional de forma estratégica e que não ceda às especulações e privatizações do capital financeiro internacional. (MST, 2021, s./p.).

O MST defende que a transformação social deve estar alicerçada à formação humana e que a educação e a cultura são fundamentais nesse processo de emancipação. No PNRA, as temáticas de educação e cultura necessitam ser garantidas como aspecto fundamental para a organização da vida:

Garantir a população que vive no campo acesso aos bens culturais, bem como, o direito à educação pública de qualidade e gratuita. Desenvolver permanentemente formações de caráter técnico, científico e político a partir de perspectivas críticas da realidade e lugar social. Dominar os meios de comunicação e suas ferramentas em favor da cultura camponesa a partir de suas vozes e memória coletiva, buscando a superação de preconceitos e discriminações, desenvolvendo transformações sociais. (MST, 2021, s./p.).

Abrangendo a importância de consolidar condições de vida digna às famílias, o MST inclui ainda no plano os direitos sociais e afirma:

O campo deve ser um lugar de bem viver, livre de violências, assegurado que a população rural tenha oportunidades e condições de vida digna, onde os direitos trabalhistas sejam garantidos e as relações de trabalho estejam baseadas na cooperação e combate à alienação de classe, considerando que o acesso à terra, seus bens diversos e frutos devem garantir subsistência e soberania nacional, de forma que esses direitos sejam invioláveis perante o lucro. (MST, 2021, s./p.).

Desde a sua gênese, o MST abarca a necessidade de uma transformação da sociedade. O movimento vem gestando mudanças culturais, políticas e organizativas junto às famílias sem-terra com a finalidade de aprofundar a concepção, e efetivas lutas, para a construção do seu PNRA. Porém, compreende-se como fundamentais mudanças estruturais para essa real efetivação, uma vez que há a necessidade de que seja uma luta de toda a classe trabalhadora, já que implica em um projeto de poder e de soberania popular.

A organização do MST se efetiva, na atualidade, na maior parte dos Estados brasileiros e é pautada na realidade de cada local, unificando-se a partir da luta pela transformação social. O item a seguir discorre sobre a organização do MST no Paraná, haja vista que neste Estado são gestados muitos processos organizativos e de luta que são referência para os sem-terra do Brasil, além de enfatizar as lutas na Mesorregião Centro-Sul, território pesquisado neste estudo.

3.3 HISTÓRICOS DO MST NO PARANÁ, LUTAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Neste item, de forma breve, serão abordados a organização do MST no território paranaense e os fatores que impulsionaram a luta pela terra na Mesorregião

Centro-Sul. Serão enfatizadas questões organizacionais do movimento na região, elencando fatos e momentos históricos relevantes da luta pela Reforma Agrária. Serão destacadas as lutas nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire e no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, bem como no Acampamento Recanto da Natureza e no Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul/PR, áreas que fazem parte desta pesquisa, pois as entrevistadas residem nesses espaços.

O território paranaense, bem como a Mesorregião Centro-Sul, em sua origem, era habitado por povos nativos denominados indígenas, porém, com o avanço do capital no campo e a exploração das terras com fins econômicos, o território entrou em disputa e foi invadido por brancos com finalidades, principalmente, de exploração de erva-mate e de madeira (nesse período, ocorreu a maior derrubada de madeira em matas nativas, em especial, da espécie araucária no Paraná). Dessa forma, o denominado processo de colonização territorial foi sendo intensificado. Segundo Coca:

No atual Cantuquiriguaçu atuou com maior intensidade a Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ). Essas empresas seriam responsáveis por pensar e gerir a divisão do espaço urbano e rural nos municípios do centro-sul e oeste paranaense. Nesta época, ganharam relevo às ações em favor das empresas colonizadoras realizadas pelo então governador paranaense Moisés Lupion. Este declarou como posseiros colonos gaúchos que já ocupavam estas regiões, entregando o direito de exploração das terras as empresas de colonização. Deste modo, os camponeses que já ocupavam as terras eram obrigados a assinar contratos de arrendamento, os que se negavam se tornavam alvo de violência por parte dos jagunços destas empresas. (2011, p. 135).

As lutas dos sem-terra no Paraná ocorreram de forma concomitante com as lutas nos demais Estados entre os anos 1970 e 1980. A CPT também teve grande influência na organização dos camponeses no Estado. “O processo de gestação ocorreu principalmente pela massiva expulsão dos camponeses de suas terras devido à construção de usinas hidrelétricas na década de 1970, que, em decorrência, gerou uma série de movimentos e sindicatos rurais que contavam com apoio da CPT.” (LEITE, 2017, p. 57).

A luta paranaense se intensificou com a construção de grandes barragens, com destaque para a Itaipu Binacional, no rio Paraná, uma parceria entre Brasil e Paraguai.

Torrens (1992) ressalta que foram mais de 40 mil pessoas atingidas e mais de 6 mil propriedades rurais. Isso, sem dúvida, contribuiu para os conflitos agrários no campo.

Na Mesorregião Centro-Sul, em específico, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, estão localizadas as bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Piquiri, pertencentes à bacia do Rio Paraná. Devido ao potencial energético na região, foram instaladas as usinas hidrelétricas de Salto Santiago, Salto Osório, Foz do Areia, entre outras. Os agricultores ribeirinhos desse território originam um grande contingente de famílias expulsas do campo, o que resultou na criação de vários movimentos regionais de luta pela terra entre os anos 1982 e 1984. (TORRENS, 1992).

Esses fatores sociais e econômicos impulsionaram a organização e a luta por Reforma Agrária na região entre os anos 1980 e 2000. De acordo com Coca (2011, p. 136):

[...] entre 1988 e 2010, no Cantuquiriguaçu, ocorreram 63 ocupações, com a participação de 15.465 famílias. Merece destaque a ocupação do maior latifúndio contínuo do sul do Brasil (83 mil hectares) pertencente à empresa Giacomet Marodin/Araupel, o qual estava presente em cinco municípios do território. Esta ocupação contou com a participação de cerca de 3 mil famílias, caracterizando-a como a maior dentre as registradas no centro-sul brasileiro.

Foi por meio da ocupação do latifúndio denominado, na época, de Giacomet Marodin, em 17 de abril de 1996, que a luta do MST na referida região assumiu visibilidade internacional, já que resultou na efetivação dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, totalizando 2.800 assentados. (CEZIMBRA, 2021).

Os referidos assentamentos são fruto de uma luta árdua dos trabalhadores sem-terra em busca de terra para trabalhar. Tentativas de ocupação da área da Giacomet já haviam ocorrido, mas a violência com que a empresa defendia as terras fez com que as investidas fossem frustradas. Até que, em 1996, as famílias se organizaram novamente em um acampamento as margens da BR 158, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. Esse local foi denominado de Buraco (devido à forma geográfica que se assemelha com a de uma bacia) e fica próximo à ponte do Rio Iguaçu (GALERA, 2009).

Muitas foram as dificuldades encontradas no acampamento do Buraco, entre elas, a falta de infraestrutura, como água, saneamento básico e alimentos, que agravou a condição de vida das famílias; porém, essas dificuldades impulsionaram-

nas a ocuparem o latifúndio para lutar por melhores condições de vida. Follmann e Roos (2017, p. 92, grifos dos autores) ressaltam que “o acampamento Buraco perdurou até as condições insalubres — devido à grande aglomeração de pessoas, a necessidade de plantar alimentos e falta de saneamento, [...] — obrigarem o deslocamento das famílias para a sede da então “fazenda”.”

Após a ocupação da sede da área da Fazenda Giacomet Marodin, as famílias organizaram um processo de produção de cereais e tubérculos para alimentação e, também, para a criação de animais que contribuiriam para o sustento dos acampados e acampadas. Entretanto, a ofensiva violenta da empresa contra os sem-terra manchou de sangue a história naquele local, pois, enquanto organizavam a produção coletiva de alimentos, dois trabalhadores foram assassinados por jagunços da fazenda. “Em janeiro do ano de 1997, José Alves dos Santos (34 anos) e Vanderlei das Neves (17 anos) foram assassinados pela “guarda” da então Giacomet-Marodin (hoje Araupel S/A), enquanto trabalhavam na lavoura comunitária do acampamento “Sede”.” (FOLLMANN; ROOS, 2017, p. 92, grifos dos autores).

O luto que, por vezes, assombrou as famílias, resultou em exemplo de força e de determinação para continuar a luta. As pessoas permaneceram acampadas resistindo à ofensiva da Giacomet e organizando a sua produção até a desapropriação da área e a efetivação dos assentamentos. Follmann e Roos (2017, p. 92) salientam que:

Somente após o assassinato de José e Vanderlei, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decretou a desapropriação parcial do imóvel Pinhal Ralo — destaca-se aqui que o mesmo já havia sido avaliado como pertencente às terras da união — para a criação do assentamento Ireno Alves dos Santos ainda em 1997, e em 1998, para a criação do assentamento Marcos Freire.

Após o processo de assentamento, as famílias passaram a se dividir no que denominam-se lotes e, a partir daí, organizaram a produção, criaram escolas, centros comunitários, associações, cooperativas, enfim, organizaram a infraestrutura para assegurar melhores condições de vida e, principalmente, a dignidade das famílias por meio do trabalho e da produção de alimentos.

No ano de 1998, foi organizado um acampamento, também às margens da rodovia federal PR 158, para a ocupação de uma área que, depois, foi consolidada

como Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul/PR. (CEZIMBRA, 2021).

Ademais, no ano 2000, as famílias ocuparam uma área denominada de Fazenda Rio Leão e formaram o Assentamento 8 de Junho. Atualmente, o Assentamento está regularizado e localizado a 8 km da sede do município de Laranjeiras do Sul/PR. Cezimbra (2013, p. 71) destaca a origem das famílias:

No assentamento foram colocadas 74 famílias, oriundas da região de Laranjeiras do Sul, do Sudoeste do PR e um grupo de famílias de Concórdia, SC, via contato de laços de parentesco, que levou o STR do referido município a trazer um grupo de agricultores para conhecer o MST da região, e que depois vieram acampar junto com as demais famílias, que já estavam nas margens da rodovia BR 158. Atualmente o assentamento tem 71 famílias, visto que 3 foram realocadas para o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, visto que os assentados, juntamente com o INCRA, concordaram em doar parte do terreno do assentamento, 3 lotes, para a construção do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O Assentamento destaca-se pela organização da produção, sendo que conta com uma associação de produtores agroecológicos que fornece alimentos para programas de alimentação escolar, feiras de produtores, venda direta ao consumidor, bem como organizam eventos para a divulgação e o consumo de alimentos saudáveis, por exemplo, o café colonial e a organização de uma cooperativa de produção para potencializar a comercialização. Vale ressaltar, ainda, a forte participação das mulheres que contribuíram desde a sua origem na organização da cooperativa, por meio da produção de panificados.

Outro momento importante que deve ser destacado e que é considerado um marco da luta sem-terra na Mesorregião Centro-Sul, foi a organização de um acampamento-base, que ocorreu no ano de 1999, às margens da PR 158, no município de Laranjeiras do Sul/PR, e contou com, aproximadamente, 900 famílias. Foi esse grupo de famílias que, em maio do mesmo ano, ocupou a fazenda Araupel (anteriormente denominada Giacomet Marodin) em duas áreas, uma denominada de Silo e a outra de Bacia, no município de Quedas do Iguaçu/PR. Desta ocupação, originou-se o Assentamento Celso Furtado, conforme explicitam Zeneratti; Valcarenghi e Lima (2020, p. 430), com base em Roos (2015):

A ocupação da fração territorial, onde está o Assentamento Celso Furtado atualmente, resultou de duas ações, ambas em terras controladas pela madeireira Araupel, que formavam, originalmente, uma área de aproximadamente 87 mil hectares na mesorregião Centro-Sul paranaense (ROOS, 2015, p. 161). A primeira ação foi a ocupação da área conhecida como Bacia. A segunda, quatro anos mais tarde, foi à ocupação da área do Silo.

O processo de acampamento das famílias de Quedas do Iguaçu, entretanto, se estendeu por 7 anos. Muitas foram as dificuldades enfrentadas, entre elas: o preconceito sofrido pelos sem-terra por parte da sociedade do referido município e a falta de condições de plantio, uma vez que as famílias não tinham acesso a crédito para custeio, investimento e moradia. Em 2004, as famílias foram legalizadas como beneficiárias da Reforma Agrária, ou seja, foram assentadas.

No ano de 2004, depois de um processo árduo e longo de acampamento, que durou alguns anos — sete anos para as famílias da Bacia e três anos no caso dos camponeses do Silo — a área ocupada pelas duas sedes foi destinada à reforma agrária por meio de decisão judicial, dando início ao Assentamento Celso Furtado. (ZENERATTI; LIMA; VALCARENGHI, 2020, p. 434).

Quanto ao processo organizativo do Assentamento Celso Furtado, houve uma distribuição de cerca de 10 hectares para cada família e um sorteio dos locais dos lotes.

Nesse território foram assentadas 1.092 famílias (ROOS, 2015, p. 31), e a área total obtida pela luta foi de 23.733 hectares (ROOS, 2015, p. 178). Cada família foi contemplada com aproximadamente quatro alqueires e meio de terra, cerca de 10 hectares, que foram distribuídos por meio de dois sorteios. O primeiro sorteio foi para determinar as áreas aonde os grupos iriam, geralmente grupos de 50 famílias por área. O segundo aconteceu para sortear o lote de cada família. Nesse momento iniciou-se outro processo, no qual cada família seguiu para um lote, o que também não é expediente simples, pois não possuíam recursos monetários. (ZENERATTI; LIMA; VALCARENGHI, 2020, p. 435).

Após o processo do assentamento, as famílias passaram a receber créditos de custeio, investimentos e recursos para a habitação, o que potencializou a organização da produção dos lotes, a geração de renda e a melhoria na qualidade de vida das famílias do local.

Ainda durante o ano de 1999, no município de Laranjeiras do Sul/PR, iniciou-se outro processo de luta pela terra, o qual assume proporção importante para o MST

da região pois, após a ocupação de um determinado local, as famílias decidem por tornar este espaço uma área de produção agroecológica. O acampamento denominado Recanto da Natureza é fruto da luta de filhos de assentados em áreas próximas à fazenda ocupada, ou seja, filhos e herdeiros da luta do MST, conforme destaca Silva (2016, p. 87):

O Acampamento Recanto da Natureza surge em março de 1999, quando 27 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam uma área situada no município de Laranjeiras do Sul. Essas famílias eram, em boa parte, compostas por jovens, filhos de assentados do assentamento vizinho Passo Liso e arrendatários de terra na região. Todos moravam nas comunidades vizinhas e os arrendatários estavam sendo expulsos da terra pelos fazendeiros que viam na área um bom lugar para produção de pasto para o gado.

Mesmo sendo esta uma ocupação em uma fazenda menor, “a área total do acampamento abrange aproximadamente 364 hectares, registradas em duas matrículas distintas, o que vem dificultando a efetivação da área para a reforma agrária [...]” (SILVA, 2016, p. 87). Ademais, com uma quantidade menor de famílias do que as relatadas anteriormente, desde o início, a organização da comunidade passou por um processo intenso de organização coletiva, com mutirões de produção de alimentos para o consumo interno, uma das marcas do local.

As famílias seguiram acampadas em um espaço coletivo até o ano de 2006. Silva (2016, p. 88) discorre acerca da divisão da área ocupada:

Em 2004, com a ajuda dos técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e capacitação em Agroecologia (CEAGRO) e que presta assistência técnica, as famílias fazem uma primeira divisão dos lotes na área ocupada, tentando seguir os parâmetros de medida do INCRA. A partir daí, elas começam a deixar a convivência conjunta para construir suas casas nos lotes individuais, esse processo vai até 2006.

Com a divisão dos lotes, as famílias intensificaram a organização da produção e organizaram o espaço coletivo da comunidade. Foi um processo de transição dos modos de produção familiar convencional para o modo de produção camponês agroecológico.

A história do Acampamento Recanto da Natureza tem como marca essencial a participação efetiva das mulheres que, de forma espontânea, iniciam a organização

da alimentação para as famílias em partes pequenas do lote. No início, com a diversidade de alimentos e, depois, com a produção de leite.

Com o apoio da assistência técnica do Ceagro, as famílias intensificaram a organização de um grupo de produção agroecológica, com isso, iniciaram um processo de comercialização da produção na feira municipal, depois, organizaram uma associação e, posteriormente, uma agroindústria.

Mesmo com a organização dos processos produtivos, a área ainda não foi regularizada. Na atualidade, o Acampamento Recanto da Natureza possui 21 lotes, 17 deles ocupados. “Os lotes que estão vagos no acampamento, segundo decisão do próprio grupo comunitário, só serão ocupados no processo de assentamento do acampamento pelo INCRA.” (SILVA, 2016, p. 87). Este acampamento é referência para a região no que se refere à organização do trabalho, à agroecologia, à coletividade, à participação efetiva das mulheres e da juventude nos processos de organização local.

A luta pela terra segue consolidando os espaços conquistados na região; no entanto, existe a necessidade de novas ocupações, já que identifica-se um grande contingente de famílias sem-terra. Destas, algumas estão localizadas em centros urbanos e em condições de dificuldade de manutenção da vida, outras são oriundas dos próprios assentamentos da região e, em sua maioria, formadas por filhos dos assentados que constituem as suas famílias mesmo morando na unidade de produção familiar, ou seja, no mesmo lote dos pais. Sendo assim, o que ocorre é que, com o aumento do número de moradores, surge a necessidade de ampliar o acesso à terra para garantir as condições de vida digna a todos.

Diante disso é que, no ano de 2013, iniciou-se, junto às famílias de assentados da região, um debate acerca de como organizar os jovens com idades acima 18 anos e as suas respectivas famílias para uma nova ocupação. O objetivo seria conquistar a outra parte da área da empresa Araupel no imóvel denominado Pinhal Ralo, situado entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu/PR e de Nova Laranjeiras/PR. Dessa organização é que, em maio de 2014, originou-se um novo acampamento em Rio Bonito do Iguaçu/PR. Cezimbra (2021, p. 137) descreve:

Em pouco mais de um mês de abertura do acampamento, em 1º de maio de 2014, juntaram-se em torno de 2.300 famílias, passando de 10 mil pessoas

no acampamento. O acampamento foi posicionado no lote de um assentado que tinha mudado para a cidade e deixara com o irmão os cuidados do mesmo. A área prevista para a ocupação com 22 mil hectares, denominada Pinhal Ralo, ficava muito próxima do acampamento e estava praticamente circundado pelos assentamentos Ireno Alves, Marcos Freire e pelo Dez de Maio em Rio Bonito do Iguaçu, e em Quedas do Iguaçu também tinha divisa como o assentamento Celso Furtado. Em função da data de início do acampamento e por ter muitos jovens filhos dos assentados, foi denominado acampamento Primeiro de Maio, Herdeiros da Terra.

No ano de 2015, um novo acampamento foi organizado em Quedas do Iguaçu/PR, apoiado pelas famílias do Assentamento Celso Furtado e do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio.

Em poucos dias reuniu em torno de 1500 famílias e muitos jovens filhos de assentados. E após um mês ocuparam o restante das áreas da Araupel, no imóvel denominado Campo Novo, onde organizam o acampamento Dom Tomás Balduino. Com mais essa ocupação, a Araupel ficou pressionada e cercada pelos assentamentos e acampamentos, praticamente por todos os lados. (CEZIMBRA, 2021, p. 137).

Os processos de luta nas áreas da Araupel foram intensos e, como forma de reprimir os avanços da organização da produção e do acampamento, a empresa assumiu novamente uma postura violenta, o que acabou resultando no assassinato de dois trabalhadores — Leonir Orback e Vilmar Bordin—, no ano de 2017, em uma emboscada no Acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu/PR. (CEZIMBRA, 2021).

Em 2018, mesmo de maneira informal, os acampados do Herdeiros da Terra de 1º de maio e do Dom Tomás Balduino decidiram fazer uma divisão provisória dos lotes para, assim, organizar a produção de alimentos e a vida das famílias. Desse modo, essa divisão ocorreu e cada família ocupou um lote de, aproximadamente, 5 alqueires, enquanto aguardavam o processo de regularização dos assentamentos. Cabe salientar que “Para essas pessoas a prioridade é a produção de alimentos pelo esforço próprio e com apoio dos assentados vizinhos, visto que muitos têm laços de parentesco. São feitas parcerias as mais diversas entre os acampados ou pré-assentados com os assentados.” (CEZIMBRA, 2021, p. 138).

Fruto das lutas e da ocupação das áreas que, anteriormente, eram de domínio da empresa Araupel, visualiza-se um processo de repovoamento da região. Este pode ser identificado como exemplo de desenvolvimento local gerado, sobretudo, pela luta

e pela organização das famílias sem-terra ao ocuparem uma área que estava concentrada sob o poder de uma empresa destinada à produção de celulose para exportação, mas que agora produz vida, alimento e desenvolvimento.

Nos assentamentos existem mais de 40 comunidades e cerca de 20 escolas entre municipais e estaduais até ensino médio, com cerca de 4.000 alunos. Nos assentamentos informais existem entre escolas municipais e estaduais cerca de 6 escolas com mais de 2.000 alunos. Existem mais de 40 associações e pequenas cooperativas nos assentamentos formais e começam também a ser organizadas nos assentamentos informais. A produção é altamente diversificada, predominando milho, feijão, soja e leite para venda no mercado e uma ampla gama diversificada de produtos de autoconsumo. A renda média gira entre 3 a 4 salários mínimos mensais nos assentados antigos, alguns chegam a ter renda de mais de R\$ 20.000,00 mensais, que tem como carro chefe a produção de leite. (CEZIMBRA, 2021, p. 138)

Cezimbra (2021, p. 190) assevera ainda que, na referida região, houve outros processos organizativos ocorridos entre os anos 2010 e 2020.

Na região Centro-Sul, além da ocupação no imóvel Campo Novo com o acampamento Dom Tomás Balduino, em 10 de julho de 2015, também foram ocupadas mais duas áreas em 2016 que faziam parte do imóvel Rio das Cobras, que a Araupel vendera para latifundiários. Formaram-se os acampamentos Fernando de Lara em uma área de pouco mais de 400 ha e o acampamento Vilmar Bordin em outra área de pouco mais de 3.500 hectares, próximos ao Dom Tomás Balduino. Na divisa dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu também foi ocupado o imóvel Slaviero, de 1400 ha, com o apoio dos acampados do Herdeiros da Terra.

É importante frisar que, nos Acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio, Dom Tomás Balduino, Fernando de Lara e Vilmar Bordin, as mulheres se conformam em coletivos locais que se somam à organização feminina da Mesorregião Centro-Sul e consolidam a formação do que identificam como CRM. As principais ações propostas pelos coletivos locais pautam a importância da mulher na luta pela terra, por isso, é necessária a estruturação de processos de formação específicos, bem como a preparação de grupos produtivos de panificados, de hortas coletivas, de artesanatos, entre outros, como forma de gerar recursos para a auto-organização feminina. Vale ressaltar que as mulheres são parte fundamental do MST e se autogerenciam dentro do movimento, com vistas a fortalecer a Reforma Agrária local.

Outro destaque importante na luta pela terra na região é que a condução e consolidação da educação como estratégia de formação de sujeitos e sujeitas sociais pelo MST. Assim, uma das prioridades, já no acampamento, é a estruturação das escolas. Cezimbra (2013) salienta:

Outro fator importante na região é o trabalho da educação do campo, entre assentados e pequenos agricultores, casas familiares rurais, centros de formação política e técnica. Primeiro a Fundação Rureco, de Guarapuava, teve forte atuação no território, depois o MST criou o seu centro de formação, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), que além de cursos informais, realizou e realiza ainda muitos cursos em parceria com universidades (UFPR, IFPR, UFFS, UNICENTRO, UFSC). O CONDETEC e algumas prefeituras com relações próximas com os movimentos sociais da região desenvolveram cursos de educação de jovens e adultos, na modalidade do Saberes da Terra. Por conta desta atuação articulada na região e sintonizada com processos mais amplos, que a atuação no Movimento pró-universidade federal na região, resultou em um campus regional, sediado em Laranjeiras do Sul, dentro do Assentamento Oito de Junho. (p. 71, grifos do autor).

A presença massiva de jovens e de mulheres na base orgânica do MST tem consolidado um amplo trabalho de organização dos coletivos de juventude e de mulheres. Experiências relacionadas à formação e à estruturação de grupos produtivos qualificam a atuação dessas sujeitas e sujeitos na região. Vale ressaltar que, tanto a juventude quanto as mulheres sem-terra, coordenaram processos de formação sistematizados em experiências de escolas de formação, ambos em formatos semelhantes e que serão explicados com mais detalhes no item a seguir.

Diante dessa breve apreciação da luta do MST na Mesorregião Centro-Sul, observa-se a importância do movimento como sujeito social e as potencialidades de contribuição para o desenvolvimento regional. Os processos de organização da luta das famílias sem-terra resultaram na “implantação de 49 assentamentos rurais, nos quais vivem 4204 famílias e ocupam uma área de 95.222 ha.” (COCA, 2011, p. 129). No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, dos 20 municípios que compõem o território, “14 possuem assentamentos rurais, o que representa 70% do total.” (COCA, 2011, p. 137).

A experiência e a luta pela Reforma Agrária têm forjado processos de formação, de organização e de produção da vida na região. Isso quer dizer que a preocupação não está apenas na perspectiva da divisão das terras, mas na consolidação de acesso

dos trabalhadores e das trabalhadoras aos meios de produção, para que amplie a produção de alimentos saudáveis aos trabalhadores do campo e da cidade, e que possibilite a autonomia das famílias, a cooperação e a solidariedade.

Nesse contexto, as mulheres assumem papel fundamental nos diferentes espaços de luta desde o acampamento até os assentamentos e nos processos de organização da cooperação. No capítulo a seguir, a reflexão sobre a importância das mulheres no MST será intensificada, bem como serão visualizados os processos organizativos e formativos destas na Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

3.4 AS MULHERES SEM-TERRA NO BRASIL

As mulheres sem-terra marcam suas presenças na luta desde o surgimento do MST na década de 1980. A partir do momento de sua concepção, o movimento conduz a participação e a inserção das famílias sem-terra, portanto, a atuação das mulheres é essencial em sua organicidade. Essa presença, por vezes, reflete a forma como a sociedade vigente no período histórico concebe as relações entre os seres humanos. Esmeraldo (2007, p. 1) destaca:

Ancoradas num movimento social de caráter classista, as mulheres adentram no movimento de forma assujeitada. Trazem identidades sexuadas subordinadas à ordem patriarcal, à modelos instituídos no tempo histórico e pela cultura, alimentados pela ordem binária e universalizada, e sem o reconhecimento de suas práticas nas instâncias sociais, econômicas, políticas e organizativas do MST. São invisibilizadas pelo domínio hierárquico da categoria de classe social, que orienta o Movimento e homogeneiza os sujeitos em coletivos políticos, denominados Trabalhadores Sem Terra.

As mulheres sem-terra assumem a luta pela terra com força e determinação, fortalecendo as diferentes frentes de organização do MST. Essa reflexão é citada por Esmeraldo (2007, p. 4), que reitera:

Mas, desde a formação do Movimento que mulheres protagonizam papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupações de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamentos com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos; compõem comissões de reivindicação junto ao poder público; deslocam-se de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST.

Entretanto, essa participação ainda envolve um grupo pequeno de mulheres. A maior parte das tarefas ocupadas por elas está ligada ao cuidado e à reprodução da vida, com destaque aos setores de saúde e de educação, enquanto ainda há pouco envolvimento em setores relacionados à luta e à organização econômica, por exemplo, a Frente de Massas e de Produção¹⁵.

Todavia, o MST tem se vinculado à luta de classes e à transformação social ao longo de sua história na luta por melhores condições nas relações de gênero. Isso está presente em seus materiais informativos e nas atividades de formação, bem como nas propostas organizativas. A seguir, serão abordados alguns aspectos representativos da participação das mulheres ao longo da história do MST.

O surgimento do MST ocorreu de forma concomitante com um processo de organização de outros setores sociais que pautavam e questionavam as formas de relações sociais de gênero. Oriundas destes processos, várias mulheres iniciaram suas caminhadas junto ao MST, percebendo as possibilidades de conquista da terra, do trabalho e da autonomia.

As mulheres sem-terra têm origens múltiplas, uma vez que a organização de um acampamento ocorre a partir da junção de diferentes famílias que se unem com o objetivo da luta pela terra. Em muitos casos, essas pessoas migram de regiões de um mesmo Estado, ou até de outras regiões do País. Diante disso, chegam ao acampamento com características culturais decorrentes de suas vivências anteriores.

Quando se volta o olhar para a luta pela terra, nos processos de constituição de territórios de Reforma Agrária, é possível identificar que a participação feminina se explicita e se evidencia desde o momento da organização do acampamento, na organização familiar, na resistência em permanecer nos acampamentos, fortalecendo a luta e a conquista da terra. É perceptível, entretanto, que as mulheres têm pouca participação nos espaços de tomada de decisão, seja no âmbito da organização familiar, no processo de produção e na organização do trabalho. (KUNRATH; ANDRIOLI, 2020, p. 284).

As mulheres sem-terra, influenciadas pelos movimentos feministas, pautam a necessidade de diálogo sobre sua participação no MST e sobre as relações de gênero

¹⁵ Setores do MST responsáveis por buscar estratégias de ocupação e resistência e por articular as lutas.

no movimento. Assim, no ano de 1987, durante o 3º Encontro Nacional, as mulheres avançaram nos debates acerca de sua participação e “elas garantem a inclusão da organização das mulheres como parte da organização interna dos assentados; o estímulo à maior participação das mulheres e a comemoração por todos e a nível nacional do Dia da Mulher Trabalhadora, no Dia Internacional da Mulher, o dia oito de março.” (ESMERALDO, 2007, p. 6).

Esmeraldo (2007) destaca que, no final de 1989, as mulheres progrediram em sua organização dentro do MST na medida em que foi incluído um capítulo específico contemplando as pautas femininas, em um documento denominado *Normas Gerais do MST*.

No documento *Normas Gerais do MST*, as mulheres conseguem garantir a criação do Capítulo VIII — Da Articulação das Mulheres, que coloca em cinco tópicos a definição do movimento, sobre as mulheres do MST. Esse documento reúne as deliberações dos cinco primeiros encontros nacionais. O Capítulo trata de garantir o estímulo à *participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder e de representatividade; de combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, de lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras; de estimular a organização de comissões de mulheres em todos os espaços de atuação do Movimento; de formar a nível nacional uma equipe de mulheres para pensar e propor políticas específicas para a organização das mulheres sem terra e elaborar materiais e publicações para orientar o trabalho específico das mulheres do Movimento (Cf. Normas Gerais do MST, MST, 1989). (ESMERALDO, 2007, p. 6, grifos do autor).*

A partir dessa ação, as mulheres concretizaram o processo de auto-organização, compreendendo a importância do seu fortalecimento para contribuir nas lutas do movimento e também buscando estratégias de construção de novas relações de gênero intrínsecas ao MST e à sociedade de maneira geral. Esse processo ocorreu com o fortalecimento de mulheres de outras organizações sociais. Esmeraldo (2007, p. 7) discorre sobre esse aspecto:

Organizam-se internamente para desenvolver lutas estratégicas para construir novas subjetividades e uma nova condição de mulher; realizam alianças com mulheres, ONGs feministas e com núcleos de estudos da mulher e de relações de gênero de universidades federais em vários estados do país e constroem projetos alternativos e de enfrentamento à mundialização do paradigma de desenvolvimento capitalista de formato neoliberal.

As mulheres sem-terra organizam estratégias de ações para a consolidação e a efetivação de sua participação nos diferentes espaços de luta pela terra, sendo estas: “1. Política de re-significação das mulheres como sujeitos políticos; 2. Política de Formação Específica das e para as Mulheres; 3. Criação de Signos para Afirmação da Luta das Mulheres; 4. Realização de Lutas Específicas dirigidas pelas Mulheres; 5. Políticas de inclusão das mulheres nos espaços de decisão e de direção do MST.” (ESMERALDO, 2007, p. 15). A seguir, serão apresentadas as reflexões e as ações desenvolvidas com base nas estratégias citadas.

As políticas de (re)significação das mulheres como sujeitas políticas tiveram como objetivo abordar com as sem-terra a notoriedade da luta para as mulheres e o protagonismo feminino em todos os processos de organização do MST. Debates acerca da forma como se organiza a luta, da vida pós-assentamento e de reflexões sobre a importância de romper com a reprodução de relações patriarcais em seus espaços de vida.

Ação se realiza através do estímulo à participação ativa das mulheres em todas as atividades de massa do Movimento. Busca mostrar que fazem parte da classe trabalhadora, que as bandeiras de luta do MST são também suas bandeiras e, que são capazes de atuar em todas as ações protagonizadas pelo Movimento e pelos homens. Essa estratégia procura garantir a participação e o reconhecimento da mulher nas ações do campo político, ou seja, no campo das forças e das lutas do Movimento. _ um espaço para a construção de uma imagem pública para o interior e para fora do MST, para dar expressão política à sua ação militante e para definir um lugar político para as mulheres. (ESMERALDO, 2007, p. 7).

No que se refere às políticas de formação específica organizadas e destinadas às mulheres, no ano de 1996, as sem-terra “organizam o I Encontro Nacional de Mulheres do MST e colocam na pauta o debate sobre: “Luta de Gênero e Luta de Classe”, “As Mulheres e o neoliberalismo”, “A Mulher nos Clássicos”, “Situação das Mulheres no MST” e “Linhas Políticas do MST com relação às Mulheres”.” (ESMERALDO, 2007, p. 8).

Durante o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, elas criaram o “1º Coletivo Nacional de Mulheres do MST e elaboram o Plano de Trabalho para orientar as ações do Coletivo.” (ESMERALDO, 2007, p. 8). Algumas reflexões tecidas

durante o encontro apontam para as relações desiguais entre homens e mulheres no seio do MST, constata-se que “o discurso socializado nos encontros, cursos e místicas baseado na prática da solidariedade, da igualdade e da justiça não transforma as relações cotidianas nem afeta as imagens e formas binárias dos gêneros.” (ESMERALDO, 2007, p. 9).

O I Encontro Nacional consolidou, também, objetivos norteadores para a organicidade das mulheres no próximo período. Esmerando (2007, p. 9) destaca esses objetivos:

a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal); b) tratar a questão de classe e gênero enquanto um princípio; c) massificar e qualificar a participação da mulher e, d) dar organicidade à participação das mulheres (Conforme Cartilha que contém o Plano de Trabalho e os encaminhamentos do 1º Encontro Nacional, junho: 1996).

Outra deliberação importante do Encontro foi que elas se reunissem em um evento nacional a cada 2 anos. Durante esse período, a luta das sem-terra consistiu em organizar ações de valorização e de intensificação da participação das mulheres no MST, sendo:

Mapeiam alianças internas com mulheres e homens militantes e dirigentes. Programam lutas específicas como: a realização nos assentamentos da Campanha Nacional de Documentação das Mulheres; a Campanha de Cadastro e Título da Terra em nome da mulher; a participação nas mobilizações no dia 12 de agosto proposto pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/ANMTR; a realização de atividades no dia oito de março e tratá-lo como o dia de luta da mulher do MST; a construção de relações de parcerias com outros movimentos sociais e com ONGs; a reprodução através de imagens de lideranças femininas da classe trabalhadora e o apoio à realização de encontros estaduais e municipais para a formação das mulheres. (ESMERALDO, 2007, p. 9).

Com os avanços em sua auto-organização, as mulheres observaram a necessidade de ampliar a compreensão acerca do conceito de gênero. Sendo assim, estudos se iniciaram nos anos de 1990.

As sem-terra estabelecem objetivos específicos para a participação, os quais estão sistematizados em uma Cartilha das Mulheres sob o título *Compreender e construir novas relações de gênero. Coletânea de textos*, de 1998. A seguir, são destacados os objetivos:

Fortalecer o MST em suas diferentes instâncias e setores. Buscar a massificação da luta pela terra, em todo seu processo: antes, durante e depois. Fortalecer o processo de avanço das forças produtivas dentro do assentamento. Obter o conhecimento da mulher no meio rural e na história da classe trabalhadora. Estabelecer uma relação de companheirismo e solidariedade entre homens e mulheres, isto é, buscar uma relação de novo tipo. Identificar as classes econômicas, sociais culturais e políticas que impedem a participação integral das mulheres. (MST, 1998, p. 51).

A metodologia de ações propostas pelas mulheres orientou práticas das direções estaduais (estudos, estímulos para potencializar a participação feminina, diálogos com as diferentes instâncias da organização junto ao setor de formação e de educação, criação de mecanismos de debate na base com homens e mulheres) no trabalho de base, com o coletivo da Frente de massas¹⁶, com os acampamentos e os assentamentos.

No que se refere às proposições ao setor de formação, destaca-se que:

[...] a participação das mulheres não se dará por normas, mas que será um processo educativo, propomos que nos cursos de formação a nível nacional e de base tenha uma porcentagem de 40% de mulheres. Dedicar um dia de discussão específica sobre a questão das mulheres nos cursos nacionais. (MST, 1998, p. 52).

Em 1998, o MST também iniciou uma campanha nacional com o tema “Nenhuma trabalhadora rural sem documento”, que tinha o objetivo de estimular as mulheres a terem todos os seus documentos completos. (MST, 1998).

Em consonância com os processos de formação, as mulheres realizaram lutas específicas dirigidas por elas mesmas, lutas estas articuladas com outras organizações sociais, com pautas específicas femininas:

Na década de 1990 as mulheres sem terra vinculam-se a ANMTR (movimento de mulheres com atuação forte na região sul do Brasil) para a luta pela garantia dos direitos previdenciários, como o salário maternidade e a aposentadoria com 55 anos para as mulheres. Participam dos Encontros Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Campanha “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem Documento”, engajam-se no Projeto Consulta Popular, participam da Marcha Popular pelo Brasil em 1999 e assumem a compreensão da necessidade de incluir a luta contra o neoliberalismo nas suas lutas específicas. (ESMERALDO, 2007, p. 14).

¹⁶ O termo “Frente de massas” é utilizado para designar o coletivo responsável por desenvolver estudos sobre áreas que não cumprem a sua função social, bem como organizar novas ocupações.

Torna-se crucial, a partir dos estudos e das lutas desencadeados, a necessidade de diálogos e debates de gênero com o movimento de forma geral, e não apenas com mulheres, para que, assim, possam ser construídas condições concretas de participação feminina.

Diante disso, o MST, em seu processo organizacional, compreende a necessidade de articular e de estruturar um setor de gênero, que surgiu como fruto das lutas das mulheres buscando ocupar espaços dentro do movimento e, principalmente, ampliando os cargos de direção.

Em 1998, o Coletivo Nacional das Mulheres do MST estabeleceu como objetivo geral para a organização: “Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela Reforma agrária e na sociedade que queremos construir.” (MST, 1998, p. 48).

A organização e o fortalecimento das mulheres, assim como os avanços nos debates sobre as relações de gênero e luta de classes incentiva a coletividade do MST para a criação de um setor de gênero. Sobre a criação do Setor Nacional de Gênero do MST, Kelli Mafort em matéria intitulada *Mulheres do MST criam novas relações dentro e fora do movimento*, escrita em 2014, disponível no *site* do MST, ressalta:

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culmina na criação do setor de gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instancias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST. (MAFORT, 2014, p. 1).

O Setor de Gênero compreende que os papéis dos homens e das mulheres são construções sociais, que são legitimadas nas esferas culturais, políticas, sociais, e que as crianças crescem sendo influenciadas pela sociedade que reproduz o patriarcado. A partir dessa perspectiva, espera-se que o MST contribua nos processos de construção de novas relações de gênero por meio de debates, de medidas concretas que orientem e alterem a vida das famílias e, em especial, das mulheres.

Assim, o setor passou a ter como tarefa animar e estimular o debate de gênero nas instâncias e demais setores do MST, além de contribuir nas reflexões e nos

espaços de formação, de elaborar materiais, de propor atividades, ações e lutas que contribuam para uma participação igualitária. Entre as tarefas do setor, destacam-se: “estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.” (MAFORT, 2014, p. 1).

Outras questões relevantes com relação às tarefas do setor, são: cobrar a implementação de linhas políticas de gênero; questionar a naturalização da inferioridade feminina diante da masculina padronizada no conjunto da sociedade brasileira e no MST; romper com a lógica patriarcal de organização das relações para avançar na construção de uma nova sociedade.

Em 2000, o Setor Nacional de Gênero do MST realizou o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, que resultou na elaboração das Linhas Políticas de Gênero, as quais orientam a implantação nos diversos espaços de sua organização e que estão enunciadas a seguir:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher; 2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família. 3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. 4. Em todas as atividades de formação e capacitação, assegurar que haja 50% de participação de homens e mulheres; 5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora; 6. Garantir que em todas as atividades do MST tenha Ciranda Infantil; 7. Assegurar a realização de atividades sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST; 8. Garantir a participação das mulheres na Frente de massa e no Sistema Cooperativista dos Assentados para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; 9. Realizar a discussão da cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberem a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, incentivando a organização de refeitórios, lavanderias comunitárias, etc; 10. Garantir que as mulheres sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica; 11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra mulheres e crianças que são as maiores vítimas da violência no capitalismo. (MST, 2005, p. 31).

A década de 2000 foi marcada por uma grande trajetória de luta das mulheres sem-terra. Nesse período, foram realizados o 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, acampamentos estaduais, mobilizações, ações de luta com ocupações em empresas de celulose, encontros alusivos ao 8 de Março, entre outros. Esmeraldo (2007, p. 14, grifos do autor) sistematiza essas ações:

Em março de 2000 realizam o 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília com o lema *Mulheres gerando a vida, construindo um novo Brasil* tendo a participação de 3.000 mulheres de todos os estados do Brasil. Nos anos de 2001 e 2002 as mulheres realizam acampamentos estaduais nos próprios estados e colocam como debate formativo e político o projeto neoliberal e o Projeto Popular. Em 2003 realizam atos públicos e mobilizações nos estados e trazem para o debate os dois projetos de desenvolvimento da agricultura no país. Em 2004 e 2005 novos atos, seminários e marchas nos estados são realizados. Em 2006 preparam ações nos estados e a Marcha Nacional das Mulheres em Porto Alegre durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/FAO. Nesse ano realizam a ocupação da ARACRUZ/RS, que tem repercussão mundial. Em 2007 fazem ações nos estados e ocupação de latifúndios, de áreas de produção de monoculturas como a celulose, de produtos agrícolas e de sementes transgênicas, para denunciarem o avanço do projeto neoliberal no campo e defender um projeto de soberania alimentar para o país. Fazem ainda, protestos nas capitais contra a visita do presidente dos EUA George Bush.

No ano 2020, o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, pautado pelo Setor Nacional de Gênero, marcou os 36 anos de organização do MST no Brasil. Sobre o encontro, Frota (2021, p. 46) aponta:

I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra ocorrido em Brasília entre os dias 05 a 09 de março de 2020. Com o lema "Mulheres em luta, semeando a resistência", esse Encontro teve um significado simbólico especial. Após 36 anos de existência do Movimento, era a primeira vez que cerca de 3.500 Marias/Companheiras – assentadas, acampadas, militantes, dirigentes, apoiadoras e convidadas nacionais e internacionais oriundas de todos os estados do Brasil se reuniam para debater e construir coletivamente ações de resistência ativa para preservar as conquistas e seguir lutando contra todas as formas de opressão com um único objetivo: construir uma nova sociedade igualitária, fraterna e justa (SETOR DE GÊNERO, 2020).

Durante o evento, as atividades foram coordenadas pelas mulheres e os debates aprofundados tiveram a perspectiva de luta e de formação feminina. Os debates foram norteados pelas definições políticas do MST no último período, as quais são:

a) Luta contra a violência do capital sobre nossos corpos e territórios; **b)** Lutar contra a reprodução do capital no campo, o agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio; **c)** Compreender, aprofundar e consolidar o debate do Feminismo Camponês e popular na construção da Reforma Agrária Popular; **d)** Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da Jornada Nacional do Trabalho de Base, por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural das diferentes regiões do país; **e)** Avançar na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo; **f)** Seguir construindo nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica em outras relações com a natureza e entre os seres humanos, produzindo alimentos saudáveis, através da agroecologia; **g)** Reafirmar a importância da participação da Juventude, das Mulheres, Negras e Negros, LGBT na construção da Reforma Agrária Popular e no enfrentamento de todas as formas de violência; **h)** Manter vivo o princípio de valores humanistas e socialistas, entre nós e com os povos em lutas e resistência. (SETOR DE GÊNERO, 2020, p. 7-8, grifos nossos).

As conclusões do ato apontam para a continuidade de um longo processo de luta contra as estruturas do capital, da formação e da conscientização política das mulheres no conjunto do MST e também da luta pelas pautas específicas das mulheres. A luta das sem-terra se configura como interna e externa à organização, busca valorizar os processos nacionais, estaduais e regionais, fortalecendo, assim, a construção da autonomia feminina nas diferentes formas, e pautando a necessidade da construção de relações mais iguais.

Vale ressaltar que, ao longo da história de luta das camponesas no Brasil, das quais as sem-terra são parte fundamental, mulheres tombaram na luta para dar voz às demais, deixando um legado de força, rebeldia, determinação, e clareza da luta de classe. Diante disso, apresentam-se as memórias lutadoras como Roseli Nunes¹⁷, Margarida Maria Alves¹⁸ e Dorothy Stang¹⁹, e outras tantas companheiras que forjam suas lutas essenciais para a organização e que servem de inspiração e fortalecimento femininos.

A seguir, será abordado o processo organizacional das mulheres sem-terra da Mesorregião Centro-Sul do Paraná, em que serão enfatizados aspectos da estruturação, da formação e da luta, enfocando em um processo formativo denominado ERM como potencial de formação e de valorização dessas sujeitas.

¹⁷ Lutadora que foi assassinada em 31 de março de 1987, durante um protesto de pequenos agricultores no Norte do RS.

¹⁸ Líder sindical e camponesa brasileira assassinada em 12 de agosto de 1983.

¹⁹ Missionária católica estadunidense assassinada no Estado do Pará. Ficou conhecida por defender a população sem-terra na região.

3.5 AS MULHERES SEM-TERRA NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Conforme destacado no item anterior, na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, a luta pela terra é uma realidade latente e a organização das mulheres camponesas é um exemplo da importância das lutas na estruturação do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, uma vez que elas coordenam processos de luta, de formação, de cooperação, de produção e de autonomia feminina.

Com base nessa concepção, o MST vem se consolidando com as suas diversas experiências de formação, em que as mulheres assumem o papel de protagonistas. Todavia, é visível que, muitas vezes, elas se dedicam mais às tarefas de cuidados e que têm menos participação nos espaços de formação e de tomada de decisões.

No ano de 2005, as mulheres pequenas agricultoras, organizadas pelo MPA, se juntaram para articular a realização de um encontro de mulheres no dia 8 de março, compreendendo a necessidade desse evento e fortalecendo essa data como dia de luta e de organização das mulheres. “No ano de 2006, o MPA organiza o 1º Encontro Regional do 8 de Março, que aconteceu no município de Cantagalo, que contou com a participação de aproximadamente 300 Mulheres, sendo que as discussões foram voltadas para Saúde da mulher.” (CEAGRO, 2012, p. 5).

No referido encontro, as mulheres definiram a continuidade e a realização anual do evento, definindo um caráter itinerante a ele, ou seja, em cada ano, ocorreria em um município da região. Esse primeiro encontro contou com a participação de algumas mulheres sem-terra.

Nesta data reúnem mulheres de todos os municípios da região para lutar e refletir sobre a importância do seu papel na sociedade, bem como para denunciar as problemáticas que permeiam suas atividades cotidianas de vida. As atividades no período da manhã iniciam com a marcha das mulheres, em seguida acontecem palestras sobre diferentes temas. No período da tarde são realizadas apresentações culturais. Nesse dia, é feito o encaminhamento com as mulheres de onde será realizado o próximo 8 de março. (CEAGRO, 2012, p. 5).

Nessa perspectiva, surgiu, na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, um processo de auto-organização das mulheres para a realização dos encontros alusivos ao 8 de

Março, o qual se constituiu como um momento de articulação das mulheres camponesas da região.

Assim, a partir do ano de 2006, passam a organizar encontros regionais por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Esses encontros se consolidam anualmente, sempre com aumento da participação das companheiras. As mulheres, contudo, foram compreendendo a necessidade de fortalecer a sua organização para além desses encontros que ocorriam uma vez a cada ano. (KUNRATH; ANDRIOLI, 2020, p. 285).

Nos anos de 2007 e 2008, os encontros regionais ocorreram nos municípios de Nova Laranjeiras/PR e de Goioxim/PR em que houve aumento na participação das mulheres a cada ano.

Em 2009, é quando as mulheres sem-terra passaram a compor o processo organizativo junto às pequenas agricultoras e consolidaram o Encontro Regional de Mulheres da Via Campesina.

O 4º Encontro do 8 de Março realizou-se em Porto Barreiro, no ano de 2009, este ano foi marcado pela inserção das mulheres do MST dos acampamentos e assentamentos, na construção do 8 de março. Teve como temática “Relações de Gênero” e a participação de 2.000 mulheres. A partir, deste ano se consolida, enquanto Encontro Regional de Mulheres da Via Campesina da Região Centro-Oeste do Paraná. (CEAGRO, 2012, p. 6).

Os anos seguintes fortaleceram a organização das mulheres, que perceberam a importância e o potencial da luta coletiva. Com o objetivo de qualificar a preparação do 5º Encontro, foi articulado um dia de formação para aquelas que estariam inseridas na realização do evento. Após esse processo, elas decidiram criar o CRM da Via Campesina.

O CRM da Via Campesina teve como objetivo constituir um processo contínuo de articulação das mulheres propondo e consolidando momentos de formação e de luta. O Coletivo reunia-se mensalmente para debater as especificidades das mulheres, planejar ações coletivas e, também, a participação e a inserção feminina em tarefas e lutas conjuntas do movimento na região.

A consolidação do CRM foi uma das sementes dos Encontros Regionais de Mulheres e, no início, contou com a participação de mulheres do MST, do MPA, e dos STRs, mas, depois, manteve-se apenas com as sem-terra. Nesse viés, o grupo

avançou para se tornar também um espaço de estudo e de formação denominado ERM da Via Campesina. A experiência dessa escola regional será aprofundada no próximo capítulo, em que serão abarcados seu histórico, sua concepção e suas contribuições nos processos formativos das mulheres na região.

4 APORTES TEÓRICOS DA AGROECOLOGIA, DA CORPOREIDADE, DOS PROCESSOS FORMATIVOS DO MST E A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES NO MST

Este capítulo aborda os conceitos da agroecologia e examina-os através da lente do diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Ademais, realiza uma análise crítica das práticas formativas adotadas pelo MST, com ênfase na notável trajetória da ERM do movimento. Essa iniciativa educacional foi desenvolvida pelas mulheres da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná e é embasada por fundamentos teóricos que norteiam a abordagem pedagógica do movimento. Além disso, este capítulo proporciona uma base teórica sólida para refletir sobre a evolução histórica e social dos corpos e da corporeidade feminina.

A percepção de que a vida humana é composta por múltiplas dimensões e que as pessoas se constroem e reconstroem permeadas pelas relações que estabelecem em suas vivências, baliza para a importância da compreensão dos conceitos apontados na pesquisa buscando compreender como as mulheres se constituem em sua corporeidade sinalizadas por experiências formativas e produtivas, as quais ocorrem em uma constante práxis.

4.1 A AGROECOLOGIA E O DIÁLOGO DE SABERES

Com vistas a compreender o conceito de agroecologia, parte-se da perspectiva de seu surgimento e caracterização como modelo produtivo, em contraposição à lógica capitalista materializada pelo agronegócio, sendo uma ação de luta e de enfrentamento incorporada por organizações e movimentos sociais em um processo antagônico à exploração do capital no campo.

No Brasil, a agroecologia é construída pelas múltiplas mãos de trabalhadoras e trabalhadores de comunidades tradicionais, de povos originários, de camponeses e camponesas, de participantes de movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), de pesquisadores e técnicos universitários, os quais, em comum, buscam consolidar a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro,

na estratégia de desenvolvimento territorial e soberania popular, e alimentar e preservação do meio ambiente.

O modo de fazer agricultura é constituído por um projeto de defesa da vida e, de modo peculiar para as mulheres, pela possibilidade de visibilização e protagonismo nos processos produtivos, uma vez que, construir a agroecologia implica em desenvolver as dimensões ecológicas, técnico-produtivas, socioculturais, econômicas e políticas, redimensionando desde os modos de produção, os processos de organização do trabalho, a gestão e a cooperação, as relações interpessoais e de gênero até as relações entre humanos e não humanos, os quais designam-se como forças complementares.

As origens da agroecologia são advindas dos processos de descoberta da agricultura e das práticas desenvolvidas pelas camponesas e pelos camponeses ao longo da história das agriculturas. Segundo Guhur (2021, p. 60, grifos do autor):

O que atualmente chamamos de agroecologia tem sua origem nas práticas camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das “agri-culturas”, as quais se encontraram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões.

Práticas agroecológicas de manejo do solo e de trato da biodiversidade e práticas produtivas são características das agriculturas que antecederam a Revolução Verde, ou seja, práticas agrícolas com enfoques ecológicos. De acordo com Hecht *apud* Siliprandi (2009, p.104, grifos da autora): “[...] a ciência e a prática da agricultura desde os seus primórdios haviam sido “agroecológicas”, pois eram o resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas e às variações ambientais por meio das quais foram acumulando conhecimentos e aperfeiçoando seus métodos.”

Esse constante fazer e refazer, muitas vezes baseado em conhecimentos empíricos, é que se desenha como premissa da agroecologia. Para Hecht *apud* Siliprandi (2009, p.104, grifos da autora):

A agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agronômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe,

etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam.

As mulheres são detentoras de vastos conhecimentos e de saberes oriundos de experiências de observação e de práticas produtivas acumuladas historicamente que foram direcionados à produção de alimentos, ao cuidado com a biodiversidade, com o solo, com a água e com as sementes. Na agroecologia, as mulheres são consideradas sujeitas sociais fundamentais na sua construção, Pacheco (2002, p. 20) salienta:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtivas as bases da segurança alimentar.

No entanto, embora as mulheres sejam detentoras de tal conhecimento, o trabalho feminino foi construído culturalmente como “ajuda”, sendo direcionado ao cuidado e à reprodução familiar.

Foi incorporada à agricultura a utilização de um pacote agroquímico de produção (agrotóxicos, sementes híbridas, transgenia, nanotecnologia, adubos químicos), maquinaria, apropriação e exploração de grandes extensões de terra para produção de monocultivos, em especial, de *commodities* para exportação. Além disso, o fazer foi masculinizado (uma vez que as construções histórica e sociocultural são de que o trabalho com máquinas agrícolas e a produção de renda é papel masculino) e os modos de produção e do trabalho no campo padronizados.

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.). (DELGADO, 2020. p. 58, grifos do autor).

Consolida-se, assim, a desqualificação do modo de produção camponesa, caracterizando-o como a agricultura do “atraso”, em uma dicotomia com o

agronegócio, que se padroniza como o modelo de produção agrícola moderno, avançado e desenvolvido, e com a modernização da agricultura, que passa a constituir a estratégia do agronegócio, por meio da integração da produção primária com a indústria.

De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado. (DELGADO, 2020. p. 58, grifos do autor).

O modelo de produção tecnológica do agronegócio tem se apropriado de recursos naturais como a terra, a água e a biodiversidade, degradando e poluindo o meio ambiente e explorando os recursos naturais camuflado em um discurso de produção de alimentos para suprir as necessidades alimentares dos povos. Esse modelo é excludente e violento para as mulheres que não encontram espaço para a suas vivências no campo.

Em contraposição ao modelo capitalista de desenvolvimento do campo, a construção da agroecologia vem se consolidando como projeto de vida para as famílias e um aporte para a efetivação do desenvolvimento rural sustentável. Conforme Guhur (2021, p. 59), “A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política.”

A agroecologia pode ser compreendida como uma ciência por meio da construção de um novo paradigma, que se propõe romper com a fragmentação e com a visão economicista de agricultura, uma vez que aponta como essenciais alterações em questões sociais, econômicas, ecológicas, culturais, políticas e éticas em que tudo está intimamente interligado, buscando a transformação social mais igualitária em sua amplitude. Não se limita, entretanto, a ser compreendida apenas como ciência.

A perspectiva de diálogo de saberes entre o conhecimento popular e o conhecimento técnico-científico também faz parte da concepção de agroecologia. Segundo Zitkoski (2008), baseando-se em Paulo Freire, é por meio do diálogo que a realidade é construída e transformada. “(...) O diálogo como processo dialético

problematizador, Ou seja, através do diálogo podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação.” (Zitkoski, 2008, p. 236). Este diálogo se refere ao saber ouvir em que o resultado dessa troca se materializa em uma nova práxis.

Assim, o diálogo ocupa papel fundamental na agroecologia, uma vez que possibilita relacionar aspectos históricos, sociais, culturais, ou seja, os saberes empíricos que problematizam e que se relacionam com os saberes científicos e constroem novas possibilidades.

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística. (CAPORAL, 2009, p.18).

Ainda sobre a importância do diálogo de saberes na agroecologia, Zitkoski (2008, p. 236, grifos do autor) salienta a necessidade de que ele ocorra de maneira crítica-problematizadora baseada em uma práxis social, com vistas à humanização e a mudanças reais na vida social:

[...] através do diálogo podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação. Nessa perspectiva, o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma *práxis social*, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso *ethos cultural*, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca.

Dizer o mundo e caminhar tendo o compromisso da práxis, da palavra dita e da ação humanizadora, traz à tona a dimensão humana de transformação da realidade. O diálogo de saberes busca valorizar os processos históricos, o saber empírico e o saber científico. Nesse viés, há a construção do conhecimento agroecológico, em que os processos de elaboração de novos saberes sobre a agroecologia são elaborados a partir do diálogo entre os conhecimentos tradicionais

dos agricultores e agricultoras, e do saber técnico-acadêmico (SANTOS, 2007b). À medida que se compreende a amplitude da agroecologia, a práxis deve estar pautada na construção de uma perspectiva social que aponte para a problematização de maneira crítica.

Compreendendo a importância do diálogo de saberes na agroecologia, Guhur; Toná (2009, p. 3323, grifos dos autores), amparando-se em escritos de Tardin (2006), apontam que:

Seu objetivo é “a busca de um sistema de compreensão e planejamento dos agroecossistemas familiares ou coletivos, partindo-se da história dos indivíduos-sujeitos envolvidos e o ambiente que questionam, de modo a valorizar seus processos históricos”, mas que diante e, além disto, busca “correlacioná-los e problematizá-los à luz da história da agricultura e dos movimentos sociais a que pertençam e das potencialidades e limitações ecológicas e agrícolas do ambiente local, de modo a alcançar o desencadeamento da experimentação em agroecologia”. (Tardin, 2006, p. 05).

Assim, o diálogo implica em uma troca de saberes entre o conhecimento científico sistematizado e o conhecimento ou o saber popular oriundo das experiências de vida dos camponeses em suas múltiplas dimensões, e expressa suas visões de mundo. Um processo em que todas e todos se educam em uma relação horizontal na qual possuem conhecimentos que se complementam e não são antagônicos. O resultado é uma construção conjunta do saber de forma recíproca e dialógica.

O diálogo de saberes na agroecologia compreende as diversas dimensões dos seres humanos em uma visão de complementaridade, as quais devem ser desenvolvidas em consonância para alcançar a transformação da realidade. Dessa forma, Caporal (2009) recorre a Sevilla Guzmán e Ottmann (2004), que apontam elementos centrais da agroecologia:

Sevilla Guzmán e Ottmann (2004) apontam que os elementos centrais da Agroecologia se agrupam em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política. Entretanto, não se organizam de forma isolada, ambas se entrelaçam influenciando umas às outras por meio de abordagens inter, multi e transdisciplinares razão pela qual os agroecólogos e seus pares lançam mão de ensinamentos da Física, da Economia Ecológica e Ecologia Política, da Agronomia, da Ecologia, da Educação e Comunicação, da História, da Antropologia e da Sociologia, para

ficarmos em alguns dos aportes dos diferentes campos de conhecimento. (CAPORAL, 2009, p. 19).

A agroecologia compreende um conjunto de ações e perspectivas que impulsionam uma mudança na forma de conceber a vida no campo e nas relações que se estabelecem com os demais segmentos sociais, assim como nas relações com os ambientes. Muito além de mudanças nas técnicas produtivas em que sujeitos e sujeitas ocupam centralidade, a valorização da vida e da biodiversidade consolidam o empoderamento dessas sujeitas e sujeitos. Siliprandi (2009, p. 114) aponta aspectos imprescindíveis para o empoderamento camponês:

(i) a visão de que os camponeses (entendidos como todos os grupos tradicionalmente excluídos ou subordinados da “modernidade” no campo, tais como indígenas e povos tradicionais) devem ser os sujeitos ativos dessas propostas, em diálogo com as disciplinas científicas conhecidas (agronomia, ecologia, sociologia e economia rurais, etc.); (ii) a idéia de que é preciso observar a natureza e tirar lições da sua forma de funcionamento; em particular, dos seus sistemas de regeneração; (iii) a necessidade de investir-se em inovações tecnológicas que partam de outros pressupostos (como a maior eficiência energética, o menor uso de insumos) que não a busca do lucro e do aumento da produtividade, simplesmente. Como resultado direto desses processos espera-se um empoderamento dos agricultores, contribuindo para a sua valorização, uma vez que estes constituem um grupo social imprescindível para a construção de modelos sustentáveis de agricultura.

O modo de produção agroecológico refere-se também a um modo de organização da produção capaz de contribuir com a sustentabilidade, pois rompe com os limites meramente produtivos. Não se limita apenas a uma mudança no modo de produzir, implica em repensar a defesa da biodiversidade e dos recursos naturais, assegurando uma transformação social que possibilite aos seres humanos vida digna. Nessa direção, Siliprandi (2009, p. 102), argumenta:

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social,

econômica e política que a originaram e a sustentam.

Sendo as camponesas e camponeses os responsáveis pela produção de alimentos, e que, historicamente, se despontam como defensores da vida, Siliprandi (2009, p. 108) reafirma a importância dessas sujeitas e sujeitos na constituição do modo de produção agroecológico:

Uma das principais premissas da agroecologia, como já foi colocado, é a análise da co-evolução dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa co-evolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura. O rompimento dessa cadeia de co-evolução — produzido, por exemplo, pela hegemonia da moderna ciência agrônoma, que afastou as pessoas do meio ambiente — estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna.

As mulheres foram construídas de maneira social e cultural como responsáveis pelo cuidado e pela reprodução familiar. Assim, camponesas podem ser consideradas guardiãs da vida, tendo em vista as suas práticas em defesa do conhecimento popular, do cuidado com o solo, com as sementes, com a biodiversidade e com a cultura. Assim, Siliprandi (2009, p. 108) ressalta a importância do protagonismo camponês na agroecologia:

Este protagonismo dos agricultores será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção da suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de co-evoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas se propõem a ter, portanto, um caráter emancipatório e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximaram-se politicamente das lutas por eco-justiça.

Entretanto, de forma histórica, no campo, o papel feminino foi designado como cuidado. Cuidado com a produção e a reprodução da vida, compreendido como secundário, enquanto a produção para a geração de renda era destinada aos homens. No entanto, nas unidades de produção familiar camponesa, cujo modelo produtivo tem base em práticas agroecológicas, à medida que a produção considerada como

autoconsumo vem ocupando espaços significativos para a segurança alimentar por meio da produção de alimentos, o trabalho feminino passa a ser visibilizado. Diante disso, é notório o fato de que, quanto mais a produção é destinada ao mercado, gerando renda familiar, mais ela vai sendo incorporada e assumida também pelos homens, e as mulheres, novamente, encontram-se marginalizadas dos processos de gestão e administração da renda oriunda do trabalho familiar.

Mesmo em famílias ligadas a organizações e a movimentos sociais, por exemplo, o MST, embora as mulheres tenham participação efetiva nos processos de produção de alimentos saudáveis e no lote, seu trabalho ainda é considerado uma ajuda, portanto, invisibilizado. Nesse contexto, é que se intensificam, no MST, os debates acerca da construção de estratégias para a produção de alimentos saudáveis como uma das missões dos sem-terra. Assim, a agroecologia passa a ocupar centralidade na construção da Reforma Agrária Popular e na organização da produção, em uma perspectiva de concepção da organização e do protagonismo familiar por meio de gestão e organização da vida coletiva e cooperada.

Considera-se que a agroecologia é uma forma efetiva de combater a fome, pois tem condições de assegurar a segurança alimentar e nutricional dos povos e de combater as diversas formas de violência, entre elas, as de gênero. Entretanto, os desafios para a efetivação da agroecologia implicam em desenvolver várias frentes de ação, dentre as quais se destacam: ciência, tecnologia, extensão rural, aporte de recursos do Estado para subsídio da produção, educação, rompimento com os modos tradicionais e convencionais de produção, e reconstrução de um novo modo de vida. O modo de produção agroecológico aponta-se como uma estratégia importante para mudanças estruturais que busquem alterações sociais.

Como enfoque de desenvolvimento agrícola, a Agroecologia não pode enfrentar os fatores estruturais e econômicos que condicionam a pobreza rural. Isto vai requerer um enfoque de desenvolvimento muito mais amplo, que ponha ênfase na organização social do campesinato. A esse respeito, os problemas tecnológicos devem assumir seu papel em estratégias de desenvolvimento que incorporem as dimensões sociais e econômicas. (ALTIERI; YURJEVIC, 1989, p. 16).

Nessa perspectiva, é fundamental compreender a agroecologia como um projeto de vida, o qual estabelece a figura feminina na centralidade dessa constituição e na efetivação da prática nos territórios de luta pela terra, reconhecendo a

importância do conhecimento e das práticas agroecológicas protagonizadas pelas mulheres.

Ressalta-se que o trabalho para a produção e a reprodução da vida vem sendo assumido pelas mulheres, embora desqualificado pela perspectiva capitalista de produção. Esse trabalho tem grande relevância no que se refere à produção de alimentos para o sustento familiar e envolve o cuidado com a casa e seu entorno, a organização de pomar/frutas, o cultivo da horta, a criação de animais, os quais compõem subsistemas que integram a biodiversidade e a soberania alimentar.

A mulheres assumem o protagonismo como guardiãs da biodiversidade, das águas e dos demais recursos naturais em suas práticas cotidianas e constroem processos cooperativos aliados nas transformações das relações sociais.

Entretanto, é evidente que avanços na efetivação de novas relações de gênero estão intrínsecos à realidade do campo e que o combate ao patriarcado e a todas as formas de opressão e violência contra as mulheres é necessário para a efetivação da agroecologia.

A agroecologia, o modo de produzir e o modo de vida que se consolidam nas unidades de produção são constitutivos da subjetividade das mulheres e, nessa perspectiva, compreende-se eles compõem sua corporeidade.

Diante deste apontamento, serão abordados, a seguir, conceitos e reflexões sobre o corpo e a corporeidade buscando compreender como esses conceitos se materializam nas vivências e quais são as contribuições dos processos formativos no MST que se materializam na vida das mulheres.

4.2 A CORPOREIDADE E AS MULHERES

O aprofundamento e a análise da corporeidade perpassam, de forma inevitável, pela compreensão do corpo, uma vez que os seres humanos são constituídos por um corpo biológico que se constrói no decorrer da história, e que é influenciado por aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, produtivos e reprodutivos, sendo que, muitas vezes, passa a ser instrumento de dominação e de aprisionamento feminino.

Compreende-se que esse corpo feminino é educado e construído de múltiplas e distintas formas, considerando questões de geração, de nacionalidade, de religião, de classe, de etnia, as quais produzem marcas tanto no que se refere às identidades quanto na corporeidade das mulheres. Merleau-Ponty (1999, p. 122) aponta para o corpo como condicionante da relação subjetiva com o mundo:

O corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos objetos e empenhar-se continuamente neles [...] pois se é verdade que tenho consciência de meu corpo através do mundo, que ele é, no centro do mundo, o termo não — percebido para o qual todos os objetos voltam a sua face, é verdade pela mesma razão que meu corpo é o pivô do mundo: sei que os objetos têm várias faces porque eu poderia fazer a volta em torno deles, e neste sentido tenho consciência do mundo por meio de meu corpo.

Considera-se também que esse processo corporal é histórico, social, cultural, político e econômico, e que ocorre, sobretudo, para atender as demandas da sociedade vigente à época e que, majoritariamente, se configura pela exploração social e econômica das mulheres a serviço de um projeto de dominação social.

O corpo — o que comemos, como nos vestimos os rituais diários através dos quais cuidamos dele — é um agente da cultura. Como defende a antropóloga Mary Douglas, ele é uma poderosa forma simbólica, uma superfície na qual as normas centrais, as hierarquias e até os comprometimentos metafísicos de uma cultura são inscritos e assim reforçados através da linguagem corporal concreta. (BORDO, 1997, p. 19).

A construção da corporeidade perpassa pela cultura, que consiste na compreensão da representatividade, da forma como os seres humanos organizam as suas vivências entre si e com o meio ambiente natural, o que resulta na construção de valores, costumes, relações de trabalho, crenças e espiritualidade, educação e processos formativos, ou seja, na representação dos distintos modos de conceber a construção e a reprodução da vida. Para Lagarde (2011, p. 57, tradução nossa) "A cultura é o resultado e a ação da relação dos seres humanos consigo mesmos, na sua ação com a natureza e com a sociedade.", constitui-se em processos históricos que se transformam de acordo com o momento vivenciado pelas sujeitas e pelos sujeitos.

A representação do corpo é uma construção cultural, uma vez que ela reflete as formas como a sociedade compreende os papéis estabelecidos no determinado

período, e que as relações entre os gêneros são fundantes nesse processo. De acordo com Louro (2000, p. 6), “Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura.”

A construção cultural nas relações de gênero é apontada por Andrioli (2022), que argumenta sobre a influência cultural nessas relações:

A cultura faz parte e "condiciona" a nossa existência desde o momento do nosso nascimento ou até mesmo antes dele. Se analisarmos as relações de gênero na sociedade, por exemplo, percebemos que há um esforço em construir identidades a partir de relações sociais estabelecidas, historicamente, acentuando dualismos entre o sexo feminino e o sexo masculino. [...] A cultura, desse modo, contribui significativamente, para modelar posicionamentos e comportamentos sociais. (p. 31, grifos da autora).

O conceito de gênero é utilizado como instrumento de análise para a compreensão da constituição da corporeidade. Assim, recorre-se a Deifelt para teorizar sobre essa categoria: “Gênero é o instrumento de análise que permite avaliar como os condicionamentos culturais, sociais, políticos, econômicos e religiosos estabelecem papéis sociais as mulheres e homens.” (2002, p. 258-259).

Esses papéis sociais constituídos resultam em um processo de opressão feminina. Gebara (2010, p. 90) auxilia a reflexão sobre a opressão das mulheres:

Ao falar de opressão das mulheres não se deduza que esta opressão era efetivada apenas pelos homens, mas por um sistema hierárquico e excludente que atravessava todas as instituições sociais, priorizando o masculino ao feminino, os ricos em relação aos pobres, os brancos em relação aos negros, o lucro em relação da natureza e assim por diante.

O corpo também é compreendido como um espaço de controle social, que é moldado a partir das práticas cotidianas para a subordinação. Na análise de que os seres humanos são constituídos por um corpo biológico que se constrói socialmente, compreende-se a construção cultural do corpo, ou a cultura corporal. Nesse contexto, Roese (2006) define o corpo:

O corpo é o terreno, a geografia, onde estão inscritas as marcas das experiências relacionais do ser humano. É o lugar onde se experimentam os sabores e dissabores das relações. É onde vivem o desejo, a ideia, a saudade, o luto, a esperança o prazer e a fome. A geografia do nosso corpo

é terreno que se move e se comove ao passo dos acontecimentos, relações e motivações pessoais e socioculturais cotidianas e históricas. Cada pessoa em sua corporeidade tem experiências e inscrições específicas, pessoais, marcadas pelo seu lugar biológico, sociocultural. Uma dessas é a dimensão de gênero em cada corpo. (p. 285).

Quando observado, o corpo é visto construído por diferentes marcas. Marcas que ficam registradas por meio de representações sociais e culturais, influenciadas por questões políticas e econômicas, por grupos étnicos e sociais, ou seja, o corpo é uma construção social:

[...] é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. (GOELLNER, 2013, p. 31).

Observa-se que, sobre o corpo feminino, são inscritos os processos de dominação e apropriação que ocorrem de maneiras distintas, porém, com o viés de subordinação que sucede de diversas formas. Ao serem analisadas as relações de trabalho, verifica-se que o corpo feminino ocupa um papel social definido socialmente e reafirmado culturalmente. Federici (2017) reflete sobre o corpo feminino:

Se o corpo feminino — como discuto neste trabalho — é um significante para o campo de atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e pelo Estado e convertido num instrumento de produção de força de trabalho (com tudo aquilo que isso pressupõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos), então o corpo é o lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina trabalho que o define. (p. 33).

Com o advento do sistema capitalista, as mudanças sociais e econômicas que se consolidam, bem como as mudanças nas relações de trabalho, impactam diretamente a vida das mulheres, o que incorre na subordinação dos corpos femininos a essa nova lógica vigente. Para analisar essas alterações, Federici (2017) auxilia com alguns aspectos relevantes:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores.

Esse corpo é educado e formado por diversas instituições que, no decorrer da vida, o moldam a serviço da sociedade vigente, ou seja, o corpo é pedagógico, educado pela escola, pela religião, pela medicina e por normas jurídicas que apontam e direcionam ações distintas para os seres humanos.

Para compreender como a sociedade vem construindo o ser mulher, é necessário aprofundar a compreensão da perspectiva patriarcal de organização das relações sociais de gênero, a qual estabelece condições de hierarquia do masculino sobre o feminino. Segundo Lagarde (1996, p. 51, tradução nossa):

Assim, a construção de um mundo único através da guerra, economia, cultura e política têm favorecido e encorajado a expansão de padrões sociais, econômicos, políticos e culturais patriarcais. A aldeia global em que vivemos estendeu a dominação patriarcal baseada no domínio masculino e na opressão das mulheres a todo o mundo. A especificidade varia de acordo com os processos históricos locais, mas os princípios são fundamentalmente os mesmos.

O patriarcado reforça e legitima aos homens o papel de superioridade e de opressão sobre as mulheres, além de instaurar subordinação do corpo, divisões sexuais do trabalho e valores culturais de inferioridade feminina. Lins (2011, p. 39) conceitua patriarcado como “uma organização social baseada no poder do pai, e a descendência e o parentesco seguem a linha masculina. As mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação.”

Lagarde (1996, p. 52, tradução nossa) aponta reflexões sobre a dominação masculina que é legitimada pela sociedade globalizada:

O nosso mundo é dominado por homens. Nele, as mulheres, em graus variáveis, são expropriadas e oprimidas por defeito. Nesta ordem, os homens são apoiados como senhores e governantes do mundo em todas as formações sociais. Os poderes de domínio senhorial são-lhes preservados sobre as mulheres e os filhos e filhas das mulheres, que retribuem com servidão.

Essa compreensão vai sendo naturalizada como forma de organização das relações de gênero e passa a ser efetivada como predominante em vários aspectos da vida. Saffioti (2004) ainda destaca o patriarcado de forma que:

1 — não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 — dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição, [...] 3 — configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 — tem uma base material; 5 — corporifica-se; 6 — representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (p. 57).

O patriarcado vai legitimando a centralidade do poder e do domínio da figura masculina sobre as mulheres objetificando-as e subordinando-as. Lagarde (1996, p. 53, tradução nossa) ressalta que o princípio básico desse poder masculino:

[...] é o direito dos homens a expropriarem as pessoas femininas. A propriedade de gênero é exclusiva dos homens, reifica as mulheres e mantém-nas dependentes daqueles que as dominam. O mundo resultante é um mundo de assimetria vital entre mulheres e homens, desigual, injusto e alienado, androcêntrico, misógino e homofóbico. Neste mundo, o sujeito não é apenas o homem, mas o patriarca; os sujeitos são homens patriarcais.

A ideologia patriarcal vai se consolidando e sendo incorporada pela sociedade, influenciando as instituições, a cultura e a religiosidade. Essas diversas esferas são suggestionadas e se estruturam para legitimar essa ideologia.

Uma das legitimações da dominação masculina sobre a feminina é a instituição do casamento, o qual estabelece contrato de propriedade do homem sobre a mulher, com poder no que se refere às relações público/privadas, ao direito reprodutivo, ao corpo, à intelectualidade. Federici (2017) argumenta sobre o casamento:

O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher e a incapacidade das mulheres de se manterem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, ela era expulsa, mesmo se ganhasse um salário. (p. 184).

A sexualidade feminina também ocupa patamar de subordinação à figura masculina nas relações patriarcais, uma vez que às mulheres não é permitido decidir sobre o seu corpo e sobre a sua sexualidade, elas são compreendidas como objeto de prazer que deve estar a serviço dos homens. Para refletir sobre a opressão na esfera da sexualidade, recorre-se a Lagarde (1996, p. 59, tradução nossa):

A sexualidade é um terreno em que a opressão de gênero é recriada e exercida: não só o que envolve violência, brutalidade, impunidade e coerção masculina sobre as mulheres, mas também a repressão do desejo feminino que vem da ignorância, invisibilidade e medo. A sexualidade é uma das

experiências através das quais os homens se apropriam pessoal e diretamente das mulheres e nas quais são genericamente constituídos como donos da sexualidade das mulheres e das próprias mulheres; é um espaço de relação íntima e direta que instala dependência e dominação.

Outro aspecto de dominação está relacionado à esfera sexual. Pateman (1993) *apud* Saffioti (2004) discorre sobre a dominação sexual:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal — é um atributo masculino e dependente do direito patriarcal. [...] o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres —, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo da mulher. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino. (p. 54).

No sistema capitalista, a divisão sexual do trabalho concretiza-se na raiz da exploração feminina por meio da definição de papéis distintos, designando às mulheres o papel reprodutivo, a criação da “dona de casa”, e, portanto, o trabalho não remunerado, ou o que pode ser compreendido como trabalho invisível, o qual é desconsiderado como trabalho. Quanto à divisão sexual do trabalho, Federici (2017), salienta que ela

não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. (p. 145–146).

A divisão sexual do trabalho desfocou a divisão social do trabalho, estabelecendo como predominante a dicotomia entre o papel do homem e o da mulher, sombreando a real acumulação capitalista e a luta de classes.

Quando volta-se o olhar para a realidade do campo, contudo, observa-se que o patriarcado estabelece formas de conceber as relações de gênero e a distinção de papéis para o ser homem e o ser mulher.

O universo rural, alicerçado no casal, no modelo de família patriarcal é muito hierarquizado. Sendo assim observamos uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Ao homem são atribuídas as tarefas do trabalho da terra e as transações do mercado. Já à mulher cabe à responsabilidade de cuidar da casa, da criação de animais e o entorno como o quintal e a horta (PERROT, 2015, p.111).

Portanto, para o desenvolvimento capitalista, a dominação e a subordinação dos corpos são essenciais e, com isso, se intensifica a violência contra as mulheres, Federici (2017) aponta:

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (p.27).

Ao analisar a realidade das mulheres e a sua invisibilidade ao longo da história é possível compreender a forma como o corpo feminino se organiza e se relaciona como o mundo, e como constitui sua corporeidade nas múltiplas relações que estabelece. Isso possibilita a ampliação da perspectiva de constituir um aporte teórico que visibilize e legitime a importância das mulheres para a sociedade.

Agir sobre os corpos condicionando-os como objeto e designando as mulheres a uma condição de submissão e inferioridade é estratégia capitalista para seguir avançando em um projeto que busca apenas o lucro e o mercado e que é baseado em um modo de exploração da força de trabalho e do aprisionamento dos corpos. Lagarde (1996, p. 56, tradução nossa) reflete acerca do aprisionamento dos corpos como forma de domínio:

Como o significado da vida está incorporado nela, o corpo é o objeto de poder mais precioso na ordem do gênero, as instituições disciplinam, controlam e recriam corpos através de vários processos pedagógicos que permitem às mulheres e aos homens ensinar, aprender, interiorizar, agir, recusar, as formas do corpo. Todas as pessoas cumprem ou não cumprem os seus deveres corporais genéricos.

Na atualidade, vigora socialmente o padrão do corpo jovem, belo, produtivo, saudável e sexualmente ativo e atrativo, um processo hierarquização de uns sobre outros opera. Não obstante, observa-se um crescente mercado de produtos e itens de

beleza, da moda *fitness* e da saúde que vêm se ampliando e se apoderando dos corpos, objetificando-os a serviço de consumo, ou seja, os corpos se tornam um espetáculo.

Além dos aspectos abordados anteriormente, vive-se, em especial, a partir do século XX, um avanço tecnológico que investe no desenvolvimento de máquinas. A incorporação destas à vida humana é vista como algo inseparável, o que pode ser salientado como a era ciborgue, momento em que se fundem seres humanos e máquinas. Haraway (2009, p. 11, grifos da autora) explicita:

Primeiramente, a ubiquidade do ciborgue. Uma das características mais notáveis desta nossa era (chamem-na pelo nome que quiserem: a mim, “pós-moderna” não me desagrada) é precisamente a indecente interpenetração, o promíscuo acoplamento, a desavergonhada conjunção entre o humano e a máquina. Em um nível mais abstrato, em um nível “mais alto”, essa promiscuidade generalizada traduz-se em uma inextrincável confusão entre ciência e política, entre tecnologia e sociedade, entre natureza e cultura.

Essa relação é observada em todos os locais e está cada vez mais próxima, pois vê-se: “Do lado do organismo: seres humanos que se tornam, em variados graus, “artificiais”. Do lado da máquina: seres artificiais que não apenas simulam características dos humanos”. (HARAWAY, 2009, p. 11).

Os seres humanos, cada vez mais, buscam a construção de corpos perfeitos dentro de padrões estéticos construídos pela sociedade capitalista, e recorrem a processos de artificialização para se aproximar desse “modelo ideal”.

Implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos “artificiais”. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados “artificialmente” induzidos. Sentidos farmacologicamente intensificados: a percepção, a imaginação, a tesão. Superatletas. Supermodelos. Superguerreiros. Clones. Seres “artificiais” que superam, localizada e parcialmente (por enquanto), as limitadas qualidades e as evidentes fragilidades dos humanos. (HARAWAY, 2009, p.12, grifos da autora).

Em um processo antagônico ao dos seres humanos que se artificializam, ocorre a busca incessante pela humanização das máquinas.

Máquinas de visão melhorada, de reações mais ágeis, de coordenação mais precisa. Máquinas de guerra melhoradas de um lado e outro da fronteira: soldados e astronautas quase “artificiais”; seres “artificiais” quase humanos. Biotecnologias.

Realidades virtuais. Clonagens que embaralham as distinções entre reprodução natural e reprodução artificial. (HARAWAY, 2009, p.12).

Ou seja, passa-se a questionar o que realmente é humano e o que é máquina, ou o que é corpo e o que é eletrônico, “bits e bytes que circulam, indistintamente, entre corpos humanos e corpos elétricos, tornando-os igualmente indistintos: corpos humano-elétricos.” (HARAWAY, 2009, p.13). Essa perspectiva remete a pensar nos passos que a humanidade vem dando no sentido da sua perpetuação e nas possibilidades de sua extinção.

Diante dessa perspectiva desumanizadora artificializada dos seres humanos, se faz necessário dialogar sobre as formas como os seres humanos constroem seus corpos e como esses corpos se relacionam com o todo que os cercam, ou seja, como eles se constituem em sua corporeidade.

O corpo se constrói, portanto, de forma simultânea, tanto no processo individual quanto no coletivo, nos âmbitos públicos e privados. Essas construções constituem a corporeidade e expressam a forma como esse corpo se manifesta, que, de acordo com Woodward (2013) representa a identidade pessoal e coletiva:

A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades pessoais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (p. 18).

Além da individualização, é perceptível uma fragmentação: “entre mente e corpo, razão e sentimento, cultura e natureza, que se originou na antiguidade e se manteve inquestionável até recentemente.” (DEIFELT, 2002, p. 255).

Cada indivíduo está inserido em uma sociedade por meio do seu corpo e constitui a sua corporeidade como uma “teia de relações, que marcam o corpo físico consigo mesmo [...] e o mundo exterior.” (DEIFELT, 2002, 257).

Para aprofundar o conceito de corporeidade, busca-se como referência Freitas (1999), que auxilia na reflexão:

A corporeidade implica [...] a inserção de um corpo humano em um mundo significativo, a relação dialética do corpo consigo mesmo, com outros corpos

expressivos e com os objetos do seu mundo (ou as “coisas” que se elevam no horizonte de sua percepção). [...] Mas ele (o corpo), como corporeidade, como corpo vivenciado, não é o início nem o fim: ele é sempre o meio, no qual e por meio do qual o processo da vida se perpetua. (p. 57).

Estudos desenvolvidos na área da Educação Física abordam a complexidade que consiste na compreensão e na constituição da corporeidade dos seres humanos. Bastos (2004) define corporeidade da seguinte forma:

A corporeidade constitui-se das dimensões: física (estrutura orgânica-biofísica-motora organizadora de todas as dimensões humanas), emocional-afetiva (instinto pulsão-afeto), mental-espiritual (cognição, razão, pensamento, ideia, consciência) e a sócio-históricocultural (valores, hábitos, costumes, sentidos, significados, simbolismos). Todas essas dimensões estão indissociadas na totalidade do ser humano, constituindo sua corporeidade. (p. 263).

É por meio do corpo que o ser humano se relaciona com o outro e com o mundo, tornando-o um corpo/ser social, o que se manifesta e exprime sua cultura.

A corporeidade se configura como o próprio agir no mundo, a complexidade do entendimento do ser/estar, a expressão do EU. Compreende a intencionalidade de movimento e o uso social do corpo. Busca, através de gestos, atitudes e da estética, o sentido para a integração deste na sociedade e este sentido é adquirido através dos sistemas de representação oferecidos pela cultura. (SILVA, 2015, p. 18).

A corporeidade ressignifica o olhar para o corpo, que deve ser compreendido muito além do biológico, uma vez que ele vivencia diversas dimensões da vida humana. São essas vivências que constroem a integração com o mundo cotidiano, que se constitui de forma complexa, pois estão integradas às experiências. Saffioti (1992) observa: “não se trata de perceber apenas corpos, que entram em relação um com o outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU que entra em relação com o OUTRO.” (p. 210, grifos da autora).

Perceber o ser humano de forma integral, em sua totalidade, permite o avanço na superação de dicotomias, como, por exemplo, de corpo e alma. Sem dúvida, a teoria feminista tem significativas contribuições a essa discussão e, com isso, progride-se no debate da histórica opressão que as mulheres sofrem pelo viés do corpo. Por isso, concorda-se com a afirmação de Deifelt (2002, p. 258) de que “Corporeidade é a valorização da totalidade das relações humanas: visibiliza a

sujeição, cartografa a subjetividade, valoriza a relacionalidade, reconhece a alteridade e propõe a reciprocidade.”

Para que sejam construídas as corporeidades femininas humanizadoras e mais iguais, será aprofundado o conceito de alteridade:

Desde a alteridade é possível pensar nosso modo de ser e agir num horizonte de crescimento do outro e da vida, servindo como referência crítica contra os modelos desumanizadores e como horizonte para elaborar novos modos, simbólicos, de autocompreender-nos e produzirmos novas práticas humanizadoras. (SIDEKUM, 2003, p. 158).

Nesse viés, pensar novas maneiras de autocompreensão e caminhar na direção de práticas humanizadoras possibilita avançar na perspectiva do corpo como cosmo, ou então, como morada do ser. Isso quer dizer que, nessa perspectiva, progride-se na desconstrução das teorias redutivistas da mulher ao corpo que a impedem de desenvolver o intelecto, por exemplo. (DEIFELT, 2002). Nessa mesma direção, Merleau- Ponty (1990, p. 51) auxilia ressaltando que:

[...] do mesmo modo que meu corpo, como sistema de minhas abordagens sobre o mundo, funda a unidade dos objetos que eu percebo, do mesmo modo o corpo do outro, como portador de condutas simbólicas e da conduta do verdadeiro, afasta-se da condição de um fenômeno, propõe — me a tarefa de uma verdadeira comunicação e confere a meus objetos a dimensão nova do ser intersubjetivo ou da objetividade (1990, p. 51).

Essa nova cosmovisão inclui o cotidiano e a corporeidade. “É resgatar o corpo como texto social, já que em seu tecido se registram as marcas de seu tempo e lugar. O corpo é um cosmo plausível de interpretação.” (DEIFELT, 2002, p. 270). O cosmo é o universo, a criação do mundo e a cosmovisão podem auxiliar nessa nova compreensão de ser no mundo. Pode refletir os jeitos de ser, de caminhar, de viver, as reações, sentimentos, o modo de vida.

O corpo humano e sua rede de relações é um reflexo do cosmo, do universo que o cerca e, talvez, seu melhor tradutor. O corpo humano carrega em si as contradições e ambigüidades de seu tempo, as cicatrizes das disparidades sociais e econômicas, o reflexo das liberdades e cerceamentos culturais e políticos. (DEIFELT, 2013, p. 118).

Ademais, concorda-se com Josso (2012) “quando se diz “corpo” há que pensar no plural, nos corpos, na relação e interdependência entre todos eles.” É avançar

ainda para a dimensão corporal das vivências e como elas contribuem para as tomadas de consciência do nosso ser no mundo.

É nesse contexto que afirma-se a corporeidade como categoria indispensável para a formação humana e para a construção de saberes, já que “os seres humanos buscam conhecimentos e vivenciam seus desejos a partir dos reflexos da realidade em seu corpo”. (SAMPAIO, 2005, p. 54).

Esse corpo subjetivo, quando se insere em processos de organização e formação junto a organizações sociais, constrói o que pode-se identificar como corpo coletivo, constrói a corporeidade coletiva, que é influenciada pelas trocas de experiências e de conhecimentos mediadas pelo processo de formação da ERM. Segundo Novais (2023), em texto publicado na página do MST:

Nosso corpo é corpo-coletivo, um corpo-território, pois se a tentativa de dominação das mulheres integra um projeto de poder, a contestação da ordem vigente somente se dá a partir deste corpo coletivo que se organiza para o combate. Com esse corpo-coletivo reivindicamos o soterramento do capital, o fim da propriedade privada, o fim da expropriação do trabalho e, sobretudo, reivindicamos a felicidade como projeto político. Esse corpo-coletivo, de punho riste, também é corpo-prazer, o corpo-sensual que busca a dança o gozo, a alegria, a liberdade. Nosso corpo-luta busca aniquilar os senhores da guerra e mostrar ao mundo a vida plena. Nosso corpo-coletivo resiste aos genocídios e luta. Ainda que contra nós armem fogueiras.

Uma perspectiva humanizadora dos corpos é apresentada como a organização de processos formativos e de luta das mulheres. Nesse viés, refletir acerca das práticas formativas da ERM no ponto de vista da corporeidade das mulheres, é mergulhar nas marcas dos corpos, nas suas trajetórias, no seu cotidiano de vida, nos seus sofrimentos, nos seus sentimentos, no seu cosmo e nas implicações na totalidade das relações humanas. É a experiência da vida e, por isso, a corporeidade é tão complexa, pois comunica as lutas, urgências, resistências e faz emergir, assim, a sua presença no mundo.

4.3. PROCESSOS FORMATIVOS NO MST

Os movimentos sociais do campo, em especial, o MST, compreendem que a luta pela Reforma Agrária vai além da mera divisão da terra, implica garantir condições

de vida digna para as famílias e transformação social. Entendem que, intrínsecas à vida dos seres humanos, estão as dimensões políticas, sociais, culturais, políticas e econômicas, as quais se desenvolvem baseadas nas relações estabelecidas nas vivências.

Para o MST, a luta pela terra e pela Reforma Agrária deve estar alicerçada em: mudanças nos processos produtivos com o estabelecimento da agroecologia como modelo produtivo para a produção de alimentos saudáveis ao povo brasileiro, com geração de renda e condições econômicas para as famílias; preservação dos recursos naturais; construção de relações de gênero mais igualitárias; garantia de que a arte e a cultura sejam intrínsecas à vida camponesa; organização e efetivação de uma educação do campo com base na realidade e voltada a consolidar a emancipação humana das sujeiras e dos sujeitos; e em processos de formação pensados e organizados a partir da realidade e do nível de organicidade local, regional, estadual e nacional, os quais abarquem teoria/prática e cujos temas sejam técnico-produtivos e políticos, potencializando a compreensão das múltiplas dimensões da vida dos seres humanos e despertando para a necessidade e para a capacidade de agir para alterar a realidade social. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Dessa forma, a organização de processos formativos para as famílias é central para o avanço da luta de classes, mas essa formação deve ser pensada e proposta para estruturá-los de forma que conduzam à autonomia e à emancipação de sua base. O MST, por ter um método organizativo, é um agente formador e todos os indivíduos que integram essa organicidade se formam a partir da luta e do cotidiano. Caldart (2001, p. 210, grifos da autora) aponta:

Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade.

Assim, o MST e a sua organicidade passam a ser compreendidos como princípio educativo, que forma os sujeitos e sujeitas em suas práticas do fazer fazendo.

Afirmar o movimento como princípio educativo da formação dos Sem Terra é considerar que seu processo educativo básico está no movimento mesmo, no *transformar-se transformando* a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta a raiz e o formato fundamental da identidade pedagógica do próprio MST. Não é por acaso que especialmente nos acampamentos seja comum a expressão *ser do Movimento é estar em movimento!* (CALDART, 2001, 217, grifos da autora).

Os sujeitos e as sujeitas, ao serem inseridos nas lutas sociais e no MST por meio dos métodos de formação, passam a compreender essas lutas e a refletir sobre as suas ações individuais e coletivas, sobre a realidade com vistas a construir processos de transformação. Desde que as famílias se inserem no acampamento, são iniciados momentos de formação, conforme reflete e exemplifica Zeneratti (2020, p. 431):

Os trabalhos de base são essenciais, pois a formação dos camponeses é importante para auxiliá-los a compreender o sentido da luta do MST. No caso em questão, a formação aconteceu por meio de palestras, reuniões e eventos organizados pelo movimento. A formação é necessária, uma vez que parte das famílias que integravam o MST e participaram da ocupação não conheciam as contradições da questão agrária brasileira, apenas foram para o acampamento para tentar acessar a terra.

Esse olhar crítico e transformador para a realidade é o que se denomina de práxis, que pode ser compreendida como forma de desconstrução da ordem social de opressão à qual estão submetidos os trabalhadores. Assim, a formação é experimentada na relação entre a práxis vivida de forma social e histórica com a criticidade em busca de sua transformação. Para Freire (2013, p. 52), um dos sentidos da práxis é “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.”

Para aprofundar o conceito de práxis, segue-se com Freire (2013, p. 108), que aponta a definição de práxis verdadeira:

Os homens se fazem, (trans)formam-se “na palavra, no trabalho e na ação-reflexão”. Ele entende que as ações do homem sobre a natureza e o mundo social, ou seja, sobre a realidade em geral, implicam criação, objetivação. Sendo elas guiadas pela práxis verdadeira, expressada pela palavra, pelo trabalho e pela ação-reflexão do mundo e do próprio homem, criam o domínio da cultura e da história, tornam-se fonte de conhecimento crítico, reflexivo e criativo, revelando, assim, o caráter ontocriativo do processo histórico de (trans) formação do homem.

A formação no MST é pensada por meio da práxis de acordo com a necessidade de cada local. Busca desenvolver, de forma integral, os seres humanos, seja no âmbito político e ideológico ou no produtivo, entre outros, com metodologias adequadas à realidade dos participantes e com abordagens distintas conforme as tarefas nas quais as sujeitas e os sujeitos estão inseridos.

A formação dos Sem Terra nos remete a um processo de *fazer-se humano na história* que está produzindo e sendo produzido em um *movimento de luta social*, também constituído como parte de um *movimento sociocultural* mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade. (CALDART, 2001, p. 210, grifos da autora).

Desde o início da sua organicidade, o MST compreende a importância de que os processos de formação contribuem para a tomada de consciência das trabalhadoras e dos trabalhadores, e que estes devem se constituir como sujeitas e sujeitos das ações e, por meio da coletividade, compreendam a importância da transformação da sociedade em uma perspectiva de igualdade. Ao tomarem consciência da luta do MST, as sujeitas e os sujeitos incorporam o que se denomina de “identidade sem-terra”, ou seja, a forma como eles passam a se identificar na inserção da organização e na luta do movimento. Nesse contexto, Caldart (2001, p. 218) ressalta o papel da formação no MST:

Neste processo o MST se constitui como principal sujeito do movimento pedagógico da formação dos Sem Terra. Os sem-terra se educam como *Sem Terra* (sujeito social, pessoa humana, nome próprio) *sendo do MST*, o que quer dizer, construindo o Movimento que produz e reproduz sua própria identidade ou conformação humana e histórica. É sujeito pedagógico porque há uma intencionalidade ou um projeto educativo em suas ações, ainda que não totalmente refletida e consciente.

A formação da identidade sem-terra aponta para a reafirmação dos sujeitos e das sujeitas conscientes da luta de classe, constituindo-se por meio de valores culturais e efetivando-se na identificação cotidiana. Caldart aponta o que compreende ser sem-terra:

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância

de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria *crianças Sem Terra*, ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado (6). Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, que se constitui como *cultura*, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam. (CALDART, 2001, p. 212, grifos da autora).

Esses processos de formação contribuem para a consciência crítica dos sem-terra como sujeitos e sujeitas, e são aspectos fundantes na consolidação da organização da coletividade. Cada um e cada uma se insere e contribui com a organização assumindo tarefas com as quais se identifiquem.

O processo de transformação do indivíduo como sujeito da ação, na interação com a coletividade, permitia formar o movimento organicamente e, por meio da divisão social das tarefas e dos cursos de formação, avançou-se rapidamente para a formação de novas lideranças, convictas de que era necessário, junto com a conquista da terra, realizar a transformação da sociedade capitalista. (BOGO, 2019, p.87).

Ser sujeito ou sujeita pode ser compreendido como vocação natural, entretanto, é por meio das construções coletivas e das organizações sociais que os indivíduos se educam e se constituem. Busca-se Pitano (2008, p. 633), que recorre à Paulo Freire para compreender o movimento do se tornar sujeito:

Para Freire, o movimento de vir a ser do sujeito é vocação natural (embora passível de ser distorcida ao longo do processo histórico) e está relacionado ao processo educativo como uma aprendizagem permanente. A atuação em níveis mais críticos sobre a realidade não provoca apenas a mudança das relações objetivas, mas também do indivíduo atuante. Em sua inquietude, ação e reflexão se unem na práxis, uma vez que a uma reflexão crítica tende a suceder uma ação igualmente crítica, isto é, uma ação que corresponda à condição dos oprimidos não mais como seres totalmente para o outro, e sim com o outro e para si, sujeitos sociais.

Assim, os processos formativos individuais e coletivos consolidam a compreensão do educar-se para contribuir com a luta da classe trabalhadora. Caldart (2001, p. 212, grifos da autora) salienta as dimensões fundamentais para a formação:

Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma

Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua *humanidade em movimento*.

É por meio de prática da educação popular que o MST consolida a sua postura crítica diante da sociedade. Santos E. (2007, p. 71) salienta a importância da formação no MST: “o MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.” A formação potencializa e intensifica a inserção das sujeitas e dos sujeitos na organização.

Do ponto de vista da educação, Caldart (2001) aponta duas questões importantes na luta social como processo de formação: “Existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social; a segunda, que uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história.” (p. 213, grifos da autora).

O MST consolida espaços formativos tanto no âmbito formal, por meio de parceria com universidades em cursos de nível superior, técnicos ou de pós-graduação, quanto em experiências de formação não formal compreendidas em um processo de organização da formação, com base na educação popular.

A Educação Popular apresenta-se, assim, como uma prática social e que envolve culturas. Geralmente está mais próxima das camadas populares e se constitui nas experiências e cotidianos dos movimentos sociais. Não há, assim, uma definição única para a Educação Popular, já que sua concepção está atrelada a experiências de vida. Considera a realidade e o ser humano como um todo, em permanente construção e reconstrução, reinventa-se constantemente na e a partir das práticas. (ANDRIOLI, 2022, p. 92)

A formação, nesse viés, deve ser desenvolvida a partir das práticas e em sintonia com a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras inseridas na organicidade, ou seja, deve ser pensada com a sua participação efetiva. Em referência à perspectiva de educação popular que o MST constrói, recorre-se à Silva (2007):

Dentre os fazeres de uma Educação Popular, destaca-se o momento participativo de planejar e organizar as atividades práticas de formação comunitária, pois é aí que os interesses e as intencionalidades políticas

tornam-se coletivamente conscientes e explícitas, evidenciando os critérios adotados para a seleção de conhecimentos sistematizados e metodologias que promoverão o percurso que se pretende implementar no processo de construção/apreensão/intervenção na realidade concreta. (p. 13).

Compreende-se que a Educação Popular é uma prática social, cultural que tem o objetivo de pautar transformações nas relações sociais. É a partir do ato de denunciar que se anunciam novas formas de ver o mundo em perspectivas humanizadoras.

Interferir na realidade para modificá-la é um dos pressupostos da Educação Popular. A partir do método problematizador da realidade social — ver, julgar e agir — pode-se avançar na concretização de uma nova realidade baseada em princípios de reciprocidade e igualdade. É a partir da denúncia de situações opressoras que começamos a modificar a sociedade. (ANDRIOLI, 2022, p. 97).

Os processos de formação de educação popular no MST ocorrem em diferentes dimensões e, assegurando as especificidades da composição da organicidade local, podem ser pensados, por exemplo, para a juventude, para os grupos LGBTQIAPN+, para a produção e cooperação e, em especial, para as mulheres. Cada sujeito e sujeita contribui para os processos de educação de si mesmos.

Para melhor compreender os princípios educativos e a pedagogia do MST, será apresentada uma reflexão sobre o que consiste em educar as sujeitas e os sujeitos. Recorre-se a Krupskaya *apud* MST (2005, p. 90, grifos nossos) para definir o conceito de educar:

Educar é preparar pessoas integralmente desenvolvidas, com instintos sociais conscientes e organizadas, possuidores de uma visão de mundo refletida e íntegra, que tenham clara compreensão de tudo que ocorre ao seu redor, na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual quanto intelectual, que saibam construir uma vida social racional, plena, bonita e alegre. Estas são as pessoas para construir uma nova sociedade, socialista.

Ao longo de sua história, o MST vem consolidando múltiplas experiências de formação e, por meio de estudos, reflexões e práticas, define os princípios pedagógicos, ou a pedagogia do movimento, a qual está centrada nos princípios filosóficos e pedagógicos.

Para o movimento, os princípios filosóficos, “dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST.” (MST, 1996, p. 4).

Quanto aos princípios pedagógicos, o MST (1996, p. 4) aponta:

[...]. Refere-se ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos. (p. 4).

O movimento tem uma pedagogia própria denominada “Pedagogia do Movimento Sem Terra” (MST, 1996; 1999), cujos princípios são: relação entre prática e teoria; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; atitude e habilidades de pesquisa; combinação entre os processos pedagógicos coletivos e individuais.

Compreendendo que a luta pela terra tem como princípio assegurar às famílias sem-terra o acesso aos meios de produção, o MST compreende o trabalho como princípio educativo e forja, em suas práticas pedagógicas, ações que dialoguem com o trabalho na perspectiva de que os seres humanos se fazem e se refazem pelo trabalho socialmente necessário. Diante disso, busca-se em Saviani (1989, p. 1–2) a compreensão do trabalho como princípio educativo:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro

sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

Embora os estudos do MST apontem para o trabalho como princípio educativo, nas propostas de educação na escola, é possível ver que este educa os seres humanos em todos os espaços de vivência. Assim, essa concepção ultrapassa os limites escolares e se estende para as relações de produção e de reprodução da vida dos sem-terra. Segundo Frigotto (2009, p. 189, grifos do autor):

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de *superação* [grifo do autor] do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução — primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar [sic] e dilatar o mundo efetivamente livre. Socializar ou educar-se de que o **trabalho que produz valores de uso** [grifo nosso] é tarefa de todos, é uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes.

Os processos de formação do movimento buscam consolidar o desenvolvimento dos seres humanos em suas múltiplas dimensões, de forma essencial, formando sujeitos e sujeitas críticas capazes de intervir na realidade social na perspectiva da formação humana. Segundo Caldart (2001, p. 222, grifos da autora), a formação humana ocorre quando o MST:

Cultiva e fortalece os processos de enraizamento humano quando trabalha com a *memória coletiva*, recuperando e trabalhando com os *tesouros do passado*, aprendendo e ensinando com a pedagogia da história; também quando incorpora em seu movimento pedagógico a *mística*, que é o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva. No MST a mística é uma das dimensões básicas do processo de formação dos Sem Terra, e a escola pode ajudar a cultivar este elo simbólico entre a memória e a utopia, entre a raiz e o projeto. Fazendo isto certamente estará trabalhando com *valores*, que são os que sustentam qualquer processo de formação humana. Raiz e projeto se constituem de valores; e são os valores que movem uma coletividade; a escola pode criar um ambiente educativo que recupere, forme, fortaleça os valores verdadeiramente humanos, e então estará efetivamente contribuindo para que o movimento educativo se produza e reproduza também dentro dela.

A multiplicidade de ações e perspectivas nas práticas formativas eleva o nível da luta, democratizando o acesso ao conhecimento com base nas práxis e pautando

uma formação emancipatória dos sujeitos e das sujeitas sem-terra. Ao consolidar a Pedagogia do Movimento Sem Terra, bebendo em diversas experiências de educação, aponta-se os potenciais ao se pensar a formação da classe trabalhadora nas diversas dimensões da vida, partindo da realidade de cada trabalhador e trabalhadora, com vistas a construir uma sociedade mais igualitária.

Na medida em que o MST compreende a valorização de cada sujeito e sujeita na luta de classe e na transformação social, pauta-se que sejam pensados e consolidados processos de formação que visibilizem as sujeitas mulheres sem-terra, buscando a inserção, a ampliação de conhecimento, bem como a construção de processos de empoderamento feminino no interior da organização.

4.4 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST

Neste item, será apresentada a experiência dos processos formativos das mulheres sem-terra da Mesorregião Centro-Sul do Paraná, a qual se materializou na construção da ERM. Esta foi gestada e germinada em uma semente lançada durante a organização dos Encontros Regionais de Mulheres (já mencionados neste trabalho), que ocorreram em função das discussões alusivas ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, posteriormente à organização do CRM, protagonizados pela organização de camponesas inseridas em movimentos sociais do campo, com o objetivo de consolidar e intensificar a participação feminina nessas organizações.

As informações contidas neste item estarão baseadas em materiais produzidos pelo MST, na experiência pessoal de contribuição da pesquisadora com a organização da ERM, em anotações de diários de campo (estes referem-se à participação da pesquisadora nos processos formativos e compreendem os anos de 2012 a 2022) e em entrevistas com as participantes e coordenadoras da Escola.

A ERM do MST surgiu de maneira concomitante à organização nacional das mulheres do movimento, sendo este um processo coletivo, em formatos e metodologias distintas de acordo com a realidade de cada local. Mesmo estando inseridas na luta e nos processos formativos desde a base e a militância, as mulheres sentem a necessidade de construir uma auto-organização em que se legitimem como protagonistas para contribuir com o fortalecimento da organização do grupo.

As mulheres da Mesorregião Centro-Sul, assim como ocorre no MST como um todo, são parte fundamental na luta pela terra e pela Reforma Agrária desde a sua concepção, mas, em alguns momentos, invisibilizadas nos espaços de militância. Assim, elas protagonizam na região um processo de auto-organização com momentos de luta, de formação e de organização de base que se consolida como um exemplo de organicidade para mulheres de outras regiões do Paraná e também de outros Estados em que o MST está organizado.

A seguir, será feita uma breve retomada da constituição da organicidade do Coletivo Regional de Mulheres da Via Campesina, o qual concebe a Escola Regional de Mulheres, tendo em vista que essa organicidade já foi apresentada no Capítulo 2.

Nesse sentido, pode-se dizer que as mulheres iniciam a sua movimentação organizacional visualizando o Dia Internacional da Mulher como momento de junção e de possibilidade de agregar diversas sujeitas de diferentes organizações sociais, em uma luta comum: a defesa e a visibilização da importância das mulheres no campo e nas organizações sociais (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Sendo o 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher, uma data que marca a luta feminina em defesa de suas vidas, e, que na Mesorregião Centro-Sul, administrações municipais vinham transformando essa data em eventos festivos, descaracterizando o caráter de luta, é que as mulheres sem-terra se uniram às pequenas agricultoras, às trabalhadoras urbanas (principalmente aquelas ligadas à área da educação) e às indígenas e decidiram organizar encontros com características de participação e de luta e, a partir daí, organizaram Encontros Regionais de Mulheres, alguns com atuação representativa e outros com participação massiva de mulheres (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

A partir desses encontros, as mulheres perceberam a necessidade de consolidar um espaço de formação e articulação feminina, ao qual seriam conduzidos prioritariamente diálogos acerca das especificidades femininas com o objetivo de qualificar e intensificar a participação das mulheres nos espaços coletivos do MST e nas demais organizações sociais. Além de dialogar sobre essas particularidades, outra finalidade era a de analisar como estas se inter-relacionam com a organização do movimento e com a sociedade de maneira geral.

Seguindo a proposta organizativa do MST em nível nacional, de pensar o Setor Nacional de Gênero, as mulheres refletiram sobre a possibilidade de articularem um CRM do MST, o qual teve como objetivo constituir um processo contínuo de articulação das mulheres propondo e consolidando momentos de formação e luta para, posteriormente, avançar na organização do referido setor. A ideia consistiu em fortalecer, de início, as mulheres e preparar a coletividade para avançar no diálogo acerca das relações de gênero (DIÁRIO DE CAMPO, 2012). O Coletivo reunia-se mensalmente para debater as especificidades das mulheres e planejar ações conjuntas.

Das reflexões oriundas do Coletivo, a formação foi balizada como um fator de extrema necessidade para o empoderamento feminino e que estaria alicerçada nos princípios da educação popular, em uma práxis construída e protagonizada pelas próprias mulheres sem-terra (DIÁRIO DE CAMPO, 2012). Esse processo se construiu com base nas vivências e no cotidiano e pelas práticas sociais experimentadas. Carvalho e Netto (1994, p. 59), afirmam:

Toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e própria à realidade em que se situam.

Ao conceber a proposta de organização de um espaço formativo para as mulheres vislumbrando algo processual, é que se chegou à denominação deste como uma “Escola”. Conforme a narrativa da entrevistada Vieira (2023): “A gente pautou esse nome por entender que escola daria esse caráter de turma e de um processo de formação mais aprofundado, que não seria apenas um encontro, uma mobilização que tinha esse caráter de estudo teórico além da prática.” Uma prática constante, gradativa e que poderia se desdobrar em turmas, como de fato foi se consolidando a partir da organização de uma sequência de grupos.

Nesse viés, o CRM avançou para se tornar também um espaço de estudo e de formação denominado ERM do MST.

A Escola Regional de Mulheres é um espaço de estudo e formação das mulheres oriundas de acampamentos, assentamentos e comunidades camponesas, organizadas na Via Campesina da região, pelo MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MPA — Movimento dos

Pequenos Agricultores. Surge da necessidade de construção de um espaço coletivo destinado a formação, informação de todas, despertando e fortalecendo a participação feminina nos diferentes setores dos movimentos sociais. Assim, se materializa em um tempo, de encontro e reencontro das mulheres, para debater e refletir sobre o seu papel na sociedade. (CEAGRO, 2012, p. 7).

As mulheres foram as protagonistas da construção dessa proposta de formação feminina, compreendendo que “Protagonismo feminino são mulheres assumindo liderança, é a luta por espaço, uma vez que a sociedade é machista e as ações do ocupar, para além do ambiente doméstico” (BARBOSA, 2021, p. 39), assim, as mulheres rompem com essa atribuição do ambiente doméstico, assumindo a constituição e a organização da ERM do MST.

A proposta surgiu das demandas das próprias mulheres em consolidar um processo de formação constante, permanente e contínuo, que contribuísse para o fortalecimento das camponesas em sua emancipação e que possibilitasse a elas serem sujeitas para atuarem nas diversas frentes de ações dos movimentos sociais dos quais participam. Maria da Glória Gohn (2013, p. 33) “[...] confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformam-nos de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social.” Assim, assume-se o desafio de construir-se coletivamente e fortalecer seus processos formativos.

A escola tem por objetivo desenvolver o conhecimento por meio da formação sempre vinculada às dimensões políticas e econômicas, com a perspectiva de organização regional baseada nos princípios da: cooperação, agroecologia, auto-sustentação, solidariedade, organização, emancipação e autonomia. (CEAGRO, 2012, p. 7).

Cabe salientar que uma das metodologias utilizadas na referida Escola é a da pedagogia da alternância. Para Nosella (1977, p. 55), “a alternância tem como principal objetivo conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família”, que consiste em organizar parte do tempo para concentração nos estudos e parte para as demais vivências.

A ERM organiza sua alternância com dois tempos educativos, sendo esses: o Tempo Escola, momento em que as mulheres se encontram para estudos presenciais;

e o Tempo Comunidade, momento em que elas voltam às suas vivências e desenvolvem atividades/tarefas que foram direcionadas, durante a etapa presencial, para serem cumpridas nas bases, em uma espécie de partilha do conhecimento com as demais mulheres da comunidade local. Tudo isso realizado em um movimento de práxis (ação-reflexão-ação). (DIÁRIO DE CAMPO, 2013–2014).

Cada turma foi projetada com a organização de três etapas presenciais de 2 dias cada, em consonância com o Tempo Comunidade, que compreende os períodos de intervalo entre as etapas presenciais, projetadas no decorrer de 1 ano. “Cada edição da escola de mulheres acontece em três momentos, denominados de etapas do Tempo Escola que acontecem no período de dois dias cada. E quando, estão no Tempo Escola compartilham as ações que foram desenvolvidas em seus espaços de vida.” (CEAGRO, 2012, p. 8).”

Os temas propostos para cada etapa são identificados a partir das demandas das próprias participantes e pelo CRM, atendendo as demandas dos movimentos sociais. Em cada etapa, a organização do tempo e dos conteúdos abordados é estruturada com vistas a intercalar momentos de debates teóricos (aprofundamento de conceitos como gênero, patriarcado, divisão social e sexual do trabalho, análise da conjuntura), com momentos de oficinas práticas (oficinas de processamento de alimentos, de agroecologia, de gestão e de cooperação, oficinas de autoconhecimento, de desenvolvimento corporal, como dança, autocuidado, saúde, entre outras), além de momentos de confraternização e culturais (jornada socialista, noite cultural, místicas). (DIÁRIOS DE CAMPO, 2012–2018).

Entre os temas mais recorrentes estão aqueles relacionados à violência contra as mulheres, à saúde e ao cuidado com o corpo, à produção e à geração de renda. Os temas apontam para os anseios das mulheres quanto a compreender, mas também em formular ações coletivas de superação das formas de opressão construídas historicamente pela sociedade em uma cultura patriarcal de opressão feminina diante da figura masculina.

Uma das considerações importantes a serem destacadas foi abordada por Vieira (2023) durante a sua entrevista e está relacionada à necessidade de formação e de diálogo sobre as diferentes formas de violência de gênero e contra as mulheres.

Esses temas percorreram todas as turmas, pois apareceram entre as demandas prioritárias, em razão de uma realidade latente no cenário do campo.

Essa questão das formas de violências foi um tema que foi trabalhado desde a primeira turma, sempre esteve presente na programação esse tema das formas de violência, como a gente identifica, e pensar em formas de se organizar para combater as diferentes formas de violência que as mulheres sofrem nos diferentes espaços, mas é bem lembrado que o tema da violência sempre foi muito presente e nos acampamentos, tinham muitos casos, então foi intencionalizado ainda mais do que nas outras edições esse tema, dedicado uma etapa inteira para esse tema da violência, das diferentes formas de violência contra as mulheres, nessa perspectiva de além de identificar pensar formas coletivas de combater. (VIEIRA, 2023).

Esses processos de violência contra as mulheres suscitam a necessidade de reflexões sobre os corpos femininos e suas relações consigo mesmas e com os outros, uma vez que as marcas oriundas das vivências são marcadas e impressas nesses corpos. De acordo com Ströher (2006), o corpo pode ser considerado território singular, que estabelece interpelações com o mundo:

O corpo tem uma geografia, é território, é mapa, espaço, tempo, texturas de experiências diversas e diversidades, plurais e coletivas- mas também singulares para cada pessoa, mulher e homem. Meu corpo é meu território; não um território a ser ocupado e nem abandonado, mas inter-relacionado e inter-relacionável. (2006, p. 107).

Sendo o corpo feminino território e onde se vivenciam todas as experiências humanas, se faz necessário avançar nesse processo para compreender a complexidade da vida feminina e caminhar na construção da corporeidade das mulheres sem-terra, analisando quais são esses aspectos subjetivos e como eles impactam nas ações coletivas de participação feminina no MST, e por meio dos processos formativos, ampliar a perspectiva emancipatória das mulheres.

A Escola foi sendo constituída com o objetivo de possibilitar múltiplas maneiras de vivências formativas, e um dos aspectos de formação durante o Tempo Escola, é a organização dos momentos de mística. A mística é uma prática educativa organizada pelo MST desde o seu início e se consolida como um momento de celebração com reflexões sobre a realidade, abordando aspectos que incentivam a luta de classes e a transformação social. Quanto à mística no MST, Coelho (2017, p. 120, grifos do autor) salienta:

A prática da mística acompanha a organização do MST desde suas primeiras mobilizações, e teve como principais incentivadores os “agentes religiosos” que apoiavam e prestavam assessoria ao Movimento. A mística é uma “espécie” de ritual e celebração que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Sua prática dá-se nos mais variados lugares, como nos acampamentos, assentamentos, Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST empreende. De maneira geral, é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e diversos elementos simbólicos em seu interior.

É por meio da mística que o MST busca se comunicar com sujeitas e sujeitos da organização e de fora dela, utilizando representações culturais e artísticas que expressem a sua visão de mundo de forma a cativar e sensibilizar os participantes no momento em que ocorrem. Andrioli (2016, p.139) assevera:

O conceito se aproxima do mistério do sentido de viver e, por isso, a mística impulsiona a luta das mulheres. É a arte da reflexão acerca das dificuldades e o ânimo das lutas cotidianas. É a transformação de olhares e de concepções de mundos. É a tradução de um inéditoviável que vislumbra no horizonte perspectivas de mudança de vida e no cotidiano de luta das mulheres.

Andrioli (2016, p. 139) recorre à Gebara (1989, p. 916) para definir a mística como:

[...] uma espécie de energia vital que leva a agir a partir de uma motivação fundamental, a partir de um certo número de valores dos quais não se pode abrir mão sem o risco de perder a própria vida. Não tem necessariamente caráter institucional, não tem escola nem mestre e nem discípulo eleito. Expressa a transcendência da vida, existencialmente e independentemente da pressão de conceitos.

É por meio da mística que o MST constrói sua memória histórica, sua imagem e sua posição social. Em contraposição explícita, aponta os inimigos históricos sociais, refletindo sobre a necessidade de fortalecimento da luta contra eles.

O MST compreende que o papel da mística está na possibilidade de representação da sua visão de mundo, fomentando princípios e valores ligados à luta de classe e à construção da pertença dos integrantes:

Através da mística, o MST fundamenta e representa o seu mundo, e o mundo que está por vir através das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. O seu celebrar se configura como um lugar privilegiado em que se processam construções de representações. Na mística, o Movimento cria suas visões de mundo, estabelece quais são seus valores e ideais, expressa o que espera

de seus integrantes, legitima a luta pela terra e, ressalta quem são seus aliados e inimigos na luta pela terra. (COELHO, 2017, p.121).

“A mística, assim, pode ser entendida como uma expressão coletiva de transcendência espiritual que motiva, une e fortalece o movimento,” (ANDRIOLI, 2022, p.146) é capaz de mover e comover os sujeitos e sujeitas na luta pela terra e pela transformação social. Mexe e envolve a subjetividade individual no despertar para a coletividade e para a necessidade de fortalecimento da classe trabalhadora.

Os momentos de mística na ERM são concebidos como momentos formativos, pensados e organizados pelas próprias participantes, enfatizando os temas abordados no momento da formação, ou até temas relacionados à luta social. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012). “Os sujeitos e o grupo a qual pertence criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre a realidade. As representações visam construir o mundo social dos sujeitos, sendo elas “matrizes” dos discursos e das práticas dos grupos.” (COELHO, 2017, p.121). Esses momentos potencializam a formação da identidade coletiva da turma.

A mística contribui para a ressignificação da corporeidade feminina, na medida em que contribui em reflexões das relações do corpo subjetivo, seu processo de opressão e aprisionamento e as possibilidades de libertação das amarras sobrepostas a estes corpos, construindo uma perspectiva corporal coletiva.

No que se refere à agroecologia, a mística contribui para a reflexão e denúncia do modelo de produção do agronegócio e suas formas de violência contra as mulheres do campo. Essas reflexões ocorrem permeadas pela aprendizagem e debates durante os estudos da ERM, que se materializam na representação dos momentos de mística.

Na Figura 4, é possível ver representada uma mística cuja simbologia da fogueira remete à ancestralidade, no sentido de refletir sobre a ressignificação desta como a possibilidade de queimar as formas de opressão, na contraposição ao que foi em um período histórico em que mulheres eram queimadas nas fogueiras. Cada participante do curso escreveu em um papel quais opressões gostaria de queimar e, durante a mística, cada uma levou seu papel como oferenda ao fogo.

Figura 4 — Mística da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015)



Fonte: Ceagro (2015).

Já a Figura 5 remete à denúncia da opressão do agronegócio e dos agroquímicos que vêm envenenando e matando a vida, bem como à repressão armada contra as e os sujeitos sem-terra.

Cada mística foi pensada em consonância com os temas debatidos no dia, na etapa e no momento da atividade presencial, como forma de refletir sobre as opressões, assim como reafirmar valores e princípios a serem cultivados como alternativas de vida.

Figura 5 — Mística da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015)



Fonte: Ceagro (2015).

Durante as etapas, as mulheres consolidam seus processos de auto-organização interna, o que ocorre com a divisão das participantes em grupos

denominados Núcleos de Base (NB)²⁰. Para o MST (2005, p. 207), “auto-organizar-se significa ter um tempo e espaço autônomo para que se encontrem, discutam suas questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola.” Essa organização ocorre pois cada sujeita é responsável por contribuir na organização do espaço da escola, seja este pedagógico, de convivência ou de autosserviço.

Os NBs consistem na divisão das participantes em grupos com números iguais, nos quais são desenvolvidos estudos (leituras de textos, debates e atividades práticas, místicas) e autosserviços (organização das tarefas de manutenção dos espaços, como lavar louças, limpar a plenária, os refeitórios, os banheiros, servir os alimentos, apoiar as educadoras e educadores de Ciranda Infantil, entre outros) (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Nos NBs, ocorrem diálogos sobre os encaminhamentos relacionados à etapa, bem como é dado um aporte no Tempo Comunidade por meio da troca de conhecimento e das experiências. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Cada NB constrói sua identidade, sendo que, de forma coletiva, o grupo indica um nome que irá representá-lo, bem como uma palavra de ordem. Além da identidade dos NBs, a turma organiza sua própria identidade e, também de forma coletiva, constrói um nome, uma palavra de ordem e sua simbologia. Isso possibilita que as mulheres construam suas referências, sua forma de se apresentar, sua forma de se olhar no espaço da Escola, o que, além de ser um processo formativo pois é fruto de diálogo e de estudo, resulta nessa construção coletiva.

Cada núcleo de base escolhe um nome ou simbologias que caracterizem e vai avançando nesse processo da construção da identidade coletiva, não só no núcleo de base, mas como as turmas em si. Então, normalmente os núcleos de base se reuniam e levantavam propostas de nomes para as turmas e era feito o processo de construção sempre na lógica de construir consenso. Em alguns casos, teve momento de votação, quando não se chegava em consenso para escolher o nome das turmas, e aí, normalmente na maioria das turmas, as companheiras homenageavam mulheres lutadoras, tanto do ponto de vista mais amplo da história da luta das mulheres da classe trabalhadora como em nível local, companheiras que eram lideranças que tinham um papel importante na luta das mulheres que foram homenageadas. (VIEIRA, 2023).

²⁰ Experiência de referência à proposta organizativa do MST que, nos acampamentos, organiza as famílias em NB, os quais têm como objetivo organizar a luta, a vida coletiva, os momentos de formação, a produção, entre outros.

Vale ressaltar que consolidar processos de formação para as mulheres implica em respeitar a dinâmica da vida feminina, portanto, o tempo de permanência na etapa presencial precisa estar adequado à realidade das mulheres nas unidades de produção e nas vivências (conciliar o tempo de trabalho no lote com os afazeres domésticos, com o cuidado aos filhos), além de construir as condições econômicas para o deslocamento e os custos da formação.

Devido às construções culturais de que o cuidado com os filhos é de responsabilidade feminina, o MST percebe a necessidade de construir também um espaço pedagógico para as crianças no período em que as mães estão em formação e, assim, a ERM organizou a Ciranda Infantil, que acompanha todas as etapas das turmas.

A Ciranda Infantil é uma proposta pedagógica do MST, que vem compor a proposta pedagógica da Escola e que tem o objetivo de garantir que as mulheres mães não sejam excluídas da formação por precisarem atender e cuidar de seus filhos e filhas.

O acesso à educação na infância em especial no campo brasileiro, emerge da necessidade de participação ativa das mulheres trabalhadoras rurais em espaços formais e informais de trabalho ou formação. As cirandas infantis surgiram da necessidade de se criar espaços voltados para atender, principalmente as crianças de acampamentos e de assentamentos em áreas de Reforma Agrária. (CEAGRO, 2012, p. 16).

Assim, durante o período em que a mãe está em formação, a criança encontra-se no espaço da Ciranda Infantil organizada em locais próximos. Este “É um espaço de troca, de experiências, onde as crianças brincam aprendendo e aprendem brincando. É um espaço de educação, onde além do cuidado, a criança também aprende conteúdos. E assim, ela não se distancia das atividades escolares nesse período.” (CEAGRO, 2012, p. 16).

As crianças também são inseridas em um processo de formação e, em conjunto com as mães, se tornam sujeitos e sujeitas sociais em construção. A organização da ciranda tem por base as faixas etárias que variam de acordo com o grupo participante e com a quantidade de crianças na turma. Essa ordenação é proposta da seguinte forma:

[...] para os educandos de 0 a 2 anos as atividades são direcionadas ao neurodesenvolvimento por meio de expressões e estímulos. Já as crianças de 4 a 6 anos as atividades são voltadas para confecção de brinquedos, e também compreensão dos mesmos em relação a realidade que estão inseridos. As crianças de 6 a 8 anos participam de todas as atividades dirigidas para os demais contribuindo na criação de brincadeiras e atividades, tais como confecção de painéis de sementes, leitura e atividades de estímulos as expressões culturais nesse caso a dança e música. As crianças de 8 a 12 anos abordam temas morais e discutem sobre a realidade que vive dentro de suas comunidades, criam gritos de ordem, e surpreendem na atuação com as demais, brincando com as mesmas e até mesmo auxiliando no cuidado com as mais novas, contribuem também na criação de místicas, incluem os pequenos nas atividades de maneira a não excluir o coletivo da ciranda, fortalecendo a concepção de coletividade. (CEAGRO, 2012, p. 17).

A Ciranda Infantil é um espaço importante de formação dos “sem-terrinhá”. A seguir, na Figura 6, é possível observar a apresentação das crianças durante um momento de aula da ERM, em que demonstram os conhecimentos construídos e partilhados nos momentos pedagógicos. Além de participarem de atividades lúdicas, elas constroem aprendizados que seguem os temas debatidos também pelas mães.

Figura 6 — Apresentação das crianças da Ciranda Infantil e suas educadoras em um espaço de plenária da turma da ERM



Fonte: Ceagro (2016).

As crianças também constroem a identidade sem-terrinhá e da Ciranda Infantil, criam palavras de ordem, confeccionam cartazes com símbolos e escolhem o nome da turma naquela etapa da Escola, como é possível observar na Figura 7, a seguir.

Figura 7 — Apresentação das crianças da Ciranda Infantil e suas educadoras em um espaço de plenária da turma da ERM



Fonte: Ceagro (2022).

Sendo os sem-terrinha parte da ERM, eles interagem com as mães em momentos de mística, em atividades culturais e em momentos de formação, situações importantes para o processo formativo tanto das mães quanto dos filhos e filhas. No entanto, mesmo que a Ciranda Infantil se materialize na perspectiva de construção de um espaço para que as mães possam participar da formação, pois podem levar seus filhos durante o Tempo Escola, cabe a reflexão sobre o fato da obrigatoriedade das mulheres em terem sua participação condicionada à participação das crianças. Aponta-se, assim, para a necessidade de ampliação do diálogo e do rompimento com a compreensão de que a obrigação do cuidado com os filhos seja função feminina. É preciso refletir sobre a participação do pai e da família no cuidado com as crianças e sobre a construção de novas formas de organização familiar.

Tão importante quanto o Tempo Escola na proposta da formação das mulheres é o Tempo Comunidade, que se efetivou como uma experiência significativa para o fortalecimento da organização dos coletivos de mulheres nos locais, uma vez que cada participante da Escola tem como proposta retornar à sua base para socialização da experiência e contribuir na reflexão sobre a importância e a necessidade da auto-organização feminina.

Os meses de intervalo entre as etapas são chamados de Tempo Comunidade, onde as participantes socializam em seus espaços de vida e atuação os conhecimentos adquiridos durante a escola e assim, colocam em prática os temas debatidos durante a etapa por meio de atividades concretas. (CEAGRO, 2012, p. 8).

As turmas são construídas de acordo com as especificidades das demandas de participação, sendo a maioria das mulheres oriunda de acampamentos e assentamentos. Cada etapa é pensada e organizada em um local, assumindo o caráter de itinerância, o que movimenta a comunidade que recebe o grupo tanto para a preparação do espaço e da infraestrutura, mas também para a socialização, a partilha de experiências, os momentos culturais, entre outros.

Outra característica é a itinerância nas áreas de acampamentos, assentamentos e comunidades camponesas, o que possibilita a ampliação do conhecimento e a troca de experiências entre mulheres e comunidades. No final de cada turma é realizada uma mística de encerramento e entregue o certificado de conclusão da escola para cada uma das participantes. (CEAGRO, 2012, p. 8).

No que se refere às condições econômicas para a viabilidade dos encontros, elas também foram sendo construídas no decorrer de cada turma, sendo que algumas destas foram custeadas por projetos em parceria com o Ceagro. “As primeiras edições que foram anos em que a gente tinha um conjunto de políticas públicas e projetos que possibilitaram a gente avançar.” (THAILE, 2023).

Além do comprometimento das próprias participantes em contribuir com a doação de alimentos, em receber e alojar as mulheres nas suas casas durante as etapas, buscavam-se formas de se auto-organizar financeiramente para o deslocamento até o local da formação.

Foi um processo de discussão que perpassou as instâncias de direção e coordenação do movimento. A gente tentou sensibilizar sobre a necessidade e importância desses processos de formação e das comunidades assumirem as condições materiais para que essas escolas acontecessem, de viabilizar condições para o deslocamento. A alimentação era dividida entre as comunidades que faziam parte da escola, então, teve esse suporte e com um papel importantíssimo das próprias companheiras de se auto-organizar e se mobilizar para que nas suas comunidades viabilizassem as condições econômicas para que a escola pudesse se realizar. (THAILE, 2023).

Essas construções das condições objetivas também são elementos fundamentais no processo formativo individual e coletivo, uma vez que as mulheres se desdobram na busca de parceria, no diálogo com os locais para organizar as formas de contribuição (doação de alimentos, deslocamento das participantes, etc.).

Pelo fato de o CRM ser composto por mulheres das áreas de Reforma Agrária e, portanto, conhecedoras da realidade da vida das participantes, é que se planejam as turmas adequando as realidades e respeitando as subjetividades, assegurando, assim, que a formação ocorra de maneira qualificada e com a participação efetiva de todas.

A seguir, serão descritos, de maneira breve, aspectos relevantes de cada turma para a compreensão da complexidade e da grandiosidade desse histórico de formação e de luta das mulheres sem-terra da Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

A 1ª Turma da ERM foi organizada no “ano de 2012, com a participação de aproximadamente 40 mulheres pequenas agricultoras, sem-terras e indígenas. As etapas ocorreram na Unidade do Ceagro – Vila Velha no município de Rio Bonito do Iguaçu.” (CEAGRO, 2012, p. 7).

O processo de formação na Escola fomentou debates e reflexões a respeito de questões subjetivas das participantes “onde se identificam as diferentes formas de violência na vida diária das mulheres, ausência de espaços de decisão, invisibilidade e o não reconhecimento do seu trabalho, a vida no campo e o compromisso ecológico, sendo esses os temas que moldaram a turma.” (CEAGRO, 2012, p. 7).

A 1ª Turma contribuiu nos debates sobre como criar a metodologia da Escola que, posteriormente, foi sendo reaplicada nas demais turmas com as adequações de acordo com cada uma.

No ano seguinte, em 2013, as mulheres organizaram a 2ª Turma da ERM, também com a participação de, aproximadamente, 40 mulheres. Os temas abordados foram uma continuação da edição anterior. “A segunda turma propõe a continuidade das discussões feitas na turma anterior, além de definir que a participação seria das mulheres das comunidades inseridas em processos de luta e enfrentamentos contra todas as formas de opressões.” (CEAGRO, 2012, p. 7).

Na Figura 8, a seguir, é possível observar um momento de construção da linha do tempo das participantes, em que cada uma escreveu sua história. Esta foi uma

atividade significativa para a reflexão da participação de cada uma na luta, nas suas vivências e nos movimentos sociais. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Figura 8 — 1ª Turma da Escola Regional de Mulheres: construção da linha do tempo das participantes (2012)



Fonte: Ceagro (2013).

A Figura 9 representa o coletivo que participou da 2ª Turma, ou seja, o registro da turma evidencia a participação de cada uma como parte fundante.

Figura 9 — 2ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013)



Fonte: Ceagro (2013).

A Figura 10, a seguir, é o registro de um momento de animação durante a plenária da 2ª Turma da Escola Regional. São práticas criadas para quebrar longos períodos de estudo, mas também para animar as participantes, em que elas cantam, dançam e se movimentam libertando suas expressões. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Figura 10 — 2ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013): momento de animação durante a plenária



Fonte: Ceagro (2013).

A 3ª Turma foi consolidada no ano de 2014 com a participação de 50 mulheres. A violência e a opressão contra as mulheres foi um dos temas mais latentes nos diálogos, “a turma de 2014 foi marcada por reflexões muito significativas quanto às formas de violências contra as mulheres, desde a luta de classes, o modo de produção capitalista e a exploração das mulheres.” (CEAGRO, 2012, p. 7).

A Figura 11, a seguir, é a representação da coletividade da 3ª Turma da ERM, e apresenta a simbologia construída no tecido em que cada uma marcou sua mão, e situação em que todas receberam um certificado simbólico de participação. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

Figura 11 — 3ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2014)



Fonte: Ceagro (2014).

Na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, o MST intensifica a luta pela terra e, no ano de 2014, organizou o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguçu/PR. Reitera-se que, nesse período, as famílias já estavam organizadas em locais distintos denominados espaços, os quais posteriormente compreenderam as comunidades do assentamento, uma vez que o número de famílias condiciona a divisão da área. A participação das mulheres foi muito expressiva desde a articulação e a organização das famílias no acampamento, bem como no processo de ocupação da fazenda. Diante dessa expressividade feminina e da possibilidade de potencializar essa participação no MST, é que a 4ª Turma da ERM foi organizada e realizada no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, com a participação de, aproximadamente, 50 mulheres do local.

Na Figura 12, a seguir, observa-se o registro da 1ª etapa da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres, demonstrando que, mesmo com a chuva dificultando o acesso, as mulheres se fizeram presentes. A etapa foi realizada no espaço denominado Herdeiros 1.

Figura 12 — 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015): 1ª etapa



Fonte: Ceagro (2015).

A Figura 13 apresenta o registro da 3ª etapa da 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres, que foi realizada no espaço denominado Alojamento.

Figura 13 — 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2015): 3ª etapa



Fonte: Ceagro (2015).

A 5ª Turma da ERM, realizada em 2016, contou com a participação de 60 mulheres de outras regiões do Estado do Paraná, e foi denominada Escola Estadual de Jovens Mulheres. O grupo era misto e não composto apenas por jovens, mas recebeu essa denominação em razão do projeto que custeou suas despesas e que tinha como objetivo intencionar a participação das jovens mulheres para discutir, principalmente, o tema do corpo, da sexualidade, da saúde, da agroecologia. Essa turma ocorreu em uma organização vinculada ao Coletivo Estadual de Mulheres (CEM) do MST. (THAILE, 2023).

A Figura 14 representa a turma após a mística de encerramento da 1ª etapa da Escola.

Figura 14 — 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016)



Fonte: Ceagro (2016).

O espaço da plenária é o momento em que são dialogados os saberes acerca dos temas escolhidos para a etapa. É possível ver na Figura 15, a seguir, as participantes concentradas durante os debates em sala.

Figura 15 — 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016): plenária



Fonte: Ceagro (2016).

Ainda em 2016, iniciou-se a 6ª Turma, que foi concluída em 2017. Nesse período, organizou-se outro espaço de ocupação na região, o qual originou o

Acampamento Dom Tomas Balduído, em Quedas do Iguaçu/PR. Diante da demanda de formação local e da grande participação de mulheres neste acampamento, decidiu-se organizar uma turma local somente com participantes daquele município. A turma contou com 50 pessoas e os temas debatidos foram: forma da organização da sociedade, capitalismo, o avanço do capitalismo no campo, patriarcado, gênero, organicidade e história do MST, diversos tipos de feminismo, gênero e sexualidade, a violência contra as mulheres e suas diferentes formas, e agroecologia. (THAILE, 2023).

A Figura 16 representa o coletivo de mulheres que compôs a 6ª Turma.

Figura 16 — 6ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2017)



Fonte: Ceagro (2017).

No ano de 2018, foi dado início à 7ª turma, ocorrida no Acampamento Vilmar Bordin, em Quedas do Iguaçu/PR, que foi concluída em 2019. Contou com a participação de 50 mulheres, que discutiram temas como patriarcado, gênero, organicidade e história do MST, diversos tipos de feminismo, gênero e sexualidade e a violência contra as mulheres e suas diferentes formas, e agroecologia. (THAILE, 2023). Infelizmente, não foram encontradas fotografias dessa turma.

A pandemia de covid-19, que acometeu o Brasil e o mundo, interrompeu a organização das turmas, retomada apenas em 2022, após as atividades na sociedade terem sido reiniciadas, de modo geral. O processo de isolamento social provocado pela pandemia citada gerou também uma fragilização na organização das próprias mulheres. Por esse motivo, foi identificada a necessidade urgente de retomar o

processo de formação e organização da ERM, tendo em vista que, durante o isolamento, os casos de violência doméstica aumentaram. (THAILE, 2023).

Assim, em 2022, iniciou-se a 8ª Turma da ERM, cuja 1ª etapa foi realizada em junho daquele ano no Ceagro, localizado na Vila Velha, em Rio Bonito do Iguaçu/PR. A 2ª etapa aconteceu no município de Pinhão/PR e a 3ª etapa no Acampamento Vilmar Bordin, no município de Quedas do Iguaçu/PR. O diferencial dessa turma é que seu caráter regional foi retomado. Cabe salientar que a participação das companheiras do MST de Pinhão/PR e de Guarapuava/PR foi efetivada, uma vez que o movimento identificou a necessidade de retomar a formação dessas companheiras e também porque esses locais retomaram o processo de luta pela terra. A turma foi composta por 50 mulheres e os temas abordados foram: agroecologia e cooperação, patriarcado, gênero, organicidade e história do MST, feminismo, gênero e sexualidade; violência contra as mulheres e suas diferentes formas. (THAILE, 2023).

A Figura 17 mostra o registro da 1ª etapa da 8ª Turma, realizada no Ceagro, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, e um momento de plenária.

Figura 17 — 8ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022): 1ª etapa



Fonte: Ceagro (2022)

Já a Figura 18 representa a 3ª etapa da 8ª Turma, realizada no Acampamento Vilmar Bordin, durante o momento de recepção e de boas-vindas conduzido pela dirigente do acampamento.

Figura 18 — 8ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022): 3ª etapa



Fonte: Ceagro (2022).

No que se refere às educadoras e educadores que mediarão os temas desenvolvidos na Escola, as mulheres contaram com a contribuição de diversas pessoas de universidades parceiras, como a UFFS, a UFPR, a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), e de militantes de movimentos sociais e sindicatos. Essas pessoas eram indicadas e, posteriormente, convidadas pela própria coordenação da Escola para compor o grupo que conduziria a atividade, de acordo com a formação de cada uma e com os temas definidos para a etapa.

Com relação aos aportes financeiros que custearam a Escola, eles foram provenientes de uma cooperação com o Ceagro, que desenvolvia projetos sociais com grupos de mulheres. Nos anos 2012 e 2013, esta instituição firmou uma parceria de intercooperação com a Fundação Mundukide do País Basco, na Espanha, em que foram destinados recursos para parte das despesas de deslocamento, de alimentação e de estadia das participantes. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Em 2013, o Ceagro desenvolveu o projeto intitulado “Mulheres: Produzindo Autonomia e Gerando Sustentabilidade” pelo convênio n.º 775332/2012, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que custeou as despesas das turmas nos anos de 2014 e 2015. (CEAGRO, 2015). De 2015 a 2019, o Centro reafirmou a parceria com a Fundação Mundukide e foram realizadas as 5ª, 6ª e 7ª Turmas da ERM. (CEAGRO, 2015).

A 8ª Turma foi realizada com “apoio de um projeto do Fundo Brasil de Direitos Humanos, contudo, o recurso não foi suficiente tendo em vista que as etapas ocorreram em locais distintos.” (JULIANA, 2023). Assim, as diferentes áreas do MST

e as mulheres contribuíram com recursos próprios, realizando a doação de alimentos e a disponibilização de local e de infraestrutura para a execução das atividades.

Entretanto, desde a 1ª Turma, iniciou-se um diálogo com as mulheres da região para que todas se comprometessem em colaborar de alguma forma com as despesas. Assim, as contribuições ocorreram por meio da doação de alimentos e do alojamento das participantes em suas próprias casas, nos locais em que as etapas aconteceram. Consolida-se, desse modo, um compromisso das mulheres com a construção coletiva da Escola, que também perpassa a solidariedade no que se refere à partilha de alimentos e na recepção das educandas nas famílias.

Quando são analisadas as informações dos aportes financeiros para a construção das turmas, observa-se que, embora as mulheres tenham contado com projetos que custearam as despesas, foram necessários diálogos internos de convencimento sobre a necessidade de efetivação desse espaço de formação para elas. Foi uma luta interna do movimento para assegurar que partes dos projetos fossem destinadas à demanda de organização das mulheres na região. Foram observadas dificuldades no diálogo com o coletivo do movimento e travadas disputas internas para que a turma fosse construída e concluída. (DIÁRIO DE CAMPO, 2023).

Tabela 2 — Quadro-síntese das turmas da Escola Regional de Mulheres de 2012 a 2023

Turma	Desenvolvimento	Período
1ª Turma	<p>Participantes: 40 mulheres sem-terra, pequenas agricultoras e indígenas.</p> <p>Local: Unidade do Ceagro, Vila Velha, em Rio Bonito do Iguaçu/PR.</p> <p>Temas: Diferentes formas de violência contra as mulheres; ausência feminina nos espaços de decisão; invisibilidade e a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres, a vida no campo; compromisso ecológico.</p>	2012
2ª Turma	<p>Participantes: 40 mulheres sem-terra e pequenas agricultoras.</p> <p>Local: Unidade do Ceagro, Vila Velha, em Rio Bonito do Iguaçu/PR.</p> <p>Temas: Diferentes formas de violência contra as mulheres; ausência feminina nos espaços de decisão; invisibilidade e a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres, a vida no campo; compromisso ecológico.</p>	2013
3ª Turma	<p>Participantes: 50 mulheres sem-terra e pequenas agricultoras.</p> <p>Locais: Assentamento 8 de Junho, Acampamento Recanto da Natureza, Cooperativa Do Movimento dos Pequenos Agricultores (CPC), em Porto Barreiro/PR</p>	2014

	Temas: Violência e opressão contra as mulheres; luta de classes; modo de produção capitalista e a exploração das mulheres.	
4ª Turma	Participantes: 50 mulheres sem-terra acampadas Local: Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu/PR Temas: Relações de gênero; patriarcado; violência contra as mulheres; agroecologia; autocuidado/saúde da mulher.	2015
5ª Turma	Participantes: 60 mulheres sem-terra acampadas e assentadas de diversas regiões do Paraná Local: Unidade do Ceagro, Vila Velha, em Rio Bonito do Iguaçu/PR Temas: Gênero; corpo; sexualidade; saúde.	2016
6ª Turma	Participantes: 50 mulheres acampadas Local: Acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu/PR Temas: Forma de organização da sociedade; capitalismo e seu avanço no campo; patriarcado; gênero; organicidade e história do MST; feminismo; gênero e sexualidade; as diferentes formas de violência contra as mulheres; agroecologia e cooperação.	2016 – 2017
7ª Turma	Participantes: 50 mulheres acampadas Local: Acampamento Vilmar Bordin, em Quedas do Iguaçu/PR Temas: Patriarcado; gênero; organicidade e história do MST; feminismo; gênero e sexualidade; as diferentes formas de violência contra as mulheres; agroecologia e cooperação.	2018 – 2019
8ª Turma	Participantes: 50 mulheres acampadas e assentadas Locais: 1ª etapa — Ceagro, Vila Velha, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, 2ª etapa — Pinhão/PR, e 3ª etapa Acampamento Vilmar Bordin, em Quedas do Iguaçu/PR. Temas: Patriarcado; gênero; organicidade e história do MST; feminismo; gênero e sexualidade; as diferentes formas de violência contra as mulheres; agroecologia e cooperação.	2022

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Visualizando a Tabela 2, é possível observar a recorrência do tema relacionado à violência contra as mulheres, presente na maior parte das temáticas abordadas na turma. Isso leva à reflexão sobre a presença desse fenômeno no cotidiano das mulheres, “e que a escola é o espaço em que elas podem dialogar trocar experiências e se informar” (DIÁRIO DE CAMPO, 2023). Sendo a Escola o espaço de construção feminina, as mulheres vítimas de violência sentem-se acolhidas e confiantes em poder abordar um tema tão marcante na subjetividade feminina, buscando formas de superar essa realidade.

Diante disso, visualiza-se a necessidade de voltar o olhar para a subjetividade de cada trabalhador e trabalhadora. Com o objetivo de compreender os processos de construção de sujeitos e sujeitas, enfoca-se a análise para a constituição da corporeidade que se apresenta como necessária para que a formação libertadora possa ocorrer na práxis.

Isso também implica repensar as relações dos sujeitos e sujeitas entre si e com o meio ambiente natural e a efetivação de um modo de vida que respeite e preserve a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, tendo a agroecologia como pilar produtivo em processos de cooperação e de gestão coletiva.

É com base nessa perspectiva que o MST tem construído processos formativos que contemplem as múltiplas dimensões humanas, com a coletividade da organização, em que as mulheres estejam à frente, atuando como lideranças, contribuindo na construção do empoderamento feminino, objetivando a transformação social. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

Compreendendo a importância da visibilização das lutadoras do povo, no capítulo a seguir, serão apresentadas as narrativas das histórias de vida de três jovens mulheres que lutam no MST da Mesorregião Centro-Sul do Paraná.

5 PRÁXIS DAS MULHERES NO PROCESSO FORMATIVO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST E A INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE SABERES AGROECOLÓGICOS E NA CORPOREIDADE

Neste capítulo, serão apresentadas narrativas femininas por meio de fragmentos de histórias de vida, obtidas a partir de entrevistas semiestruturadas com três jovens lutadoras do MST da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná. Será feita uma reflexão sobre os impactos dos processos formativos realizados no MST, enfatizando a experiência da ERM na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade dessas mulheres.

O capítulo está estruturado em quatro partes, sendo a primeira composta pelas histórias de vida das três mulheres: Juliana Cristina de Mello (JULIANA, 2023), Ângela Líbio da Paixão (ÂNGELA, 2023) e Thaile Lopes Vieira (THAILE, 2023). A segunda parte apresenta reflexões acerca dos processos formativos e da relação das mulheres com a Escola; a terceira, busca refletir sobre os conhecimentos agroecológicos e sua relação com as mulheres; e a quarta, tece reflexões quanto à constituição da corporeidade feminina.

5.1 PRÁXIS E MODOS DE VIDA DAS JOVENS MULHERES CAMPONESAS

Adentrando no universo feminino, por vezes, depara-se com marcas históricas, sociais e políticas frutos de uma cultura patriarcal e machista que oprime, inferioriza e violenta a maior parte das mulheres na sociedade. Entretanto, essas marcas são constituidoras de suas histórias, de sua formação, de sua corporeidade, de sua vida. Segundo Gebara:

A história passada forma nosso corpo, apesar de muitos processos individuais e coletivos de libertação. Carregamos nele a vida de nossas ancestrais mais próximas e a história daquelas que não conhecemos de forma direta. Carregamos igualmente interditos, tradições, palavras que formam nosso corpo e são ainda capazes de nutrir ou a continuidade desses papéis ou provocar mudanças. (2017, p. 116).

Nesse contexto, é fundamental compreender que a sociedade se constitui historicamente por construções sociais e culturais que estabelecem relações de

gênero desiguais no que se refere à figura masculina e feminina. Por isso, concorda-se com García (2004, p. 122) ao enfatizar que “As relações de gênero são relações sociais de poder, desiguais e hierárquicas e não simples dicotomias ou relações simétricas e complementares.” Sendo estas uma construção social, marcam as vivências das mulheres desde a sua concepção e percorrem suas histórias ao longo de todas as suas vidas.

Ao construir as narrativas das mulheres por meio das entrevistas, explicitando as histórias de vida busca-se “[...] com que os autores das narrativas consigam atingir uma produção de conhecimentos que tenham sentido para eles e que eles próprios se inscrevam num projeto de conhecimento que os institua como sujeitos.” (JOSSO, 2004, p. 25). Assim, são as próprias mulheres que reconhecem, fazem e registram as suas histórias como sujeitas legítimas do seu saber. Compreende-se que a narrativa de formação:

[...] permite, com efeito, trabalhar com um material narrativo constituído por recordações consideradas pelos narradores como “experiências” significativas em suas aprendizagens, da sua evolução nos itinerários sócio-culturais e das representações que construíram de si mesmos e do seu ambiente humano e natural. (JOSSO, 2004, p. 47, grifo da autora).

A construção das narrativas dos fragmentos das histórias de vida pode ser compreendida também como um processo de formação, uma vez que possibilita uma reflexão sobre a práxis de cada sujeita, e sobre como elas foram se constituindo como sujeitas sociais por meio de sua inserção em movimentos sociais e na luta de classes. De acordo com Charlot (2000, p. 33 e 51), é possível refletir que sujeito social é:

O sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

Balizando a importância das mulheres na luta do MST na região supracitada e do processo de construção dos fragmentos de histórias de vida, com o objetivo de conhecer e de reconhecer grandes lutadoras a partir de suas subjetividades, serão apresentadas as suas narrativas.

5.1.1 JULIANA CRISTINA DE MELLO — DA JOVEM MULHER ESTUDANTE BROTA UMA GRANDE LUTADORA!

Juliana Cristina de Mello, jovem mulher sem-terra, camponesa, militante, educadora de escolas do campo, mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS), representada Figura 19, a seguir, na qual demonstra a simbologia e a pertença ao MST.

Figura 19 — Juliana Cristina de Mello



Fonte: Comunicação MST (2018).

Dando voz às mulheres, este capítulo inicia-se apresentando Juliana Cristina de Mello (JULIANA, 2023), conhecida entre as pessoas de seu convívio como “Ju”. Atualmente, ela reside no Assentamento Marcos Freire, localizado na comunidade Centro Novo, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, no lote que é dos pais, no caso, de sua mãe, uma vez que seu pai já é falecido. (JULIANA, 2023).

Atua como educadora nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, situada no Assentamento Marcos Freire, além

de ser militante e atuar como dirigente do Setor de Formação do MST Paraná. (JULIANA, 2023).

A luta pelo direito ao acesso à terra e à educação marcaram a trajetória de vida da Juliana desde a sua infância. Não obstante, observa-se que as dificuldades dos camponeses em conseguir terra é conhecida desde o processo de colonização, sendo que a estrutura fundiária brasileira se constituiu concentrando terras sob o poder de poucas pessoas, em uma dicotomia em relação à grande quantidade de pequenos camponeses que enfrentavam dificuldades de acesso a um terreno para plantar e garantir a manutenção familiar. Nessa perspectiva, Almeida (2012, p. 3) salienta:

A história agrária do Brasil sempre esteve ligada a concentração de terras. A primeira forma de acesso jurídico à terra no país foi através das sesmarias. Regime que se configurou como a base do latifúndio. Esse regime consistia na doação de terras a sesmeiros, com exigência de cumprimento de duas condições principais. O cultivo da terra, pois sem a utilização econômica ninguém era dono de fato, e a moradia habitual. [...] Somente em 1850 surgiu a Lei de Terras, estabelecendo que a aquisição seria possível somente por intermédio da compra, assim como incluiu dispositivos sobre as condições para a revalidação das doações passadas, bem como as normas para a legitimação das posses mansas e pacíficas.

A transformação das terras em mercadoria, ou seja, estabelecida com posse mediante à compra impossibilita que os pequenos camponeses tenham condições de compra, legitimando a concentração das terras pelos latifundiários.

A história da família de Juliana, assim como as de muitas famílias sem-terra, explicita a dificuldade que os camponeses encontram para o acesso ao tão sonhado pedaço de chão para trabalhar e viver dignamente com a família. Ela relata como foi a sua chegada ao Assentamento:

Meus pais, eles eram lá de São Jorge do Oeste, uma cidade do Sudoeste do Paraná, próxima cerca de 100 Km. [...] meu pai e minha mãe sempre trabalharam pra fora, pra tentar conseguir dinheiro, para construir uma casa, para ter suas coisas. E aí, meu pai recebeu um pedacinho de terra do meu avô, só que nesse pedaço de terra não era possível a sobrevivência. Meu pai e minha mãe sempre tinham que trabalhar fora, para os outros, nas fazendas e tal, e aí eles venderam aquele pedaço de terra e compraram um lote dentro do assentamento, porque naquele momento tinham pessoas que vendiam lotes e nos valores menores. Então, por isso que eles conseguiram vender lá e vir para cá, porque aqui tinha um pouco mais de terra e eles poderiam trabalhar e poder sobreviver do trabalho deles. Para eles foi um sonho! Então, essa vinda para o assentamento foi quando eu tinha 12 anos. (JULIANA, 2023).

É perceptível que a luta pela terra é intrínseca à sua história, pois, apesar de ser ainda muito jovem, com apenas 27 anos, a professora tem uma história extensa na militância. Conforme Juliana (2023): “[...] sou militante do movimento já, eu acredito, que desde os meus 15, 16 anos, já faz mais de 10 anos, aqui também na região”. A relação com a educação é outro fator a ser destacado. Ela evidencia que o processo formativo iniciado no colégio do Assentamento contribuiu para a sua formação como sujeita social, favoreceu a perspectiva da escolarização e do acesso ao conhecimento científico, em que pode alcançar um patamar de formação de sujeita capaz de intervir criticamente na realidade social na qual está inserida, contribuindo para a transformação social e a luta dos sem-terra.

Sua inserção no MST ocorreu por meio de seu ingresso no Ensino Médio/Magistério (formação de docentes), cursado no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak²¹, localizado na comunidade onde reside com a sua família. Durante a entrevista, Juliana ressaltou a perspectiva de ser sujeita ao enfatizar: “acho que foi quando eu tive as condições, inclusive psicológicas, para começar a compreender em que espaço que eu tava, a escola sempre trabalhando nessa proposta do movimento.” (JULIANA, 2023). Assim, ela destaca que a escola contribuiu para o despertar da militância, por meio da formação humana.

Ressalta-se que a referida Escola é uma referência nos processos de educação e de formação do MST, uma vez que sua proposta pedagógica é vinculada à realidade, com base na pedagogia do movimento, organizada por meio dos

²¹ “O nome da escola foi uma forma de reconhecimento à companheira Iraci Salete Strozak, que fazia parte do Setor de Educação do MST e era uma batalhadora para que a educação acontecesse nas áreas de reforma agrária. Ela iniciou nas lutas do MST e na militância muito cedo e se fez respeitar no meio dos “mais antigos” pela sua coerência, sentimento de pertença, dedicação e compromisso com as tarefas que lhe eram atribuídas. Foi liderança em diferentes espaços do MST, mas nunca deixou de exercitar seu carisma de educadora. Foi coordenadora da Regional Norte Velho, onde participou da desocupação da Fazenda Guairacá enfrentando a polícia na defesa dos companheiros, momento em que muitos foram baleados, arremessados contra cercas de arame farpado pelos policiais e outros tantos foram presos, inclusive ela. Foi a primeira mulher que chegou a coordenar uma regional do MST. Nesta mesma regional ela experimentou um método de formação de lideranças no qual todo o trabalho de organização era feito de forma coletiva. Outra tarefa importante que ela desempenhou no MST foi a coordenação do Setor de Educação. Dedicou muito trabalho na organização da EJA — Educação de Jovens e Adultos, mas foi no acompanhamento das escolas que dedicou a maior parte dos seus esforços.” (PPP, 2023, p. 19).

Complexos de Estudo²² e dos Ciclos de Formação Humana²³. Ao longo de sua história, constituiu-se como exemplo de formação humana, de formação para a vida, de formação de sujeitos e sujeitas comprometidas com a transformação social. O projeto político-pedagógico (PPP) da Escola aponta que:

[..] esta instituição nasce atrelada à luta dos trabalhadores rurais que almejam a construção de outro projeto societário, que buscam transformação social. Assim sendo, a pedagogia que embasa a condução dos processos formativos educativos na escola só pode articular-se a uma proposta educativa questionadora. [...] A Pedagogia do Movimento que orienta a concepção de formação humana e escola no MST considera o próprio Movimento como sujeito educador dos Sem Terra, à medida que estes sujeitos sociais se enraízam em uma coletividade com projeção de futuro. (...) educação como formação humana, que incorpora as relações sociais na qual se entrelaçam formação humana e cultura, educação e história, luta social e organização coletiva. A escola vinculada a processos sociais concretos é uma parte do processo mais amplo de formação no Movimento. (PPP, 2020, p. 94).

Objetivando vislumbrar a estrutura física do Colégio Estadual Iraci Salete Strosak, buscou-se registrar ao menos sua fachada (Figura 20) para evidenciar a importância dessa construção como conquista da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores sem-terra.

Figura 20 — Fachada do Colégio Estadual Iraci Salete Strosak

²² “Um complexo representa uma “complexidade” cujo entendimento a ser desvendado pelo estudante ativa sua curiosidade e faz uso dos conceitos, categorias e procedimentos das várias ciências e artes que são objeto de ensino em uma determinada série. O complexo tem uma prática social real embutida em sua definição. Ele é mais que um tema ou eixo e não se resume à idealização de uma prática que apenas anuncia a aplicabilidade longínqua de uma aprendizagem.” (PPP, 2023, p. 127).

²³ Os Ciclos de Formação Humana “se fundamentam no processo de desenvolvimento humano. Eles não significam apenas uma mudança de estrutura da escola, ainda que essa organização também interfira nos modelos de ensino, ou seja, mesmo que a mudança da estrutura em Ciclos seja compreendida como mais importante, é na prática educativa que podemos prever ou interferir no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Ainda assim, pensar os tempos humanos na escola é, também, pensar como estes vão estar se relacionando como um tempo escolar mais longo e também porque se quer romper com o modelo seriado e fragmentado da escola.” (PPP, 2023, p.121).



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

A Figura 21, a seguir, é uma representação de Iraci Salete, companheira sem-terra homenageada na nomeação do referido colégio por sua atuação e dedicação à educação no MST. A Figura 21 é o registro de uma pintura realizada no *hall* de entrada da instituição, obra do artista e militante do MST Tarcísio Leopoldo (Jabuti). (DIÁRIO DE CAMPO, 2023).

Figura 21 — Imagem de Iraci Salete Strozak reproduzida no *hall* de entrada do Colégio Estadual que leva seu nome (2023)



Foto: Arquivo pessoal da autora (2023).

Juliana destaca que a sua formação no Colégio Iraci contribuiu para um despertar em sua inserção no MST, pois o curso de formação de docentes potencializou múltiplas experiências, o que ampliou a sua visão quanto à luta de classes e no MST, de forma a compreender a realidade de forma crítica, construindo

formas de intervenção social e coletiva. De acordo com o PPP da referida escola, alguns aspectos da formação humana são compreendidos como forma de

Gerar, construir, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade na educação, promover e valorizar o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural. Valorizar o ser humano, a cultura e o saber. Promover a formação omnilateral do sujeito com capacidade crítica. Conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia. (2020, p. 86).

Juliana (2023) destaca algumas experiências em que contribuiu como educadora infantil, na auto-organização de estudantes e em atividades de arte e cultura, que corroboram com o que ela identifica como formação humana:

Quando eu me inseri no magistério, eu comecei a participar de atividades da escola e, para além da escola, os encontros do movimento. Primeiro, contribuí como educadora infantil, então, foi minha primeira tarefa dentro do movimento, e aí depois, é nesse trabalho que a escola faz da auto-organização, do grupo de teatro, então, a gente começou a ter acesso ao processo de formação humana e a gente começou a desenvolver uma militância política mesmo, desde a escola. Depois, também participando das instâncias do assentamento, da região, então, foi nesse processo que eu me inseri dentro do movimento. (JULIANA, 2023).

Após o Ensino Médio, a professora ingressou na universidade, onde formou-se no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas na UFFS do Campus Laranjeiras do Sul/PR. Em 2023, finalizou o Curso de Especialização em Realidade Brasileira e, no momento, está cursando o Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável pela mesma Universidade. Para Juliana (2023), seguir os estudos se apresenta como uma forma de resistência e de empoderamento feminino, pois entende que a educação de qualidade é direito da classe trabalhadora.

5.1.1.1 A TRAJETÓRIA DE JULIANA NO MST

A inserção de Juliana como liderança do MST ocorreu por meio de sua atuação no Coletivo de Juventude, espaço em que se destacou pela participação atuante na organização, e de sua contribuição na coordenação local e regional. Conforme a entrevistada: “eu tinha 17 anos, eu acho, que eu já tava participando da direção

regional pelo Coletivo de Juventude, então, também nessa época o movimento tinha um trabalho bem forte na questão da educação, da juventude e da cultura.” (JULIANA, 2023). Destaca-se que, no MST, em especial, com a juventude, são desenvolvidas diversas atividades nas quais a cultura ocupa centralidade devido à compreensão de que esta atua como potencial transformador. Conforme Rodolfo Sánchez Garrafa (2008, p. 112, tradução nossa):

Desde que o homem nasce pertence a uma cultura determinada, cujos valores, crenças, costumes e todo tipo de manifestação vão se introjetando, tornando-se inconscientes no processo de socialização. Os padrões de vida modelam o comportamento individual e coletivo das sociedades, tem caráter formativo e normativo, capacidade de controle e sanção social.²⁴

A cultura é fundamental para a transformação social. Desse modo, constituir-se como sujeita de luta também é uma ação cultural. Foi por meio da inserção no Coletivo da Juventude que Juliana assumiu uma das grandes tarefas de sua militância: a contribuição na organização de um grande acampamento na região, o qual originou o Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Em 2014, o MST definiu, em seu Congresso Nacional, a estratégia de intensificação da luta pela terra e decidiu retomar as ocupações de terras. Sendo assim, o MST da Mesorregião Centro-Sul do Paraná seguiu a linha política definida e iniciou o processo de organização de um novo acampamento. Conforme Juliana (2023): “depois do Congresso Nacional, o movimento decide retomar as ocupações de terra e a gente decide construir aqui na região um novo acampamento pra continuar ocupando o que restava das áreas da Araupel.” A entrevistada afirma, ainda, que contribuiu efetivamente com todo o processo de organização dessa luta, e que foi um grande momento de sua formação. Durante a entrevista, Juliana apresentou como ocorreu esse momento e quais foram os desafios enfrentados:

²⁴ “Desde que el hombre nace pertenece a una cultura determinada, cuyos valores, creencias, costumbres y todo tipo de manifestación se van introyectando, haciéndose inconscientes en el proceso de socialización. Los patrones de vida modelan el comportamiento individual y coletivo de las sociedades, tienen carácter formativo y normativo, capacidad de control y sanción social.” (SÁNCHEZ, 2008, p. 112).

Nesse processo, começa todo o trabalho de base e o grupo de jovens que a gente tinha aqui na escola foi convocado para ajudar nesse processo de trabalho de base. Então, eu me inseri para ajudar a fazer as reuniões aqui no assentamento, para convidar e explicar o que era acampamento, convidar as pessoas pra participar e, a partir do terceiro dia de acampamento, já fui me acampar. Foi uma decisão, assim, acho que nem sei, eu não tinha muita consciência do que eu tava fazendo, eu nunca tinha saído de casa, eu era estudante no magistério, tava no último ano. Então, aí eu não tinha feito 18 anos. (JULIANA, 2023).

A decisão de ir acampar também foi um grande desafio na caminhada de Juliana, pois ela sendo jovem e residindo com os pais, esbarrava na condição de filha mulher jovem, que ainda estava tutelada pela família. Ademais, influenciada pela cultura patriarcal e encoberta pelo discurso do cuidado, da preservação e do zelo com as filhas mulheres, a família resistiu ao fato de Juliana ir acampar sozinha. Conforme seu depoimento: “a minha mãe e meu pai não queriam deixar eu ir pro acampamento porque eles me achavam uma moça, uma menina que não tinha como vivenciar um processo desses sozinha e eles também não conheciam muito o acampamento.” (JULIANA, 2023).

Entretanto, a entrevistada estava decidida e convicta da decisão de ir acampar, se organizou junto às companheiras e foi. De acordo com Juliana (2023): “eu falei que eu ia e fui, eu só avisei depois que eu já tava lá, que eu já tinha as condições mínimas, assim, para ficar, e também eles não tinham muito o que fazer”. Em pouco tempo, seus pais acabaram aceitando, pois perceberam que lutar pela terra era assegurar o acesso à terra, algo tão sonhado para a família toda.

O período de acampamento foi marcado fortemente por preconceitos e por discriminação de gênero, uma vez que “dentro de uma ordem social estruturada sobre a norma masculina, fálica, a mulher deverá ocupar uma posição marginal, inferior, submissa, de modo a não pôr em xeque a validade da supremacia do princípio masculino.” (VICENTINI, 1989, p. 61).

Para as jovens militantes, se tornam frequentes os questionamentos por parte dos companheiros sobre a sua postura, a sua participação e a sua capacidade de estar nos acampamentos. Entretanto, mesmo diante dos desafios internos, as mulheres assumem as tarefas com competência, coragem, ousadia e resistência, e mantêm-se firmes junto à organização. Juliana relata algumas situações em que sofreu com o preconceito de gênero.

A gente tava numa reunião de direção regional e aí um companheiro [...] e a gente era um grupo de meninas que tavam na direção, eu e mais quatro companheiras que tavam na direção muito jovem [...] um companheiro disse assim, quando a gente tava dividindo as tarefas: quem quer fazer o trabalho de base? Teve um companheiro que olhou prá nós e disse: eu duvido que essas meninas vão para o acampamento e que elas vão contribuir lá, porque elas não vão ter coragem de deixar as calcinhas delas na fumaça, estendidas na fumaça [...] enfim, foi bem machista o que ele disse, mas o mais engraçado é que a gente ouviu coisas desse tipo naquele período, que não acreditavam em nós pelo fato da gente ser jovem e ser mulher. E aí, o mais engraçado é que esses companheiros da direção daquela época todos eles já foram passando [...] o acampamento veio, vai trocando as lideranças dentro do movimento e nós fomos as que permaneceram. Algumas de nós foram as que permaneceram e estão até hoje, apesar das dificuldades encontradas e o como a gente foi subestimada naquele, naquele momento [...].(JULIANA, 2023).

A realidade de enfrentamento e reafirmação na militância foram constantes nas vivências de Juliana, entretanto, ela seguiu cumprindo com as tarefas para as quais foi indicada. Durante o período em que permaneceu no acampamento, desempenhou várias atividades e, com elas, foi possível ampliar conhecimentos, experiências de luta e sentimento de pertença ao MST. Dentre essas ações assumidas, ela destaca:

Eu passei por várias, várias tarefas, assim, eu me inseri. Primeiro, na equipe de disciplina. Acho que o pessoal viu que eu não levava muito jeito, daí eu fui para a equipe de educação. Então, fiquei acho que faz 2 anos coordenando o setor de educação, comecei a dar aula. Minha primeira experiência dando aula foi ainda fazendo magistério, num projeto da EJA como educadora. Eu acho que eu fui uma das primeiras educadoras dentro do acampamento e aí a gente ajudou a construir a escola e todo esse processo de início de acampamento. (JULIANA, 2023).

Ao assumir as atribuições no acampamento, Juliana passou a compor as direções regional e estadual do MST e, a partir daí, assumiu algumas responsabilidades no Coletivo de Juventude e em outras frentes, sendo indicada para compor a Brigada Internacionalista da Via Campesina Brasil no Haiti. Observa-se como os processos vão constituindo-a e ressignificando-a como sujeita social e reafirmando, por meio da práxis, seu potencial transformador. Sobre essa experiência peculiar, Juliana (2023) conta:

Eu tava inserida na direção em 2019, no final de 2019, que eu fui para Brigada internacionalista no Haiti. Daí eu fiquei lá em 2020. Eu fiquei no Haiti numa tarefa da frente de formação lá na Brigada Internacionalista Jean-Jacques Dessalines. O período previsto de permanência no Haiti era de 2 anos,

porém, por questões pessoais, como meu pai faleceu nesse período, eu tive que voltar e permaneci junto à família no assentamento.

Apesar do reconhecimento de sua militância e da grande contribuição de Juliana com a Brigada Internacionalista, durante o período em que esteve no Haiti, ela se ausentou do acampamento, mas manteve seu cadastro como acampada. Entretanto, ao retornar, por questões internas da organização, não teve mais acesso ao lote, pois ele tinha sido destinado a outra pessoa e não houve a disponibilização de outro para substituir o anterior (JULIANA, 2023).

Pode-se dizer e fazer uma análise crítica a essa situação de que a organização local descumpriu com um direito adquirido na luta pela terra e não assegurou a posse do lote durante o período em que Juliana esteve fora da região. O fato de a entrevistada se ausentar por um período do local para cumprir uma tarefa do próprio movimento deveria ter sido considerado e seu direito à posse da terra — que é constituído como uma luta legítima no acampamento — assegurado, contudo, não foi o que aconteceu. Assim, reflete-se se essa situação estaria relacionada à condição de Juliana, a de ser mulher. Nessa direção, Schwendler (2015, p. 96) auxilia na reflexão ao salientar que “Ao mesmo tempo em que a luta social traz a mulher para a arena sociopolítica, permanecem muitos aspectos das tradicionais relações e hierarquias de gênero.”

Juliana destaca ainda que: “tenho direito a um lote dentro do acampamento, porém, não tem esse lote, ele não existe, eu ainda me identifico como acampada porque eu ainda estou no direito, na busca por efetivar esse direito de antes da organização, daí não é uma questão ali, tem relação com o Estado e tal” (JULIANA, 2023). Com isso, questiona-se: será que a perda do lote está atrelada ao fato de Juliana ser mulher? Quais foram os motivadores que fizeram com que o lote de Juliana fosse redirecionado a outro companheiro? Observa-se, portanto, que a luta de gênero também ocorre internamente no movimento, o que motiva a indagação: por que as mulheres precisam reafirmar seus direitos até dentro das organizações sociais?

Juliana segue a luta interna para assegurar seu direito à terra. Conforme a entrevistada: “eu resisto um pouco em construir meus vínculos de base aqui no assentamento porque eu insisto em dizer que os meus vínculos de base são lá com o acampamento.” (JULIANA, 2023). Pode-se dizer que essa luta demonstra a força

feminina e a resistência diante de uma sociedade que oprime e invisibiliza as mulheres.

Após o retorno à região, em 2020, Juliana se mantém residindo com a mãe no assentamento, buscando a sua reinserção no movimento. Em 2023, ela assumiu a responsabilidade de dirigir o Setor de Formação do MST no Estado do Paraná e relata que está em um processo de reinserção. É perceptível, nesse viés, que o sentimento de pertença ao MST e o compromisso com a luta pela terra marcam a trajetória dessa mulher lutadora.

Esses processos de formação, de luta e de redimensionamento da vida a partir do MST foram constituindo transformações no modo de ser e de viver de Juliana. A partir disso, ao ser perguntada sobre o que o MST significa para ela, sobre qual foi sua motivação para adentrar na militância, e sobre o que a fez querer ser militante, ela explica:

Foi quando eu percebi que era um movimento social que discutia os problemas que eu tinha a nível individual, por exemplo, eu sofria uma situação de violência em casa, meu pai era muito violento com a minha família. Sofri com isso e eu nunca me conformei. Embora eu fui muito submissa nesse processo como todo, quando eu fui para o movimento, e eu percebi que o movimento discutia as relações humanas, as formas de violência, e que, por exemplo, o jeito que eu me sentia como adolescente, como mulher, como jovem era discutido dentro as relações afetivas, os dilemas que eu enfrentava naquele período da minha vida, o movimento tinha uma discussão sobre isso, foi aí que eu me encontrei [...] foi por isso que eu acho que eu virei militante do movimento, porque eu percebi que os meus problemas eles eram coletivos e eles eram discutíveis, que eu não precisava segurar tudo aquilo para mim. Então, foi também uma das coisas que me cativou, assim, para entrar dentro do movimento. (JULIANA, 2023).

Ela ainda ressalta que o MST, sendo esse sujeito coletivo, que organiza e articula as trabalhadoras e os trabalhadores para além da luta pela terra, é motivador para a sua vida, é o lugar de identificação coletiva. Para Juliana:

O MST, pra mim, é o lugar que eu vou, que eu me organizo, assim, para ser, para ser parte de uma coletividade que luta. Acho que é o lugar que eu faço luta. Uma vez, eu achava que não existia mundo pra além do MST. Continuo insistindo e achando que é muito importante você estar organizado para você poder ajudar a transformar essa sociedade. Então, é mais ter esse lugar que eu me identifico, obviamente é pela questão de ser camponesa, de lutar pela terra, mas acho que, acima de tudo, é esse espaço que eu tenho para me organizar, e que eu aprendi muita coisa. Eu acho que, pra mim, o MST é um intelectual coletivo. Muitas pessoas que eu admiro, que eu valorizo, que

formaram o que eu sou hoje, foi dentro do MST que eu encontrei! (JULIANA, 2023).

A narrativa de vida de Juliana possibilita enriquecimento por meio da troca de conhecimentos e por se entrecruza com a de Ângela, próxima entrevistada, por meio da luta.

5.1.2 ÂNGELA LÍBIO DA PAIXÃO — EXEMPLO DE LUTA E DE LIBERTAÇÃO FEMININA

Ângela Líbio da Paixão é uma mulher, mãe, companheira, camponesa militante, dirigente, e educadora referência dos saberes agroecológicos e na compreensão da importância da organização coletiva. A Figura 22, a seguir, apresenta Ângela acompanhada de sua filha ainda criança, em uma demonstração de compromisso com a luta e com a construção de uma sociedade mais justa e mais saudável.

Figura 22 — Ângela Líbio da Paixão e sua filha Érica



Fonte: Comunicação MST (2015).

A história de vida de Ângela também é marcada pela constituição familiar baseada em uma perspectiva patriarcal, na qual a centralidade do poder encontra-se na figura masculina, que gera e organiza todo o modo de vida de seus integrantes.

Ângela é uma jovem mulher forte, determinada e que, desde criança, buscou acessar processos educativos e de formação como o cultivo da independência e da

autonomia. Mesmo antes de se compreender como sujeita, construiu formas de luta contra a opressão, em que pudesse ocupar papel de protagonista de sua vida.

Sua história é marcada por muitas lutas: pelo direito de estudar, pelo direito à terra e às condições de vida digna, pela agroecologia como modo de vida pautando a preservação e o cuidado com a mãe terra, pela cooperação, pela formação e participação das mulheres no MST, pela construção da corporeidade liberta. Ângela constrói-se por meio dessas lutas e é considerada uma grande referência feminina do MST no Estado do Paraná.

Ao apresentar fragmentos da história de vida de Ângela por meio das narrativas construídas por ela mesma, serão trazidos elementos das lutas citadas e da forma como elas contribuíram na constituição de sua corporeidade e na adesão e efetivação da agroecologia em sua vivência.

Ela apresenta-se como: “Ângela Líbio da Paixão. Eu tenho 34 anos, eu moro aqui no Recanto da Natureza desde 2003 e moro com minha filha Érica e meu companheiro Wilson.” (ÂNGELA, 2023). Ela ressalta com orgulho (uma vez que compreende a importância e o valor de a classe trabalhadora acessar a universidade) que, atualmente, sua filha reside na cidade de Laranjeiras do Sul/PR, pois ingressou na UFFS e está cursando o curso de Graduação em Engenharia de Alimentos.

Ângela nasceu e mora na mesma região, no interior do município de Laranjeiras do Sul/PR, “Eu nasci aqui mesmo, eu sou originária aqui dessa região, eu sou nativa, aqui no Rio Verde.” (ÂNGELA, 2023). Ressalta que seus pais nasceram no Estado do Rio Grande do Sul e se mudaram para o local ainda antes de seu nascimento, constituindo morada na comunidade de Rio Verde. A entrevistada reitera que sua mudança e saída da casa dos pais ocorreu quando decidiu ingressar no Acampamento Recanto da Natureza.

Como parte de uma família de camponeses considerada tradicional, desde criança Ângela encontra dificuldades em construir espaços de autonomia e de protagonismo em suas vivências. “Eu era de uma família de pais muito conservadores,

evangélicos²⁵, camponês, machista²⁶, não podia estudar, então, eu sempre queria estudar e a minha mãe e meu pai não deixavam, a religião, tinha todo aquele empecilho ali e tal.” (ÂNGELA, 2023). Ao compreender a organização familiar influenciada pela cultura patriarcal, observa-se como a inferiorização e a negação de direitos fundamentais, como o acesso à educação, foram legitimados culturalmente.

No modelo tradicional da família patriarcal, a definição das funções se dava, sobretudo, em razão do sexo. A mulher desempenhava o papel de esposa e mãe, enquanto ao homem competia o dever de zelar pela unidade familiar, bem como pelo seu sustento. A posição de inferioridade não era apenas da mulher, mas também dos filhos, que deviam respeito e obediência ao pai. Era a reprodução do modelo em que o marido era o provedor, e a esposa, a dona de casa, modelo de cunho essencialmente econômico. (TORRES, 2000, p. 89).

São muitos os limites enfrentados na família paterna, principalmente no que se refere ao direito à educação que, mesmo sendo assegurado na Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 205²⁷, é negado pela estrutura familiar ao demonstrar que estudar não tem relevância para o desenvolvimento feminino, ou seja, para as atribuições femininas, estudar é desnecessário.

Diante disso, a entrevistada aponta que a união com o seu companheiro apontou-se como uma possibilidade de acesso à educação, da qual era privada durante a infância e a adolescência por conta das condições familiares. Conforme Ângela, “você acaba saindo da casa muito numa perspectiva de sair, de você sair, de romper paradigma, você cria, vai pra um outro processo, tipo, eu saí pra o casamento, por exemplo, eu saí morar com o Wilson, porque eu via ainda no acampamento um espaço de libertação.” (ÂNGELA, 2023). Ela vislumbrou, na inserção no

²⁵ “A religião em seus textos sagrados são, em muitos casos, determinantes no processo de produção da violência simbólica, de manutenção e de legitimação de relações de subordinação. A religião e seus textos sagrados tocam os símbolos, as convicções e a produção do sentido da vida.” (STRÖHER, 2009, p. 102).

²⁶ “O machismo se configura como uma dimensão fundamental do sexismo, ou seja, tem como característica principal a exaltação dos homens e dos valores masculinos como características ideológicas, intelectuais, afetivas, eróticas e jurídicas. Está baseado no androcentrismo, valorizando o homem como elementos centrais, hierarquizados, e por conseguinte, como seres naturalmente superiores, valorizando a dominação implícita no patriarcado.” (ANGELIN, 2019, p. 82).

²⁷ O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 prevê que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

acampamento, a possibilidade de estudar e de romper com o processo de repressão oriundo da relação com a família paterna.

5.1.2.1 A TRAJETÓRIA DE ÂNGELA NO MST E A LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA — RESISTÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS

Ângela registra que seu ingresso no acampamento marcou também a sua jornada na organização do MST. Era ainda muito jovem quando decidiu morar com seu companheiro Wilson, e relata as suas dificuldades em encontrar valorização e reconhecimento junto à família dos pais, pelas condições econômicas e de manutenção familiar e também por estar grávida. Em sua entrevista, expressa: “Então eu vim pro acampamento com 15 anos, eu vim pra morar com ele, grávida. Eu sempre falo assim, eu sempre discuto assim com ele, eu não sei se eu queria casar, eu não sei se eu queria, porque, assim, não pude saber de fato o que eu queria.” (ÂNGELA, 2023). As afirmações quanto às incertezas no que se refere ao relacionamento evidenciam que ela foi educada dentro de parâmetros rígidos da sociedade patriarcal.

Ainda, a entrevistada afirma que conhecia o acampamento mesmo antes de se mudar por meio de vivências com suas irmãs que já estavam acampadas. Ela comenta ainda que lhe chamavam a atenção os diálogos acerca da importância da educação para o MST, e que esta é construída como prioridade para os sem-terrinha:

Eu conseguia enxergar no acampamento porque, dentro do acampamento, se discutia a escola, discutiam que as crianças tinham que ir pra escola, então, tinha um outro processo, eu participava muito aqui do acampamento, porque as minhas irmãs tavam aqui, então, aqui era um processo que tinha discussão, então, você acaba vendo nisso. (ÂNGELA, 2023).

Mantendo a determinação em estudar, logo que Ângela passou a residir com seu companheiro Wilson, eles se organizaram para que ambos pudessem estudar, conciliando a vida de acampados com a produção e, em especial, para Ângela, conciliar também a gravidez de risco e a maternidade desafiadora. Os esforços iniciais foram para conclusão do Ensino Fundamental:

Quando eu cheguei aqui no Recanto, que eu vim com o Wilson, eu tinha 15 anos. No mesmo ano, eu comecei estudar, comecei fazer o Ensino Fundamental, porque eu tinha a 4ª série, comecei a fazer o Ensino Fundamental, mas aí eu já fiquei grávida, eu tava grávida, e aí, a minha gravidez era de risco, então, eu estudava um pouquinho e parava, estudava um pouquinho e parava, isso foi vários anos, até que eu consegui concluir o Ensino Fundamental. (ÂNGELA, 2023).

A decisão de avançar nos estudos e ingressar no Ensino Médio foi compartilhada pelo casal, uma vez que ambos passaram a estudar e a conciliar os cuidados com a produção e com a filha. “Então, a gente decidiu fazer o Ensino Médio, aí a gente começou, eu e ele, a estudar. Eu ia 3 dias por semana e ele cuidava da Érica, e ele ia 2 dias por semana e eu ficava em casa cuidando da Érica. A gente terminou o Ensino Médio assim, indo todo dia daqui de ônibus pra cidade.” (ÂNGELA, 2023). As dificuldades de acesso à escola nunca foram motivo de desistência e, por meio da determinação e da percepção da importância da educação, é que ambos concluíram o Ensino Médio.

Conforme mencionado, no momento em que constituiu união com seu companheiro, Ângela estava grávida. A maternidade foi uma das experiências subjetivas mais desafiadoras para ela: “eu nunca tinha saído da casa dos meus pais e ido sozinha na cidade, eu tinha ido algumas vezes junto com a minha mãe, mas eu não tinha ido sozinha assim pra cidade.” (ÂNGELA, 2023). A falta de conhecimento e a busca por novas experiências foram fatores que influenciaram sua gestação.

A gravidez na adolescência e a união conjugal das mulheres ainda jovens, e algumas meninas, aparece na história social brasileira como herança do patriarcado, inicialmente vinculadas ao papel social atribuído à figura feminina como reprodutora.

No Brasil, país de cultura fortemente patriarcal, estabeleceu-se para a mulher a função social de reprodutora e a criadora dos filhos. Durante séculos as “meninas” eram educadas para se tornarem esposas e mães logo após a menarca. Portanto, até o início do século XX a gravidez precoce era considerada um acontecimento habitual. (GIULIANI, 2016, p. 2, grifo do autor).

Mesmo sendo fruto de uma construção cultural, a gravidez na adolescência pode originar-se em fatores como falta de compreensão da sexualidade e de métodos contraceptivos, possibilidade de fuga, uma vez que algumas jovens constituem novo núcleo familiar, entre outros. Embora Ângela argumente que não compreendia

claramente sua nova situação e admita que não podia dimensionar estar preparada ou não para uma relação conjugal, foi por meio dessa união que ela se inseriu no acampamento. Essa inserção aponta para a possibilidade de mudanças, principalmente no que tange ao acesso à educação.

Os desafios em relação à maternidade iniciaram-se logo nos primeiros meses de gestação, “e o primeiro desafio, pra mim, ir no postinho de saúde consultar porque eu tava grávida, eu perguntava pras pessoas na rua, eu era tão envergonhada.” (ÂNGELA, 2023). A dificuldade em estabelecer relação e diálogo com pessoas fora de seu convívio, herdada da formação familiar conservadora, também é evidenciada por Ângela: “eu era tão submissa, assim, que eu tinha medo de falar com as pessoas, às vezes, eu ficava meia-hora numa fila esperando até chegar, de medo de perguntar, porque, assim, havia muita repressão.” (ÂNGELA, 2023). Pode-se dizer que a forma como ela foi educada pelos pais reafirma que:

A opressão das mulheres baseia-se em uma série de estruturas normativas rígidas, dispositivos sociais, costumes, crenças internalizadas, medos inconscientes e estruturas simbólicas que limitam fundamentalmente a possibilidade de termos nós mesmas. (AGUILAR, 2015, p. 27, tradução nossa).

A entrevistada vivenciou esse processo de opressão em sua formação inicial, mas ao sair da casa dos pais, deparou-se com os desafios de aprender a viver em sociedade, a viver de forma autônoma. Porém, talvez o maior desafio na maternidade esteve relacionado à saúde de sua filha, uma vez que esta nasceu com problemas cardíacos. Desde os primeiros dias de vida, mãe e filha travaram uma batalha pela sobrevivência e pelo bem-estar de Érica. Ângela (2023) relata essa experiência:

Daí quando ela nasceu, ela nasce ainda com problema cardíaco, então, com 23 dias, eu comecei a ter que levar ela pra Curitiba. Então, foi assim uma coisa que eu, pra quem nunca tinha ido pra cidade de Laranjeiras, você ter que ir sozinha levar ela pra Curitiba, pra consultar, ficar 2, 3 dias internada, então, foi, um processo bem turbulento e até, de fato, eu nem pensava muito, eu ia fazendo, sabe? Uma coisa assim que eu nem pensava, eu ia fazendo o que tinha que ir fazendo, e aprendendo fazer e tal.

Todos os esforços e desafios impostos desde o início da vida de Érica foram superados e, atualmente, ela está curada, inclusive, liberada pelos médicos para

realizar atividades esportivas como futebol. É motivo de muito orgulho para a mãe, uma vez que, em 2023, ingressou na universidade.

Em concomitância com a maternidade, Ângela seguiu seus objetivos de continuar os estudos. Para ingressar na universidade, ela enfrentou os desafios de morar longe da universidade, de precisar de deslocamento, de precisar trabalhar para consolidar as condições de vida familiar, e relata o percurso que seguiu para conseguir ingressar no Ensino Superior:

O primeiro ano da UFFS foi em Agronomia, e aí eu não tive condição, porque mesmo a gente morando em Laranjeiras, sendo perto a UFFS, pra quem é pobre, ela fica longe. Pra quem precisa se deslocar, pra quem precisa de transporte, naquele período, a gente nem estrada tinha direito, eu não conseguia ir pra UFFS. Depois, eu comecei a fazer História na Unicentro, em 2018, e também não consegui, porque aí eu tinha que ir até o município de Cantagalo/PR, porque lá tinha ônibus pra Unicentro. Aí, eu pegava o ônibus de Cantagalo pra lá. Isso foi 3 dias, eu acho, e eu não aguentei o “tirão”, e aí eu fui desistente também. Depois, eu comecei fazer história a distância na Uninter. Já em 2018, acho 2019, fui bolsista do PROUNI, eu não conseguia pagar naquele período, então fui bolsista do PROUNI, mas não consegui comprovar que eu era acampada porque o INCRA mandou minha declaração atrasada, então eu tive que desistir porque eu não conseguia pagar. E aí, depois, eu entrei de novo na faculdade a distância e, agora, eu tô concluindo o curso de História a distância pra poder estudar de fato e fazer a distância, porque é a condição que eu tenho. (ÂNGELA, 2023).

Analisando a trajetória de Ângela no acesso à universidade, depara-se com a realidade dos povos do campo que, motivados pelas distâncias e pela necessidade de trabalho para gerar condições objetivas de manutenção familiar, ainda encontram limites nesse acesso.

Entretanto, a determinação e a responsabilidade da entrevistada com seu aprendizado foram impulsionadores dos processos formativos e, mesmo tendo que optar em cursar uma graduação a distância, e com a clareza de que o ideal seria estar em uma universidade pública com um curso regular e presencial, as condições objetivas ainda são um fator determinante que exclui o acesso das trabalhadoras. Ângela vislumbra como plano futuro ingressar em um mestrado, evidenciando o interesse pelo Mestrado em História na UFFS, Campus Chapecó/SC.

A inserção de Ângela no acampamento também foi motivada pelas condições familiares. Nascida em uma família numerosa para a quantidade de terra que era de posse familiar, ela relata as dificuldades: “eu nasci numa família grande em número

de pessoas, meus pais tinham 5 filhos, eu era a quarta filha, eles tinham um alqueire de terra e eles trabalhavam como peão”. (ÂNGELA, 2023). Cabe destacar que essa realidade é a mesma da maior parte das famílias camponesas numerosas e, à medida que os filhos crescem, as unidades produtivas se tornam pequenas e inviáveis para o trabalho e o sustento de todos e todas.

A família possuía apenas um alqueire de terra, o que era insuficiente para a manutenção desse núcleo familiar e essa realidade da pequena área inviabilizava o sustento, embora houvesse a produção de alimentos para a subsistência familiar. Conforme Ângela, seus pais “plantavam um pouco pela cultura, aquela cultura bem cabocla de produzir feijão e mandioca, o mínimo, o básico, tinha a questão cultural, mas tinha a questão de ser pouca terra e uma parte desse 1 alqueire ainda era banhado”. (ÂNGELA, 2023). Entretanto, mesmo com a produção de subsistência, a pouca terra não assegurava a condição de produzir o suficiente, o que fez com que a família passasse por necessidades básicas, pela escassez de alimentos, embora o pai trabalhasse fora nas temporadas de serviço no campo. Conforme o relato de Ângela:

Quando tinha trabalho de temporada, a gente tinha alimento em quantidade suficiente, não em abundância, mas em quantidade razoável. Quando acabava o trabalho, acabava a comida. Então, quando eu era criança, eu passava fome. Em alguns períodos, a gente passava fome, isso era uma realidade de boa parte dos camponeses sem-terra. Então, quando tinha serviço, tinha o que comer, quando acabava o serviço, começava escassear ou ficava quase sem alimento ou com uma quantidade muito pequena de alimento. Eu, quando era criança, sempre tava num processo de insegurança alimentar, às vezes, não faltava, mas preocupava se ia faltar. (ÂNGELA, 2023).

Diante das dificuldades de manutenção familiar, o pai de Ângela foi para o acampamento, entretanto, deixou a esposa e as filhas no sítio. E ela relata: “o pai veio acampar, mas o fato dele ser muito machista, ele saiu do acampamento, meu pai veio pro acampamento e quando as mulheres começaram a pressionar que as outras mulheres tinham que vir, ele desistiu.” (ÂNGELA, 2023). A organicidade do acampamento tinha como proposição que as famílias morassem lá com todos os seus membros e membras, no entanto, para evitar que a esposa e as filhas se mudassem para lá, o pai de Ângela acabou por sair do local e buscou trabalho fora dali.

Meu pai saiu do acampamento porque ele era muito conservador, muito machista, então, assim, a gente era muito pobre, mas a gente tinha uma

casinha, energia elétrica, água encanada e as mulheres que estavam aqui no acampamento não, elas estavam enfrentando chuva, frio no barraco de lona. Então, elas começaram pressionar, “se quer conquistar a terra de fato, tem que vir a família inteira e vivenciar o processo”, então, meu pai saiu do acampamento pra não trazer nós. Então, a gente vinha só pra pegar a roupa dele pra lavar, trazer o pão, as coisas, e ele ficava no acampamento e a gente ficava fora, aí meu pai saiu do acampamento. (ÂNGELA, 2023).

Novamente, depara-se com uma prática enraizada de valores patriarcais que limita espaços sociais distintos para homens e mulheres, sendo a esfera pública designada ao homem e a esfera privada designada à mulher, compreendendo:

O privado” sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e “o público” para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis. (OKIN, 2008, grifos do autor, p. 306).

Mesmo com a saída do pai da organização, Ângela mudou-se para o Recanto da Natureza com seu companheiro. Após sua chegada, ela se inseriu nas atividades de estruturação local, participando de processos formativos característicos da organicidade do MST: “então, quando eu comecei, era nas atividades de base, nas reuniões de grupo. Por núcleo de base, tem os coordenadores dos núcleos, nós tinha roda de estudo, então, foi uns par de tempo assim que eu participei do movimento na base.” (ÂNGELA, 2023).

Foi por meio de sua inserção na base que ela passou a ser indicada para participar de outros processos formativos no MST. Destaca-se a formação realizada em um dos Centros de Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra denominado Instituto Técnico de Informação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa)²⁸. Sua participação nesses espaços foi motivo de questionamento por pessoas de suas vivências, uma vez que a filha pequena tinha problemas de saúde, entretanto, Ângela se manteve firme e convicta na luta e nas atividades massivas:

Logo no começo, eu comecei participar dos encontros estaduais do MST, ali em São Miguel do Iguaçu/PR, ali na escola, depois que a Érica estava

²⁸ O Itepa é um Centro de Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra localizado no Assentamento Antônio Companheiro Tavares, no município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná. Atualmente, o Centro de formação não tem ofertado turmas de formação e encontra-se desativado.

pequena, com 42 dias, eu voltei, com ela meio doente. As pessoas até me chamavam de louca, eu era meio louca mesmo, eu participava muito das atividades massivas, a minha atuação dentro do movimento ela sempre foi na base e atividades de massa. (ÂNGELA, 2023).

Além das atividades na base, a entrevistada também participou dos espaços de direção do MST na região e em coletivos estaduais. “Particpei do Coletivo de Mulheres, cheguei a participar da coordenação do movimento em alguns períodos, da coordenação regional, coletivo de gênero, de saúde do Estado do Paraná. Acho que, em 2015, eu participava do coletivo estadual.” (ÂNGELA, 2023). Ao se inserir nesses espaços do movimento, sua atuação sempre foi determinada, crítica e dava voz às sujeitas na organização, firme aos princípios do MST e à valorização da vida.

Assim que conquistaram a posse da terra, Ângela e sua família iniciaram a organização da produção. No início do acampamento, as famílias foram organizando a produção de forma que pudessem plantar alimento para venda e para seu sustento. “A terra foi dividida em grupos, a gente tinha três grupos de produção, cortava a capoeira, queimava, plantava e dividia a colheita, vendia, era muito mais baseado na questão do dinheiro.” (ÂNGELA, 2023). Os processos foram sendo organizados de acordo com as demandas e as necessidades do coletivo das famílias.

Como pode-se vislumbrar, no modelo de produção agrícola capitalista, em que o trabalho de geração econômica está centrado na figura masculina, “além de atribuir às mulheres a responsabilidade sobre a reprodução, estabelecendo sua inclusão na produção apenas secundariamente, a divisão sexual do trabalho rotula o trabalho reprodutivo como um não trabalho, não lhe atribuindo valor e o marginalizando como objeto de estudo da economia.” (CELIBERTI, MESA, 2010, p. 19). No acampamento, muitas vezes, ocorre a reprodução dessa forma de produzir, uma vez que os homens tinham a tendência de organizá-la para a comercialização, enquanto as mulheres iniciavam um processo de resistência e de organização coletiva para a produção. Esse processo organizativo feminino que, inicialmente, não foi intencionalizado como cooperativo, porém, resultou na resistência das mulheres em permanecerem e se organizarem no acampamento de forma cooperativa. Ângela relata essa experiência:

Aqui teve um processo de cooperação que a gente não usava a palavra cooperação, ninguém entendia isso como um processo de cooperação, mas aqui, quando saiu o acampamento, quase todas as mulheres estavam

grávidas, eram todas jovens, então, tinha uma “catrefa” de crianças. Aqui na frente, tinha um barraco grande que era o barraco da Marli, e ali, as mulheres iam trabalhar e uma ficava cuidando das crianças, daí, no outro dia, outra cuidava daquele monte de crianças e as outras iam trabalhar, então, havia esse processo de cooperação entre as mulheres, que era um trabalho invisível que deu permanência para as mulheres. Então, hoje eu consigo identificar que as mesmas pessoas que faziam esse processo de cooperação são as pessoas que resistiram e estão até hoje na terra, estão bem hoje na terra e as pessoas que não cooperavam, que não fizeram esse processo, que não cuidaram da subsistência, que não cuidaram da produção de alimento, desistiram do acampamento. (ÂNGELA, 2023).

No período entre 1999 e 2003, a produção foi organizada de maneira coletiva no acampamento até a divisão dos lotes e a auto-organização das famílias para a produção. Ângela explica, “foi de forma coletiva, nos grupos, e as mulheres faziam a produção de subsistência, aí quando a gente divide, a gente divide a terra em quadrado, não consideramos reserva, mata ciliar, naquele período, a gente estava em 15 famílias, foi em 15 lotes.” (ÂNGELA, 2023). As mulheres se mantiveram atuantes na produção de alimentos mesmo com a divisão dos lotes, sem perder a essência cooperativa, ou seja, a perspectiva da importância da cooperação.

Após a divisão dos lotes por meio de diálogos com o coletivo do acampamento, as famílias observaram a possibilidade de uma nova reorganização do território, sendo que, em 2005, após um processo de formação local, as famílias fizeram essa reorganização, uma vez que observaram a necessidade de assegurar as áreas de reservas e também a possibilidade de inserção de mais famílias nesse espaço. “Então, em 2005, início de 2006, a gente fez 3 dias de formação no acampamento, estudamos a Carta da Terra e redividimos os lotes, trouxemos mais famílias, foi feito mais lotes e foi tirado todas as reservas, mata ciliar, proteção de fontes.” (ÂNGELA, 2023). O cuidado com a natureza e a garantia de que a terra cumpra com sua função social²⁹ foi determinante para que o coletivo do acampamento decidisse por regras que priorizassem a preservação ambiental.

Foi feito todo um estudo, criada as nossas regras. Então, naquele período foi um consenso não arrendar, vender e não plantar transgênicos. E daí, de lá

²⁹ “A terra é a grande provedora das necessidades humanas. É da terra que todos os povos tiram o seu sustento, sua alegria, seu vestuário e sua arte. Não apenas a terra que germina o grão, mas a que fornece os minerais, o barro dos objetos, o ferro do machado e o abrigo às intempéries se liga ao ser humano para criar sua cultura, mística e espiritualidade. Por isso, no processo de transformação da riqueza natural em objetos da riqueza humana, a fonte é sempre a terra e a natureza que a acompanha.” (MARÉS, 2010, p. 181).

pra cá, a gente foi travando algumas “peleias” para manter essa regra que foi assumida de forma coletiva [...] hoje, a nossa área tem 36% de reserva, mata ciliar e proteção das nascentes, que a gente deixou. (ÂNGELA, 2023).

Foram realizados estudos em uma parceria entre a equipe técnica do Ceagro e as famílias acampadas. Conforme relato de Ângela, foram feitos estudos quanto à viabilidade e à preservação das riquezas naturais, e eles direcionaram para a importância da manutenção das reservas em áreas de morros e também a possibilidade de preservação e organização de corredores que ligassem diferentes áreas de reserva, o que garantia aos animais silvestres a circulação por áreas maiores, além da preservação da flora. Entretanto, alguns moradores resistiram a compreender a importância da preservação, e em momentos, questionavam a decisão. Ângela explica como ocorreu esse diálogo, uma vez que ela mesma, em muitos momentos, enfrentou pessoas que entravam na reserva para extrair madeira:

Nesse estudo que o pessoal do Ceagro fez, nossos morros é tudo coberto e os corredores ligam uma reserva na outra pros bichos poder circular e todo mundo respeita. No começo, foi truncado, as pessoas tentavam entrar na reserva pra tirar madeira, porque tem muita madeira, monjoleiro seco. Inclusive, foi bem difícil, uma vez eu fiz uma loucura, se fosse hoje eu não fazia, os caras estava tirando madeira na reserva e com motosserra e armado e eu fui lá e dei 5 minutos pra eles saírem, “trucando” só com o toco do facão. Então, a gente teve uns anos bem truncados pra defender as regras, mas agora não precisa mais, agora o povo perdeu essa cultura de querer entrar na reserva, de arrendar e vender a terra. (ÂNGELA, 2023).

Assim, o acampamento foi se configurando como espaço de resistência e de luta pela preservação ambiental. “Aqui, você não compra lote e nem arrenda. O acesso à posse da terra é fruto da luta e discutido coletivamente.” (ÂNGELA, 2023). No Acampamento Recanto da Natureza, a agroecologia se materializa não apenas com a produção de alimentos saudáveis, mas também pela cooperação, pela agroindustrialização e pela preservação ambiental, ou seja, é um modo de vida economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. É um local onde todos e todas foram construindo suas vivências, experimentando novas formas de relação e organização da vida.

As mulheres foram protagonistas de muitos processos no Recanto da Natureza, desde a produção de subsistência, da organização do trabalho de forma cooperada, até o cuidado com as crianças.

Segundo a entrevistada, essa organização fortaleceu a participação e a permanência das famílias no acampamento. Ela evidencia, ainda, que as mulheres protagonizaram resistência e persistência ao se constituir uma potência na luta pela terra no local.

Diante dos relatos de Ângela, é possível observar a sua atuação junto à base do acampamento, junto à organização coletiva das mulheres nos distintos âmbitos e aspectos da vida. Essa trajetória de vida desperta para a reflexão do MST como sujeito social formador, aglutinador, o qual, por meio de sua organicidade, possibilita às famílias sem-terra o acesso a direitos, além da terra, à dignidade, à alimentação, ao lazer, à educação, à saúde, entre outros. Ângela define: “O MST é o centro de tudo, porque é a organização que aglutina os trabalhadores e que dá perspectiva de luta, então, sem o MST não tem como ocupar uma terra, você não ocupa uma terra sozinha.” (ÂNGELA, 2023).

A entrevistada destaca ainda que as famílias se inserem no movimento movidas pela possibilidade de acesso à terra e que, muitas vezes, apresenta-se como uma última e única forma de manutenção da unidade familiar. Ela reflete sobre as dificuldades dos processos de luta e dos desafios de estar acampada por anos em lonas ou a discriminação e a perseguição aos sujeitos e sujeitas sem-terra: “É claro que é sofrido, acontece os processos, a gente foi muito discriminado, até hoje você tem isso, mas eu não, a minha cabeça hoje não me abala e nem nunca me abalou.” (ÂNGELA, 2023). Enfrentar a vida em um acampamento, principalmente no início, quando as condições de vida ainda eram precárias, não se configura como algo fácil.

Entretanto, Ângela salienta que, para ela e para a maioria das famílias, “o MST é a única perspectiva de que você vai melhorar de condição, é a única perspectiva de que você vai ter um espaço, vai ter tua terra, possibilidade e que você vai romper um paradigma, ou da fome, ou da insegurança, então, você ter a possibilidade de ter sua terra.” (ÂNGELA, 2023). Apontando para o fato de que a Reforma Agrária é necessária para assegurar as condições de vida e de trabalho para as famílias camponesas, nas quais historicamente foi negado o acesso ao direito à terra, evidencia-se que é por meio da luta e da organização dos sem-terra que ocorre essa conquista.

Ângela segue vivendo no Acampamento Recanto da Natureza, pratica a agroecologia, valoriza a vida, inspira e organiza-se com as mulheres na região, além

de atuar como educadora na Escola Estadual Indígena Ko Homu, pertencente à Aldeia Indígena Boa Vista, localizada no município de Laranjeiras do Sul/PR.

5.1.3 THAILE CRISTINA LOPES VIEIRA — UMA MULHER QUE RESPIRA E INSPIRA LUTA

Thaile Cristina Lopes Vieira é uma jovem mulher, militante, dirigente, agroecologista, educadora e mestra em Educação. Adentrando no seu mundo, será possível conhecer um exemplo de construção e de ressignificação do ser mulher em uma perspectiva libertadora, carregada de mística e de persistência. Na Figura 23, a seguir, visualiza-se Thaile em um momento de debate durante uma das edições da Jornada de Agroecologia, no Paraná.

Figura 23 — Thaile Cristina Lopes Vieira



Fonte: Comunicação MST (2018).

À medida que adentra-se nas histórias de vida das entrevistadas, observa-se o quão inspiradoras são essas jovens mulheres lutadoras que, junto ao MST,

transformam as suas realidades e a realidade das mulheres que estão próximas a elas. E é com essa reflexão que se discorrerá acerca de fragmentos da história de vida de Thaile que, desde o primeiro contato, evidencia sua convicção com a luta de classes, com a defesa e a luta por igualdade de gênero, a luta pela cooperação e a agroecologia.

Thaile Cristina Lopes Viera tem 30 anos, reside no Assentamento 8 de Junho, localizado no município de Laranjeiras do Sul/PR, é filha de pai camponês e mãe professora. Conforme a entrevistada: “eu nasci em Mangueirinha/PR e sou filha de assentados da Reforma Agrária, dos primeiros assentamentos da Região Sudoeste do Paraná”. (THAILE, 2023).

No ano de 2001, a família trocou o lote em Mangueirinha/PR por outro localizado no Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu/PR. Conforme Thaile: “ali eu morei um tempo, depois, a gente se mudou para o Assentamento Marcos Freire, que fica também em Rio Bonito do Iguaçu/PR.”

Foram as vivências no Assentamento Marcos Freire e o início dos estudos no Colégio Estadual Iraci Salete Strosak que a conduziram para a inserção no MST. “Ali que foi o meu primeiro contato mais orgânico com o MST, que se deu pela mediação da escola, que eu fiz o Ensino Médio no Colégio Iraci, primeiro contato com a militância e com o Movimento Sem Terra.” (THAILE, 2023). Observa-se aqui, uma semelhança da história de vida de Thaile com a da Juliana, uma vez que ambas iniciaram sua trajetória de luta ainda na escola, reafirmando o compromisso pedagógico desse espaço em formar sujeitas para a luta e capazes de intervir na realidade social em que estão inseridas.

A entrevistada ressalta que o Colégio Iraci, referência de educação para o MST, primou por “possibilitar o contato e a inserção dos militantes no movimento social, tinham vários projetos que a escola desenvolvia no âmbito da arte, da cultura, tinha grupo de teatro, tinha encontros de juventude que se organizavam a partir da escola em parceria com o movimento.” (THAILE, 2023).

Thaile também fez parte dos processos de auto-organização dos estudantes, sendo voz ativa nos distintos espaços da escola. Essa auto-organização, parte da proposta pedagógica da Escola, também contribuiu para que ela ampliasse as inserções e participações na escola e, por conseguinte, nas tarefas do movimento.

Para o MST (2005, p. 207), “auto-organizar-se significa ter um tempo e espaço autônomo para que se encontrem, discutam suas questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola.” Assim, a entrevistada assumiu suas primeiras tarefas organizativas, políticas e de militância no MST.

Após a conclusão do Ensino Médio, Thaile ingressou na Universidade: “Ingressei em 2010, no curso de Licenciatura em Educação do Campo, que foi a primeira turma de Educação do Campo no Paraná/Ledoc, em uma parceria dos movimentos sociais com a Universidade que se deu pela Unicentro em Guarapuava/PR”. (THAILE, 2023). A área de conhecimento optada foi a das Ciências da Natureza e Matemática.

A Ledoc era organizada com a metodologia da alternância, com vistas a possibilitar que os egressos oriundos de comunidades camponesas, de assentamentos e de acampamentos pudessem estudar, facilitando o deslocamento, uma vez que, ao estarem em Tempo Universidade, permaneciam no espaço da Universidade e, posteriormente, no Tempo Comunidade, seguiam suas vivências na base.

Por ser a Ledoc um curso pautado e proposto pelos movimentos sociais, durante os Tempos Comunidade, os acadêmicos cumpriam tarefas junto à organização. A primeira atividade de Thaile no MST foi na região em que realizou seu primeiro Tempo Comunidade, conforme ela destaca: “foi contribuir na ciranda do Iterra,³⁰ que é uma das escolas nacionais do MST que, hoje, ela está na região metropolitana de Porto Alegre, mas naquele período, ela ficava no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, minha primeira tarefa concreta” (THAILE, 2023). Após essa tarefa, por se destacar pela qualidade da atuação, ela seguiu assumindo outras atividades junto ao movimento.

Após a conclusão da graduação, a entrevistada seguiu na vida acadêmica. “Depois, a gente fez uma Pós-graduação em Educação do Campo e, depois, eu fiz Mestrado em Educação, tudo na Unicentro.” (THAILE, 2023). Durante a trajetória na Universidade, suas pesquisas e práticas estiveram direcionadas a desenvolver ações com a juventude, com as mulheres e com a produção no MST.

³⁰ Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra).

Thaile saiu da casa dos pais em 2014, no momento em que começou a estudar em Laranjeiras do Sul/PR, intensificando a sua atuação junto ao MST e à militância. “Comecei a trabalhar no Ceagro, que é uma organização vinculada ao MST que trabalha em vários aspectos da construção do MST aqui na região.” (THAILE, 2023). Assim como Ângela, Thaile também destaca as dificuldades de acesso à universidade morando no campo, e aponta para a necessidade de viver na cidade para conseguir estudar.

Entre as tarefas e as instâncias no MST das quais participou, ela destaca: “pela característica e vínculo que eu tinha, as primeiras instâncias, coletivos do movimento que eu fui inserida, foi o Setor de Educação e, depois, o Coletivo de Juventude, então, foi os primeiros setores e coletivos que eu participei do movimento com tarefa” (THAILE, 2023). Em todas essas atividades e setores dos quais foi sendo parte, a entrevistada sempre se destacou pela persistência, pautando-se nos princípios organizativos do MST. Como destacado anteriormente, o MST se norteia em uma organicidade. “Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos.” (FERNANDES, 2000, p. 94). Observa-se, assim, que os setores são constituídos para atender demandas específicas da vida, por exemplo, de setores no MST: educação, formação, entre outros.

A atuação no Setor de Educação e no Coletivo de Juventude do MST impulsionou a integração de Thaile ao Ceagro³¹ em 2011, e seu fortalecimento na militância. A entrevistada descreve, a seguir, como ocorreu o processo de inserção e atuação no Coletivo Estadual e Nacional de Juventude do MST, fazendo referência ao período entre 2011 a 2016:

³¹ “Ceagro é um dos três centros de formação do MST no Estado do Paraná. O Ceagro, além dos cursos de educação formal que tem, dos técnicos em agroecologia, sempre foi, na região, uma espécie de instituição que foi motor da organização do movimento, através da qual se articularam vários processos no âmbito da produção, da formação, do trabalho com as mulheres, com a juventude. É uma entidade que também trabalhou com a captação de recursos, na elaboração de projetos, então, no decorrer da sua história, já executou mais de 60 projetos nessas diferentes áreas que eu mencionei, sempre no sentido de fortalecer e estruturar o movimento aqui na região e no Estado num geral.” (THAILE, 2023).

Minha inserção no Ceagro se deu pela juventude. Naquela época, eu também participava da frente de formação do Ceagro, com essa tarefa específica da juventude, e aí, fruto disso e articulado com a participação que eu tinha no setor de educação do Estado, eu assumi a construção do Coletivo de Juventude do MST no Estado do Paraná. Também, na época, como eu era coordenadora do Coletivo de Juventude que se constituiu naquele período desde o ano de 2011, eu participei da coordenação nacional do Coletivo de Juventude do MST também, então, era uma coisa que estava integrada à outra. A tarefa nacional, estadual e regional pelo Ceagro foi de 2011 até 2016, mais ou menos, que eu participei na construção desse coletivo, nacional e estadual. (THAILE, 2023).

Foi também por meio das tarefas da frente de formação do Ceagro que Thaile se inseriu posteriormente na Frente de Gênero, onde desenvolvia ações junto às mulheres dos acampamentos e assentamentos.

Foi assim que ela passou a ter contato com o Coletivo de Mulheres. Entre os anos de 2011 e 2012, começou “a participar das atividades com as mulheres pelo Ceagro, com os processos que tinha de organização da 1ª Turma da Escola de Mulheres, a organização dos encontros do 8 de Março, então, fui me envolvendo de forma mais específica com o Coletivo de Mulheres.” (THAILE, 2023). Mesmo se mantendo na coordenação do Coletivo de Juventude, ela iniciou a sua caminhada mais atuante com as mulheres da região.

Thaile destaca também que, uma vez inserida na organização, é comum que as militantes se envolvam em várias tarefas e frentes, e que os trabalhos se entrelacem tanto nos setores quanto entre as pessoas que conduzem os processos.

Acaba que, no movimento, é isso: você participa de um setor ou coletivo, mas se envolve com vários. Então, não tinha só uma tarefa específica, eram várias que aconteciam ao mesmo tempo, desde o Setor de Educação, coletivo de formação, trabalho com a juventude, com as mulheres, foi tudo se tornando uma espécie de tarefa só, articulada. (THAILE, 2023).

A entrevistada ainda destaca que, um momento importante de sua trajetória de militância no que tange à luta pela terra foi a contribuição na organização da ocupação do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguazu/PR. Assim como Juliana, Thaile foi uma das jovens militantes que assumiu frente nesse processo desde a contribuição da articulação das famílias para ingresso no acampamento, bem como na própria organização deste.

Salienta que o MST, em seu 6º Congresso Nacional, deliberou pela retomada massiva da luta pela terra e pela organização de novos acampamentos e que, somadas a essa decisão, reflexões apontaram a importância de nova ocupação em um dos maiores latifúndios³² daquele território, ou seja, “na região, já tinha essa mística em torno das retomadas das ocupações, assim, pra impor a derrota ao latifúndio da Araupel” (THAILE, 2023). Assim, Thaile se soma aos militantes da região para a consolidação dessa luta.

Ela enfatiza que os processos de formação com as mulheres e jovens que antecederam 2014 possibilitaram que várias lideranças femininas locais fossem se forjando e que, foram atuantes e fundamentais na luta contra a Araupel. Vale ressaltar que, assim como organiza-se na região a ERM, também ocorre a organização de Escolas de Juventude.

Esse trabalho de formação com as mulheres e a juventude tinha um coletivo grande de jovens em que várias eram mulheres, que foram fruto desse trabalho de formação que tinha, não só a partir da escola, que foi ampliando. Então, naquele período, a gente tinha um grupo atuante de mulheres jovens que estavam inseridas e atuando em espaços de coordenação de coletivos e setores do movimento que participou ativamente desse processo de retomada da luta pela terra no latifúndio da Araupel. (THAILE, 2023).

Tendo em vista a importância da organização de novos acampamentos para o MST, Thaile enfatiza que a participação dessas jovens mulheres foi fundamental para a constituição do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio e que elas se inseriram juntas nas mais diversas tarefas organizativas.

O trabalho de base para fazer reuniões nas comunidades para organizar e motivar as famílias, os filhos dos assentados, organizar esse processo, até a organização do acampamento base que foi o período anterior à ocupação, criou um acampamento base no lote de um assentado próximo à divisa com a terra da Araupel. Ali, foram meses que o movimento foi organizando e formando as famílias para, depois, fazer de fato a ocupação em si. Então, naquele período, eu integrava esse coletivo que tinha várias mulheres jovens que estavam atuando nesse processo, desde o trabalho de base até a organização do acampamento, os setores, as instâncias, a formação, até a ocupação em si, então, foram meses árduos de trabalho que a gente esteve

³² “O termo latifúndio não pode ser tratado como uma questão semântica. O fundamental é analisar o seu conteúdo e sua pertinência atual. Deste modo, ao se analisar o texto da Lei 8.629/1993, constata-se que ela mantém o conceito de latifúndio, dando a ele amplitude, ao atrelar a propriedade à sua função social, permitindo que seja sinônimo de terra mal aproveitada. Leia-se, não cumpridora da função social, independente do tamanho.” (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 14).

envolvida e participando. (THAILE, 2023).

Embora tenha permanecido acampada por um período junto às famílias do referido acampamento, o objetivo de Thaile era contribuir com a organização e não necessariamente ter o acesso à terra, uma vez que já vivia com seu companheiro Sadiel no Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul/PR, em que ambos iriam desenvolver as atividades produtivas na unidade de produção dos sogros:

Eu cheguei a ficar no acampamento por um período mais permanente no início, justamente para dar suporte a esse processo de organização inicial do acampamento. Mas, eu nunca fiquei na condição de acampada para ter o lote, até porque eu já estava com meu companheiro, então, eu já estava morando com ele no lote da família dele. Então, a gente avaliou que não tinha necessidade de ter mais um lote, até porque o Sadiel já estava assumindo a responsabilidade de tocar o lote da família dele no assentamento, foi mais no sentido de contribuir com o processo de organização do acampamento. (THAILE, 2023).

A união com o seu companheiro possibilita para Thaile voltar a morar em um assentamento e constituir a sua família:

Foi quando eu constituí a minha família (atualmente, a gente tem uma filha de 4 anos, a Amarílis, e o Nicolas, que é filho do primeiro casamento dele), então, a nossa família é composta por quatro pessoas: eu, o Sadiel, a Amarílis e o Nicolas que, inclusive, recentemente, voltou a morar com o Sadiel. (THAILE, 2023).

Refletindo sobre a constituição familiar de Thaile, emerge a necessidade de refletir acerca do conceito de família, o qual vem se resignificando com o desenvolvimento da sociedade, dos enfrentamentos políticos, sociais e culturais travados em relação ao patriarcado, enfatizando que os processos formativos e da própria agroecologia remetem a um novo olhar para a perspectiva de família, que possibilita o respeito, a liberdade e o afeto em sua centralidade:

Uma família que experimente a convivência do afeto, da liberdade, da veracidade, da responsabilidade mútua haverá de gerar um grupo familiar não fechado egoisticamente em si mesmo, mas sim voltado para as angústias e problemas de toda a coletividade, passo relevante à correção das injustiças sociais. (PEREIRA, 2011, p. 19).

Foi por meio dessa experiência familiar e da vivência e trabalho no Ceagro que Thaile pode experienciar o trabalho com a agroecologia de distintas formas. “Primeiro,

foi esse trabalho no Ceagro e, depois, o contato na prática com a família, que, quando eu constitui minha família e fui morar com o Sadiel no Assentamento 8 de Junho, a família dele que passou a ser a minha trabalha com agroecologia há muitos anos. (THAILE, 2023). Ela se insere nos processos de organização da produção familiar e experimenta a agroecologia como um modo de vida.

A família de seu companheiro “participa de um grupo de agroecologia que inclusive tem um processo de certificação participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia que também é atendida por esses projetos que foram desenvolvidos no Ceagro” (THAILE, 2023). A entrevistada reitera que essas vivências a despertaram e instigaram a aprofundar seus conhecimentos teóricos acerca dessa temática.

Um dos momentos de grande relevância na sua formação teórica ocorreu durante o Mestrado em Educação:

Então, de 2016 até 2018, eu fiz o Mestrado em Educação e meu tema de pesquisa da dissertação foi a relação da Educação e da Agroecologia no MST. Então, nesse período, eu pude estudar o processo de construção da agroecologia dentro do MST e analisar os processos que estavam sendo desenvolvidos nas escolas do MST no Paraná. Pra mim, foi importante, porque eu estava nessa construção de elaborar na prática, mas, também, científica, de estudar e entender melhor como foi esse processo de construção dentro do MST. (THAILE, 2023).

As vivências de Thaile apontam para uma perspectiva de ampliação da visão de mundo individual e coletiva e que implicam em contribuir para que a corporeidade se altere.

Considera-se que os processos formativos e organizativos vinculados ao MST contribuem no desenvolvimento integral dos seres humanos, uma vez que eles ocorrem de múltiplas maneiras, processos, metodologias. A seguir, será abordada a forma como, na experiência da ERM, ocorreu a participação das entrevistas tanto no que se refere à constituição, à construção quanto à organização de seus processos formativos.

5.2 O PROCESSO FORMATIVO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES COMO CAMINHO PARA A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITAS

O MST é um sujeito coletivo e formativo, em que as pessoas se formam e se educam em um processo constante de inserção em sua organicidade, e em que a formação ocorre de forma sistematizada e contínua.

As histórias de vida das entrevistadas percorrem os processos formativos e também a constituição da ERM do MST, uma vez que as três mulheres estão intrinsecamente ligadas à organização desse processo formativo na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, e que tiveram importante contribuição para que essa práxis resultasse em um crescimento organizativo feminino, além da ampliação e efetivação da participação das mulheres na formação.

Com vistas a compreender como se materializou a criação da ERM e como foi a participação e a contribuição de cada entrevistada, será feita uma breve abordagem dos processos formativos experienciados por elas, bem como apontadas reflexões sobre a vertente da educação popular no MST para analisar o processo formativo da Escola, pois eles baseiam a experiência.

Como ressaltado anteriormente, a formação no MST tem por base a perspectiva da educação popular, apontando para um processo constante que ocorre com diferentes ações e em diferentes níveis, assim, desde a sua inserção, os sujeitos e sujeitas já iniciam seu processo formativo, em uma construção coletiva, o fazer fazendo, a vivência da luta que forma.

Trata-se de uma proposta de formação permanente que visa desencadear junto à comunidade um posicionamento crítico prático em relação às necessidades e às contradições por ela vivenciadas e os encaminhamentos concretos para a conquista da autonomia. (SILVA, 2007, p. 13).

Assim sendo, os processos formativos ocorrem nos diferentes e múltiplos momentos de organização e de luta e a formação das mulheres militantes acontece na prática cotidiana, porém, também em processos mais sistematizados.

No movimento, é muito presente esse aspecto da formação, na verdade, a gente fala num tripé que o movimento articula em todos os processos: a formação, a organização e a luta. Então, a formação se dá nesses diversos aspectos: pela organicidade, pelos processos de luta, que também são espaços de formação, e os espaços de formação mais propriamente ditos. Desde a reunião dos setores, tem momentos de formação. (THAILE, 2023).

Os processos de formação vivenciados no MST destacam-se como potencializadores de uma visão coletiva da realidade, da luta de classe e da transformação social. Thaile destaca:

Então, o movimento é esse sujeito coletivo que potencializa e permite, possibilita pra gente ter, não só o processo de formação da consciência, mas poder se engajar concretamente nos processos de luta pela transformação nos diferentes espaços coletivos. Então, pra mim, é isso! Não tenho nem palavras para descrever a importância, mas foi esse divisor de águas, esse grande sujeito coletivo educador que permitiu me tornar esse ser humano melhor, entender melhor a minha condição, a condição da classe trabalhadora de forma geral, dos camponeses, a luta pela terra, a importância e a necessidade de lutar para mudar, para tentar mudar essa condição que a gente vive da sociedade de classes, do capitalismo. (THAILE, 2023).

Reitera-se que o processo de formação das entrevistadas ocorreu de múltiplas formas na organização. Para compreender a importância da ERM para a subjetividade das entrevistadas, serão abordados os processos formativos dos quais elas fizeram parte e também a maneira como a Escola contribuiu para o fortalecimento dessa formação individual e coletiva das mulheres na região.

Sendo assim, pode-se dizer que a formação de Juliana teve como marco inicial o período em que cursou o Ensino Médio. Ela destaca a participação na organização do acampamento, em outro momento de grande relevância formativa:

Em relação aos processos formativos, eu acho que a Escola Iraci é sem dúvidas muito marcante na minha vida. Esse processo de auto-organização, eu acho que eu aprendi, a gente aprende muita coisa sendo jovem e me deparando com os problemas, e tendo que me colocar neles e construir o acampamento. Acho que foi a segunda escola da minha vida. (JULIANA, 2023).

Juliana foi assumindo tarefas junto ao MST e, foi a partir daí, que se inseriu nos processos de formação mais sistematizados, os quais foram ocorrendo por meio da indicação para participar de cursos. “A formação dentro do movimento sempre foi muito constante e, então, eu já fiz o curso na Escola Nacional Florestan Fernandes, na Escola de Mulheres, na Escola de Juventude, um outro curso no Estado do Paraná sobre feminismo e marxismo.” (JULIANA, 2023). Cada momento formativo contribuiu para que sua corporeidade fosse sendo ressignificada.

Além de ser estudante nos cursos de formação no MST, também compôs coletivos de acompanhamentos político-pedagógicos em vários cursos. “Acompanhei

muito curso, acho que a tarefa que eu mais fiz dentro do movimento foi acompanhar cursos, então, muitas coisas eu fui também participando a partir desse processo.” (JULIANA, 2023). Acompanhar um curso também desperta para novos processos formativos.

Como enfatizado anteriormente, os processos formativos de Ângela iniciaram-se no MST ainda no acampamento, na inserção da organicidade, uma vez que as famílias se organizam em NB, considerados a principal célula orgânica do movimento, espaço em que as famílias se reúnem para organizar a vida, a luta, a produção e os processos de formação. Destaca que, ao longo de suas vivências no movimento, participou de diversos processos formativos, enfatizando que todos foram importantes de formas distintas e com contribuições diversas para a sua construção enquanto sujeita:

A Jornada de Agroecologia, o Coletivo de Mulheres, a Escola de Mulheres foi muito importante. Mas o que mudou minha vida foi a agroecologia. O que mudou minha concepção de pensar, o que me mudou como ser humano foi a agroecologia, foi você se entender e se enxergar como um ser muito pequeno e que tem uma tarefa dentro de um ambiente. (ÂNGELA, 2023).

Na sua formação, fazendo referência à Jornada de Agroecologia³³, Ângela destaca que esse processo contribuiu para a priorização da agroecologia como modo de vida e de produção de alimentos. “Ela é uma articulação estadual do MST que tem as grandes discussões, debates, análises de conjuntura, oficinas, espaços de troca de sementes, de troca de experiências. É uma articulação grande da agroecologia” (ÂNGELA, 2023). Entretanto, a Jornada foi apenas um dos processos formativos, enquanto a formação ocorreu em outros espaços, esta foi sendo complementada e ampliada no decorrer de suas vivências .

³³ “A Jornada de Agroecologia é uma coalizão política constituída em 2001, que resultou de amplo processo dialógico entre vários movimentos sociais, populares, do campo e organizações não-governamentais atuantes no Paraná, que desde os anos 1980 promovem as lutas pela terra e pela reforma agrária, a defesa da agricultura camponesa e a agroecologia. A cada ano, desde 2002, realizamos o encontro da Jornada de Agroecologia, com duração de quatro dias e participação média de 4 mil pessoas – sendo 95% de camponesas e camponeses. Este evento se concretiza com uma marcha pública como ato de abertura, e segue com a Feira da Biodiversidade e Alimentos Agroecológicos, conferências em plenária, oficinas de intercâmbio das experiências e seminários, atividades culturais, e encerra com o ato político com autoridades governamentais e parlamentares, entre outros. Neste ato político, entrega a Carta da Jornada de Agroecologia, onde expressa sua posição estratégica e conjuntural e suas reivindicações, que passam a ser objeto das ações coletivas no transcórrer de cada ano.” Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/o-que-e-a-jornada/>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

A entrevistada aponta para os processos de formação como contínuos, diversos e de importante relevância na constituição de sua corporeidade, ou seja, em sua subjetividade, uma vez que, a cada espaço formativo são possibilitados processos de aprofundamentos teóricos que pautam seus modos de pensar em uma práxis constante de modificações de vivências.

Thaile, por sua vez, destaca que, desde sua inserção no Colégio Iraci, muitos foram os processos formativos aos quais teve acesso e pode ir vivenciando em seu cotidiano. Faz menção ao primeiro processo formativo mais sistematizado do qual participou: “o primeiro curso de formação política que eu participei por indicação do setor foi na Escola Nacional Florestan Fernandes, que foi o curso de Formação de Formadores Latino-americanos, isso foi em 2011.” (THAILE, 2023). A formação, em seu decorrer, foi processual e consecutiva.

Na sequência, Thaile vivenciou a formação em diversos cursos, na inserção nos espaços de direção, nos Coletivos de Mulheres, no Coletivo de Juventude, na participação de eventos como a Jornada de Agroecologia, intercâmbios, entre outros.

Observa-se, em sua experiência de vida, as transformações ocorridas e a possibilidade de mudanças de vida de Thaile. Muitas delas, proporcionadas pela inserção com o e no MST. Assim, ela reitera que o MST é esse sujeito coletivo que possibilita às pessoas que adentram em sua organização, ampliarem a sua perspectiva de luta, e compreenderem-se também como sujeitas capazes de intervir nas suas realidades e transformá-las a partir de uma perspectiva de classe.

Então, eu acho que, a partir do momento em que eu tive contato com o movimento, foi uma espécie de divisor de águas na minha vida, porque o movimento possibilita para a gente, por meio dos processos de organização formação e luta, um processo de formação da consciência de classe, política e ideológica que vai fazendo a gente entender quem a gente é na sociedade que a gente vive, em que posição a gente está, como funciona a sociedade e a nossa condição de classe. Nesse sentido, passa-se a entender um pouco melhor como funciona a sociedade e a se engajar na militância política do movimento e lutar pela transformação social. (THAILE, 2023).

Os processos formativos vivenciados pelas entrevistadas cooperaram na sua preparação para liderar a construção da ERM, que pode ser compreendida como um dos espaços pensados e projetados para formação específica e intensificada, organizada pelas mulheres sem-terra, por pequenas agricultoras e mulheres parceiras

das universidades. A Escola foi consolidada com 8 turmas formadas, como um espaço importante de formação, de troca de experiências, de troca de conhecimentos, um espaço rico de construção coletiva, o qual podemos compreender como um espaço das e para as mulheres.

O CRM almeja a continuidade da formação feminina na região, compreendendo a importância da ERM como um espaço formativo.

5.3 AS SEM-TERRA E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES

Sendo a ERM uma construção coletiva das mulheres sem-terra e de pequenas agricultoras, serão abordados aspectos de como e onde surgiu a proposta de criação desta, com base nas narrativas das entrevistadas, protagonistas dessa construção, bem como se deu a inserção e a participação efetiva das mulheres entrevistadas nesse processo de formação na região.

Analisando a organização do processo formativo da ERM, questiona-se sobre as motivações que levaram essas camponesas a construir um espaço de formação específico para elas, que são as idealizadoras e construtoras autônomas dessa experiência.

Esse aspecto aponta-se como elemento de grande relevância, uma vez que a referida experiência de educação popular surge da necessidade e da demanda das próprias mulheres, e a gestão da Escola também é compreendida como um processo de formação coletiva, na experiência do fazer fazendo, pensando todas as possibilidades e necessidades objetivas para que as mulheres, efetivamente, pudessem ser a Escola de Mulheres. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Ângela discorre acerca das motivações coletivas para a construção dessa experiência formativa. Enfatiza que as mulheres, mesmo estando intrínsecas às organizações camponesas, enfrentavam problemas relacionados quanto à sua participação nos espaços de tomada de decisão em organizações mistas. Reflete sobre a participação feminina na organização camponesa na região:

Aqui, a gente sempre teve um grupo de direção feminina bem grande, sempre teve direção, mesmo nas bases, a gente teve uma pessoa que fazia parte da direção do movimento, seja do MPA ou MST, nos espaços. Nesses espaços, a gente teve problema pra discutir tema com os companheiros, a gente

enfrentou o problema do machismo, de que nossos assuntos eram secundários, não eram importantes. (ÂNGELA, 2023).

Esse descompasso na condução da participação das mulheres nos movimentos apresenta-se como impulsionador para que elas buscassem consolidar um espaço de formação que contribuísse para ampliar seu poder de fala, seus argumentos, seu autofortalecimento e, como consequência, resultaria em uma preparação e autoconfiança na inserção dos espaços coletivos, com vistas a pautar questões que, para as mulheres, são importantes, porém, para alguns companheiros da organização são secundárias. A realidade aponta para a necessidade de criar o espaço para e das mulheres.

Era de precisar criar um espaço de debate, de aprofundar o debate, para conseguir garantir o nosso espaço dentro do próprio movimento, porque a gente tinha muito, a gente chegou a enfrentar problemas de estar numa reunião de direção, questionar uma atitude machista, uma atitude cotidiana machista e você querer debater e um companheiro levantar e falar: "não, vamos discutir os assuntos que importa!" "as picuinagem deixa pra depois" como se aquilo que a gente quisesse discutir não fosse importante, como se a violência não fosse importante, como se o nome da mulher no documento da terra não fosse importante. Então, nasce, eu acho, muito da necessidade de criar um espaço para aprofundar o debate e fortalecer as mulheres para ir para a direção e ser ouvida e respeitada. (ÂNGELA, 2023)

Ao se desafiarem a criar um espaço de organização, de formação e de empoderamento feminino, as mulheres consolidam um processo de transformação subjetiva e coletiva na forma como se inserem e participam da coletividade dos movimentos sociais. São as mulheres que se constituem como autoras de suas próprias histórias, suas vidas individuais e coletivas, uma ressignificação cultural. Lagarde (2005, p. 109, tradução nossa) aponta:

Ser autora da própria vida significa ter e, se não temos, devemos adquirir recursos para compreender a vida desde um outro lugar que não seja a cultura dominante; desde um outro lugar que está distante das ideologias que legitimam a opressão, de modo que se possa reinterpretar a nossa própria vida. Esse outro lugar é a cultura feminista.

Essas transformações femininas resultam em uma mudança nas formas de organizar a vida, na forma de compreender a realidade na qual estão inseridas, a

corporeidade de cada uma. As mulheres, aos poucos e de forma gradativa, rompem com as opressões. Transformações que merecem destaque são o acesso ao conhecimento, à educação, ao empoderamento da fala, da atuação, que vão sendo construídas na inserção delas aos processos formativos, de forma coletiva.

Observa-se um entrelaçar nas trajetórias de lutas das entrevistadas e um fortalecimento mútuo feminino na construção da coletividade das mulheres e da experiência de formação da ERM, que se evidencia a partir das narrativas formuladas nas entrevistas. Esse entrelaçar constrói elos de coletividade nas mulheres da região.

A seguir, serão tecidas reflexões sobre os processos de inserção das entrevistadas na Escola, considerando que elas foram protagonistas da construção da Escola Regional, bem como sobre as mudanças individuais e coletivas que foram sendo forjadas ao longo desses anos de articulação dessa experiência de formação e de organização.

Nesse contexto, Juliana relata que frequentou a ERM como educanda, mas também contribuiu em diferentes tarefas. Sua primeira experiência foi contribuindo com a Ciranda Infantil, organizando o espaço destinado às crianças filhas das mulheres que estavam participando da formação. “Então, primeiro eu contribuí enquanto educadora, enquanto tava no magistério, ainda como educadora da ciranda, eu não vou conseguir me lembrar quantas vezes.” (JULIANA, 2023). Sendo a ciranda um espaço da ERM, em que as educadoras constroem atividades pedagógicas em paralelo aos temas que as mães estão estudando, ela medeia o diálogo com as crianças e se forma. A partir daí, Juliana se insere nessa organicidade até ser parte da turma como educanda.

Outro momento importante de participação de Juliana na Escola foi como educanda da 2ª Turma da ERM. Ela salienta que a Escola, para além da formação teórica sistematizada e da formação prática, é um espaço de encontro das mulheres, de troca de experiências e de diálogo igualitário. “É um diálogo de saberes que se produz no encontro de identidades. [...] do ser constituído por intermédio de sua história [...] uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura.” (LEFF, 2009, p.19), de pertença. É o espaço que as mulheres construíram para elas e para as suas demandas e dilemas:

É um espaço de encontro entre as mulheres, eu acho que para mim isso é um diferencial muito marcante dentro das mulheres de um território que, querendo ou não, mas [...] por mais que cada uma está no seu espaço, na sua comunidade, a gente vive processos históricos parecidos, então, questões culturais muito parecidas, dilemas muito parecidos, então é esse espaço da gente [...] esse encontro de histórias, de histórias de vida e de cotidianos dentro da mesma dinâmica que é a organização do movimento aqui na região. (JULIANA, 2023).

A inserção de Juliana no MST e no Coletivo de Mulheres possibilitou que ela desenvolvesse a tarefa de contribuir como Coletivo Político-pedagógico (CPP)³⁴ de algumas das turmas da Escola Regional. “Nesse último período, da última Escola de Mulheres que a gente construiu, que eu ajudei mais ativamente a construir o processo de coordenação da escola, que eu acho que eu me inseri. Foi a 8ª Turma.” (JULIANA, 2023). Entretanto, Juliana já havia se somado na organicidade de turmas anteriores contribuindo com tarefas como mística, apresentações culturais e temas debatidos.

Enfatiza-se que a sua contribuição ocorreu em mais de uma das turmas e etapas da Escola, e que o processo de compor o CPP também foi desafiador e formativo. “Uma das primeiras Escolas de CPP que eu tive foi a Escola de Mulheres.” (JULIANA, 2023). Ou seja, é um formar se formando, em um processo de práxis entre estudar, planejar, construir a experiência e gerar organização e novos conhecimentos.

No que se refere à Thaile, sua inserção na organização da Escola ocorreu ainda no início, por conta do vínculo de trabalho com o Ceagro e com a militância junto ao MST. “Eu me aproximei e participei da primeira turma da Escola de Mulheres com a tarefa na organização e também como jovem mulher participante da primeira turma.” (THAILE, 2023). A sua atuação sempre foi de coordenar, planejar e contribuir com o todo da organização da Escola. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

A inserção de Ângela na organização da experiência formativa da ERM foi de grande relevância para que esta se efetivasse, uma vez que participou da concepção e da organização desde a primeira turma. Iniciou a sua trajetória no CRM, contribuindo na organização dos Encontros Regionais de Mulheres no 8 de Março e, sequencialmente, na constituição da Escola. (DIÁRIO DE CAMPO, 2012).

³⁴ O CPP é organizado a partir de metodologia desenvolvida pelo MST e se refere a um grupo composto por lideranças e educandas da escola, o qual tem como missão organizar, coordenar e realizar a ERM. É responsável por construir todas as condições necessárias para a realização da formação, desde as condições econômicas, pedagógicas, políticas, práticas e culturais.

Vale ressaltar que a sua participação no Coletivo de Mulheres propiciou sua inserção em um projeto de intercooperação entre o MST e a Fundação Mundukide,³⁵ do País Basco, na Espanha, o qual previa ações de potencialização de organização de Coletivos de Mulheres, sendo estes tanto produtivos quanto de organização política. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014). Ângela atuou como bolsista e efetivou um trabalho em organizações de mulheres acampadas e assentadas da região.

Eu comecei a participar em 2014, quando tinha aquela articulação maior, quando estavam os bascos aqui na região, que o Ceagro tinha uma articulação bem mais forte. Então, eu comecei participar do Coletivo de Mulheres, eu fiquei um período como bolsista do Ceagro, contribuindo na formação de mulheres, no sentido de grupo produtivo. Na época, tinha atividades em Goioxim/PR, tinha a Cooperjunho, o Recanto que estava iniciando esse processo produtivo, e logo também os acampamentos, que daí foi a efervescência do Coletivo, das Escolas de Mulheres. Dentro dos acampamentos, eu participei bastante no início da Escola na articulação, de entrar em contato com as áreas, eu participava muito. (ÂNGELA, 2023).

Pode-se dizer que as entrevistadas estão imersas em conhecimentos construídos ao longo de suas trajetórias em distintas experiências, sendo este aprendizado potencializador para que contribuíssem na consolidação da ERM.

Os processos formativos, organizados a partir da experiência da ERM, rompem com o paradigma de serem cursos de formação políticos e técnicos, alcançando um patamar que extrapola a formação teórica, pois são construídos pelas próprias mulheres, carregados de valores humanistas, ou seja:

É um processo de formação com a nossa realidade, com os desafios dentro da nossa organização, então, é esse processo de práxis, e eu acho que a Escola das mulheres ela traz uma visão humanizada para dentro da formação do movimento. (JULIANA, 2023).

Essa reflexão refere-se a uma perspectiva humanizada, acaba contribuindo como exemplo para a efetivação de outras experiências formativas no MST,

³⁵ “A missão da Mundukide é cooperar com os países do Sul. Compartilhar experiências, meios e saberes, para promover a autogestão e o desenvolvimento integral das partes envolvidas, ativando para isso a solidariedade do mundo do trabalho cooperativo, fundamentado e norteado pelos valores e princípios da Mundukide. A nossa principal tarefa é colaborar em programas de cooperação, promover projetos solidários, trabalhando em conjunto com as pessoas e entidades locais.” Disponível em: <https://mundukide.org/es/quienes-somos/mision/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

abarcando as diferentes dimensões da vida humana, sendo pauta nos processos formativos da organização como um todo os aspectos das dimensões afetivas, do cuidado, da pertença, os quais foram sendo introduzidos pelas próprias mulheres nos espaços coletivos do MST. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

A metodologia da Escola, pensada e proposta ancorada na alternância por meio da organização do Tempo Escola e do Tempo Comunidade, permite que a formação seja multiplicada e compartilhada pelas mulheres da turma com as demais mulheres do grupo/coletivo/comunidade ao qual pertencem.

A formação que acontecia era em regime de alternância, que é uma metodologia presente na educação do campo. Então, tem o Tempo Escola, que é o período que fica agrupado em estudo com caráter mais teórico articulado com oficinas práticas ligado às oficinas práticas, e tem o Tempo Comunidade, que as companheiras retornam para as suas comunidades na perspectiva de articular os conhecimentos que elas tiveram acesso na etapa do Tempo Escola com a prática cotidiana e a articulação como mulheres na comunidade. Então, vem muito com o objetivo de articular a teoria, a prática, a partir do Tempo Escola e do Tempo Comunidade. (THAILE, 2023).

Em cada etapa, as participantes levam tarefas do Tempo Comunidade para serem desenvolvidas com as mulheres de seus grupos, fomentando, assim, uma rede de formação e de fortalecimento feminino para a organização e para a luta.

Nesse regime de atividade no Tempo Comunidade, cada etapa a gente saía com uma tarefa, ou era uma tarefa política de organizar e mobilizar as mulheres para a participação do 8 de Março, ou outras. Então, a gente fazia o processo de organização e que funcionou muito bem, a gente teve o 8 de Março massivo a partir da Escola de Mulheres, porque a gente vinha para o Tempo Comunidade e mobilizava, pensava como seria a alimentação, a produção, se a reunião seria na comunidade, se cada uma levaria uma coisa, tudo isso a gente pensava no Tempo Comunidade e se preparava para o 8 de Março, aí a gente ia, ou fazia ação. (ÂNGELA, 2023).

As tarefas do Tempo Comunidade desenvolvidas pelas mulheres consistiam em ações nos âmbitos políticos, organizativos e efetivos, criavam um elo entre as mulheres da região, inclusive, avançando para a construção de simbologias e da identidade coletiva. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Um elemento simbólico da identidade das mulheres a partir da ERM foi a criação de uma colcha de retalhos. A ideia da colcha se origina na história de vida camponesa, a qual apresentava dificuldades econômicas, e as mulheres, para garantir

que os filhos e filhas tivessem como se aquecer nos invernos gelados do Sul do Brasil, costuravam retalhos de tecidos que, juntos, formavam colchas que serviam de coberta. (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Essa simbologia foi tomando corpo e se constituindo como colcha de retalhos confeccionada pelos diferentes grupos integrantes da Escola, carregados de sua simbologia e representação, de reconhecimento e de identidade coletiva. “Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários coletivos, a partir de uma perspectiva interna.” (BELEDELLI, MEDEIROS, 2005, p.1740). Assim, ao construir a colcha de retalhos, as mulheres se constroem por meio da identificação do seu símbolo. Ângela explica como ocorre essa produção, que passou a integrar o processo formativo da Escola.

As últimas etapas foram de construir a identidade da turma. A gente tinha um processo da colcha de retalhos, de cada grupo desenhar, pintar, deixar a tua marca na colcha. Ali, surgiu uma colcha grande e cada grupo levou sua característica, então, qualquer mulher daqui que chega lá e olha vai saber o quadradinho que é o Recanto da Natureza. Por que? Porque eu me identifico com aquilo, é a minha identidade que está lá. Então, se as mulheres que são do Dom Tomás chegam lá e veem o artesanato de palha que elas fizeram, elas sabem que é só elas que fizeram, mesmo que não seja uma mulher que participou, ela vai saber, aquilo faz parte da identidade delas. Então, a colcha de retalhos da Escola de Mulheres faz parte da construção de identidade coletiva das mulheres. [...] A gente reunia 4 ou 5 dias com o acampamento inteiro para produzir o nosso pedaço da colcha, é um espaço de reunião, você discute politicamente porque você está construindo a sua identidade, você discute os outros temas também. (ÂNGELA, 2023).

Assim, cada mulher participante chegava à Escola oriunda de um grupo ou de um coletivo e cada grupo criava o seu retalho, que ia sendo costurado aos demais, juntado com os de cada turma da Escola. Cada retalho representava todas as mulheres do local, que se somavam e costuravam, formando um só coletivo. Essa colcha passou a acompanhar as mulheres nos espaços de formação como símbolo identitário feminino. Na Figura 24, a seguir, é possível ver esse símbolo.

Figura 24 — Representação da colcha de retalhos (2015)



Fonte: Ceagro (2015).

A colcha de retalhos passou a acompanhar as turmas, sendo reafirmada em sua simbologia à medida que cada turma foi sendo concluída e uma nova turma foi iniciando. A seguir, na Figura 25, observa-se que a colcha esteve presente reafirmando a identidade coletiva, em um momento de mística realizado na 3ª etapa da 8ª Turma.

Figura 25 — Representação da colcha de retalhos (2022)



Fonte: Ceagro (2022).

Ao criar a identidade coletiva, cria-se também o elo, a unidade, a pertença a esse CRM, e o que parece simples assume uma proporção grandiosa, de constituição da sua forma de ser e fazer parte do processo, de se reconhecer e de se sentir importante nessa construção coletiva. De acordo com Franco e Gentil (2007, p. 5), a identidade se constitui de forma individual e coletiva:

A identidade é entendida como um processo contínuo de construção individual e também coletivo, de caráter processual, auto-reflexivo e constituído a partir da definição de si mesmo e não como algo dado e estático. A identização supõe a capacidade de reflexão sobre si próprio, com significações e percepção de causalidade e pertencimento, capacidade de apropriação do que se produz no agir e no decidir o destino da ação, estabelecendo assim o reconhecimento da responsabilidade com o que se é.

Essa dimensão da formação assume uma dimensão humana por meio da ação e reflexão de sua subjetividade e a construção da coletividade, carregada de mística, de simbologia, de identidade, de coletividade, em um processo constante de transformação e recriação.

Além dos temas específicos apresentados como demanda pelas próprias mulheres durante as Turmas da ERM, a arte e a cultura sempre foram parte importante. Assim, em cada etapa, foram organizados e pensados momentos de mística, jornada socialista e noites culturais, os quais buscaram consolidar momentos de alegria, de descontração, de reflexão, de lazer, de prazer e de emoções múltiplas. Todos esses momentos foram construídos coletivamente pelas mulheres, alguns como tarefa a ser preparada pelo NB, alguns com indicação de representantes para compor a equipe naquela etapa. (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

A mística é compreendida como um momento que desperta emoções e sentimentos, é um despertar para a luta por meio da sensibilidade, da emoção e da reflexão no processo de sentipensar.³⁶ Ela “introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro.” (BOGO, 2012, p. 475). Esses momentos geralmente são organizados no início

³⁶ O conceito de sentipensar é abordado por Prévost (2022, p. 3), que embasa-se em Fals Borda (2009) ao afirmar que: “Por um lado, a noção se refere à capacidade de superar dificuldades recorrendo a técnicas de sobrevivência: pescadores e pescadoras imitam as estratégias das tartarugas “hicotea”, uma espécie endêmica da América Latina. Por outro lado, as pessoas “sentipensantes” combinam emoções e razão para alcançar a harmonia em suas vidas. Forçando cada pessoa a sair de quadros dicotômicos de pensamento, estas noções operam dois movimentos consubstanciais: a fusão entre as emoções e a racionalidade (Fals Borda, 2009) bem como os laços entre humanos e não-humanos.”

das atividades de formação e são compostos por músicas, poesias, textos, dramatizações, referenciando o tema que será abordado no período de estudo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

A Figura 26, a seguir, retrata um momento denominado abraço coletivo em que as mulheres se abraçam formando uma corrente, um elo energético e afetivo que fortalece ainda mais os laços entre a turma. Esse momento aconteceu durante a 3ª Turma da ERM, no Assentamento 8 de Junho. (Diário de campo, 2013).

Figura 26 — Representação de mística realizada com a 3ª Turma



Fonte: Ceagro (2013).

Outro exemplo marcante de mística é que está representado na Figura 27, em que as mulheres se colocam em círculo ao redor da fogueira e partilham o chá feito com plantas e ervas cultivadas por elas mesmas. O momento rememorou um ritual de partilha, de igualdade e de coletividade. A mística foi feita durante a 2ª etapa da 4ª Turma da ERM no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

Figura 27 — Representação de mística realizada com a 4ª Turma



Fonte: Ceagro (2014).

Nesse viés, organizar e vivenciar uma mística torna-se um momento formativo, pois “a mística tem um tema, então, você precisa pensar ela, você precisa projetar de uma forma diferente, então, a mística para além do que você quer passar para as pessoas, é um espaço de desenvolvimento, porque é muito desafiador.” (ÂNGELA, 2023). As místicas na ERM são organizadas por elas próprias, sempre envoltas de muito afeto, de emoção e de reflexões sobre as temáticas e as relações com suas vidas.

Quando as entrevistadas se referem à Noite Cultural, comentam sobre a vivência de experiências de ressignificação cultural e do direito ao lazer e à arte, ambos negados historicamente às mulheres. Reitera-se que a cultura faz parte da vida dos seres humanos e, portanto, passível de ser recriada em uma perspectiva de que as mulheres sejam criadoras das suas expressões culturais. Freire (1980, p.38) discorre:

[...] o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que lhe apresenta a natureza, como também, ao mesmo tempo, de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a aquisição da experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que o precederam.

Na ERM, os momentos culturais ocorrem à noite e, após a definição do tema, cada NB organiza uma apresentação artística para compartilhar com o coletivo, além de serem preparados alimentos, como comidas típicas camponesas, juninas,

churrasco, entre outros, para serem partilhados e degustados com todas. Esse evento é uma ressignificação da cultura e da arte por meio da representação feminina, da liberdade de expressividade, de elementos que questionem e alterem a cultura patriarcal de opressão feminina.

A Figura 28 retrata uma Jornada Socialista realizada na 2ª etapa da 1ª Turma da ERM. O momento trouxe presente lideranças mulheres do MST que abriram caminhos para que as demais fossem forjando suas lutas junto ao movimento. Na imagem, é possível ver Jandira, liderança do MST na região desde sua gênese, e Dona Ana, liderança do Acampamento Recanto da Natureza. (Diário de campo, 2012).

Figura 28 — Apresentações na Jornada Socialista realizada com a 1ª Turma



Fonte: Ceagro (2012).

Figura 29 — Apresentações na Jornada Socialista realizada em 2022



Fonte: Ceagro (2022).

A partir da 4ª Turma da ERM, a coordenação passou a preparar momentos simbólicos de formatura, com certificação também simbólica, ato de entrega destes e de lembranças e símbolos da turma. (Diário de campo, 2015). Na Figura 30, observa-se um momento de mística durante a formatura da 4ª Turma, em que as mulheres entraram e foram recebidas pela comunidade local e lideranças da região convidadas para participarem do momento.

Figura 30 — Mística de formatura da 4ª Turma, realizada em 2015



Fonte: Ceagro (2015).

Além disso, para esses momentos, são selecionadas músicas diversas para danças, expressões livres de experiência corporal. Reitera-se que a Noite Cultural é um momento de descontração, de socialização, de partilha e de ressignificação cultural. Ângela aponta:

A Noite Cultural é um espaço que você se reúne para dançar, contar causo, fazer fogueira, tomar vinho, tomar quentão, um espaço de convivência, de contar história, quem não dança fica contando história. Então, é um espaço de convivência, coletividade, harmonia, é um espaço de diversão, porque as mulheres se divertem. Então, é um espaço que traz além, por exemplo, tem noite que tem pinhão, você traz um aspecto da alimentação camponesa, mas também um espaço de convivência, aquela perspectiva de convivência, de integração, de trocar experiência, tirar aquele espaço enquanto toca uma música e conversar com uma pessoa de outros lugares. Na última Escola eu conheci uma mulher que era vizinha nossa muito antigamente, quando eu era criança, agora, ela está em outro acampamento, então, é um espaço de você interage, que isso a gente não tem na sociedade, não é um espaço que a gente tem garantido, então, a Escola de Mulheres também proporciona esse espaço. (ÂNGELA, 2023).

A arte é recontada pela perspectiva feminina e expressada pelas próprias mulheres. A Figura 31, a seguir, é o registro de uma peça de teatro organizada pelas jovens da região que abordava a opressão feminina e apontava para a possibilidade de superação coletiva.

Figura 31 — Apresentação de teatro



Fonte: Ceagro (2012).

Os processos formativos que abarcam aspectos teóricos, práticos, culturais e sociais, mexem com as múltiplas dimensões humanas e possibilitam o sentipensar, a liberdade de intervir, de interagir e de dialogar das mulheres. As formações organizadas pela ERM modificam o jeito de ser e de pensar destas, ou seja, a corporeidade se ressignifica em um olhar coletivo de fortalecimento, de libertação e de empoderamento feminino.

Esses processos gestados na Escola incorrem em ações libertadoras em outras mulheres que, por meio das atividades do Tempo Comunidade, puderam se reconstruir na vivência dos coletivos locais, formando uma teia de relações que se constroem a partir do espaço formativo, mas que se espalham em distintos territórios da Reforma Agrária, impulsionando ações de transformação na vida das mulheres.

As mulheres se despertam para um compromisso de libertação coletiva, de olhar para as outras que estão nos demais espaços do movimento em uma perspectiva de somar esforços para romper com todas as formas de opressão contra elas. De acordo com Juliana, (2023):

Eu acho, assim, que para a gente, para mim, que entrei jovem nesse processo, participar da Escola de Mulheres é algo que gera muito compromisso, sabe? Eu acho que a gente tem uma metodologia, um compromisso. Depois de continuar esse processo, talvez não seja para todas as mulheres que passam, mas para aquelas que estão vinculadas, bem vinculadas, assim, com os processos orgânicos nos acampamentos. Eu vejo que essa perspectiva de compromisso que a gente assume é não só se formar individualmente, mas é o processo de libertação. Ele não é individual, ele é coletivo, ele muda o nosso jeito de olhar para o mundo, eu acho que eu não vou mais partir só do meu umbigo.

As contribuições da formação na ERM possibilitaram que elas despertassem para a condição de igualdade nos espaços de tomada de decisão, sejam estes na unidade de produção, na família, ou na organização coletiva local. Ângela destaca:

Aqui no Recanto, principalmente das mulheres que trabalham com agroecologia, você não vê um caso de que um homem toma uma decisão importante para a unidade de produção ou pra fora, que as mulheres não vão travar se elas não estiverem contentes. Eu acho que isso se deve por causa da participação da agroecologia e da Escola de Mulheres, agora, sim, da Escola de Mulheres, porque aqui dentro do Recanto, quase todas as mulheres participaram pelo menos de uma Escola de Mulheres, então, isso foi muito importante pro processo de formação. (ÂNGELA, 2023).

No que tange às relações conjugais e de opressão das mulheres, Ângela cita o exemplo de uma companheira da comunidade que participou da Escola e ressalta seu relato quanto à forma como a formação contribuiu para o seu posicionamento diante das adversidades na relação com o seu companheiro. Ângela parafraseia a companheira para representar a impressão sobre a Escola de Mulheres:

“Acho que se eu não tivesse participado de uma Escola de Mulheres eu estava achando que eu sempre era culpada a vida inteira!” Ela carregava a culpa de uma discussão, ela achava que a culpa era dela, ela falava: “se não fosse a Escola de Mulheres, essa convivência.” Ela dizia da convivência comigo porque eu, às vezes, coloco as mulheres no mato, ela dizia: “que não sabe qual seria a condição de vida dela hoje”, porque estava numa condição de submissão. (ÂNGELA, 2023).

Juliana enfatiza que a ERM desperta para a importância delas na luta pela Reforma Agrária e que sem a participação efetiva feminina não existe transformação social. “Eu preciso dar a mão para as outras companheiras também, porque senão, a gente não alcança nenhum dos nossos objetivos na luta pela Reforma Agrária, pela emancipação e pela transformação social.” (JULIANA, 2023). A referida escola

promove um despertar para a coletividade feminina que se funde e se fortalece para a inserção em todos os espaços da luta pela terra.

Para Thaile, a ERM foi um marco em sua formação, uma vez que foi nesse espaço que ela teve a possibilidade de dialogar sobre questões específicas femininas e que, ao adentrar nessa construção, criaram-se ressignificações subjetivas e coletivas.

Foi um processo e que marcou muito a minha vida, tanto pessoal quanto no aspecto da militância, porque foi onde eu tive o primeiro contato e inserção no Coletivo de Mulheres do movimento aqui na região onde eu tive a possibilidade de acesso à formação e discutir esses temas relacionados à questão de gênero, do feminismo, das diferentes formas de violência. Então para mim, foi um processo muito importante e muito marcante na minha vida, na minha trajetória, tanto pessoal quanto coletiva no Movimento Sem Terra. (THAILE, 2023).

Destaca-se que a experiência da ERM foi inspiração para que outras experiências de formação com mulheres fossem organizadas no MST no Estado do Paraná. Foi com base na metodologia da prática desenvolvida na região que o CEM do MST do Paraná organizou Escolas Estaduais de Mulheres, tornando-se, assim, uma das experiências significativas para a construção de coletividades feministas.

No próprio Estado do Paraná, também bebem dessa nossa experiência da Escola de Mulheres. Então, eu vejo que a minha perspectiva, a minha concepção de feminismo, hoje, eu não sou estudiosa do feminismo, mas eu acho que tem uma concepção do feminismo não construída pelo livro, mas construída por essa prática que a gente tem aqui na região a partir do Coletivo de Mulheres, a partir da Escola de Mulheres. Ela vem, vem desse nosso processo de inserção, da Escola de Mulheres. (JULIANA, 2023).

Os frutos desse processo formativo da Escola são colhidos à medida que se identifica o aumento na participação das mulheres nas instâncias de decisão do movimento, na participação efetiva no Setor de Produção, na comercialização, na cooperação, na agroindustrialização, ou seja, no despertar para uma coletividade mais humanizada. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Compreende-se que as mulheres são sujeitas detentoras de muitos conhecimentos socialmente acumulados e que, ao criarem espaços de socialização, partilha e unidade, se fortalecem para uma nova forma de inserção na luta. A seguir,

serão abordados os conhecimentos e os saberes agroecológicos, refletindo como as mulheres experienciam e se vinculam à agroecologia.

5.4 O CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E OS SABERES DAS MULHERES

Historicamente, as mulheres cultivam saberes agroecológicos por meio de suas práticas produtivas, de cuidado e de manutenção da vida (SILIPRANDI, 2009). Entretanto, ao adentrarem em processos formativos que tenham como pauta a agroecologia, evidenciam que esse conhecimento se amplia e se transforma por meio da práxis desenvolvida em suas múltiplas vivências.

Cada uma das entrevistadas compreende e pratica a agroecologia a partir de uma compreensão subjetiva, mas também coletiva. Serão evidenciadas, por meio das reflexões a seguir, a maneira como cada uma foi formulando e compreendendo a agroecologia, e a forma como são desenvolvidas as suas práticas agroecológicas.

Vale ressaltar que os processos formativos são constantes e, no que tange à agroecologia, o conhecimento é processual e compreendido a partir da inserção em diversos espaços, e que, mesmo sendo um dos temas que perpassa todas as turmas da ERM, por vezes, o conhecimento foi sendo construído e complementado em outros espaços de formação e de práticas produtivas.

Parte-se do pressuposto de que a agroecologia vem se materializando na prática cotidiana dos movimentos sociais como um projeto político, no qual os sujeitos e sujeitas sociais são partes fundantes e que se materializam nas possibilidades de superar a fome, a desigualdade social, o cuidado e a preservação do meio ambiente, o respeito à diversidade racial, sexual e de gênero. O MST enfatiza a agroecologia como projeto político:

[...] é prática, é movimento, é ciência e educação populares. É garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade. É valorização do trabalho e do ser e saber camponês. É respeito e promoção da diversidade social, ambiental e identitária. A Agroecologia é a concreta capacidade dos povos para as enfrentar as mudanças climáticas no planeta e garantir a soberania e segurança alimentar. (MST, 2018, s./p.).

Com base nessa perspectiva que os debates, as práticas e as formações apontam para a agroecologia como um projeto de vida, para os e as camponesas tem

se tornado constante a construção de processos que pautem a efetivação deste para o desenvolvimento social. “É um projeto de campo e um projeto de sociedade, é o nosso projeto de campo que a gente quer construir rumo à emancipação.” (JULIANA, 2023). Juliana afirma ainda não ter experiências produtivas agroecológicas, entretanto, a formação e o seu acompanhamento em espaços de produção ligados ao MST fortalecem a visão de que agroecologia “É um projeto de campo que envolve muitas dimensões das relações humanas da relação com o meio ambiente” (JULIANA, 2023) e que a agroecologia pode ser construída de maneiras distintas e não apenas na produção.

Para Ângela, a agroecologia é um modo de vida, é a forma com que cada um e cada uma se relaciona com o ambiente em que vive, ou seja, a agroecologia é vida.

Agroecologia pra mim é um modo de vida com respeito, onde você tem a capacidade de pensar e de respeitar as outras espécies de vida, de produzir alimento de um jeito diferente e não contaminar, mas deixar o ambiente melhor do que você pegou (ÂNGELA, 2023).

Thaile destaca que sua compreensão quanto à agroecologia é fruto de debate, de estudos e de práticas que possibilitaram a apreensão em uma síntese coletiva do MST e não apenas como uma visão individual. Assim, aponta:

A agroecologia como uma das grandes bandeiras de luta do MST nesse último período histórico, a necessidade de desenvolver a agroecologia não só como um aspecto da produção agrícola, mas como uma construção social e política, como uma nova matriz produtiva (THAILE, 2023).

Diante disso, a agroecologia passa a ser construída como uma estratégia de enfrentamento ao modo capitalista de produção “o modelo do agronegócio, que se baseia em cadeias produtivas, desde a produção de insumos industriais até a comercialização em grande escala.” (MENDONÇA, 2015, p. 384) A efetivação da Reforma Agrária Popular “propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades do povo brasileiro” (MST, 2014, p. 39), o qual priorize a produção de alimentos saudáveis, a preservação ambiental, e a justiça social. No que se refere, ainda, sobre a síntese coletiva do MST sobre a agroecologia:

Agroecologia é ciência, porque envolve uma série de conhecimentos e construção no sentido de elaboração do conhecimento científico. É prática social historicamente acumulada, resultado do acúmulo de gerações de conhecimento e de práticas dos camponeses no mundo inteiro. Ela é luta e projeto político, então, na nossa concepção que, inclusive, a gente fala que está em processo de gestação no movimento, que não está pronta, traz a agroecologia como ciência, como prática social, historicamente construída e também como luta e projeto político, no sentido de enfrentamento ao modelo do agronegócio e das relações capitalistas no campo. Então, a concepção que eu tenho de agroecologia é essa com base nessa construção coletiva do MST (THAILE, 2023).

As práticas agroecológicas vivenciadas por Thaile apontaram para uma perspectiva de que o fazer agroecológico necessariamente perpassa pelo fazer da e na cooperação: “A agroecologia caminha junto com a cooperação, não é possível construir uma sem a outra” (THAILE, 2023). Essa cooperação está presente na organização da vida dos sem-terra no Assentamento 8 de Junho.

A ação de cooperar — operar em conjunto — constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência, os homens reúnem esforços, surgindo daí uma força nova de natureza coletiva. Não há porque não o admitir. A cooperação é uma atividade integradora, cuja ação conjugada entre pessoas permite que se organizem para alcançar o mesmo objetivo. (ARAÚJO, 1982, p. 85).

A organização da cooperação na produção agroecológica também é formativa, e esse “fazer com”, potencializa a produção e a comercialização de alimentos.

A inserção na unidade de produção familiar, possibilitou à Thaile a experiência nas práticas na produção agroecológica. Ela destaca que o período da pandemia de covid-19 e sua experiência com a maternidade impulsionaram as atividades mais internas na unidade de produção familiar:

Nesses últimos anos, a partir da experiência da família no lote, eu posso dizer que eu me tornei camponesa de fato, pude trabalhar agroecologia no lote com a família. A gente teve uma experiência que foi mais recente agora que foi depois do mestrado, aí eu tive a minha bebê, teve essa questão da maternidade nesse processo que foi um aprendizado novo. Aí, logo na sequência, teve a pandemia, então, teve a questão do isolamento social, a família já tinha uma experiência de produção com horta, plantas medicinais, bioenergia, então, eu fiz um processo de capacitação para trabalhar com meus sogros que trabalham com essa questão da agroecologia e das plantas medicinais e também o meu companheiro com o trabalho da horta (THAILE, 2023).

Por meio da organização produtiva agroecológica e de comercialização, sua família participa da feira municipal em Laranjeiras do Sul/PR, bem como faz entrega de alimentos para o mercado institucional, entretanto, o período da pandemia forjou um novo jeito de cooperar, por meio da organização e da venda de cestas agroecológicas³⁷, e essa organização resultou em processos de cooperação internos no que se refere às relações do trabalho familiar, e externos no que se refere à cooperação com outras famílias e grupos produtivos. Thaile explica como ocorreu esse processo:

Na pandemia, a gente decidiu fazer as cestas agroecológicas e aí teve duas experiências que a gente fez aqui em Laranjeiras que foi a do Recanto e a nossa, que daí envolvia não só a nossa família mas, também as outras famílias do grupo de agroecologia. Quem organizava e fazia esse processo de gestão era nós, a nossa família. Era uma das minhas tarefas, organizar essa questão das cestas, a gestão dos pedidos e o Sadiel fazia as entregas, então, sempre teve essa divisão, tanto no aspecto das plantas medicinais quanto da horta e das cestas. Embora tivesse uma divisão, a gente sempre tentou trabalhar no aspecto da cooperação, de ajuda mútua, de organização do trabalho. Tentava não fazer só na lógica da divisão sexual do trabalho, mas no sentido da cooperação (THAILE, 2023).

Além da cooperação entre as famílias produtivas, a organização das cestas e da feira possibilitou uma rede de intercooperação, uma vez que esta organiza, por meio do diálogo direto, as demandas de oferta e procura dos alimentos produzidos no assentamento. Baggio (2009, p. 32) assim define a intercooperação:

Além de ser um princípio doutrinário do cooperativismo é uma modalidade de colaboração entre cooperativas de âmbito local, nacional e internacional com objetivos de melhor servir os interesses de seus associados e de suas comunidades. A intercooperação favorece a aplicação de aspectos relevantes da filosofia das cooperativas tais como a solidariedade (ajuda mútua) e a expansão do cooperativismo.

A intercooperação ocorre por meio da organização das cestas agroecológicas, pois, ao organizar a entrega direta aos consumidores, as famílias produtoras se

³⁷ As cestas agroecológicas foram criadas por meio da organização do grupo e consistiram em ordenar, junto aos agricultores, uma lista de itens produzidos nas unidades e disponíveis para a comercialização para, assim, divulgá-los em redes sociais e em grupos de consumidores. Estes escolhem os produtos a serem comprados, encaminham o pedido pelo WhatsApp do responsável dos agricultores, que junta os pedidos. Cada agricultor colhe os alimentos e, juntos, montam as cestas que são entregues nas casas dos consumidores. (DIÁRIO DE CAMPO, 2023).

vinculam às consumidoras, possibilitando que alimentos de qualidade cheguem à mesa das pessoas.

Essa experiência, tanto das feiras quanto das cestas, ela cria uma relação direta entre produtor e consumidor, que é o que a gente chama de circuito curto de comercialização, que aí você não tem atravessadores no meio do processo entre quem produz e quem comercializa, porque são os próprios agricultores, que é um processo de cooperação entre quem produz e quem consome. Isso foi muito bacana porque você vai afinando a relação entre produtor e consumidor, porque o consumidor vai conhecer quem produz, como produz, onde produz os alimentos que ele adquire e que ele vai consumir, então, eu entendo como uma relação de cooperação também (THAILE, 2023).

Os processos formativos aliados a uma práxis cotidiana dos movimentos sociais vêm construindo as múltiplas possibilidades de que a agroecologia se materialize. Assim, a agroecologia também pode ser compreendida como uma ideologia. “A ideologia agroecológica, na verdade, é sua força, o que move a mudança e a construção de outras formas de pensar.” (CANUTO, 2011, p. 2). De acordo com Ângela, ao passo em que se compreende e que se incorpora em sua vida essa associação da agroecologia como princípio ideológico, caminha-se rumo à conscientização quanto à importância da relação intrínseca da terra com a vida:

Quem está na agroecologia por ideologia está consciente do teu papel na terra e você permanece, independente dos processos de crise que vier. Eu, por exemplo, enfrentei processos de crise, porque além de trabalhar no lote, eu sempre tive um processo de trabalho voluntário na comunidade, participação no movimento e eu nunca desisti da agroecologia por não ter dinheiro, porque pra mim é um modo de vida, o jeito que eu vou respeitando as outras espécies (ÂNGELA, 2023).

Para Ângela, a agroecologia é compreendida também como um modo de vida, e essa compreensão é oriunda dos processos da práxis formativa, da combinação entre conhecimento teórico e prática produtiva mas, principalmente, em uma nova forma de olhar para o outro/outra, o meio ambiente natural e as relações que se estabelecem entre humanos e natureza.

Pra mim, é um modo de vida, que não está ligado unicamente ao sistema de produção. Pra mim, uma pessoa pode ser agroecológica morando dentro da cidade, desde que ela respeite, consiga respeitar as outras vidas, que ela tenha outros hábitos. Agroecologia não é só produzir, pra mim é um conjunto de coisas que precisam ser respeitadas, dentro da agroecologia [...] todo

mundo tem uma importância e eu sou mais um, mas eu penso, então, eu tenho capacidade de mudar alguma coisa. Por isso que eu me diferencio dos outros seres que estão ali, porque eu tenho a capacidade de pensar e modificar as coisas, mas a agroecologia pra mim é um modo de vida com respeito, onde você tem a capacidade de pensar e de respeitar as outras espécies de vida, de produzir alimentos de um jeito diferente e não contaminar, mas deixar o ambiente melhor do que você pegou (ÂNGELA, 2023).

A agroecologia pode ser construída em diferentes formas, desde a produção de alimentos, o cuidado com o meio ambiente, até práticas que contribuam para a valorização da vida. Juliana afirma que, mesmo não tendo tempo para mexer com a terra e com a produção de alimento, identifica-se como camponesa: “O ser camponesa é essa identificação que você tem com o campo e essa vinculação que você tem com os processos do campo.” (JULIANA, 2023). Ressalta, ainda, que a “sua missão e contribuição com a agroecologia pode estar direcionada a uma prática pedagógica de educação do campo que aponte para este projeto agroecológico transformador” (JULIANA, 2023).

A construção do saber agroecológico contribui para a construção de identidade do ser camponesa, que se vincula com o campo, que estabelece uma ligação com a realidade do campo, e pode estar vinculada a outras práticas de valorização da vida camponesa. Juliana ressalta que atuar na educação do campo também a constitui camponesa:

Eu acho que é fazer a educação do campo. Então, eu sou camponesa, tentando ser, o máximo possível, de melhor, uma educadora do campo, trabalhando com conhecimento, trabalhando com a dimensão formativa dentro do campo. Então, para mim, isso, por exemplo, é ser camponesa (JULIANA, 2023).

Ângela destaca que a sua inserção em processos formativos sobre a agroecologia ocorreu quando ela estava há apenas 2 anos no acampamento, na sua participação da 1ª Jornada de Agroecologia³⁸, e ressalta que esse espaço foi marcante e contribuiu imensamente para a decisão familiar e pessoal de que a produção e a organização da vida deveriam estar enraizadas na agroecologia e que

³⁸ "É uma articulação estadual do MST que tem as grandes discussões, debates, análises de conjuntura, oficinas, espaços de troca de semente, de troca de experiência, é uma articulação grande da agroecologia." (ÂNGELA, 2023).

esse era o caminho a seguir. Enfatiza que os processos formativos junto ao Coletivo Agroecológico do Paraná fez com que ela despertasse para a pertença agroecológica.

O que mudou minha vida foi a agroecologia, o que mudou minha concepção de pensar, o que me mudou como ser humano foi a agroecologia, foi você se entender e se enxergar como um ser muito pequeno e que tem uma tarefa dentro de um ambiente, por exemplo, hoje eu me enxergo assim, eu estou aqui na Terra para deixar um ambiente melhor do que eu peguei, isso foi a agroecologia que me proporcionou, a direção, o Coletivo de Mulheres, os outros espaços todos são importantes, mas a agroecologia para mim é o principal. (ÂNGELA, 2023).

Atualmente, a unidade de produção da família de Ângela é totalmente agroecológica e, além da produção, organizam na comunidade uma agroindústria de processamento de alimentos, de panificação e de cestas de comercialização (DIÁRIO DE CAMPO, 2023).

A identidade camponesa é assumida por Ângela em uma perspectiva de pertença à vida no campo: “É a minha identidade, de produzir meu alimento, é o meu lugar, o lugar que eu me sinto feliz, é minha terra, os meus bichinhos, meus cachorros, eu acho que é todo o conjunto que me torna uma camponesa, é a minha identidade” (ÂNGELA, 2023). E essa identidade se forja nos processos vivenciados, seja por meio da formação ou pela prática cotidiana.

A formação quanto aos saberes agroecológicos amplia a visão de mundo das sem-terra, permite a compreensão de que a efetivação da agroecologia como projeto político contribui para mudanças culturais e políticas, as quais se materializam nas práticas e transformam a realidade e a forma de se ver e se relacionar com o campo. Juliana ressalta que a formação impulsiona mudanças na forma de identificação com o campo e essas mudanças subjetivas ocorrem em diferentes dimensões dos seres humanos. Juliana (2023) enfatiza as mudanças que podem ser:

[...] afetiva, cultural e política, porque, até hoje, a minha atuação ela foi toda voltada ao campo, então, tem o campo como espaço da minha vida e que eu quero transformar. Eu acho que isso é ser camponês, o camponês tem uma discussão enquanto classe, e eu imagino que a minha contribuição pra essa classe camponesa é essa, é dentro da luta política, é dentro da educação, não necessariamente precisa ter essa vinculação com a agricultura.

Como citado anteriormente, os processos formativos das entrevistadas percorrem caminhos distintos e múltiplos que, por vezes, se entrecruzaram, e os debates quanto à produção agroecológica foram sendo abarcados e compreendidos nesse processo. Na ERM, a agroecologia foi uma das temáticas presentes em todas as turmas, sendo esta pautada pelas próprias sem-terra, as quais buscam construir e acumular conhecimentos quanto às formas de melhorar as condições de vida no campo, na valorização da produção feminina (a qual compõe grande parte da produção de subsistência familiar), além de consolidar a autonomia econômica. Thaile elenca aspectos da importância das abordagens acerca desse tema na Escola.

Foi um dos primeiros espaços que eu tive contato na formação teórica sobre essa temática e sempre a escola fez esse esforço de articulação entre a teoria e a prática trazendo não só a formação teórica, mas as oficinas práticas. [...] A gente identificava como necessidade para avançar a agroecologia nas comunidades, foi muito importante e, com certeza, contribuiu para a minha formação e para a minha construção como mulher feminista, camponesa, agroecologista, porque na medida que trouxe elementos tanto teóricos quanto práticos, foi incorporando à minha formação e à minha construção como sujeita, como mulher camponesa, feminista e também agroecologista. (THAILE, 2023).

Juliana ressalta que as abordagens iniciais sobre a agroecologia na ERM foram “nessa concepção de contribuir com a autonomia das mulheres, inclusive a autonomia econômica, da diversidade da produção, da questão ambiental e da saúde” (JULIANA, 2023). Ela salienta ainda que “os avanços para uma perspectiva de efetivação da agroecologia como projeto de sociedade só acontece em uma perspectiva de reorganização das relações de gênero, sem violência, e com um campo livre de violências” (JULIANA, 2023). Não se constrói a agroecologia em territórios que não estão libertos das amarras capitalistas.

Os debates e os processos formativos realizados na Escola, no que tange à agroecologia, por vezes, não são passíveis de quantificação, entretanto, ocorrem de formas diversas, uma vez que, por meio da subjetividade de cada mulher, essa perspectiva vai sendo incorporada em suas vivências, resignificando sua corporeidade.

Toma-se como exemplo de resignificação sobre o agir agroecológico a decisão de Juliana em não utilizar agrotóxicos, por exemplo, no seu lote: “quando eu fui para acampamento, eu decidi que eu faria parte do grupo de orgânico e do tempo que eu fiquei, 1 ano que a gente foi pra o lote, eu também decidi que eu não ia usar

veneno” (JULIANA, 2023). Essa fala reflete o compromisso com a determinação da conscientização, resultante da formação com a agroecologia.

Observa-se que os processos formativos e de despertar para a agroecologia implicam em repensar a lógica produtiva nas unidades de produção camponesas, uma vez que a organização do trabalho deve inserir os diferentes sujeitos e sujeitas que compõem as vivências naquele espaço. “Só é agroecologia se a mulher tiver espaço de se desenvolver [...] porque, na agroecologia, todo mundo tem que ter espaço, se não tiver espaço, não é agroecologia” (ÂNGELA, 2023). Assim, os debates e os estudos realizados na ERM fomentam a perspectiva de construção de novas relações de trabalho e de vida para a efetivação da agroecologia.

Agroecologia é um modo de vida, uma ideologia que, por meio da práxis, ressignifica a vida, em que as mulheres assumem protagonismo como sujeitas de suas desconstruções e reconstruções subjetivas e coletivas. Esses processos de ressignificação, portanto, necessariamente alteram a forma como as mulheres se compreendem e se constituem em sua corporeidade.

5.5 A CORPOREIDADE DAS MULHERES EM MOVIMENTO

Percorrendo a trajetória subjetiva das mulheres sem-terra é possível observar heranças históricas e sociais da cultura patriarcal sobre o corpo feminino. Compreender como os seres humanos se constroem no decorrer de suas histórias como corpos biológicos que se transformam influenciados pelo sentir e pelo pensar, influenciados por aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, produtivos e reprodutivos, é um desafio e passa a ser central nas reflexões a seguir.

Diante disso é que será abordada a forma como os processos de formação no MST e da ERM contribuíram na construção ou na reconstrução da corporeidade das mulheres sem-terra.

Por meio do corpo é que se materializa a existência humana e sem este corpo não se existiria. Gebara (2010, p. 94, grifo da autora) auxilia nessa reflexão afirmar que:

Tudo é corpo e não há nada fora do corpo. Mesmo os processos ditos espirituais são processos a partir do corpo. E quando se diz “corpo” há que

pensar no plural, nos corpos, na relação e interdependência entre todos eles. Há que pensar que a história humana é também a história da relação entre diversos corpos convivendo de forma ora harmônica ora beligerante ora amorosa na luta cotidiana pela sobrevivência.

Cabe ressaltar que sobre os corpos femininos estão inscritos processos opressores e excludentes, oriundos da cultura patriarcal, que consiste na subordinação e na objetificação dos corpos, condicionando-os, muitas vezes, à insignificância ou até à domesticação.

As mulheres, até pouco tempo, faziam parte da história oficial da humanidade apenas como coadjuvantes, com raras exceções. O comum era o desprezo da condição feminina, em relação à inferioridade das mulheres diante dos homens e, ao mesmo tempo, sua incapacidade de participação da vida pública, assim como da ciência ou do mundo do conhecimento. (ANGELIN ; HAHN, 2019, p. 49).

Diante do exposto, salienta-se que a história social das mulheres foi sendo construída por muita luta e resistência para assegurar sua visibilização, sua condição de sujeita de direitos, como ser social, político e cultural. São esses processos que formam a corporeidade feminina que, muitas vezes, é marcada pelos processos de violências vivenciados pelas mulheres não apenas nos corpos, mas nos sentimentos, nas ações, inclusive em outras gerações herdadas e inscritas em nossa memória ancestral, ou seja, na corporeidade feminina. Nesse viés, Juliana assevera:

Tudo que eu fui sofrendo de opressão, do que eu enquanto mulher fui sofrendo, mas também que eu percebo que as mulheres historicamente foram sofrendo de opressão, elas vão se cristalizando no corpo também, inclusive, eu acredito nessa ideia de que passam de geração pra geração, no sentido de tanto que é a tua experiência com aquela situação, aquilo se torna até biológico, sabe? Não sei se tem uma teoria da psicologia que fala que isso existe, mas eu acredito nisso (JULIANA 2023).

Os processos históricos de opressão, como marcas que compõem a subjetividade e a corporeidade feminina, constituem uma identidade oprimida e subjugada pelo contexto social e pela cultura patriarcal:

A opressão das mulheres baseia-se em uma série de estruturas normativas rígidas, dispositivos sociais, costumes, crenças internalizadas, medos inconscientes e estruturas simbólicas que limitam fundamentalmente a possibilidade de sermos nós mesmas. (AGUILAR, 2011, p. 176, tradução nossa).

A opressão sobre o corpo feminino se materializa de múltiplas formas, tendo forte presença na educação familiar centrada na estrutura patriarcal e que coloca as mulheres em condição de inferioridade à figura masculina, seja nos espaços de militância e de inserção na luta, nos quais, por vezes, as mulheres são questionadas sobre sua capacidade de atuação, seja nos padrões estéticos considerados ideais ou na objetificação dos corpos. Essa opressão também se evidencia por meio dos relatos apresentados nas entrevistas.

Juliana (2023) aponta como essa opressão se materializou em suas vivências a partir da forma como foi educada para atender ao padrão de submissão constituído culturalmente sobre a figura feminina, e como isso interferiu na sua corporeidade:

Quando a gente é colocado na caixinha, e como que tudo que a gente sofre de opressão ela se materializa no nosso corpo, pra mim, enquanto sujeita, eu percebo que é a minha postura, o jeito de andar, o jeito de olhar para as pessoas, o jeito de sentar. [...] Eu era tímida ao ponto, assim, de ter vergonha de passar por um lugar que tivesse pessoas, acho que tudo era fruto de um processo histórico de repressão.

A reprodução de valores machistas que compreendem o corpo feminino como objeto, erotizado, e a serviço do prazer, se manifesta culturalmente nos espaços do MST. Mesmo sendo o movimento um sujeito coletivo que tem construído debates e ações de combate à violência de gênero, em seu interior, as pessoas agem influenciadas pela visão construída socialmente.

Juliana relata uma das situações vivenciadas em um espaço coletivo e a decisão que precisou tomar com relação à preservação subjetiva foi de trocar a roupa que vestia para não ser questionada. Por vezes, a repressão feminina vem direcionada ao corpo “eu já percebi também na minha história, quantas vezes a violência chegou em mim, como uma repressão do meu corpo” (JULIANA, 2023).

Em contraposição à postura machista, Juliana aponta, ainda, o autocuidado entre as mulheres como forma de defesa e de um enfrentamento velado, porém, realizado no MST em outros momentos, ao passo que se avançam construções internas no que se referem às relações de gênero.

Na minha primeira posse da direção estadual, eu coloquei um *shorts* curto, e tudo mundo estava com a camiseta do movimento para participar da mística. E aí eu coloquei um *short* curto, porque é calor lá em Maringá/PR, e aí, quando eu saí do banheiro, que tinha tomado banho, coloquei aquele *short* curto, todo mundo de calça *jeans*, todas as companheiras de calça *jeans*, todo mundo com a camiseta do movimento, quando eu saí do banheiro, todo mundo começou a me olhar. Quando eu percebi, aí eu perguntei o porquê, e aí me falaram: você vai assim pra posse da direção? É um espaço formal e aí eu comecei a me questionar com a minha cabeça de jovem, não tinha pensado que tinha algum mal em eu tá de *short* curto, e aí, eu cheguei pra companheira que eu mais confiava, pedindo opinião e ela disse assim: “Ju eu não vejo problema nenhum, porém, eu te faço uma seguinte reflexão, se você quer ir de *short* curto vá, mas você vai bancar psicologicamente os comentários, vai bancar os comentários que as pessoas vão fazer, tá disposta aceitar a crítica que o nosso movimento ainda é muito machista, vai aguentar, vai suportar?” Aí eu fiz a reflexão e pensei: ela não tá me discriminando, a companheira que eu confiava, mas ela tá tentando me preservar emocionalmente, porque realmente eu não ia aguentar aquela situação, eu preferia não bancar, aí eu fui lá e coloquei uma calça (JULIANA, 2023).

Juliana discorre também sobre a dicotomia entre a erotização dos corpos e os corpos recatados e puros. Como exemplo, cita: “tipo um companheiro que ele disse, [...] tava numa discussão e tal e ele quis me abalar e ele disse assim: não, mas espera aí, você não sabe como você anda quando você fala no espaço do movimento, você anda de vestido e você sabe que todo mundo vê sua calcinha?” (JULIANA, 2023). Assim, percebe-se que há a imposição do corpo objeto de poder e a necessidade desse corpo estar escondido e preservado.

Com isso, percebe-se como as militantes dos movimentos sociais travam batalhas internas para que a sua postura política se sobressaia às opressões que busquem a desmoralização e a desvalorização feminina por meio de ataques, e às ofensivas sobre os seus corpos.

No que tange à opressão, reflete-se sobre como os processos formativos contribuem na compreensão desse aspecto feminino que possibilita um novo olhar, uma nova forma de se posicionar e uma nova perspectiva corporal, e ressalta-se que a formação na ERM contribui com o processo de autoconhecimento e de autocompreensão da subjetividade. Conforme Thaile:

Entender as relações de gênero, os processos de opressão, as diferentes formas de violência que a gente vivencia na sociedade capitalista, do patriarcado, do machismo, da imposição dos padrões, dos modelos e dos corpos, foi tanto no sentido do autoconhecimento e da autodescoberta quanto de desvelar as relações coletivas mais amplas que envolvem essa questão do corpo, por exemplo, então, para mim, foi fundamental para eu entender o

meu papel e a minha condição como mulher na sociedade que a gente vive e a condição do nosso corpo nesse processo todo (THAILE, 2023).

Os processos formativos contribuem para o conhecimento do próprio corpo “me compreender como mulher e o meu corpo nessa história e nessa teia de relações, com certeza, mudou a minha forma de compreender as coisas, de se conhecer o próprio corpo” (THAILE, 2023). Compreende-se que é por meio do corpo que a vida acontece, ou seja, que o corpo é território. “A ideia de corpo-território evocada pelas mulheres indígenas no Brasil também reafirma o território como condição necessária à existência, entendida aqui como base para garantia da reprodução social do povo.” (CHAVES, 2019, p. 55). Ou seja, o corpo precisa ser liberto, feliz para a existência humana.

Outra dimensão vivenciada na ERM, foi abordada por Ângela em sua participação como educanda da 1ª Turma. Ela destaca que uma das questões mais significativas despertadas pelo processo formativo encontra-se no âmbito da subjetividade individual, mas também coletiva. Ressaltou o potencial de brotar ressignificações afetivas, de cuidado, de carinho, de criação de memórias afetivas que perpassam o fazer dessa experiência (ÂNGELA, 2023).

Considera-se a ERM como um espaço de formação que ultrapassa os limites do pensar, alcança um patamar de sentir, ou do sentipensar, o qual valoriza esse conjunto formado pelo sentir e pelo pensar, que ressignifica a forma como se vivem as experiências. Sobre o conceito de sentipensar, destaca-se:

o processo mediante o qual colocamos para trabalhar conjuntamente o pensamento e o sentimento [...], é a fusão de duas formas de interpretar a realidade, a partir da reflexão e do impacto emocional, até convergir num mesmo ato de conhecimento a ação de sentir e pensar. (TORRE, 2001, 1).

A possibilidade de olhar para a vida com a sensibilidade de perceber-se, mas também perceber a outra de forma afetiva, criando registros e memórias afetivas, marca a trajetória das mulheres que participam da Escola. Esse processo implica em elas se reconhecem enquanto seres humanos em uma complexidade de “sentires”, de “experimentares”, de “vivenciares”. Assim, o ser humano torna-se indissociável nos âmbitos afetivo-emocional e cognitivo. “Se quiser conhecer a emoção, observe a ação e se quiser conhecer a ação, veja a emoção” (MATURANA, 1995, p. 248). Ângela

compartilha um momento simbólico que marca a sua corporeidade e ressignifica e desperta a dimensão efetiva a partir da ERM:

Inclusive, eu tenho uma história muito interessante, eu tenho muita orquídea lá em casa e é da primeira Escola de Mulheres, porque tinha uma dinâmica que cada mulher levava um objeto, algo que representasse ela para passar para outra mulher, você ia trazer um pedacinho de uma outra mulher para tua casa, eu ganhei uma orquídea da Nega, agora na última Escola de Mulheres, e eu levei uma muda da orquídea para passar para outra pessoa. Coisa muito simples, mas que eu sempre vou lembrar da Escola de Mulheres quando eu chego na minha casa e vejo a orquídea, eu lembro da Nega, isso é simples, mas, pra mim, tem um valor muito grande, eu me apeguei à minha orquídea por causa dela, é um sentimento que não é pra explicar, era para sentir. (ÂNGELA, 2023).

Na ERM, o sentir é mais evidente, pois cria-se um ambiente de acolhimento, de partilha, de cumplicidade. As mulheres se encontram em uma condição de igualdade, “você se reconhecer como mulher camponesa e se colocar em pé de igualdade, com todas as dificuldades de sofrimento e de sentimento que cada uma tem que é diferente, mas lá no espaço da Escola de Mulheres você conseguir reunir e discutir, debater” (ÂNGELA, 2023). São distintas as experiências individuais oriundas de processos opressivos, reflexos da sociedade patriarcal e machista que encontram junto à coletividade das turmas um ambiente de partilha, de acolhida coletiva.

Então, a Escola de Mulheres tinha muita afetividade, você aproximar as mulheres a partir desse sentimento para a afetividade, você está em pé de igualdade, são todas mulheres com quase os mesmos problemas, essa questão do que a Escola de Mulheres trabalhava a questão da afetividade, pra mim é fantástico, porque o que a Escola de Mulheres traz eu tenho até hoje, que pra uns pode não representar nada, mas pra mim é uma simbologia que representa muito, que faz eu me lembrar, é uma memória (ÂNGELA, 2023).

Ao valorizar cada experiência de partilha das mulheres, pode-se afirmar que o ambiente da Escola se configura como um espaço em que se permite sentir e pensar de forma subjetiva e coletiva, pautando a importância das emoções na constituição da razão.

Juliana ainda discorre sobre a importância da formação humanizada e as implicações e transformações que ocorrem na vida das mulheres, na construção de

uma identidade coletiva, na construção da sororidade³⁹ feminina, a partir da inserção da formação da ERM:

Uma visão humanizada de companheirismo, de relações de solidariedade e de se fortalecer enquanto mulher que, muitas vezes, não acessa em outros processos de formação. Então, eu acho que isso muda a nossa perspectiva com a gente mesmo e muda o olhar das nossas companheiras. Eu acho que eu me sensibilizei muito no olhar que eu tenho para as outras companheiras, para as condições que elas têm dentro do movimento pro processo de formação delas, e pra pensar essa inserção política delas também, a partir da Escola de Mulheres. Então, para mim a Escola de Mulheres é um diferencial e é claro, é uma oportunidade da gente também ter acesso a debates que a gente não tem em outros espaços nessa perspectiva do feminismo (JULIANA, 2023).

Juliana identifica, ainda, que os processos formativos vivenciados na Escola contribuíram para mudanças e transformações libertadoras de sua corporeidade, na medida em que possibilitam reflexões dos processos de opressão e das formas de superação e desconstrução coletiva, para caminhar na perspectiva da ressignificação das inscrições corporais mais livres, autônomas e empoderadas.

E esse processo que eu vivenciei dentro do movimento, ele me fez mudar, ser outra, ter outra postura com o meu corpo. O processo de formação de gênero, mas também o processo de formação humana, por exemplo, eu participar do teatro, foi algo que a dimensão artística que a gente também acessou dentro do movimento. Eu acho que é muito simbólica, para a gente libertando o nosso corpo (JULIANA, 2023).

Juliana aponta como as vivências coletivas contribuem para uma ressignificação e uma nova perspectiva de compreender as relações sociais, a corporeidade.

Você tá junto das pessoas, você perceber que não existe o ideal, existe as pessoas, existe a organização que tem um jeito de fazer as coisas, tem princípios, tem valores, tem um método de organização, mas que a gente lida com uma diversidade muito grande de pessoas e percebe o quanto que o coletivo e a conjuntura ela vai agindo e você ver que é um contexto muito rico. Então, acho que, no acampamento, você tá no meio das pessoas, no trabalho de base dentro do acampamento e aí, depois, a tarefa internacionalista, acho

³⁹ Sororidade é uma “dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia subjetiva de las mujeres que las conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política, cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento vital de cada mujer” (Lagarde y de Los Ríos, 2016, p.21).

que também mudou muito a minha história ir para uma tarefa em outro país, foi um contato com outra cultura que expandiu muito a minha vida, acho que foram os principais processos de formação (JULIANA, 2023).

Os seres humanos ressignificam sua corporeidade quando compreendem que a agroecologia é um potencial na construção de uma nova relação entre os seres e o meio ambiente natural.

Quando eu decidi fazer agroecologia, não usar mais veneno, eu estava pensando no corpo, porque eu pensei na estrutura física da Érica (filha), ela nasceu com problema cardíaco, e a estrutura dela, era o físico dela que estava com problema, então, você vai tomando as tuas decisões também pensando no teu corpo físico, na tua saúde física, eu não quero ter um câncer, eu quero que o meu corpo seja saudável (ÂNGELA, 2023).

A corporeidade, em uma perspectiva agroecológica, é a compreensão de que o corpo biológico é a casa e que precisa estar saudável para lutar pela transformação social. Esse corpo precisa estar preparado para contribuir na modificação do espaço/território que se habita, transformando-o e consolidando novos valores. Ângela enfatiza:

Eu quero que meu corpo seja saudável pra participar da luta, eu quero contribuir mais tempo no processo da luta, se surgir um acampamento, eu quero participar com qualidade, eu quero que o meu corpo esteja atuante dentro da comunidade, mas, pra isso, a forma que eu vou cuidar também do meu corpo, o meu corpo serve para servir a mim e servir à luta e à agroecologia. Meu corpo tem que servir para modificar o espaço em que eu estou para melhor, que é esse o meu objetivo, o espaço de terra que eu peguei. Vamos pensar o espaço físico: eu peguei um espaço físico de terra que, naquele período, era degradado, eu tenho um objetivo e é o meu corpo que vai fazer, que vai trabalhar, que vai agir, então, eu tenho que cuidar do meu corpo pra transformar também o espaço em que eu estou vivendo naquilo que eu projetei que é importante (ÂNGELA, 2023).

A ressignificação da corporeidade feminina alcança patamares distintos por meio da inserção subjetiva em espaços coletivos, especialmente em um espaço como o da ERM, que é construído pelas mulheres, com base em suas demandas, e que busca contemplar, abordar e potencializar debates, reflexões e práticas que considerem as dimensões sociais, políticas, econômicas, cognitivas, culturais, fisiológicas, humanas, produtivas e espirituais.

Por meio dos processos formativos, as mulheres se reconhecem como corpos coletivos, como corpos-territórios que precisam ser valorizados, cuidados, e forjados

para a luta. Esses corpos-territórios resistem e se forjam para a construção de relações igualitárias e libertárias. As mulheres dos movimentos sociais do campo avançam na construção do que denominam de Feminismo Camponês e Popular como proposta de luta e libertação das mulheres camponesas.

Esse processo de ressignificação rompe com padrões sociais e culturais e reestabelece o respeito à diversidade, a todas as formas de ser e de amar, criando elos e laços a partir de questões comuns que passam a ser pautadas coletivamente, em um processo de fortalecimento e de independência feminina, na valorização da vida, em um processo de ressignificação da corporeidade subjetiva e coletiva, e na construção de corpos-territórios livres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que esta pesquisa foi um processo contínuo, desafiador e instigante. Adentrar nas vivências femininas condiciona a revisitação da própria subjetividade, em caminhar por um terreno marcado por múltiplas experiências pessoais que se fundem às das entrevistadas, pois sendo mulher, vivencia-se as mesmas mazelas dessa sociedade patriarcal e machista. Nessa perspectiva, a primeira constatação apontada é que a pesquisa desencadeou um processo de ressignificação da corporeidade subjetiva e coletiva também na pesquisadora.

O objetivo central foi entender qual é a influência do processo formativo na ERM na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade feminina. Para tanto, foi percorrido um caminho de compreensão do MST como sujeito formador, refletindo sobre os processos de luta pela terra no Brasil, no Estado do Paraná e na Mesorregião Centro-Sul, mais especificamente, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Evidenciou-se e analisou-se a participação das mulheres no bojo da organização, na constituição de processos formativos femininos, bem como refletiu-se sobre as corporeidades das mulheres sem-terra e os saberes agroecológicos.

Ao buscar compreender a luta pela terra e pela Reforma Agrária, analisando com maior ênfase a organização e a luta do MST no Brasil e na referida região, constatou-se que o processo de divisão de terras e a terra como mercadoria predominou na história brasileira, inicialmente, na divisão das capitânicas hereditárias e, posteriormente, com a Lei de Terras, em que maior parte dos territórios estão concentrados nas mãos de poucos, em uma dicotomia com um grande contingente de trabalhadores sem-terra (LEITE, 2017); (MORISSAWA, 2001). Identifica-se, assim, a importância da luta pela Reforma Agrária para assegurar o acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras.

Foi analisado e identificado como as mulheres participam do MST e como essa participação vai forjando processos de auto-organização intrínsecos ao movimento, com o objetivo de visibilizar e efetivar a participação feminina no bojo da organização. A pesquisadora conhece a experiência de formação de mulheres sem-terra na organização do processo formativo denominado Escola Regional de Mulheres, e tece reflexões quanto às contribuições dessa formação para a construção dos saberes e

das práticas agroecológicas, bem como para a constituição da corporeidade dessas mulheres. Foram registradas narrativas de histórias de vida de jovens mulheres sem-terra com vistas a visibilizar o protagonismo feminino nas lutas do MST na região, bem como possibilitar, por meio da construção das narrativas, que as histórias fossem contadas e escritas por elas mesmas.

No primeiro capítulo, foi abordado o percurso teórico metodológico dos caminhos percorridos na pesquisa, em que se refletiu sobre a identificação da autora com o tema e sobre a metodologia utilizada, enfatizando a construção de narrativas e histórias de vida como forma de visibilizar as mulheres na luta pela terra.

Além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, foram anotados fragmentos de histórias de vida de três jovens mulheres sem-terra e construídas narrativas com elas, com o auxílio de entrevistas semiestruturadas, o que possibilitou o protagonismo feminino no registro de suas histórias (ULRICH, 2006), e a possibilidade de revelar a condição humana através da experiência de contar as suas histórias (GEBARA, 2000). Suas memórias se entrelaçaram em espaços de militância e de organização no MST evidenciando que, ao se unirem em coletivo, as mulheres se fortalecem mutuamente e fortalecem a coletividade da organização.

O segundo capítulo teve como propósito apresentar um breve histórico da constituição do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e um histórico de lutas do MST nas esferas nacional, estadual e regional, destacando a participação das mulheres nos processos organizativos e na formação da luta pela terra.

A construção da pesquisa ocorreu por meio do diálogo de saberes em momentos de aprofundamento e de compreensão teórica, mas também de escuta das narrativas das histórias de vida, do registro da experiência na formação da ERM. No decorrer da pesquisa observou-se que as experiências de vida são janelas que abrem um mundo, e que ouvir se torna fundamental para a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento. As entrevistadas passaram a ocupar o lugar de coautoras da pesquisa, na medida em que contribuíram com a troca de saberes e experiências fundamentais para a conclusão do presente estudo.

A pesquisa possibilitou a compreensão da importância da luta pela Reforma Agrária e de como o MST se consolida em sua estruturação na formação como um processo constante que ocorre desde a inserção no acampamento e transcorrem em

todos os espaços de luta e de organização. O MST se constitui como sujeito social formador que se materializa por meio do seu método organizativo e na constituição da identidade do sem-terra (CALDART, 2001), uma vez que o sujeito e a sujeita sem-terra se inserem no movimento, em que vivenciam diversos processos formativos e despertam para a importância da luta, não apenas da Reforma Agrária mas também da transformação social.

Observou-se, por meio da pesquisa, que as mulheres sem-terra estão presentes na estruturação desde a gênese do movimento, entretanto, o MST é um organismo inserido na sociedade que reproduz valores patriarcais, e esses refletem-se na organização, uma vez que, com frequência, as mulheres encontram-se marginalizadas nos espaços de tomada de decisão sejam estes na participação das instâncias ou, então, em alguns setores como o de produção e dos processos formativos (ESMERALDO, 2007), (MORISSAWA, 2001).

Todavia, a análise quanto à organização dos sem-terra aponta para um avanço na perspectiva de construção de novas relações de gênero e que as mulheres assumiram as lideranças nessas discussões por meio da organização do Coletivos de Mulheres, do Setor Nacional de Gênero e nos processos de formação (ESMERALDO, 2007), pautando, internamente, o movimento para a necessidade de mudanças na forma de conceber a participação igualitária das sujeitas e dos sujeitos sem-terra.

No terceiro capítulo, são abordados os conceitos de agroecologia e a perspectiva de diálogo de saberes e é feita uma reflexão acerca das práticas formativas do MST, enfatizando a experiência de constituição da ERM do movimento, formação esta organizada pelas mulheres da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, assim como as bases teóricas que orientam a pedagogia do movimento. Foi apresentado um aporte teórico sobre a reflexão da construção histórica e social dos corpos e da corporeidade feminina.

No que tange à agroecologia, observa-se que, desde os primórdios da agricultura, as mulheres estavam presentes (GUHUR, 2021) (SILIPRANDI, 2009) e que elas, historicamente, foram detentoras de grandes conhecimentos, ou seja, de saberes agroecológicos oriundos das práticas e da observação (PACHECO, 2002).

Entretanto, com o advento da “modernização da agricultura”, com a integração da agricultura à indústria, com a incorporação de um pacote agroquímico, com a

concentração e a exploração das terras para produção de monocultivo, utilizando-se principalmente de maquinarias (DELGADO, 2020), ocorreu um processo de masculinização do campo e as mulheres foram, cada vez mais, marginalizadas na produção. A agroecologia, contudo, se consolidou em uma perspectiva antagônica ao modo de produção capitalista do agronegócio.

A agroecologia vem se reconstruindo à medida que incorpora conhecimentos socialmente construídos com saberes de diferentes ciências, por meio de uma experiência transdisciplinar e holística (CAPORAL, 2009). Materializa-se por meio da práxis social, que ocorre no diálogo de saberes entre a construção do conhecimento agroecológico, em que os processos de elaboração de novos saberes sobre a agroecologia são formados a partir do diálogo entre os conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras e o saber técnico-acadêmico (SANTOS, A., 2007). Esse modo de produção rompe com a lógica de ser uma prática apenas produtiva e alcança um patamar de transformação social.

Ressalta-se que os movimentos sociais têm buscado consolidar a perspectiva da agroecologia como um projeto de vida, uma ideologia, na qual pautam-se não apenas a produção de alimentos saudáveis, mas a preservação ambiental, as relações de gênero igualitárias, os acessos à terra e a condições de produção e vida digna no campo, e a transformação social.

Quando corporeidade é enfocada, parte-se da compreensão que, de maneira histórica, na sociedade, os corpos foram sendo constituídos nos âmbitos social, político, econômico e cultural, formas essas distintas no que se refere à figura masculina e feminina. As mulheres ocuparam um posto de inferioridade diante da figura masculina no que se refere às diferentes dimensões, ou seja, nas relações de trabalho e econômicas, na autonomia e na liberdade do corpo, na família, no acesso à educação e à formação. De acordo com Lagarde (2001), o patriarcado se apresenta como uma ordem social de poder, um modo de dominação, que assegura a supremacia masculina sobre a feminina. As mulheres são reféns de uma condição de submissão diante da figura masculina.

Quando refletido que as pessoas são corpo e que, por meio dele vivem e experienciam o mundo, compreende-se que a sua corporeidade se constrói influenciada por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, nos quais esses

corpos estão inseridos. A representação das ações, do pensar e do viver reproduzem essa identidade corporal ou essa corporeidade.

A corporeidade é a forma como ressignifica-se o olhar para o corpo feminino, ou seja, é a valorização das relações humanas, reconhecendo a subjetividade (DEIFELT, 2002) e que, por meio de vivências e experimentações, do sentir, do pensar e do agir, são materializadas. Essa ressignificação perpassa pela perspectiva de as mulheres se constituírem como um corpo feminino coletivo que se identifica, se soma e se fortalece.

No quarto capítulo, foi abordada a práxis das mulheres no processo formativo do MST e na ERM na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade. Compreende-se que, por meio da práxis formativa, consolidam-se processos agroecológicos pautados na produção de alimentos, na cooperação, na constituição da identidade camponesa, em uma perspectiva de incorporação da agroecologia como modo de vida que só se efetiva na materialidade em territórios livres que valorizem a natureza e a biodiversidade, que valorizem a liberdade dos corpos e a construção de relações de gênero igualitárias, sem violência.

Vislumbra-se que os processos formativos contribuem para um novo olhar na perspectiva de como as mulheres se reconstroem e se ressignificam enquanto corporeidade. As mulheres, ao consolidarem a proposta da ERM, perceberam a necessidade de construir um processo formativo que atendesse às suas demandas e necessidades.

Ao construírem a formação, as mulheres passam a se compreender como sujeitas sociais capazes de intervir coletivamente para a transformação da sociedade. A formação impulsiona reflexões sobre as formas de opressão e aponta para possibilidade de romper com a lógica patriarcal de subordinação e de inferiorização das mulheres.

Os relatos e estudos apontaram que os processos formativos possibilitaram às mulheres da região a construção de uma identidade coletiva, de um fortalecimento mútuo, de um novo pensar e agir, ou seja, de uma nova corporeidade, um corpo-coletivo, um corpo-território que, por meio da formação, se consolida em um coletivo que se unifica e que se defende, que conspira e que se funda em uma igualdade e irmandade.

A ERM é esse corpo-coletivo. Corpo que faz parte de um território que, coletivamente, resiste e luta por meio das organizações. Esse corpo coletivo constrói a corporeidade coletiva, que é influenciada pelas trocas de experiência, conhecimentos, mediadas pelo processo de formação da referida Escola.

A pesquisa também contribuiu para um ressignificar subjetivo da pesquisadora no que se refere à corporeidade. Nesse contexto, as vivências experienciadas durante a vida, principalmente na inserção na militância junto às mulheres, são fundamentais para a constituição dessa corporeidade, porque a constrói como sujeita, ou seja, sua corporeidade é a corporeidade de uma sujeita coletiva, que se constituiu a partir dessa coletividade feminina, uma vez que a compreensão de sujeita social remete a uma organização da vida pautada nessas vivências. A formação enquanto uma corporeidade de sujeita social e coletiva se deu compreendendo o corpo como território, assegurando um aprofundamento deste como espaço de vida, de luta, de resistência, de afeto, de dor mas também de libertação, foi um despertar também para essa compreensão dessa corporeidade, desse corpo como território.

Cabe salientar que a corporeidade desta pesquisadora foi construída com base nessa perspectiva patriarcal, embora a experiência familiar com os pais tenha sido diferente. Aliado a isso, relata-se um relacionamento que foi marcado por muita violência psicológica, moral e patrimonial. As vivências na militância também foram desafiadoras, uma vez que jovens inseridas em organizações mistas são expostas a diferentes abordagens machistas e estas se reconfiguram como forma de autodefesa, de autoproteção.

Ressalta-se que, por meio de vivências opressoras nesse processo pessoal, esta pesquisadora teve de romper também com relações de opressão e de violência, sendo fundamental a contribuição de outras mulheres. A corporeidade foi sendo transformada e a inserção no Coletivo de Mulheres e a participação na construção da ERM contribuíram para esse fortalecimento subjetivo, para a autonomia, para a libertação. A pesquisa trouxe a reflexão acerca da importância dessa ressignificação com base na coletividade feminina.

Quanto às percepções subjetivas da agroecologia, a pesquisa proporcionou a reflexão sobre a perspectiva desse modo de produção como um modo de vida, sendo, sim, ciência, mas que é prática. Não é a prática só na produção de alimentos, mas no

cuidado com o corpo, no cuidado com o meio ambiente, no cuidado com as relações entre as pessoas, no afeto.

Apona-se para o fato de que não existe forma de construir a agroecologia ou um território livre se não forem repensadas as relações de gênero. Não existe construção da agroecologia se não forem pensados o acesso aos alimentos e a erradicação da fome; não existe construção da agroecologia se a efetivação de relações de violência nos territórios continuar acontecendo.

A agroecologia configura-se como um modo de vida que não é só produtivo, mas libertador no sentido de que precisam ser repensadas e reconstruídas as formas de viver com todo o ambiente, com os corpos-territórios, com os espaços territoriais, nos espaços de luta e de resistência. A pesquisa aponta para a agroecologia como uma construção multiforme, e que se constrói a partir da práxis libertadora, humanizadora e afetiva.

As vivências na organização das mulheres e o desenvolvimento desta pesquisa aproximaram e estreitaram os laços entre a pesquisadora e as entrevistadas (Ângela, Juliana e Thaile), principalmente por estarem juntas desde o início da construção da ERM. Assim, houve um fortalecimento mútuo, porque construir também uma proposta de formação para mulheres, dentro de um movimento que explicita as contradições patriarcais em seu bojo, não é fácil. Elas precisam travar lutas internas para poder consolidar esse processo de formação. Diante disso, registrar a história e o protagonismo feminino é marcar e reconhecer a importância das mulheres na luta.

A pesquisa aponta para a importância da formação e da ERM na construção do empoderamento feminino, forjando processo de autonomia produtiva, econômica, política e cultural. Também abaliza para a importância da continuidade desse processo formativo como instrumento de libertação, não apenas das mulheres, mas também da classe trabalhadora, com horizonte de romper com perspectiva da sociedade capitalista construindo a transformação social em uma perspectiva humanizadora e libertadora.

Ficam, portanto, questionamentos que instigam a compreensão de como os processos formativos podem contribuir para a corporeidade e para os saberes agroecológicos masculinos. Desperta interesse a compreensão de como ocorrem as relações dentro da unidade familiar e nas vivências do movimento que as mulheres

que estiveram presentes na formação estão vivendo. Da mesma forma, fica a dúvida de como ocorrem conflitos e contradições dentro do que se vivencia no cotidiano e o que as mulheres passam a compreender na resignificação da sua corporeidade e na coletividade.

Dessa forma, fica o desejo de compreender como ocorrem as resignificações das relações de gênero no bojo do MST, e quais significados, ou nível de importância, as questões de gênero ocupam nos processos formativos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel Gutierrez. **Desandar el Laberinto**: Introspección en la feminidad contemporánea. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

ALMEIDA, Ana Claudia Silva. SERRA, Elpídio. **Concentração de terras no Brasil** – um olhar acadêmico sobre o processo. Uberlândia: UFU, 2012.

ALTIERI, Miguel; YURJEVIC, A. La Agroecología y el desarrollo rural sostenible en América Latina. **Agroecología y Desarrollo**, v.1, p.25-36, 1989.

ANDRIOLI, Liria Ângela. **Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras**: um processo de constituição de identidades por meio da educação popular. Curitiba: Appris, 2022.

ANGELIN, Rosângela. HAHN, Noli, Bernardo. **Movimentos feministas e a vida das mulheres**: (re) construindo possibilidades emancipatória. Curitiba: CRV, 2019.

ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. **Eles**: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

ARRUDA, Murilo Souza **O corpo e o gênero fechativo pelas ruas de Salvador**. – Salvador, 2017. 229 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado em Ciências Sociais. Orientação: Prof.^a Dr.^a Elena Calvo-Gonzalez.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU. **Sobre a Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/sobre.php>. Acesso em: 12.08.2022.

BRASIL. **II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**. 2003.

<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/programas-e-projetos-desenvolvidos/territorios-da-cidadania#:~:text=Os%20Territ%C3%B3rios%20da%20Cidadania%20t%C3%AAm,e strat%C3%A9gia%20de%20desenvolvimento%20territorial%20sustent%C3%A1vel>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL DE FATO. **Entenda o conflito entre o MST e a madeireira Araupel no Paraná**: A Operação Castra é o último episódio da luta pela terra em uma das maiores zonas de influência do MST no país. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/entenda-o-conflito-entre-o-mst-e-a-madeireira-araupel-no-parana/>. Acesso em 04/09/2023.

BARBOSA, Denise Alves de Andrade. **Protagonismo feminino da militância:** ocupação de escolas de São Paulo em 2015 e do Paraná em 2016. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3535> Acesso em: 13/07/2023.

BASTOS, João Renato. BRITO, Marcelo de. Pensando a corporeidade na prática pedagógica em educação física à luz do pensamento complexo. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.18, n.3, p. 263-72, jul./set. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/16567/18280>. Acesso em: 04/06/2022.

BIASEK, Raquel do Carmo. Opressão e emancipação das mulheres camponesas: um estudo de caso do Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguazu – Pr. Trabalho de conclusão de curso. Laranjeiras do Sul, 2021.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOGO, Ademar. Mística. Verbete do Dicionário da Educação do Campo. EPSJV/ Expressão Popular, 2012, 475 – 479 p 475.

Bogo, A., & Bogo, M. N. R. de A. (2019). PROCESSOS FORMATIVOS DO MST: DESAFIOS E LIMITES HISTÓRICOS. *Revista Trabalho Necessário*, 17(33), 85-110. <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29368>

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminilidade. *In:* JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BELEDELLI, S. Medeiros, R. M. V de. ASSENTAMENTO, SUA CULTURA, IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Dossiê Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados**. 15 (43) • Dez 2001 • <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt>. Acesso em: 12/08/2022.

CALDART, R. S. Pedagogia do movimento sem-terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANUTO, João Carlos. Mitos sobre agroecologia. **Revista de Agroecologia**. 2011. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/10816> Acesso em: 03/09/2023.

CAPORAL, Francisco. Roberto. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo B.; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1994.

CEAGRO. **Mulheres**: produzindo autonomia gerando sustentabilidade. Laranjeiras do Sul – Pr: Gráfica Mariner, 2012.

CEAGRO. 1ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013)

CEAGRO. 2ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2013)

CEAGRO. 3ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2014)

CEAGRO. 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2014)

CEAGRO. 4ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2014)

CEAGRO. 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016)

CEAGRO. 5ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2016)

CEAGRO. 6ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022)

CEAGRO. 8ª Turma da Escola Regional de Mulheres (2022)

CELIBERTI, Lilian; MESA, Serrana. **La equidad de Género en los países del MERCOSUR**. Montevideo: CEFIR - Centro de Formación para la Integración Regional, 2010.

CEZIMBRA. E.N do. **O MST e a participação política dos Camponeses Sem Terra** – O caso do Acampamento Herdeiros Da Terra De Primeiro De Maio - Rio Bonito Do Iguaçu. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável) Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2021.

CEZIMBRA. E.N do. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. Presidente Prudente : [s.n], 2011.

COELHO, Fabiano. A prática da mística e a construção de uma memória histórica no MST. **História Revista**. V. 22, n 1.2017, p. 119-138.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK. **Projeto político pedagógico**, Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal. Rio Bonito do Iguaçu, 2020.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK. **Projeto político pedagógico**, Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal. Rio Bonito do Iguaçu, 2023.

CHAVES, Kena Azevedo. "Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil." **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** 25.4 (2021).

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 950 – 2003. *In*: JACCOUD, Liciano (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2020. P. 51-90. Link: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5599. Acesso em: 12/08/2022.

DIÁRIO DE CAMPO. **2012 A 2023**.

DEIFELT, Wanda. O corpo e o cosmo. *In*: TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de; EGGERT, Edla (org.). **As mulheres e a Filosofia**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

DEIFELT, Wanda. Corporeidade como ponto de encontro entre a teologia feminista e o ecofeminismo. **Revista Caminhos**. Goiânia, v. 11, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiDtpPXxd_5AhXDCdQKHQYPA1cQFnoECA0QAQ&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucgoias.edu.br%2Findex.php%2Fcaminhos%2Farticle%2FviewFile%2F2789%2F1703&usq=AOvVaw2X4fhcJCs3BFC67Ch6Lj_n. Acesso em: 20/08/2022.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. *In*: **Anais...CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 13., 29 maio-01 jun. 2007. Recife (PE), Anais... SBS: Recife (PE): SBS, 2007. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=171. Acesso em: 22/10/2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.

FERNANDES, B. M. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – BRASIL. **REVISTA NERA**, 2012b (1). Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>. Acesso em: 12.08.2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

FOLLMANN, Jéssica Aparecida de Ávila. ROOS, Djoni. TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU-PR. **Revista Orbis Latina**, vol.7, nº 3, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Edição Especial – Julho de 2017. ISSN: 2237-6976 Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/963>. Acesso em: 15/08/2022.

FRANCO, M. E. D. P.; GENTIL, Heloisa Salles. Identidade do Professor de Ensino Superior: questões no entrecruzar de caminhos. *In*: FRANCO, M. E. D. P.; KRAHE E. D. (org.). **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento**. Porto Alegre: EdIPucrs, 2007. 1 v.

FREITAS, G. G. de. **O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. 2.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. 96p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.

Frigotto, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. *In*: G. Frigotto & M. Ciavatta (Orgs) ; CiAvAtta, Maria. (Org.) *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FROTA, Mainara Mizzi Rocha. **“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher...”**: Trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021. Orientador: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann.

GALERA, Inês Filomena. **Rio Bonito do Iguaçu um Rio de histórias**, 1° ed., Rio Bonito do Iguaçu -PR: Gráfica Xagu, 2009.

GARCÍA, María Franco. **A Luta pela Terra sob Enfoque de Gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 216 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2004

GEBARA, I. *Rompendo o Silêncio: uma metodologia feminista do mal*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos**. Antologia de Textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

GEBARA 1989?? VER AS ALTERAÇÕES NO CORPO DO TEXTO Pg 115

GEBARA, I. Mulheres, religião e poder: ensaios feministas. São Paulo, Edições Terceira Via, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, Carla Denari, OLIVEIRA, Sarah Mendes De, RIBEIRO. Mariana, Alves Machado. "GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E CONTRA PODER XXI." **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471204446_ARQUIVO_C ARLADENARIGIULIANI.pdf. Acesso em: 15/07/2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. *In*: LOURO. G, L, FELIPE. J, GOELLNER, S. V. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, R. Análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: Minayo, M. C. de S.; Deslandes, S. F.; Neto, O. C.; Gomes, R. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 14 edição, ed. Vozes. 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. *In*: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

GODELIER, M. **Lo ideal y lo material**: Pensamiento, economías, sociedades. Madri: Taurus Humanidades, 1989.

GUHUR, Dominique M. P. TONÁ, Nilciney. O Diálogo de Saberes, na Promoção da Agroecologia na Base dos Movimentos Sociais Populares. **Anais do VI CBA e II CLAA**. nov. 2009 Vol. 4 No. 2. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9029> Acesso em: 03/09/2023.

GUHUR, D. SILVA, N. R da. *Et al.* Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa, et al (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio PSJVFiocruz/, 2021.

HARAWAY, D, Kunzru, H, Tadeu, T (org. e trad.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. – (Mimo)

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1a fase caracterização global.** Curitiba: IPARDES, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** – Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p. Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – Paraná. Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-municipios-0>. Acesso em 18 de julho de 2022.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Leituras regionais. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan./abr. 2012. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi379KuyN_5AhXbB7kGHUcLDzcQFnoECAIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fedreal%2Fa%2FrXZF6DgbGRsjFDTvDFCD5YR%2F%3Flang%3Dpt%26format%3Dpdf&usq=AOvVaw1edd9ohg-85Y6FSG1M3mWE.

Acesso em: 20/08/2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

JUNIOR, Josué Francisco da Silva. Territórios da cidadania. (2021).

<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/programas-e-projetos-desenvolvidos/territorios-da-cidadania#:~:text=Os%20Territ%C3%B3rios%20da%20Cidadania%20t%C3%AAm,e strat%C3%A9gia%20de%20desenvolvimento%20territorial%20sustent%C3%A1vel>.

Acesso em 08/09/2023.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau, 2018. 434 f.

KUNRATH, Mirian Maria; ANDRIOLI, Liria Ângela. Aspectos sociais e culturais da construção da corporeidade das mulheres sem terra da região Centro-Sul do Paraná: um estudo de caso nos espaços formativos e organizativos. *In*: HAMMEL, Ana Cristina *et al.*, **Estudos sobre a realidade brasileira: práticas e movimentos contra-hegemônicos**. Curitiba: CRV, 2020.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Madrid: Horas y Horas, 2011.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas y Horas, 1996.

LAGARDE, Marcela. Para mi socias de la vida. Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres. Claves feministas para liderazgos entrañables. Claves feministas para la negociación en el amor. Madrid: Horas y Horas, 2005.

Lagarde y de Los Ríos, Marcela. SORORIDAD. *In*: CASTRO, Amanda (Org.); MACHADO, Rita. Cássia. (Org.). **Estudos Feministas: Mulheres e Educação Popular**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. v. 1. p-21-30.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LEININGER, M. Qualitative research methods in nursing. Orlando: Grune & Stratton, cap. 3: **Ethnography and ethnonursing models and modes of qualitative data analysis**. 1985.

LEITE, Sergio Pereira. MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEITE, Valter de Jesus. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho: A materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná**. Dissertação (Programa de pós-graduação stricto sensu em Educação nível de mestrado/PPGE.) Área de concentração: sociedade, estado e educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2017.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educ. Real**. [online]. 2009, vol.34, n.03.

LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bestselle, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

MAFORT, Kelli. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** São Paulo: MST, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

MATURANA, H. **Emociones y Lenguaje en educación y política.** Santiago: Dolmen ediciones, 1995.

MARÉS, Carlos Frederico. Função social da propriedade. *In*: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná.** Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2010. v. 1.

MATTOS, C, L, G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, C, L, G; CASTRO, P, A. (Orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MENDONÇA, Maria Luisa. **O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio.** Contexto Internacional 37 (2015): 375-402.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY. M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas.** Campinas: Papirus, 1990.

MINAYO, M. C. S. O. 1992. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

Minayo, M. C. S. (2004). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo, SP: Hucitec.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A armação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. *In*: LEMOS, A. I.G.; SILVEIRA, M.L.; ARROYO, M. **Questões territoriais na América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 41-54.

MORAES, Vitor De. MARTINS, Fernando José. A criação e a recriação Camponesa no Território Cantuquiriguaçu Paraná, por meio da luta e da resistência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 05, Ed. 08, Vol. 09, pp. 104-121. 2020.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001.** Veranópolis – RS: ITERRA, 2005.

MST. Princípios da Educação no MST: Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação n. 8. São Paulo, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** (2014)

[HTTPS://MST.ORG.BR/2014/01/31/MULHERES-DO-MST-CRIAM-NOVAS-RELACOES-DE-GENERO-DENTRO-E-FORA-DO-MOVIMENTO/](https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/). Acesso em 09/07/2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** (2021) <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/> Acesso em: 29/07/2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Agroecologia é projeto político, é prática, é movimento, é ciência e educação populares”, afirma carta da 17ª jornada** (2018). Disponível em:

<https://mst.org.br/2018/06/09/agroecologia-e-projeto-politico-e-pratica-e-movimento-e-ciencia-e-educacao-populares-afirma-carta-da-17a-jornada/> Acesso em 04/09/2023.

MOVIMENTO SEM TERRA (MST). (2014). **VI Congresso Nacional do MST**. Programa Agrário do MST: lutar, construir Reforma Agrária Popular. <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em 19/07/2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Corpos-território(s): lugar de gozo e resistência**. (2023). Disponível em: <https://mst.org.br/2023/02/08/corpos-territorios-lugar-de-gozo-e-resistencia/?fbclid=PAAaYvyTqdxp-fh13HRSb3Xy92iBJY6WyyN3Hg7u-mBJTCgotx9jcnPY1ZAp0> Acesso em: 18/02/2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Escola trabalho e Cooperação**, *Caderno de educação* n. 04, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Compreender e construir novas relações de gênero. Coletânea de textos**. Cartilha do setor de gênero. 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Como fazemos a escola de educação fundamental**. Caderno de Educação. MST, s. l., n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST. **Construindo Novas Relações de Gênero** – desafiando relações de poder. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 110p, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST. **História do MST: A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente**. Construção coletiva do Curso de História ITERRA/UFS Turma Eduardo Galeano –Veranópolis (RS). 2016.

MST. **Dossiê MST ESCOLA**: documentos e estudos, 1990-2001. São Paulo: Editora Expressão Popular, Setor de Educação do MST/Itterra, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. Setor de Comunicação. (2018).

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural**. Sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de educação Promocional do Espírito Santo. Dissertação (mestrado em educação). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1977.

Okin, Susan Moller, and Flávia Biroli. “Gênero, o Público e o Privado.” *Estudos Feministas* 16, no. 2 (2008): 305–332. <http://www.jstor.org/stable/24327739>. Acesso em 03/09/2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Maria Marli de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PACHECO, M.E. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **GT Gênero** – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULILO, M. A. S. Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Estudos Sociais em Revista**. Vol. 2, n. 2 (Jul./Dez. 1999), p. 135-148. Londrina: Ed. UEL, 1999.

PEREIRA, Sérgio Gischknow, **Tendências Modernas do direito de família. Capítulo 1 – Teoria geral da família**. In CAHALI, Yussef; CAHALI, Francisco. *Família e Sucessões: direito de família*. São Paulo (SP): Editora Revista dos tribunais. 2011. <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/110-tendencias-modernas-do-direito-de-familia-capitulo-1-teoria-geral-do-direito-de-familia-familia-e-sucessoes-direito-de-familia/1499781889> Acesso em: 17/07/2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Ed Contexto, 2015.

PITANO, Sandro. Sujeito social. In: STRECK, Danilo R. *et al.*, (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRÉVOST, Héloïse. Até que todas sejamos livres: o ativismo 'sentipensado' das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5969, maio 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5969>. Acesso em: 03.04.2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. M. JUNIOR, J. C. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011

ROESE, A. Corporeidade no espaço relacional. Interpretações a partir do Acompanhamento Pastoral Terapêutico Feminista. *In*: STRÖHER, M. J. DEIFELT, W. MUSSKOPF, A.S. (Orgs.). **À flor da pele: Ensaio sobre gênero e corporeidade**. 2ª Ed. São Leopoldo, RS, 2006.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências** /Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Perseu Abramo. São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e religião – no espaço da produção do conhecimento. Corporeidade sob o prisma do gênero, da etnia e classe. *In*: MUSSKOPF, André; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). **Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

SANTOS, E. L. dos. Juventude, formação política e identificação no MST. **Revista Libertas Online**, Juiz de Fora, edição especial, p.68 -81, fev / 2007a.

SANTOS, A. D. Construção do conhecimento Agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia. *In*: **ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA**. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos papéis, novas identidades, 2007b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; Rio de Janeiro, RJ: Politécnico da Saúde. Joaquim Venâncio, 1989.

SÁNCHEZ GARRAFA, Rodolfo. Identidad cultural y demandas de intercomunicación: ensayo bibliográfico. In: Revista Contexto e Educação. Ijuí: Ed. Unijuí, n. 79, jan.jun. 2008.

SETOR DE GÊNERO. **Orientações políticas e práticas**. I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. São Paulo: MST, 2020.

SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. Las dimensiones de la Agroecología. In: INSTITUTO DE SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS CAMPESINOS. **Manual de olivicultura ecológica**. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2004. p. 11-26. (Proyecto Equal-Adaptagro).

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SIDEKUM, Antônio. Alteridade e interculturalidade. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

SILVA, A. F. G. **A busca do tema gerador na práxis da Educação Popular**. Curitiba – PR: Ed. Gráfica Popular, 21ª Ed., 2007.

SILVA, F. R. **Gênero e agroecologia**: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul Paraná. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Laranjeiras do Sul, 2016.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **“Nós também somos belas”**: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. CEFET/RJ – 2015. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2015. Bibliografia: f. 139-146

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

STÉDILE, J.P (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2020.

STÉDILE, J.P (org.) **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf. Acesso em 15/05/2021. Acesso em: 12/08/2002.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 5 v.

STRÖHER, Marga J. "Corpos, poderes e saberes nas primeiras comunidades cristãs: uma aproximação a partir das "Cartas Pastorais". *In*: STRÖHER, Marga J., DEIFELD, Wanda, MUSSKOPF, André S. " **À flor da pele**: ensaios sobre gênero e corporeidade. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

STRÖHER, Marga J. "O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista." *In*: Yury Puello Orozco (organizadora) . – São Paulo : Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

TARDIN, J.M. **Diálogo de saberes no encontro de culturas**. Lapa, 2006.

TERRA DE DIREITOS. **Entenda quem é a via campesina**. 2008. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/entenda-quem-e-a-via-campesina/1040>. Acesso em: 14/08/2023.

TORRE, S. DE LA. **Sentipensar**: estratégias para un aprendizaje creativo. Universidade de Barcelona: Mimeo, 2001.

TORRES, Anália Cardoso. A individualização no feminino, o casamento e o amor. *In*: PEIXOTO, C. E.; DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TORRENS, João Carlos S. **Alianças e Conflitos na Mediação Política da Luta Pela Terra no Paraná**: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – 1978/90. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curitiba/PR, 1992.

ULRICH, Claudete Beise et al. Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana. 2006.

ZENERATTI, F.L, LIMA, C.L DE, VALCARENGHI, G. C. A luta camponesa pela formação do Assentamento Celso Furtado e os impactos da Reforma Agrária no município De Quedas Do Iguaçu/Pr. **Revista Geografar**. Disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba. v.15, n.2, p.423-447, jul. a dez./2020 ISSN: 1981-089X. Acesso em: 01/08/2023.

ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/Dialogicidade (Verbete). *In*: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos gêneros na crítica literária. **Cad. Pesqui**, p. 47-52, 1989.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, 15(32), 157-170. 2009.

WISNIEWSKI, Maurício. **Ambiente e corporeidade em adolescentes** / Maurício Wisniewski – Curitiba, 2014. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". *In*: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 07-72.

APÊNDICE A — ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

I — O Território da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, o MST e a organicidade das mulheres sem-terra

- 1) Qual seu nome, idade e composição familiar? Onde você nasceu? Qual é a sua formação? Conte um pouco de sua história de vida.
- 2) Você é acampada ou assentada?
- 3) Desde quando você participa do MST? Como foi a sua inserção no movimento?
- 4) Como você participou das lutas do MST na região?
- 5) Você participa de algum coletivo ou setor do MST? Relate um pouco essa experiência.
- 6) Você participou de momentos de formação organizados pelo MST? Conte quais foram, onde ocorreram e como foram organizados.
- 7) Você participou das lutas do MST desde o início do movimento?
- 8) Como era a vida no acampamento? Como tudo começou? Conte um pouco da sua história.
- 9) A vida melhorou com o acesso à terra? Em que sentido?
- 10) O que o MST significa para você?

II — Aportes teóricos da agroecologia, da corporeidade e dos processos formativos do MST e a experiência da Escola Regional de Mulheres do MST

- 11) Como você percebe que a mulher e o corpo feminino aparecem na história?
- 12) Você acha que o corpo está somente associado ao físico/biológico humano ou poderia perpassar por sentidos pessoais ou interpessoais?
- 13) Quais marcas e trajetórias estão presentes no seu corpo?
- 14) Você já ouviu falar sobre o conceito de corporeidade? O que é corporeidade para você?
- 15) Você acha que a cultura tem contribuído para uma negação cultural da corporeidade?
- 16) O que você compreende por agroecologia?
- 17) Você vivencia a agroecologia na sua prática cotidiana? Como?

- 18) Fale sobre sua experiência com a produção e com a cooperação, com o Coletivo de Mulheres e com a associação do Recanto da Natureza.
- 19) A agroecologia é um modo de vida?
- 20) Para você, a agroecologia pode contribuir no empoderamento feminino?
- 21) Você acredita que a agroecologia é desenvolvida majoritariamente por mulheres ou por homens? Como você percebe a organização do trabalho na agroecologia? Existem diferenças entre o trabalho feminino e o masculino?
- 22) Para você, a agroecologia acontece influenciada pelos movimentos sociais?
- 23) O que significa para você ser camponesa?
- 24) Você participou ou participa de momentos de formação do MST? Se sim, pode destacar os que considera mais significativos em sua formação?
- 25) O que você entende por processos formativos do MST? Como eles são desenvolvidos? De quais formações participa? As formações acontecem periodicamente? É um processo contínuo? Quais são os seus objetivos?
- 26) O que você entende por educação popular? Você acha que os processos formativos do MST se embasam em princípios da educação popular?

IV — Práxis das mulheres na ERM do MST na construção de saberes agroecológicos e na corporeidade

- 27) Como foi sua participação na ERM?
- 28) Como surgiu a Escola?
- 29) A ERM do MST contribuiu para a constituição de sua corporeidade? Conte como você compreende esse processo.
- 30) A ERM do MST modifica jeitos de ser e de pensar em sociedade? Exemplifique.
- 31) A formação propiciada na ERM do MST influenciou na sua percepção sobre a autonomia feminina enquanto mulher sujeita?
- 32) Como é trabalhada a temática da agroecologia nos encontros de formação da Escola?
- 33) Como são abordadas as temáticas relacionadas ao desenvolvimento corporal e ao corpo na Escola?

- 34) Você utiliza práticas agroecológicas no seu cotidiano de vida?
- 35) A ERM do MST contribui para a construção de saberes agroecológicos?

V — A experiência da ERM

- 36) De quais turmas você participou?
- 37) Como foi organizada a 5ª Turma da ERM? Quantas pessoas participaram?
Onde aconteceu? Qual foi a metodologia utilizada? Quais foram os temas desenvolvidos?
- 38) Como foi organizada a 6ª Turma da ERM?
- 39) Como foi organizada a 7ª Turma da ERM?
- 40) Como foi organizada a 8ª Turma da ERM?
- 41) Qual é a sua opinião sobre a formação de mulheres organizada em alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade?
- 42) O que você compreende por Ciranda Infantil?
- 43) Qual é a importância da Ciranda Infantil para a formação das mulheres sem-terra?
- 44) Se você tivesse que dar um significado para a ERM em sua vida e na vida das mulheres sem-terra, o que você diria?